



CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

2024 - ED. 01 - VOL. 09

ISSN - 2525-8338



UNIASSELVI

Maiêutica

Revista



CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI

Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto

89082-262 - Indaial/SC

www.uniasselvi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIASSELVI 2024

CEO VITRU EDUCAÇÃO

William Victor Kendrick de Matos Silva

VICE-PRESIDENTE OPERAÇÃO EAD UNIASSELVI

Ricardo Grima Fernandes

REITORA DA UNIASSELVI

Neuzi Schotten

**PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PRESENCIAL UNIASSELVI**

Adriano Luís Fonseca

**PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO A
DISTÂNCIA UNIASSELVI**

Márcia de Souza

COMISSÃO EDITORIAL

Estelamaris Reif

Gerson Faustino Rosa

Grazielle Jenske

Ivone Fernandes Morcilo Lixa

Kevin Daniel dos Santos Leyser

Luciane da Luz

Liliani Carolini Thiesen

Luis Augusto Ebert

Maria Cecília Miotto

Pedro Sidnei Zanchett

Roseane Leandra Da Rosa

Táise Ceolin

EDITORES CHEFE

Gerson Faustino Rosa

Luis Augusto Ebert

Pedro Sidnei Zanchett

SUPERVISORES DE PUBLICAÇÃO

Paula Renata dos Santos Ferreira

Eduardo Antunes Anderson

Antonio Eduardo Nicacio

Derick Rantin

Marcelo Sanches Tonolli

REVISÃO

Marcio Kisner

Sarah Mariana Longo Carrenho Cocato

Bruna Da Silva

Carlos Augusto Brito Oliveira

Cristina Maria Costa Wecker

Elias José Lascoski

Dener Kopsch Alves

Janicéia Pereira da Silva

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Diogo Ribeiro Garcia

Arthur Cantareli Silva

Matheus Silva de Souza

REVISÃO FINAL

Neuzi Schotten

PUBLICAÇÃO ON-LINE

Propriedade do Centro Universitário
Leonardo da Vinci

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre de Paula Amorim
(Centro Universitário Leonardo Da Vinci - Uniasselvi – Indaial/SC – Brasil)

Antonia Irismar de Souza
(Secretaria de Estado da Educação de Pernambuco – Recife/PE – Brasil)

Gesiel Anacleto
(Centro Universitário Leonardo Da Vinci - Uniasselvi – Indaial/SC – Brasil)

Jasson da Silva Martins
(Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – Candeias /BA – Brasil)

Jorge Amaro Bastos Alves
(Universidade do Contestado – Canoinhas/SC – Brasil)

Kevin Daniel dos Santos Leyser
(Centro Universitário Leonardo Da Vinci - Uniasselvi – Indaial/SC – Brasil)

Leandro José da Rocha –
(Universidade do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG – Brasil)

Luciane da Luz
(Centro Universitário Leonardo Da Vinci - Uniasselvi – Indaial/SC – Brasil)

Marcelo Martins
(Centro Universitário Leonardo Da Vinci - Uniasselvi – Indaial/SC – Brasil)

Marcelo Blanck
(Escola de Educação Básica Padre José Mauricio – Blumenau/SC – Brasil)

Márcio José Cubiak
(Centro Universitário Leonardo Da Vinci - Uniasselvi – Indaial/SC – Brasil)

Mariane Beatriz Wittmann
(Universidade Federal de Santa Maria/RS - Brasil)

Mayra Coan Lago
(Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA) - Santo André – SP - Brasil)

Simão Henrique Jakobowski
(Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – Florianópolis/SC - Brasil)

Thiago Leandro da Silva Dias
(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Feira de Santana/BA – Brasil)

Vidal Dias da Mota Junior -
(Universidade de Sorocaba/Uniso – Sorocaba/SP - Brasil)

Walter Marcos Knaesel Birkner
(Centro Universitário Leonardo Da Vinci - Uniasselvi –Indaial/SC – Brasil)

COORDENAÇÃO DA REVISTA MAIÊUTICA

Luciane da Luz
(Centro Universitário Leonardo Da Vinci - Uniasselvi – Indaial/SC – Brasil)

EDITOR DA REVISTA MAIÊUTICA

Luis Augusto Ebert
(Centro Universitário Leonardo Da Vinci - Uniasselvi – Indaial/SC – Brasil)

APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos a edição de 2024 da Revista *Maiêutica* das Ciências Humanas e Sociais, um espaço dedicado à reflexão, ao debate e à disseminação do conhecimento no campo das ciências humanas e sociais. Nosso objetivo é promover o diálogo interdisciplinar e oferecer um veículo de alta qualidade para a publicação de pesquisas que desafiem, enriqueçam e expandam as fronteiras do entendimento humano sobre as dinâmicas sociais.

Vivemos em um mundo em constante transformação, onde questões como desigualdade, poder, cultura e identidades estão cada vez mais em evidência. As ciências humanas e sociais desempenham um papel crucial na interpretação desses fenômenos, ajudando a desvendar as complexidades do comportamento humano e a formular respostas para os desafios contemporâneos. Nesse contexto, a Revista de Ciências Humanas e Sociais surge como uma plataforma para a publicação de trabalhos inovadores, que não só refletem o estado atual do conhecimento, mas também apontam novos caminhos para a investigação e o entendimento da sociedade.

Nesta edição, reunimos um conjunto diversificado de artigos que abordam temas fundamentais e emergentes que afetam a vida humana, apoiados em teorias políticas, antropológicas e sociológicas. Foram discutidos assuntos como identidade, justiça social, questões éticas, estado e governança, metodologia das ciências sociais, questões étnico-raciais, culturas e questões rurais. Os artigos tratam desde as transformações nas estruturas sociais e políticas até as novas formas de interação e identidade que estão surgindo no mundo digital. Cada contribuição foi cuidadosamente selecionada por seu rigor metodológico, originalidade e relevância para o campo, representando o esforço da pesquisa atual em ciências sociais.

Nesse âmbito, começamos comentando o artigo de Remy Corrêa de Andrade Junior, que nos mostra como as diferentes etnias que colonizaram Joinville-SC passaram de uma economia agrária, baseada na pequena propriedade, para uma economia urbana e industrial ao longo das gerações seguintes.

Tito Galvanin Neto analisa o Relatório de Monitoramento Global da Educação para Todos (REPT) de 2009, demonstrando a posição da UNESCO em relação ao conceito de governança e a responsabilidade do Estado na materialização desses pressupostos.

Alex Sandro Magalhães do Nascimento, Felipe Lanzas Tibiriçá, Leandro José de Andrade Viana e Rodrigo Nogueira Martins mostram o impacto da urbanização nas terras indígenas dos guaranis no Pico do Jaraguá, em São Paulo, e a importância primordial da preservação da cultura dos povos originários.

Yan Vitor Silva Machado nos ajuda a compreender como as investigações a respeito do gênero musical K-pop têm sido conduzidas no Brasil, especialmente por seus fãs, oferecendo uma análise sob a perspectiva da etnomusicologia, dentro da antropologia.

Marco Aurélio Drumond e Patrícia Maria Souza nos esclarecem sobre a importância da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) e dos Protocolos de Consulta para as Comunidades Indígenas e Tradicionais na manutenção de seus territórios, cultura material e modos de vida no Brasil.

Rodolfo Pires de Andrade e Patrícia Maria Souza nos oferecem uma perspectiva sobre os recursos metodológicos existentes tanto no método quantitativo quanto no qualitativo, no interior das investigações antropológicas.

Por sua vez, Cilmara Corrêa de Lima Fante, Sandro Luiz Bazzanella e Jairo Marchesan discutem a utilização do dispositivo algorítmico como forma de “governamentalidade” da vida humana, com base nas contribuições do filósofo italiano Giorgio Agamben e do filósofo francês Michel Foucault.

Os autores Reinaldo Knorek e Carlos Alberto Gonzaga trazem uma análise do desenvolvimento local-regional com foco no desenvolvimento comunitário, mostrando as implicações na memória das pessoas ex-post-facto sobre o processo de nucleação das escolas rurais no município de Canoinhas (SC).

As autoras Emanoele da Silva Guerreiro, Glece Schneider Pietroski e Patrícia Maria Souza relatam as dificuldades vividas pela comunidade Xokleng durante as cheias de outubro de 2023, com o fechamento das comportas da Barragem Norte, no município de José Boiteaux (SC), alto Vale do Itajaí.

Assim, acreditamos que o conhecimento é um bem público e deve ser acessível a todos. Por isso, incentivamos a leitura crítica e o engajamento com os textos aqui publicados, na esperança de que possam inspirar novos estudos, debates e ações que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradecemos aos autores, revisores e colaboradores que tornaram esta edição possível, e aos leitores que, como nós, acreditam no poder transformador das ciências humanas e sociais. Que esta revista seja um ponto de encontro para todos aqueles que buscam compreender e transformar o mundo ao nosso redor.

Boa leitura!

Professora Luciane da Luz
Coordenação da Revista

SUMÁRIO

8

EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE (SC): A PARTICIPAÇÃO DAS DIFERENTES ETNIAS

Evolution of agrarian systems in the municipality of Joinville (SC): the participation of different ethnicities

Remy Corrêa de Andrade Júnior

28

ESTADO E GOVERNANÇA NAS DIRETRIZES DA UNESCO

State and governance in Unesco guidelines

Tito Galvanin Neto

44

OPY, A CASA DE REZA GUARANI MBYA: MATERIAIS E PROCESSO CONSTRUTIVO

Opy, the house of reza Guarani Mbya: materials and construction process

Felipe Bernardo Messias
João Paulo de Araujo Severo
Orivaldo Nunes Junior
Ubinajara Salles Zoccoli
Patrícia Souza

62

K-POP NO BRASIL: DESAFIOS PARA A ETNOMUSICOLOGIA EM UM MUNDO GLOBALIZADO

K-pop in Brazil: challenges for ethnomusicology in a globalized world

Yan Victor Silva Machado

80

A IMPORTÂNCIA DA CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA E DOS PROTOCOLOS DE CONSULTA PARA AS COMUNIDADES INDÍGENAS E TRADICIONAIS NA MANUTENÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS, CULTURA MATERIAL E MODOS DE VIDA NO BRASIL

The importance of free, prior, and informed consultation and consultation protocols for indigenous and traditional communities in the maintenance of their territories, material culture, and ways of life in Brazil

Marco Aurélio Drumond
Patrícia Maria Souza

SUMÁRIO

101

ABORDAGEM DA SINERGIA QUANTITATIVA E QUALITATIVA NA METODOLOGIA CIENTÍFICA ANTROPOLÓGICA

Approach of quantitative and qualitative synergy in antropologic scientific methodology

Rodolfo Pires de Andrade

Patrícia Maria Souza

122

O DISPOSITIVO ALGORÍTMICO COMO FORMA DE GOVERNAMENTALIDADE DA VIDA⁴

The algorithmic device as a form of life's governance

Cilmara Corrêa de Lima Fante

Sandro Luiz Bazzanella

Jairo Marchesan

134

VIVÊNCIA DO POVO XOKLENG COM O FECHAMENTO DAS COMPORTAS DA BARRAGEM NORTE

The experience of the Xokleng people with the closing of the gates of Barragem Norte

Emanoele da Silva Guerreiro

Glece Schneider Pietroski

Patrícia Maria Souza

145

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS

Community Development: the process of nucleation of country schools

Reinaldo Knorek

Carlos Alberto Gonzaga



REMY CORRÊA DE ANDRADE JÚNIOR¹

Evolução dos Sistemas Agrários no Município de Joinville (SC): a participação das diferentes etnias

Evolution of agrarian systems in the municipality of Joinville (SC): the participation of different ethnicities

ARTIGO 1

08-27

¹ Médico Veterinário. Bacharel em Ciência Política. Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR - UFRGS). <https://portal.uniasselvi.com.br/>.

Resumo: O presente artigo apresenta como objetivos evidenciar as diferentes etnias que povoaram e/ou colonizaram o território hoje correspondente ao município de Joinville – Estado de Santa Catarina –, bem como visa caracterizar e descrever a evolução dos seus sistemas agrários identificados, numa prospecção inicial. Assim, o tema a ser tratado será o protagonismo das diferentes etnias que atuaram nas transformações históricas em conjunto com a evolução e diferenciação dos sistemas agrários por elas praticados na região. Apresenta como referenciais teóricos, os quais apoiaram a construção desta análise, os trabalhos dos autores Mazoyer e Roudart (1997) e Miguel (2009). A metodologia implementada para o desenvolvimento da análise baseou-se na abordagem qualitativa, adotando-se o método histórico, dialogando com os recursos do pensamento crítico. Os sistemas agrários identificados e devidamente nominados foram: sistema agrário indígena; sistema agrário luso-brasileiro/caboclo; sistema agrário colonial inicial e afrodescendente e sistema agrário colonial contemporâneo. Em essência, como resultado preliminar, constatou-se que a trajetória do binômio epistemológico etnia-sistema agrário proposto influenciou e dinamizou os aspectos sociais, econômicos e políticos, não só no espaço rural, mas, paralelamente, no espaço urbano do município em estudo.

Palavras-chave: Etnias. Sistemas agrários. Joinville.

Abstract: This article aims to highlight the different ethnicities that populated and/or colonized the territory currently corresponding to the municipality of Joinville – state of Santa Catarina –, as well as characterizing and describing the evolution of their identified agrarian systems, in an initial survey. Thus, the topic to be addressed will be the protagonism of the different ethnicities that acted in historical transformations together with the evolution and differentiation of the agrarian systems practiced by them in the region. It presents as theoretical references, which supported the construction of this analysis, the works of authors Mazoyer e Roudart (1997) and Miguel (2009). The methodology implemented to develop the analysis was based on the qualitative approach, adopting the historical method, dialoguing with the resources of critical thinking. The agrarian systems identified and duly named were: indigenous agrarian system; Luso-Brazilian/Caboclo agrarian system; initial colonial and Afro-descendant agrarian system and contemporary colonial agrarian system. In essence, as a preliminary result, it was found that the trajectory of the epistemological binomial ethnicity-agrarian system proposed influenced and energized the social, economic and political aspects, not only in the rural space, but simultaneously in the urban space of the municipality under study.

Keywords: Ethnicities. Agrarian Systems. Joinville City.

INTRODUÇÃO

De modo geral, os primórdios da atividade humana no planeta iniciaram-se através da agricultura. A trajetória dessa cultura transformou e dinamizou nossa sobrevivência/existência em diferentes épocas (tempo) e em inúmeras partes do mundo (espaço). Ainda, a partir da cultivação ou partindo dela, o homem apresentou condições de intervir no progresso/crescimento/desenvolvimento, não só agrícola/agrário/fundiário (Mielitz Neto, 2010, p. 9), como também na formação social, econômica e política das comunidades onde foi inserida.

A partir desta contextualização inicial, importa relacionar que este artigo apresenta como tema “o protagonismo das diferentes etnias nas transformações históricas, em conjunto, com a gênese e a evolução dos sistemas agrários” (Mazoyer; Roudart, 1997, p. 13; Miguel, 2009, p. 11), mais especificamente, este estudo foi centrado no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Torna-se necessário salientar, num primeiro momento, que apesar de o município em questão não ser considerado um polo expressivo na produção agropecuária do Estado, o estudo vislumbrará, sobre esse aspecto, uma faceta até então carente de análise por parte das Ciências Agrárias em Santa Catarina. As etnias e os sistemas agrários por elas praticados denotam reflexos no mundo rural desse município até os dias de hoje. Assim, o entendimento do passado poderá suscitar a formulação e o aperfeiçoamento de projetos e políticas públicas na agricultura (em seus diversos níveis, produtivos ou não) do momento presente.

No decorrer da realização da pesquisa que fundamenta este artigo, constatou-se uma nova percepção do mundo rural nesse importante município. Em certa medida, até surpreendente [!]. Dos povos originais aos posteriormente estabelecidos, infere-se que a agricultura contribuiu de inúmeras formas no processo socioeconômico e político da região.

Quanto aos objetivos deste estudo, propôs-se: evidenciar as diferentes etnias que povoaram e/ou colonizaram o território hoje correspondente ao município de Joinville; e caracterizar e descrever a evolução dos seus sistemas agrários identificados, numa prospecção inicial.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada seguiu uma abordagem qualitativa, adotando-se o método da contextualização histórica e buscando-se as bases teóricas na pesquisa em livros, revistas e periódicos, dissertações, sítios eletrônicos (entre outros) e dialogando com os recursos do pensamento crítico. Além de, em alguns momentos, provocar neste autor uma certa releitura e revisionismo histórico no que tange a inúmeros aspectos não tratados na historiografia clássica do município.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Situado na região norte do Estado de Santa Catarina, o município de Joinville ocupa uma área territorial de 1.127,947 km², localizada às margens da Baía da Babitonga. Desse montante, cerca de 225 km² constituem a área urbana que abriga aproximadamente 94% da população residente, cujo total, atualmente, está estimado em 616.317 pessoas, segundo dados do Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). É, portanto, a maior cidade do estado, à frente da capital Florianópolis e, ainda, é a terceira mais populosa cidade da Região Sul do Brasil. Pertence à Microrregião de Joinville e à Mesorregião do Norte Catarinense, e é sede da Região Metropolitana do Norte/Nordeste do Estado. Ao Norte, limita-se com os municípios de Garuva e Campo Alegre, ao Sul, com os municípios de Araquari, Guaramirim e Schroeder,

a oeste, com o município de Jaraguá do Sul, e a leste, com o município de São Francisco do Sul (Joinville, 1998).

É considerado o maior centro industrial do estado e o terceiro mais industrializado da Região Sul do país. Possui um parque industrial bastante diversificado, alicerçado em médias e grandes indústrias, onde despontam os ramos metalmeccânico, plásticos, químico, têxtil, metalurgia, eletrocomunicações, celulose, transportes, alimentício, softwares, eletrodomésticos, computadores, entre outros. E ainda, Joinville possui o maior Produto Interno Bruto do Estado de Santa Catarina (IBGE, 2022).

Quanto à estrutura fundiária do Município, baseada predominantemente em pequenas propriedades, apresenta um número considerável de 1.715 estabelecimentos, sendo que desses, 761 estabelecimentos (44,4%) possuem área menor que 10 ha (hectare), 863 estabelecimentos (50,3%) possuem área de 10 a 50 ha, 52 estabelecimentos (3,0%) com área entre 50 e 100 ha e 39 estabelecimentos (5,3%) com área acima de 100 ha. Configura-se, assim, que a zona rural de Joinville possui uma área de 87.511 ha, sendo que 5.520 ha são lavouras, 3.692 ha são reflorestamentos, 13.333 ha são pastagens e 64.437 ha são florestas (Joinville, 1998).

Com relação aos aspectos geográficos da região, o documento base da investigação foi a *Agenda 21 Municipal: compromisso com o futuro*, formulado durante a gestão do Prefeito Luiz Henrique da Silveira (1997-2000), lançada em 1998, e que permanece atual no que se refere aos aspectos fundiários do município, tais como: o relevo – que se desenvolveu sobre terrenos cristalinos da Serra do Mar em uma área de sedimentação costeira. A parte oeste do território municipal situa-se no planalto ocidental, com altitude média de 800 metros, e estende-se até os contrafortes da Serra do Mar. Na parte leste ocorre a região de planícies deposicionais, resultado de processos sedimentares aluvio-

nais nas partes mais interioranas e marinhas na linha da costa, onde encontram-se os manguezais. É nesta unidade que se desenvolveu a ocupação humana (áreas urbanas e agrícolas). Na região de transição entre o Planalto Ocidental e as Planícies Costeiras, encontram-se as escarpas da serra e vales profundos; no que tange ao clima, classifica-se como subtropical úmido com chuvas mais concentradas no inverno; a temperatura média anual da região é de 22° C, o índice médio de precipitação anual é de 1.909 mm e a umidade relativa do ar é de 76,4%. A precipitação é decorrente da interceptação da umidade proveniente do oceano por parte da serra; dentre os ecossistemas, de forte característica tropical, destacam-se a Floresta Atlântica e os Manguezais. São 640 km² cobertos de Floresta Atlântica e 40 km² cobertos por manguezais. Nos primórdios da colonização étnica europeia da região, a extração seletiva da madeira de qualidade foi intensa, e as florestas nativas foram derrubadas, cedendo espaço a áreas de cultivo, pastagens, reflorestamento de espécies exóticas, principalmente na planície costeira (restinga) e posteriormente no planalto. Quanto à hidrografia, a região apresenta um grande potencial de recursos hídricos, proporcionado pela combinação das chuvas intensas com a densa cobertura florestal remanescente. As principais bacias são as dos Rios Cubatão, Cachoeira e Piraí. Nas proximidades da foz dos principais rios, a sedimentação de partículas de argila e a ação das marés criam condições específicas para o surgimento dos manguezais.

ETNIAS E SUAS RELAÇÕES COM OS SISTEMAS AGRÁRIOS IDENTIFICADOS

Para desenvolver o presente item, torna-se necessário estabelecer dois fundamentos básicos que direcionarão a análise: os conceitos de etnia e sistemas agrários.

Segundo, Luz e Cubiak (2018, p. 94), o termo etnia

[...] tem origem na palavra grega *ethos* e seu significado está relacionado aos hábitos e costumes de um determinado povo, também está relacionada a outra palavra grega, *ethnos*, que significa raça, povo e cultura. Além disso, etnia é objeto de estudo da Antropologia, e se caracterizou desde cedo como tema principal da Etnologia, ciência que se propõe a estudar diferentes grupos étnicos.

E buscando uma síntese do termo etnia, em referência, constata-se em Aurélio (Etnia, 2008), o seguinte significado: “população ou grupo social que apresenta homogeneidade cultural (religião, língua e costumes), compartilhando história e origem comuns”.

Já com relação a sistemas agrários, deve-se registrar que a “definição” passou por uma série de transformações no decorrer do século XIX para o XX, uma vez que sendo a agricultura, em seu sentido amplo, “uma atividade social de produção de bens obtidos pela exploração da fertilidade útil de um meio que contém geralmente populações de espécies domesticadas ou não” (Miguel, 2009, p. 20), infere-se, então, que a partir dos inúmeros avanços tecnológicos sofridos, o conceito também modificou-se. Nesse sentido, é conveniente salientar a importância da participação da História e da Geografia (particularmente da Geografia Agrária), num primeiro momento, para a construção e compreensão desse conceito. A partir da metade do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, passaram a ocorrer novas abordagens sobre as formas de agricultura. Nessas circunstâncias, diante de um avanço na compreensão das novas realidades agrárias que se apresentavam, o conceito de sistemas agrários passou a ser reelaborado com o aporte das Ciências Agrárias, principalmente pela Agronomia (Miguel, 2009, p. 22).

E é nesse encaminhamento que o conceito de Sistemas Agrários apresentado por Mazoyer e Roudart (1997, p. 39) será adotado neste artigo: “é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento”.

Miguel (2009, p. 25) acrescenta, ainda, a essa definição:

Pode-se definir um sistema agrário como sendo a combinação das seguintes variáveis essenciais: o meio cultivado, os instrumentos de produção (materiais e força de trabalho), o modo de artificialização [intervenção] do meio, a divisão social do trabalho entre agricultura/artesanato/indústria, os excedentes agrícolas e as relações de troca com outros atores sociais; e [como aspectos de matriz social, econômica e política] as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo e o conjunto de ideias e instituições que permitem assegurar a reprodução social.

Assim, para início da análise, procurar-se-á identificar e propor as etnias participantes da ocupação do território do que hoje é Joinville, bem como relacionar a atividade humana inicial, no caso a agricultura, com os seus diversos sistemas agrários.

Diante do contexto teórico acima explicitado, identificou-se, para o caso da ocupação do território do hoje Município de Joinville, quatro grandes binômios na referência etnia-sistema agrário: indígena; luso-brasileiro/caboclo; colonial inicial e afrodescendente; e colonial contemporâneo.

SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA (ANTES DO SÉCULO XVII)

Fazendo parte da pré-história catarinense e, apesar de não ser considerado um sistema agrário como tal, cabe salientar a ocupação desse território pelos povos coletores do litoral, o chamado “homem do sambaqui”.

Esses povos construíram os denominados “sambaquis”, que são montes de conchas sobrepostos em camadas sedimentares e constituídos a partir de resíduos da pesca e coleta de moluscos, os quais, segundo pesquisas arqueológicas, denotam uma exploração especializada desses povos. Tal ocupação, na região de Joinville, é datada entre 2.000 e 6.000 AP (antes do presente) ou, aproximadamente, 5.000 anos, segundo estudos recentes (Cardoso, 1981; Piazza, 1989; Santos, 2004). Registre-se que em Joinville existe o Museu Arqueológico de Sambaqui, sendo referência internacional. Na região, são mais de quarenta sambaquis identificados, sendo dez deles localizados na área urbana. E, ainda, existe na cidade o Parque Natural Municipal da Caieira, que é um sambaqui preservado. O Parque possui sítios arqueológicos e ruínas de uma antiga fábrica de cal que utilizava os “casqueiros” dos sambaquis como matéria-prima.

Segundo pesquisas arqueológicas e antropológicas desenvolvidas no estado, os povos originários que habitavam o território em estudo pertenciam à grande matriz étnica Tupi-Guarani, sendo denominados, pelo protagonista europeu que aqui aportou, de Carijós ou Cariós. Esses povos encontravam-se nos primórdios da Revolução Agrícola Neolítica, ou seja, saíam do período paleolítico (idade da pedra lascada) há cerca de 12.000 anos, quando ainda dependiam de modos de predação (caça, pesca, colheita) e partiam para um período de especialização denominado neolítico (idade da pedra polida, possibilitando a confecção de instrumentos agrícolas primitivos), datado de menos de 10.000 anos. Sendo assim, passaram da fase da predação para a fase da prática da agricultura a

partir da domesticação das populações de plantas e de animais. Eis a revolução do período!

O exemplo paradigmático desse processo é o caso da mandioca, alimento fundamental para essa etnia. Além da mandioca, cultivavam o milho, a batata-doce, o cará, o feijão, o amendoim, a abóbora, o abacaxi, o mamão e a erva-mate (Ribeiro, 1995; Santos, 2004), sendo que esta foi de fundamental importância econômica para a região três séculos e meio depois, quando a história registrou o ciclo da erva-mate (segunda metade do século XIX para o século XX).

Deve-se salientar que a base da intervenção no meio ambiente de então, pelos indígenas, foi o denominado cultivo da coivara¹, também conhecido como “cultivo de corte e queima”, usado há milênios pelos povos originários (Cardoso, 1981). Trata-se, esse, do primeiro sistema agrário adotado pelos nossos ancestrais, o qual Mazoyer e Roudart (1997) denominam sistema agrário de cultura em terrenos de florestas abatidas-queimadas.

Tendo em vista aspectos geográficos da região de Joinville, não se pode separar a história do processo de ocupação da localidade com aquele de São Francisco do Sul. Vale considerar que o território que depois veio a ser chamado de Joinville, à época primórdia, pertencia ao povoamento vicentista de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco. Assim, era na ilha de São Francisco que chegavam os futuros grupos étnicos emigrados. Dali, partiam para se fixarem nas terras do continente.

As primeiras incursões europeias ao entorno do território que corresponde ao atual município de Joinville datam do início do século XVI, mais especificamente a partir de 1504. Neste ano o navegador francês Binot Paulmier, nascido na comuna francesa de Gonnevillle, na região da Normandia, estivera na costa de Santa Catarina, também conhecida, à época, como “Terra de Santana”. O primeiro contato com a terra foi na baía de São Francisco, denominada Baía da Babitonga, e estu-

1 Termo de origem indígena que significa empilhar e queimar e tornar a queimar troncos e galhos.

ário do rio Palmital localizado junto à ilha de São Francisco do Sul. Os franceses permaneceram ali ancorados por seis meses. Segundo Bueno (2016, p. 87), o líder local Carijó, chamado Arosca, ordenou que seus guerreiros suprissem os viajantes de produtos da predação como carne de veado, frutas e pinhões, bem como dos alimentos cultivados. Entretanto, não há outros registros históricos que comprovem a fixação deste primeiro elemento étnico europeu.

Já no século XVI, em pleno capitalismo mercantil, o primeiro registro de povoamento da região data de 1549, com a chegada dos espanhóis. Tendo inúmeras dificuldades de convivência com os indígenas, os espanhóis adotam o sistema agrário dos povos originários numa espécie de agricultura de subsistência, visando ao abastecimento das expedições. Entretanto, todos esses empreendimentos não passaram de “visitas acidentais”, pois não resultaram em fixação e estabelecimento de qualquer povoamento organizado e, consequentemente, não resultaram em nenhum sistema agrário organizado.

Com a colonização europeia, as terras dos povos originários foram invadidas em várias frentes de ocupação do território, gerando, não poucas vezes, conflitos e dizimação étnica², com os remanescentes refugiando-se cada vez mais para o interior, chegando às regiões do planalto catarinense. Esses povos passaram de donos legítimos da terra a intrusos indesejados, evidenciando-se, assim, a supremacia de uma etnia sobre outra.

SISTEMA AGRÁRIO LUSO-BRASILEIRO/ CABOCLO (SÉCULO XVII A XIX)

A partir de 1645, teve início uma nova tentativa de povoamento por parte dos vicentistas, ou seja, de sertanistas designados como “bandeirantes” e provenientes da capitania de São Vicente, na então Capitania de São Paulo (Piazza, 1989). As chamadas “bandeiras de povoamento” promoveram, então, uma ocupação efetiva. Nesse ano, chega à ilha de São Francisco uma expedição comandada por Manoel Lourenço de Andrade, o qual trazia família, escravizados, gado, instrumentos agrícolas e ferramentas para mineração. Essas “bandeiras”, como essa de Manoel Lourenço de Andrade, tinham como objetivo a busca de ouro e o apresamento dos remanescentes dos povos originários.

Como modo de intervenção no meio ambiente, apropriavam-se diretamente da caça e da pesca. A atividade agrícola implantada estava voltada para a subsistência (para o autoconsumo). Ou seja, adotavam os cultivos e as práticas agrícolas do sistema agrário indígena.

Em 1750, teve início a imigração açoriana para São Francisco do Sul (Piazza, 1989) e para o atual município de Araquari, então chamado de Parati. A partir dessa imigração, esboçaram-se alguns rudimentos de uma atividade agrícola e pecuária por meio do cultivo de mandioca, cana-de-açúcar e café, bem como com a criação de bovinos, porcos e aves. A prática agrícola era a da queimada, um sistema de cultivo denominado pouso/descanso, e preparo superficial do solo. Essa colonização da região foi realizada sem qualquer planejamento. As populações foram distribuídas à revelia de seus interesses, atribuindo-se a elas a missão de desenvolver uma agricultura de subsistência e de fornecimento de víveres para as fortalezas militares. Sendo assim, os objetivos eram, evidentemente, geopolíticos e de estratégia militar. A Coroa Portuguesa não mobilizava recursos e investimentos na região, tal como aplicava o sistema de colonização no Norte do Brasil.

2 Ocorreram, naquele período, verdadeiras caçadas aos povos originários para que os imigrantes que então se estabeleciam pudessem alavancar o projeto de colonização, levando ao desmatamento para o plantio e sem que houvesse a interferência da resistência dos indígenas nessa empreitada. Os encarregados dessas caçadas aos indígenas chamavam-se “bugreiros”, e eram contratados pelos colonos imigrantes.

A partir desse período, final do século XVIII, e partindo da ilha de São Francisco, tiveram início as incursões aos territórios do continente, cortando os manguezais próximos à foz do Rio Cachoeira. Inúmeros caminhos (entre eles o Caminho do Jurapé) e picadas foram então abertas, possibilitando, assim, a fixação de diferentes categorias sociais, como fazendeiros, sesmeiros, mamelucos, agricultores familiares, proletários (homens livres) e escravizados (mão-de-obra africana). Observa-se, assim, que se efetiva, então, na região, uma ocupação parcial. O território, amplamente conhecido pelos povos nativos, era uma demonstração de que esses povos nativos foram de grande utilidade quando da chegada dos primeiros colonos, especialmente para servirem de guias. E, como guias, tinham a iniciativa de contornar determinados obstáculos naturais que poderiam se antepor aos imigrantes desconhecedores da topografia local. Dentre as atividades agrícolas desenvolvidas por esses primeiros imigrantes colonizadores, destacam-se a cana-de-açúcar, mandioca, café, banana, algodão, feijão, arroz e milho. Na criação animal, tinham bovinos, porcos, aves e equinos, e o extrativismo seletivo da madeira foi um importante vetor nessa primeira fase (Ternes, 1981).

Entretanto, ocorreram vários fatores de crise desse sistema e prováveis fatores de transição, principalmente porque uma agricultura basicamente de subsistência não se comparava a uma agricultura mercantil. Dentre os fatores intervenientes no desenvolvimento e a considerar eram: as poucas e precárias vias de comunicação entre as localidades, o que aumentava o isolamento entre o litoral e o planalto; a mão-de-obra que poderia ser utilizada na agricultura foi direcionada, pela Corte, para campanhas militares, uma vez que a situação político-institucional do Brasil Colônia exigia a proteção do território contra as investidas espanholas; e, a posteriori, o acontecimento de questões internas como a consolidação da Independência, que demandou contingentes humanos para tal empreendimento, tais como a Guerra da Cisplatina, a Revolução Farroupilha, a Guerra do Paraguai, para citar apenas as mais conhecidas para nós aqui do Sul do país. Ou seja, a questão geopolítica interna, e, por último, a situação recorrente, a pouca aplicação de recursos financeiros por parte da Coroa Portuguesa, foram situações que contribuíram para alterar as implantações dos sistemas agrários na região de Joinville.



DENTRE AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS POR ESSES PRIMEIROS IMIGRANTES COLONIZADORES, DESTACAM-SE A CANA-DE-AÇÚCAR, MANDIOCA, CAFÉ, BANANA, ALGODÃO, FEIJÃO, ARROZ E MILHO. NA CRIAÇÃO ANIMAL, TINHAM BOVINOS, PORCOS, AVES E EQUINOS, E O EXTRATIVISMO SELETIVO DA MADEIRA FOI UM IMPORTANTE VETOR NESSA PRIMEIRA FASE

SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL INICIAL E AFRODESCENDENTE (DE 1850 A 1889)

Nesse terceiro sistema agrário proposto para a análise levada a efeito neste artigo, há que se registrar a existência, concomitante, mas não necessariamente sobreposta, do sistema agrário luso-brasileiro caboclo. Como refere Miguel (2009, p. 145), analisando o sistema agrário na região de florestas no sul do Brasil (com similaridades à região territorial em estudo neste artigo):

Com efeito, algumas regiões de florestas foram colonizadas de maneira espontânea por indivíduos de origem luso-brasileira/mestiços. Muitas vezes estabelecendo laços próximos com as populações indígenas locais, essas populações implantaram um modo de exploração da natureza baseado na agricultura (com sistema de derrubada-queimada) e na coleta/caça. Embora essa exploração fosse fortemente no autoconsumo, os agricultores mantiveram vínculos com o mercado (erva-mate, alguns excedentes agrícolas etc.).

Em realidade, pouco mais de cem anos separaram o povoamento étnico açoriano da futura colonização da etnia germânica na segunda metade do século XIX. Naquele período, ocorreram mudanças políticas expressivas e que tiveram fortes repercussões no Brasil Colônia: as tentativas de independência de Portugal (1789, 1817), a transferência da Família Real para o Brasil (1808), a proclamação da Independência (1822), o I Império e a promulgação da primeira Constituição Brasileira (1824). Com esses dois últimos atos, o Brasil deixou de ser Colônia para assumir a categoria de Império. Parte daí a gênese da formação do Estado Brasileiro.

Na segunda metade do século XIX, no período do II Império, ocorreram dois marcos legais importantíssimos no regime agrário brasileiro. O primeiro, com a Lei nº 601, de setembro de 1850, conhecida como a “Lei de Terras”, que dispunha

sobre as terras devolutas do Império determinando a medição, a demarcação e a utilização das mesmas para a colonização (Piazza, 1989, p. 70). E o segundo (também ocorrido em 1850), foi a extinção do tráfico de escravos africanos, cujo contingente, no país, segundo dados censitários estimados da época, já teria alcançado os dois milhões e meio de almas.

Assim, a colonização estrangeira adentra a pauta da economia política do Império e a então Província de Santa Catarina será uma das regiões eleitas para o ingresso de imigrantes europeus sob a orientação do Governo Imperial. Naquele período, na Europa, rondava uma severa crise alimentar, o crescimento excessivo da população sem postos para trabalhar e, economicamente, havia a concentração das grandes propriedades rurais nas mãos da aristocracia, o que dificultava ainda mais a vida da classe camponesa, tanto nos diferentes Reinos da Itália como, e principalmente, nos estados de língua alemã. Tais fatores colaboraram para que essa etnia emigrasse para o Brasil.

Esse evento materializou-se, na região em estudo, com a implantação da Colônia Dona Francisca. Assim, o processo da colonização pela etnia alemã neste território teve início quando o príncipe de Joinville, François Ferdinand Philippe, filho de Luis Felipe, Rei da França, recebeu 25 léguas de terras localizadas na então Província de Santa Catarina, como dote por ocasião do seu casamento com a princesa Francisca Carolina, irmã do imperador D. Pedro II. Na ocasião, a medição e a demarcação das terras dotais foi determinada pelo Secretário de Estado dos Negócios do Império e executada pelo Conselheiro e Tenente Coronel de Engenharia Jerônimo Francisco Coelho (Ficker, 2008).

Os primeiros colonos chegaram ao núcleo colonial Dona Francisca em 1851, aportando em São Francisco do Sul e adentrando ao continente num local chamado “Caminho do Jurapé”, sendo, então, um total de 200 imigrantes entre agricultores suíços, noruegueses, alemães e austríacos, artífices de diversos ofícios (Ternes, 1981).

O acontecimento da imigração europeia na região em estudo passou a dar outra configuração ao território, uma vez que essas etnias, além das suas bagagens, traziam consigo o legado de quase um século de Revolução Industrial na Europa. Esse impacto socioeconômico, como também político, está registrado pela Professora Raquel S. Thiago (1988, p. 19):

Desenvolveu-se, portanto, no Sul do Brasil, um sistema diferente de colonização, onde o imigrante contribuiu para a formação de núcleos urbanos. Estes núcleos ganharam importância assim que foi ultrapassada a fase de economia de subsistência, integrando-se a região a correntes comerciais mais amplas e ampliando-se relativamente o mercado interno.

Ou seja, o capitalismo adentrou nessas terras de modo inexorável, sendo o ponto de partida para a efetiva dinâmica do crescimento econômico da região. Torna-se necessário assinalar, nesse caso, o estabelecimento da imprensa nesses rincões, pois, sem ela, muitas das narrativas conhecidas hoje não teriam sido eternizadas via os jornais que passaram a fazer parte do cotidiano das comunidades.

A forma de produzir adotada pelos colonos das etnias que colonizaram a região de Joinville compreendia, basicamente, três fases: o desmatamento; o arroteamento e a rotação de terras (Mazoyer; Roudart, 1997). Portanto, o modo de intervenção no meio consistia em um sistema de cultivo com pousio (descanso) e preparo superficial do solo. Dentre as principais atividades agropecuárias desenvolvidas na região, destacam-se a criação de bovinos e o plantio de cana-de-açúcar, arroz, mandioca, fumo, feijão, batata, milho, café e algodão.

É interessante destacar que o sistema produtivo colonial da região não se firmou apenas sobre a agricultura. Além da exploração da terra, os colonos europeus possuíam um capital humano importante, ou seja, trabalhavam em diversos

ofícios. Nesse sentido, a agricultura colonial combinou com o artesanato rural. Essa união desenvolveu um vigoroso sistema comercial através de armazéns e pequenos mercados. Iniciaram-se aí as trocas mercantis (Ternes, 1986).

Nos primeiros trinta anos da colonização dessa etnia, a vida econômica e agrícola da Colônia Dona Francisca se restringia à simples transformação de produtos agrícolas, principalmente cana-de-açúcar em açúcar e aguardente/cachaça, e a mandioca na implantação de engenhos de farinha, conforme registra S. Thiago (1988).

Em 1865, inaugurou-se uma nova frente de colonização ao norte da vila Dona Francisca rumo aos chamados campos de São Miguel e ao Vale do Rio São Bento, hoje os municípios de Campo Alegre e São Bento do Sul. Implementava-se aí a abertura de uma estrada em direção ao planalto norte catarinense. Essa estrada, que ligava a sede da Colônia ao planalto serrano, denominou-se Estrada da Serra e, depois, Estrada Dona Francisca, também conhecida como Estrada da Erva-Mate.

Tal empreendimento dinamizou a economia da colônia com desenvolvimento da lavoura e criação de gado, bem como transformou-a em principal entreposto do comércio de exportação da erva-mate trazida do planalto para regiões como a Argentina, Uruguai e Chile. É importante salientar que já havia a exportação da madeira extraída da região e também de produtos agrícolas como farinha de mandioca, açúcar, fumo e banana.

Com todo esse contexto, o governo da Província e o Império interessam-se pelo desenvolvimento da região mobilizando recursos. E, assim, o capitalismo mercantil e financeiro, embora tardio, estabeleceu-se com a intensificação do extrativismo da madeira e da erva-mate.

E nessa região, ao norte de Joinville, na região do planalto norte catarinense, mais especificamente nos hoje municípios de São Bento do Sul, Mafra, Rio Negro e Porto União, além dos municípios limítrofes localizados na província do Paraná (desmembrada de São Paulo em 1853), concentravam-se em abundância os

ervais nativos. Nessa época, ainda não estavam estabelecidos os limites entre Santa Catarina e o Paraná, e o conjunto dessas localidades congregavam a chamada Região do Contestado, que na segunda metade do século XIX configurou-se como uma região em litígio (Andrade Júnior, 2009, p. 24).

Em março de 1866, Joinville obteve a sua emancipação desmembrando-se de São Francisco do Sul, e viu instalar-se como Município, em 1869. Entretanto, permaneciam precárias as vias de comunicação entre as suas localidades. Nesse sentido, torna-se necessário salientar que, embora Joinville não possuísse ervais nativos ou cultivados, ou seja, os ervais não eram um sistema agrário implantado no território do município, neste artigo tratamos desse importante e dinamizador ciclo econômico, porque Joinville tornou-se o centro agregador e entreposto para a exportação da erva-mate e porque a referida planta, de domesticação milenar pelo sistema agrário indígena, possibilitava o extrativismo, o beneficiamento e a sua comercialização, o que plasmou a primeira grande acumulação capitalista na região.

Neste momento do texto, cabe analisar o sistema agrário afrodescendente, ou seja, a participação da etnia africana como protagonista na evolução e diferenciação dos sistemas agrários em Joinville.

Na historiografia clássica de Joinville, através dos autores Ficker (2008) e A. Ternes (1981), praticamente inexitem referências sobre a participação africana e seus remanescentes no processo socioeconômico e, como veremos adiante, político de Joinville. E nesse contexto, Rosa (2006, p. 56) registra que “falar sobre a história do(a) negro(a) em Santa Catarina, sua participação na construção deste estado, é mergulhar em um universo obscuro, tendo em vista a escassez de fontes e a contraditoriedade das poucas encontradas”.

Entretanto, de acordo com Souza, Prateat e Vicenzi (2021, p. 42), entre os anos de 1857 e

1889, registros eclesiásticos (óbitos, batizados e casamentos) são relevantes com a presença significativa de negros – afro-brasileiros – na cidade. A presença deles remonta a anos anteriores à imigração europeia para a região, no século XIX. Desse modo, as famílias luso-brasileiras e seus devidos escravizados, estes, por sua vez, afrodescendentes, já estavam por estas terras antes da vinda dos germânicos.

Atualmente, Corrêa e Meira (2021, p. 4-6), por meio de recentes estudos junto às comunidades remanescentes de quilombolas na região norte do município, mais especificamente, no distrito de Pirabeiraba, nas imediações do Rio Cubatão, num local denominado Beco do Caminho Curto, constataram, não só da oralidade local, como também encontraram vestígios arquitetônicos e históricos da existência de engenhos de açúcar. Um desses engenhos seria apontado como a “maior e mais moderna fábrica de açúcar da Província de Santa Catarina”. O referido empreendimento, segundo os autores citados, alterou significativamente a dinâmica e as transações comerciais do Município, visto que sua pujança se valeu da produção de cana de outros agricultores próximos à localidade. Uma das vantagens do plantio e do cultivo da cana-de-açúcar seria, então, o aproveitamento das parcelas restantes de terra para outros cultivos agrícolas, tais como a mandioca, o feijão, o milho, a batata etc. Após a realização da colheita, iniciava-se o beneficiamento pelas etapas de moagem, destilação e produção de aguardente e demais derivados da cana-de-açúcar.

Denota-se que a trajetória histórica e econômica da cidade teve a contribuição e a participação da população afrodescendente, colocando Santa Catarina como um espaço açucareiro periférico, mas que escoou a sua produção quase que integralmente para o mercado regional. Estudos vêm demonstrando, portanto, que a escravidão e o protagonismo da população negra em Joinville são temas que vêm ganhando espaço no ambiente acadêmico.

No final do século XIX e início do século XX, a região passou a receber a participação de outra etnia, a qual assumiu um papel importante nos sistemas agrários do município, principalmente naquelas localidades de transição entre o planalto e as planícies costeiras, ao sul do território, ou seja, nas chamadas áreas de várzea. Aí, nesse cenário, destaca-se a etnia italiana, que passou a introduzir a modernização tecnológica no cultivo do arroz (Duarte; Carelli, 2016), e dando destaque a um período de ocupação de outro espaço agrário no município de Joinville.

SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL CONTEMPORÂNEO (FINAL DO SÉCULO XIX, SÉCULOS XX E XXI)

Esse último sistema agrário, identificado e proposto para este artigo, abrange os períodos compreendidos entre o final do século XIX prolongando-se durante todo o século XX até os nossos dias. Inicia-se a partir dos marcos históricos da “Abolição da Escravatura” e do “advento da República”.

Quanto à questão da abolição da escravatura, a historiografia clássica de Joinville (Ficker, 2008; Ternes, 1981, 1986) refere que, tendo em vista os acordos sobre a implantação da Colônia Dona Francisca entre a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (1849) e o Governo Imperial, não haveria a utilização da mão-de-obra escrava naquele território. Tal condição denotará um aspecto socioeconômico peculiar na região Sul do Brasil, conforme descreve Gorender (1981, p. 31):

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, temos o caso único de uma acumulação originária [primitiva] do capital que se processa, não a partir da economia de plantagem escravista, porém a partir da economia de pequenos camponeses e artesãos livres, estabelecidos nas zonas de colonização alemã e italiana.

Entretanto, torna-se necessário salientar, aqui, a exclusão histórica daqueles luso-brasileiros já instalados na região antes da chegada dos imigrantes europeus e que se utilizavam da mão-de-obra escrava africana em suas propriedades, conforme já descrito no item anterior. Além disso, cabe referir que, nos registros da historiografia do município, consta que, no dia 13 de maio de 1888, negros e mulatos, moradores da redondeza, “percorreram a cidade de Joinville soltando foguetes e bombas, manifestando assim a sua alegria e dando vivas à Princesa Isabel” (Ternes, 1981, p. 157).

O ato do advento da República foi para Joinville um fato histórico de seminal importância para o seu destino socioeconômico e político. Naqueles tempos, inúmeras variáveis já estavam a caminho para contribuir com a implementação do desenvolvimento capitalista da região. E foi justamente a erva-mate, um produto agrícola, fruto da domesticação milenar do sistema agrário indígena e abundante no Planalto Norte catarinense, o grande propulsor da primeira grande acumulação de capitais financeiros.

O comércio da erva-mate, também conhecido como extrativismo ervateiro, tem seu período áureo em 1891. O primeiro presidente do Brasil Republicano, Marechal Deodoro da Fonseca, assinou o Decreto nº 1273, de 10 de janeiro de 1891, permitindo a exploração da erva-mate no estado de Santa Catarina. Assumiram essa atividade vários capitalistas e banqueiros de Joinville, simpáticos ao regime republicano, e congregados pela implantação da Sociedade Anônima Companhia Industrial Catarinense. O governo republicano assegurou à referida empresa o monopólio da extração da erva-mate durante vinte anos nos municípios de São Bento, Blumenau, Curitiba, Campos Novos, Lages e São Joaquim, sendo, esses últimos, todos municípios da região do Planalto Catarinense. Segundo Almeida (1979), esse empreendimento expandiu-se grandemente com a instalação de armazéns-depósitos nas cidades de Rio Negro, Antonina, Morretes e Paranaguá, no Estado do Paraná e, em Santa Catarina, nas cidades de Porto União, Campo Alegre e

São Bento do Sul, além de sua matriz em Joinville. Ou seja, com essa ação, o governo republicano implantou a apropriação de um sistema agrário externo ao território do município de Joinville para, assim, gerar progresso e crescimento econômico em escala regional. Tal acontecimento é uma característica do desenvolvimento brasileiro em sua fase de implantação do capitalismo financeiro.

O surgimento da Sociedade Anônima Companhia Industrial Catarinense acompanhou o fato econômico ocorrido na transição entre o final do II Império e o advento da República, conhecido, classicamente, como Encilhamento. Esse evento foi implementado quando da gestão de Rui Barbosa como Ministro da Fazenda do primeiro governo republicano, com a criação de bancos emissores de moeda, acarretando violenta especulação financeira. Esse foi o referencial histórico da política econômica brasileira de associação do capitalismo mercantil com o capital financeiro, o que provocou evidente impacto na economia joinvilense.

Destarte, tal empresa tornou-se a força-motriz da primeira grande acumulação de capital em Joinville, rumo à futura industrialização (Ternes, 1986). Dessa forma, caracteriza, sobremaneira, a introdução de um capitalismo tardio em Santa Catarina, e que se manifestou em todo o Brasil no início do período republicano. Goulart Filho (2002, p. 980) demarcou essa fase como a origem e o crescimento do capital industrial catarinense. A Sociedade Anônima Companhia Industrial Catarinense desfaz-se em 1906 devido às crises econômicas pós-Encilhamento e às sucessivas intervenções governamentais. Entretanto, cabe registrar que os seus quinze anos de atividade foram primordiais para o crescimento econômico da região.

Ainda nesse contexto social, econômico e político da cidade de Joinville, salienta-se uma personalidade de destaque, Abdon Baptista. Foi médico, jornalista, acionista da Sociedade Anônima Companhia Industrial Catarinense e político. Nascido na Bahia em 1852, homem negro descendente de ex-escravizados, ocupou cargos políticos importantes nos âmbitos local, estadual e nacional. Foi

Superintendente Municipal (Prefeito) de Joinville, Deputado Estadual e Federal, e, ainda, Senador da República (S. Thiago, 1988; Barbosa, 2016). Como membro do Partido Republicano Catarinense, a partir da fusão de 1902, Abdon Batista materializou, em Joinville, o que Andrade Júnior (2023) denominou de “paradigma oligárquico catarinense durante a Primeira República”.

Adentrando o século XX, em 1906 foi inaugurada a estrada de ferro entre Joinville e São Francisco do Sul, modernizando o acesso àquela região portuária. Entre 1910 e 1960, uma nova onda de acumulação de capitais financeiros intensificou o processo de industrialização regional. As duas Grandes Guerras Mundiais e o surto desenvolvimentista dos anos 1950, trouxeram vantagens comerciais para a localidade. A indústria buscou no campo a mão-de-obra necessária e, a partir daí, teve início a onda de êxodo rural intramunicipal na região.

Paralelamente a isso, e apesar de existirem inúmeros registros na historiografia clássica de Joinville sobre o cultivo de arroz (na metade do século XIX), somente a partir da segunda metade do século XX (meados da década de 1960), com a migração de agricultores de etnia italiana da região do Médio Vale do Itajaí, mais precisamente das localidades de Rodeio, Ascurra, Rio do Oeste e Rio dos Cedros, que se fixaram ao sul do município, na região hoje denominada Vila Nova, *é que a rizicultura se estabeleceu como importante sistema agrário em Joinville, ocasionando, assim, a expansão da fronteira agrícola do município.*

Tais descendentes de italianos migraram da região do Médio Vale do Itajaí devido às frequentes enchentes que lá ocorriam, ocasionadas pelo intenso desmatamento que assolara a região e que causou a degradação do solo, o assoreamento dos rios, as alterações climáticas e, conseqüentemente, as enchentes. Esses agricultores traziam consigo a técnica do plantio do arroz irrigado com o sistema de plantio pré-germinado. Com essa técnica, a produtividade do arroz em kg/ha praticamente triplicou, o que acabou colocando a região no quarto lugar em área cultivada, segundo dados da Epagri

(2020). Nesse sentido, a rizicultura destaca-se, hoje, no município, com uma área total de 3.170 hectares (ha) de lavouras de arroz irrigado e com uma produção, na última safra 2019/2020, de 22.969 toneladas (t) de arroz. Também a bananicultura é uma cultura agrícola relevante na região, contando com uma expressiva área plantada de cerca de 620 ha.

Nessa fase é que o município de Joinville pode materializar a sua “revolução verde”, também denominada modernização conservadora da agricultura (Andrade Júnior, 2009, p. 37). Ou seja, com o aporte do sistema de cultivo motomecanizado e com utilização de insumos industriais (Joinville, 1988), além do arroz e da banana, também o palmito pupunha e a mandioca (aipim) foram sendo os responsáveis pela introdução dessa moderna tecnologia e do uso intensivo de insumos agrícolas (adubos, agrotóxicos etc.) na região.

Simultaneamente a esse salto agrícola, Joinville teve um novo impulso industrial, que, aliado ao processo de herança em relação à divisão das propriedades rurais, provocou uma nova onda de êxodo rural. E a indústria passou a absorver esse contingente trabalhador procedente da área rural do município.

A administração municipal teve um importante papel nesse pormenor, pois fomentou a produção agropecuária/educação rural através da instituição de um serviço de extensão rural em 1966, a conhecida Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho, implantada juntamente com a instalação do Ginásio Agrícola. Com isso, a bovinocultura de leite, a apicultura e a piscicultura (principalmente o cultivo da espécie tilápia) ganharam um grande incremento.

Desde a implantação da primeira estação de piscicultura do estado de Santa Catarina, em 1974 até os dias atuais, Joinville vem adquirindo destaque na piscicultura. E hoje conta com 65 piscicultores que perfazem uma área de lâmina de água de 110 ha, com produção, em 2021, de 954 t de pescado, sendo cerca de 96% de tilápia-do-Nilo.

Nas décadas de 1970/1980, a região foi considerada como a maior bacia leiteira do estado, contan-

do, à época, com uma Cooperativa Agrícola para o beneficiamento e comercialização da produção (Vicenzi, 1996).

Os anos de 1990 demonstraram toda a intensa urbanização do município. Há, ainda hoje, uma concentração da atividade agropecuária nas localidades de Pirabeiraba, ao norte, sendo um polo mais policultor, e na Vila Nova, ao sul, com predomínio da monocultura do arroz. Com a falência da Cooperativa Agrícola sediada no distrito de Pirabeiraba, a bovinocultura de leite entrou em declínio. E hoje, nessa localidade, agregam-se novas cadeias produtivas, tais como a olericultura, a floricultura, avicultura colonial, cana-de-açúcar com a produção do melado, apicultura, agroindústria familiar com a produção de geleias caseiras e panificação, além, ainda, do turismo rural.

Desse modo, ao contrário do que se pudesse imaginar, o espaço rural de Joinville tornou-se complexo na virada do século XX para o XXI, pois as políticas públicas, sejam elas federais, estaduais ou municipais para a Agricultura e o Meio Ambiente, bem como o direito constitucional do cidadão à Segurança Alimentar e Nutricional, converteram-se na tônica das políticas de Estado e de Governo no Brasil. Esse fato tem resultado em relevante impacto na dinâmica do cenário agrícola/agrário do município de Joinville.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de encetar algumas considerações, retomam-se os objetivos propostos para este artigo. Procurou-se resgatar a trajetória humana, através da diversidade de etnias, bem como o protagonismo dessas etnias, num primeiro momento, por meio da agricultura, particularmente na agricultura praticada no território que hoje compreende o município de Joinville. O conteúdo desta análise, porém, não é definitivo, uma vez que nenhum trabalho acadêmico deve assumir essa condição.

Em um segundo momento, à medida que se avançou no estudo, surgiram diversos outros ele-

mentos que levaram a novos objetos de pesquisa, manifestando-se, assim, num verdadeiro “caldo de cultura” para outros trabalhos. Dessa forma, vislumbraram-se alguns eixos básicos para o exercício de breves considerações, tendo em vista a delimitação normativa do presente trabalho. Portanto, buscou-se, aqui, sistematizá-los e interpretá-los para melhor compreensão dessas constatações iniciais, particularmente sob os aspectos social, econômico e político.

Observa-se, então, o aspecto epistemológico do binômio etnia-sistema agrário, pois ao descrever os fatos históricos e elucidando-os à luz da Sociologia, da Economia e da Ciência Política, geraram-se novas experiências e interpretações da realidade, partindo-se das estruturas simples, seguindo para as mais complexas, numa linha evolutiva. Tal dinâmica é característica dos processos seculares e civilizatórios, engendrando, assim, a construção de novos conhecimentos.

Analisando-se a historiografia disponível, percebe-se a priorização dos sistemas agrários de matriz étnica europeia, desconsiderando ou, muitas vezes, provocando um apagamento histórico dos sistemas indígena e afrodescendente. No artigo, procura-se resgatar as peculiaridades de ambos os complexos agrários, sendo utilizados dois autores como referencial desse aspecto. O primeiro é Santos (2004, p. 23), que ressalta: “pouco se enfatiza que os indígenas do Brasil domesticaram e utilizaram várias espécies de vegetais como o milho, a mandioca, a erva-mate, que logo foram absorvidas pelos europeus”. E Silva (2001, p. 12), que também registra:

O sistema indígena com a domesticação milenar dos vegetais é a base da alimentação do brasileiro. A realidade das populações indígenas é frequentemente ignorada, desde os sistemas de produção agrícola e as múltiplas manifestações culturais, até o manejo ecológico das florestas e a proteção da biodiversidade, em virtude dos poucos canais e espaço para a sua difusão no cenário cultural e político do País.

O processo de ocupação demográfica do território e a dinamização da sua economia através da agricultura também foram contemplados neste artigo. Observa-se, utilizando o termo cunhado por Darcy Ribeiro na magistral obra *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, à página 39, que a partir do “achamento” destas terras, a marcha foi custosa e indolente, praticamente mais de dois séculos e meio. Goulart Filho (2002, p. 979) discorre sobre essa particularidade:

Dentro do movimento de mudança secular e lenta, buscamos compreender a forma pela qual Santa Catarina deixou de ser uma economia de subsistência para se inserir no capitalismo brasileiro, um capitalismo específico, tardio e desorganizado. Dentro dessa formação econômica, procuramos entender a integração de Santa Catarina no sistema nacional de economia, a complementaridade da economia catarinense ao mercado nacional, a especialização regional e as dinâmicas internas.

Enquanto não foi estabelecida a ligação de Joinville com o Planalto Norte Catarinense via a construção da Estrada Dona Francisca, em 1865, e a conseqüente implementação do complexo extrativista da erva-mate (1891-1906), a atividade econômica não se dinamizou na região. Depois de incrementado, “este complexo financiou a industrialização de Joinville” (Almeida, 1979). Embora haja contestação em relação a essa tese, tal como propõe Rocha (1994, p. 61):

Em síntese, no processo de industrialização de Joinville a fase artesanal predominou nas três primeiras décadas (1851-1880) e se desenvolveu graças à presença de muitos artesãos e à existência de um mercado consumidor (colonos, necessidade de equipamentos etc.). As primeiras indústrias foram fundadas a partir de 1880, originárias dos artesãos e capital comercial não ervateiro.

Entretanto, a mesma autora (Rocha, 1994) admite que alguns fundadores das grandes indústrias de Joinville tenham efetivado a sua acumulação originária de capital a partir da agricultura, mais especificamente do ciclo extrativista da erva-mate.

A pesquisa que fundamentou esse artigo também vislumbrou um aspecto importante no que tange à crescente industrialização e sua relação com o desenvolvimento rural no município, mais especificamente nas relações de trabalho. Constatou-se que a indústria utilizou-se (e utiliza-se), em vários momentos, da mão-de-obra rural. Segundo Rocha (1994, p. 86), “a maior parte da mão-de-obra disponível em Joinville sempre foi de origem agrícola, seja dos arredores, do Estado ou, mais recentemente (década de 80), do Paraná, cuja desqualificação foi e é uma dificuldade para as indústrias locais”.

E a utilização da mão de obra rural na indústria de Joinville vem de longa data. Em meados dos anos 1930, no contexto da modernização capitalista, os trabalhadores do campo passaram a receber uma atenção por parte do poder econômico e político da cidade no sentido não só de abastecimento de alimentos, mas, também, no que Graper (2023, p. 174) define como “higienização do trabalho no campo”, sob o discurso de insatisfação com o atraso rural. Tal questão vai ao encontro do que Schneider (1999) refere sobre os colonos-operários, pois esclarece que na medida em se institui a categoria agricultura familiar definida como “produção agrícola com base na mão-de-obra familiar, não recorre-se à mão-de-obra assalariada, a não ser de forma ocasional ou em quantidade inferior à mão-de-obra familiar”. Segundo Andrade Júnior (2009, p. 60), o colono transfigura-se num ator multifuncional entre o espaço urbano e o espaço rural. Trata-se da categoria de análise sociológica denominada pluriatividade no meio rural, como definido por Schneider (1999, p. 87), dando-se aí “a absorção crescente da força de trabalho rural pelos sistemas industriais localizados”.

Acompanhando a modernização conservadora da agricultura no Brasil, implementada na segunda metade dos anos 1960 e caracterizada pelo crédito rural, pesquisa agrônômica e assistência técnica/extensão rural, segundo Andrade Júnior (2009), em 1966 foram instituídas, no município de Joinville, a Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e a Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke, ambas localizadas no distrito de Pirabeiraba. Segundo Vicenzi (1996), esses órgãos municipais impulsionaram a produção agrícola local originando a especialização de várias cadeias produtivas, tais como o arroz, banana, palmito pupunha e juçara, bovinocultura de leite, piscicultura, produção de alimentos agroecológicos, turismo rural, agroindústrias com o processamento de aipim, conservas de vegetais, geleias de frutas, laticínios, melado, panificação e polpa de frutas.

Nos anos finais do século XX e inícios do século XXI, novas funções foram assumidas pelo rural e o agrícola na região. A partir dos movimentos sociais no setor, a agricultura familiar consolidou-se. Com a Lei Agrícola instituída pela Constituição Federal de 1988, os direitos civis passaram a contemplar a alimentação digna e saudável. A política de financiamento agrícola passou a conjugar-se com o abastecimento alimentar. Foram, então, instituídos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Os impactos dessas políticas públicas hoje são notáveis no meio rural de Joinville. O autor deste artigo participou ativamente desse momento como servidor concursado da Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho no período de 1999 a 2008, sendo que no período de 2004-2008, foi Coordenador de Produção Animal. O documento denominado *Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2022-2025*, formulado pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Joinville (2022), esmiúça todo o histórico deste período no meio rural de Joinville. No en-

tanto, não se observa no documento a participação do setor agrícola na economia do município expresso em seu Produto Interno Bruto!

O arcabouço jurídico na área ambiental, com a instituição, em 2012, do Código Florestal Brasileiro, o qual orienta e disciplina o uso da terra e a conservação dos recursos naturais do Brasil, tornou-se rigoroso para o agricultor. Em Joinville, essa legislação provocou impacto expressivo, limitando a atividade agrícola e, por outro lado, provocando a voraz usurpação do uso do solo através da especulação imobiliária. Inexoravelmente, o urbano avança sobre o rural!

Em caráter geral, este estudo evidenciou, em nível local, o universal papel da agricultura nas sociedades, tal como expresso por Miguel (2009, p. 9):

A sociedade contemporânea, ofuscada pelos avanços tecnológicos proporcionados pela modernidade, tende a relegar a agricultura (em seu sentido amplo) e suas mais diversas formas de expressão a um papel coadjuvante e secundário para a humanidade. No entanto, apesar dos avanços notáveis da tecnologia moderna, a agricultura permanece sendo uma atividade indispensável e incontornável para a humanidade. A produção de alimentos e de matérias-primas, a geração de emprego e [renda], a manutenção de paisagens e de modos de vida são algumas das contribuições da agricultura para a humanidade. A agricultura, em suas mais diversas formas e configurações que conhecemos na atualidade, é o resultado de um longo e complexo processo iniciado há mais de 10.000 anos [como relatado e analisado neste modesto artigo]. O resultado desse longo processo, fortemente marcado pelas peculiaridades sociais e condições locais de produção, deu origem a diversas formas de agricultura nas mais diferentes regiões do globo terrestre. Assim, a reconstituição desse processo e o entendimento dos fato-

res que condicionaram essa evolução e expansão heterogênea e descontínua da agricultura através do mundo são de fundamental importância para a compreensão das diferentes realidades agrárias e formas de produção existentes no mundo rural.

Portanto, na contemporaneidade, a diversidade agrícola policultora e a heterogeneidade étnica dos agricultores define o espaço rural de Joinville. Assim, o território não se caracteriza eminentemente por apenas uma etnia (diga-se eurocêntrica), denotando o que se poderia chamar de uma cidade weberiana, buscando identificar na expressão alguma similaridade na obra redigida por Max Weber *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, no que diz respeito ao processo social e econômico da imigração europeia. Assim, constata-se o efetivo protagonismo de várias etnias no desenvolvimento rural do município.

E, para finalizar, visa-se esclarecer que, no decorrer da pesquisa, evidenciaram-se inúmeros outros aspectos que poderiam ser objetos de novos estudos, o que reforça o que já foi salientado neste trabalho, que ele não se propõe a ser definitivo, mas, sim, que se deve considerá-lo como mais um esforço para essa grande construção.

Destarte, parafraseando Homero, em seu clássico *Odisseia*, desde que o primeiro Carijó ou Carió da grande matriz étnica Tupi-guarani manejou a sua coivara para o plantio da mandioca nas franjas da Baía da Babitonga, até o agricultor italiano da matriz europeia utilizando seu trator para o cultivo do arroz nas várzeas do atual bairro da Vila Nova, são mais de cinco séculos. A narrativa e a análise trabalhadas neste artigo são, pois, o simbolismo da aventura humana e sua prática agrícola, visando não só a sua sobrevivência como também a sua emancipação civilizatória.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. P. **Um aspecto da Economia de Santa Catarina: a indústria ervateira, o estudo da Companhia Industrial**. 1979. 250 f. Dissertação (Mestrado em História - Área Econômica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

ANDRADE JÚNIOR, R. C. **O Partido Republicano Catarinense (1885-1930) e a Teoria Política**. Barra Velha, [s. n.], 2023.

ANDRADE JÚNIOR, R. C. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (Cooarpa)**. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

ANDRADE JÚNIOR, R. C. O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (Cooarpa). **Cadernos do CEOM/Políticas Públicas: memórias e experiências**, Chapecó, ano 22, n. 30, p. 83-99, jun. 2009.

BARBOSA, M. A. Uma história de duas cidades: trajetória e vida da Abdon Baptista. **Revista NEP** (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v. 2, n. 1, 2016.

BUENO, E. **Náufragos, traficantes e degredados**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

CARDOSO, C. F. S. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA, A. B.; MEIRA, R. B. Um patrimônio esmaecido: a produção açucareira, o Beco do Caminho Curto e a presença quilombola em Joinville (SC). **Revista de Gestão do UniLasalle**, Canoas, v. 10, n. 2, 2021.

DUARTE, A. F.; CARELLI, M. N. Entre picadas e roçados: o cultivo de arroz na paisagem da colônia Dona Francisca. **4º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto**. Belo Horizonte, 26 a 28 de setembro, 2016.

EPAGRI. **Epagri conclui mapeamento por imagens de satélite da área de cultivo de arroz**. 2020. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/07/31/epagri-conclui-mapeamento-por-imagens-de-satelite-da-area-de-cultivo-de-arroz/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

ETNIA. *In*: AURÉLIO, A. B de H. **Novo Aurélio: dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FICKER, C. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Letradágua, 2008.

GORENDER, J. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GOULART FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.

GOULART FILHO, A. História econômica da erva-mate em Santa Catarina. **Identidade 85**, 2022. Disponível em: <http://www.identidade85.com/2022/10/historia-economica-da-erva-mate-em.html>. Acesso em: 6 mar. 2024.

GRAPER, W. dos S. Modernização capitalista e higienização do trabalho no campo em Joinville: uma análise histórica do periódico A Agricultura de Joinville (1933-1938). **Cadernos Ceru**, São Paulo, série 2, v. 34, n. 2, dez 2023.

GUEDES, S. P. L. de C. A escravidão em uma colônia de “alemães”. XXIV Simpósio Nacional de História - Associação Nacional de História - ANPUH. **Anais [...]**, São Leopoldo/RS, 2007.

IBGE. **Joinville**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>. Acesso em: 22 fev. 2024.

JOINVILLE. **Agenda 21 Municipal**: compromisso com o futuro. Joinville: Prefeitura Municipal, 1998.

JOINVILLE. **Delimitação das áreas com potencial para o desenvolvimento da agropecuária no município de Joinville**. Joinville: AEASC, 1991.

JOINVILLE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDS)**. 2024. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/plano-diretor-de-desenvolvimento-sustentavel-pdds/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

JOINVILLE. **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2022-2025**. 1ª Versão. Com considerações do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN. Joinville: Prefeitura de Joinville, Secretaria de Assistência Social, 2022.

JOINVILLE. **Projeto de prevenção e contenção de cheias na área rural de Joinville, Bacia do Pirai**. v. 1. Joinville: Fundação municipal 25 de julho, Prefeitura municipal de Joinville, 1988.

LUZ, L. da; CUBIAK, M. J. **Multiculturalismo**. Indaial: UNIASSELVI, 2018.

MATE: a erva que enriqueceu Joinville. **Joinville Ontem & Hoje**, Joinville, n. 5, mar. 2008.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa, Instituto Piaget, 1997.

MIELITZ NETO, C. G. A. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MIGUEL, L. de A. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PIAZZA, W. F. **Santa Catarina**: história da gente. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, I. de O. **Industrialização de Joinville (SC)**: da gênese às exportações. 1994. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, Coordenadoria de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 1994.

ROSA, V. da. **A invisibilidade da mulher negra em Joinville**: formação e inserção ocupacional. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

S. THIAGO, R. **Coronelismo urbano em Joinville**: o caso de Abdon Baptista. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

SANTOS, S. C. dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SILVA, J. P. da. **Populações indígenas e resgate de tradições agrícolas**. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2001.

SOUZA, S. de; PRATEAT, J.; VICENZI, T. **Quilombolas**: um olhar sobre as populações afrodescendentes em Joinville (SC) e região. Joinville: Univille, 2021.

TERNES, A. **História de Joinville**: uma abordagem crítica. Joinville: Meyer, 1981.

TERNES, A. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

VICENZI, H. **Fundação municipal 25 de julho**: 30 anos a serviço da família rural. Joinville: Fundação municipal 25 de Julho, 1996.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1967.



TITO GALVANIN NETO¹

Estado e Governança nas Diretrizes da Unesco

State and governance in Unesco guidelines

ARTIGO 2

28-43

¹ Universidade Estadual de Londrina.

Resumo: O presente artigo analisa o Relatório de Monitoramento Global do Educação Para Todos (REPT) de 2009 intitulado: *Superando desigualdades: por que a governança é importante*. Investiga-se qual tem sido a orientação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) quanto ao posicionamento do Estado. Deste modo, situa-se o papel do Estado sob o conceito de governança em relação ao REPT 2009, o qual orienta ações que dão autonomia ao Estado no que se refere à realocação de recursos. Entretanto, o modelo de financiamento proposto pela UNESCO impõe barreiras, em especial, pelas instituições financeiras envolvidas no processo de financiamento da educação que exigem o modelo gerencial de atuação. Com efeito, o anseio por recursos pela UNESCO preocupa na medida em que sugere práticas ao Estado em detrimento de outros setores importantes da agenda governamental. Logo, a recomendação de empréstimos com alguns setores fragiliza o discurso de realocação de recursos no interior do REPT de 2009 fortalecendo, por conseguinte, um modelo educacional proposto pelas instituições financeiras com considerável cunho político-econômico.

Palavras-chave: Governança. Educação. UNESCO. Estado. Cooperação.

Abstract: This article analyzes the 2009 Global Monitoring Report on Education for All (REPT) entitled: *Overcoming inequalities: why governance is important*. Investigate what was the orientation of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) regarding the State's position. In this way, the role of the State is placed under the concept of governance in relation to REPT 2009, or which are the actions aimed at reaching the State in which it refers to the reallocation of resources. However, the financing model adopted by UNESCO imposes barriers, in particular, by financial institutions applied in the process of financing education that uses the managerial model of action. Indeed, or resource analysis by UNESCO is concerned with the recommended measures for practices to the detriment of other important sectors of the governmental agenda. Therefore, a recommendation of loans with some sectors, weakens the discourse of reallocation of resources within the 2009 REPT, strengthening, for example, an educational model adopted by financial institutions with political economic use.

Keywords: Governance. Education. UNESCO. State. Cooperation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende contribuir com as discussões acerca do Estado e sua relação com organismos internacionais na pauta educacional, em especial, o papel do Estado, a governança e a educação. Investiga-se qual tem sido a orientação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) quanto ao posicionamento do Estado na atuação educacional, para tanto, analisou-se o Relatório de Monitoramento Global do Educação Para Todos (REPT) de 2009 intitulado: *Superando desigualdades: por que a governança é importante*.

A UNESCO está entre as principais agências que estruturam a Organização das Nações Unidas (ONU). Fundada em 1946, a agência comprometeu-se a “[...] contribuir para a paz e a segurança mediante o fomento da colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura bem como das comunicações” (Unic, 2009). No Brasil, foi oficializada em 1964, “[...] tendo como prioridades a defesa de uma educação de qualidade para todos e a promoção do desenvolvimento humano e social” (ONU, 2012).

A UNESCO busca desenvolver projetos de cooperação técnica em parceria com o Estado, com a sociedade civil e com a iniciativa privada, “[...] além de auxiliar na formulação de políticas públicas que estejam em sintonia com as metas acordadas entre os Estados Membros da Organização” (ONU, 2012). Na área da *Educação*, tem gerado esforços na democratização do ensino, buscando promover o acesso à educação, à qualidade e apoiando iniciativas de políticas nacionais “[...] como valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico dos países” (ONU, 2012). Portanto, a agência busca “[...] ampliar e orientar a educação para que os habitantes de todos os países possam participar mais eficazmente em seu próprio desenvolvimento” (Unic, 2012).

O setor de *Comunicação e Informação*¹ da agência trabalha na promoção da liberdade de expressão, do direito à informação incentivando a criação de meios de comunicação independentes e “[...] fortalecendo, assim, a diversidade, a proteção dos direitos humanos e a boa governança” (Unic, 2009). Para cumprir com sua tarefa, a UNESCO apoia-se na cooperação internacional entre intelectuais nas áreas de sua competência e atividades operacionais para desenvolver dimensões sociais, culturais e econômicas dos países (Unic, 2009). Esse setor tem um importante documento normativo chamado Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos, conhecido pela sigla REPT.

A UNESCO faz a publicação anual do relatório desde 2002, auxiliando no cumprimento das metas estabelecidas, o que o torna um documento referência para políticas educacionais dos países signatários da ONU. O REPT é fruto do Fórum Mundial de Educação ocorrido em Dakar no ano de 2000 e os países o adotaram como instrumento para avaliar o progresso educacional global e alcançar os seis objetivos de Dakar² (Unesco, 2013). O relatório acompanha a evolução das reformas políticas e das boas práticas de atuação na educação, além de apontar os desafios emergentes e promover a cooperação internacional em favor da educação (Unesco, 2013).

1 “No Brasil, as ações da UNESCO nesta área priorizam projetos, programas e debates centrados nas relações entre as TICs e a educação, fundamentalmente nas áreas de avaliação de resultados e formação de professores; na garantia do acesso universal às informações públicas, por meio do fortalecimento da governança eletrônica, da política de arquivos e bibliotecas e da gestão da informação; no alcance de um ecossistema midiático plural, com profissionais capacitados e fortalecidos e com meios (antigos e novos) capazes de solidificar a democracia brasileira” (ONU, 2012).

2 O compromisso assumido pelo MEC é: 1. assegurar que todas as crianças recebam educação fundamental de boa qualidade até o ano de 2015; 2. melhorar em 50 por cento, até o ano de 2015, os níveis de alfabetização de adultos, em particular de mulheres, e o acesso equitativo à educação básica e continuada de adultos; 3. eliminar, até 2015, as disparidades de gênero na educação fundamental e média; 4. melhorar, sob todos os aspectos, a qualidade da educação oferecida; 5. expandir e melhorar a educação infantil; e 6. garantir que as necessidades básicas de aprendizagem dos jovens sejam satisfeitas de modo equitativo.

O REPT tem uma agenda anual³ e cada edição adota um tema específico para auxiliar no progresso das metas de Dakar. O documento é um material financiado conjuntamente pela UNESCO e agências multilaterais e bilaterais, e se beneficia da experiência de um Conselho Consultivo Internacional (Unesco, 2013). Segundo a Unesco, a função do relatório “[...] é sustentar e acelerar o impulso político criado no Fórum Mundial de Educação e servir como uma alavanca para a mobilização de recursos”. Portanto, o estudo do REPT possibilita identificar sugestões aos estados membros de políticas públicas educacionais, em especial, o papel do Estado em meio ao conceito de governança.

Logo, o subsídio teórico desta pesquisa se centra na abordagem do REPT através da *análise documental*⁴, a qual utiliza o processo de *reinterpretação*, no intuito de realizar uma *reconstrução criativa do sentido* e de explicar o que é dito ou representado no REPT 2009. A reinterpretação é uma fase, na qual ocorre o potencial crítico da interpretação, com a possibilidade de romper com a pré-interpretação e produzir uma nova; a qual abandona o senso comum e a superficialidade, as-

3 “Cada relatório é desenvolvido ao longo de um período de 12 a 18 meses. Inspira-se na erudição e conhecimento por parte dos governos, ONGs, agências bilaterais e multilaterais, institutos da UNESCO e instituições de pesquisa. Pesquisa papéis comissionados para cada relatório estão disponíveis no site. O relatório é apresentado ao Diretor-geral da UNESCO, numa base anual e considerado pelo Grupo de Alto Nível sobre Educação para Todos, cujos membros incluem ministros do governo, representantes de organizações doadoras, agências da ONU e organizações não-governamentais” (Unesco, 2013).

4 A hermenêutica aplicada ao objeto de estudo desse artigo, o RPEPT de 2009, deve ir além da interpretação de textos e dos sentidos das palavras. Logo, este estudo norteou-se pelas três fases da hermenêutica em profundidade de Thompson (1999) na qual prevalece o estudo sócio-histórico, o discursivo e o da interpretação para fornecer subsídios à compreensão do problema sociológico levantado nesta pesquisa. O estudo em seu viés sócio-histórico buscou avaliar as situações espaço-temporais, os campos de interação e as instituições sociais, assim como a estrutura social envolvida. A fase intitulada por Thompson de Discursiva (ou formal) pretendeu analisar a semiótica da conversação, da sintática, da narrativa, do conteúdo e da temática. Estas duas fases deram o suporte necessário para a fase da Interpretação (ou reinterpretação) que, segundo Thompson, é o estímulo à compreensão do mundo social, construindo saberes de potencial crítico e fomentado o sentido emancipatório (Thompson, 1999).

sumindo a hermenêutica em profundidade, pois, todo documento exige um processo de análise minucioso e rigoroso (Thompson, 1999).

CONCEITO

O conceito de governança democrática tem sido um dos principais inspiradores dos projetos das Nações Unidas através de suas agências, tanto em sua elaboração quanto em sua execução. Tal prática orienta a forma como o Sistema ONU têm operado suas políticas para educação e desenvolvimento, em especial, no estímulo a participação de organismos não-governamentais, algo que passou a ser uma constante nas políticas educacionais no Brasil em parceria com a Unesco. Governança é um conceito que surge, sobretudo, como uma forma eficaz de aliviar um Estado que está sobrecarregado.

Todavia, documentos da Unesco e, em especial, o REPT 2009, apresentam variantes da expressão governança, como: governança democrática, governação e boa governança; afinal: o que é governança e em qual desses conceitos a Unesco e o REPT 2009 se baseiam para orientar as políticas educacionais no Brasil?

Em razão do embate político e das diferentes visões no interior da ONU é extremamente difícil considerar unívoco o conceito de governança, tampouco, a Unesco apresenta consenso sobre o assunto. Um indício do desacordo sobre governança é a utilização indistinta do conceito nos documentos das agências da ONU, casos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seus Relatórios de Desenvolvimento Humano, da Unesco nos Relatórios de Monitoramento e, até mesmo, na Carta das Nações Unidas no ano de 2000. Contudo, governação, boa governança e governança democrática não são sinônimos. O uso indiscriminado da expressão torna os documentos confusos e, muitas vezes, desarticulados com a promoção das políticas educacionais.

O conceito **Governança** tem sido estudado por diversos autores das Ciências Sociais, como Bob Jessop (1990), Carlos Milani (2002), Rodhes (1996), Boaventura de Souza Santos (2002), dentre vários outros intelectuais. Para Boaventura, o conceito de governança está ancorado na atuação de políticas “[...] em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, para-governamentais e não-governamentais, nas quais o aparelho do Estado tem apenas tarefas de coordenação enquanto *primus inter pares*” (Santos, 2002). Segundo Bob Jessop (1990), governança pressupõe um recuo do Estado, ou seja, ele deixa de ser o agente principal nas ações e políticas públicas, cedendo sua função às parcerias e associações.

Andy Smith (2011) faz uma análise da evolução e construção do conceito de **Boa Governança** ao longo do tempo, e Milani (2002), com base nos estudos de Rodhes, aponta instituições que se apropriaram do conceito. Milani, alega que a expressão boa governança foi “[...] utilizad[a] originalmente pelo Banco Mundial na década de 1980 com referência a suas políticas de empréstimos, [portanto] a boa governança é uma norma que supõe eficácia” (Milani; Solinís, 2002, p. 274). Logo, boa governança faz referência às estratégias de governo para privatização de empresas estatais, aumento da eficácia, rigor orçamentário e descentralização administrativa.

Por fim, as tipificações dadas por Rodhes (1996) permitem, à expressão **Governança Democrática**, ser compreendida enquanto “um conjunto de redes organizadas”, o qual:

[...] refere-se a managing networks that are self-organizing [gestão de redes que são auto-organizadas]. Considerando que o Estado é um dos atores (a não mais o único e exclusivo ator) no sistema mundial, redes integradas e horizontais (ONGs, redes profissionais e científicas, meios de comunicação) desenvolvem suas políticas e modelam o ambiente desse sistema (Rodhes *apud* Milani; German, 2002, p. 274, tradução nossa).

Analisando-se o documento REPT 2009 produzido pela Unesco, tem-se a noção da dimensão política de conceitos relativos a modelos de governança para o sistema educacional brasileiro. Observa-se que, ao comentar sobre o Brasil, o REPT faz, com maior constância, referência ao conceito próximo ao entendimento de governança democrática; logo, a noção contida no REPT 2009 possibilita entender qual o papel se está sugerindo ao Estado para as políticas educacionais.

SOBRE O PAPEL DO ESTADO

O posicionamento do Estado está longe de ser consenso nas Nações Unidas, dada a correlação de forças existentes no interior da organização. Ademais, o posicionamento do Estado nos documentos da Unesco tem oscilado entre ser ora um dos parceiros, ora o agente promotor do desenvolvimento humano. Portanto, o REPT 2009 é preciso ao apontar a função do Estado, mas algumas observações cabem e devem ser feitas.

Os conceitos governança democrática e governança pressupõem um tipo específico de atuação do Estado que, em relação às recomendações dadas pela ONU, difere, significativamente, da atuação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), nos anos de 1960. A CEPAL, como alega Peter Evans (1993), atribuía ao Estado o papel de principal agente do desenvolvimento, de ator que intermedia os diferentes interesses econômicos e sociais da nação e essa deveria ser a prática política para os países da América Latina para terem autonomia.

Nota-se que a concepção de governança e/ou governação carrega em si um suporte político e ideológico ancorado na estrutura mercadológica dos anos de 1980, o qual atribui um papel menor ao Estado se comparado com o estrutural desenvolvimentismo da CEPAL nos anos 60s. Esse deslocamento do papel do Estado sugerido pelos diferentes conceitos de governança vai ao encontro das teses que versam sobre o recuo ou enfraqueci-

mento do Estado; mas recuo ou enfraquecimento do Estado em relação a quem, a quem?

Sônia Draibe (2005b) demonstrou que não houve recuo do Estado brasileiro nos últimos 30 anos, pois o sistema de proteção social continuou ampliando a sua clientela nas décadas de 1990 e 2000⁵. Portanto, não se trata de considerar que o Estado brasileiro enfraquece ou se retrai em relação aos *poderes globais*⁶ em razão de sua pouca envigadura política e econômica; pelo contrário, o Estado continua forte e cabe à política reorientá-lo em suas funções (Furtado, 2000; 2002).

Com Furtado, concordam Cimdamore e Cattani (2007), os quais afirmam que o Estado continua sendo o único “[...] com capacidade de se opor aos efeitos [...] de agentes atuando sob os estímulos de mercados nacionais e internacionais, carentes de regulamentações baseadas em critérios distributivos e de equidade” (Cimdamore; Cattani, 2007, p. 24). Com efeito, o Estado deve ter papel central nas políticas educacionais e isto só é possível por que o Estado:

[...] é, teoricamente, a única unidade que pode condicionar a influência simultânea de agentes que operam sob a influência de outras estruturas cujos princípios ordenadores são anárquicos (mercados e estrutura internacional). Sem o Estado, os agentes nacionais e internacionais que operam sob os estímulos dos mercados nacionais ou internacionais estão destinados a gerar po-

5 No entanto, isso revela que o problema da pobreza, por exemplo, é de outra ordem. Para Draibe (1998), a falta de êxito das políticas sociais no Brasil, entre outras razões, deveu-se à fórmula “fazer mais do mesmo”, ou seja, aumentar a quantidade de programas e projetos sociais que já não vinham surtindo efeito. Nesse sentido, as afirmações em torno de um recuo do Estado brasileiro para as políticas sociais não cabem.

6 Segundo Bauman, a noção de poder global está estritamente relacionada à noção de capital global, o qual tem favorecido uma concentração de poder sem precedentes na história moderna. Os Estados nacionais têm sido fragilizados continuamente até mesmo porque a extraterritorialidade é a característica definidora, por excelência, do poder global (Bauman, 2001).

breza. Isso acontece porque [...] ignora o objetivo de distribuição de renda, capacidades e direitos tendentes a limitar ou evitar a produção de pobreza (Cimdamore; Cattani, 2007, p. 22).

Logo, não há agentes não estatais suficientemente capazes de “[...] assumirem, sozinhos ou em parceria, responsabilidades como correção de desigualdades sociais, combate à pobreza, política industrial, infraestrutura e defesa nacional etc.” (Santos Jr., 2008, p. 150). Apesar do não recuo do Estado em algumas funções, a proliferação de programas em parcerias com o setor privado e sociedade civil, gerenciados pelas Nações Unidas, tem inibido a universalização do ensino com qualidade. O órgão, muitas vezes, tem sugerido ações por meio de doações multilaterais que, em alguns aspectos, divergem das perspectivas mais progressistas, em especial, quando refere-se ao financiamento da educação.

GOVERNANÇA, PAPEL DO ESTADO E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO REPT 2009

Os debates sobre o tamanho e o papel do Estado influenciaram, expressivamente, as agências das Nações Unidas que empenham-se em apontar desperdícios e melhorar a eficiência e a eficácia dos governos nas últimas décadas.

Observa-se que a orientação contida no REPT 2009 anseia por um Estado atuante na política educacional e destaca “[...] em última análise, [que] os governos têm a responsabilidade final de garantir que todos tenham acesso aos sistemas de educação básica e de qualidade aceitável” (Rept, 2009, p. 163). Portanto, o relatório de monitoramento do ano de 2009 considera que o Estado deve gerir a política de educação lançando mão de alternativas adequadas, inclui-se financiamento, para atingir as metas dos Objetivos do Milênio e/ou do tratado estabelecido em Dakar.



“[...] ATRAVÉS DE NOVAS ABORDAGENS PARA A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ECONÔMICOS, FOCANDO NOS MODOS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS OU PROGRAMAS ESPECIAIS, PARA GRUPOS E REGIÕES DESFAVORECIDAS”

O REPT 2009 orienta que compete ao Estado fazer as articulações necessárias para a melhoria educacional e sugere que os governos lutem pela mobilização de recursos destinados à educação (Rept, 2009). Por conseguinte, alternativas de financiamento em parcerias, mesmo nas mais rígidas estruturas de poder, devem respeitar as especificidades e possibilidades locais. Nesse sentido, o relatório apresenta experiências positivas para o financiamento de recursos em prol da educação, considera que alguns governos têm tentado resolver a desigualdade social na educação “[...] através de novas abordagens para a alocação de recursos econômicos, focando nos modos de alocação de recursos ou programas especiais, para grupos e regiões desfavorecidas” (Rept, 2009, p. 153).

O relatório propõe o modelo de captação de recursos baseado na alocação interna, certo de que o “[...] financiamento da educação continuará a influenciar marcadamente sobre as possibilidades de atingir os objetivos definidos no Quadro de Ação de Dakar” (Rept, 2009, p. 162). No entanto, destaca que aumentar o financiamento não é condição suficiente para garantir a execução dos compromissos, mas que em muitos países ela é condição necessária para avanços educacionais.

Nessa perspectiva de financiamento, conforme o relatório, o Brasil tem conduzido uma política eficiente na captação de recursos para a educação; trata-se do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o FUNDEF⁷. Segundo o 2009, o modelo empregado na captação de recursos para a educação e aplicado pelo FUNDEF, tem apresentado avanços significativos e impactado, com maior intensidade, as desigualdades regionais do sistema educacional. A experiência com o FUNDEF se mostrou positiva por reverter o histórico de padrões desiguais de despesa pública no Brasil responsáveis pela disparidade de investimento por aluno até a década de 1990.

7 “O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental. A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), ao subvincular a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação. A Constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios) ficam reservados ao Ensino Fundamental. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino” (MEC, 2014).

Segundo o documento, o que se investiu por aluno na região mais pobre do Brasil, o Nordeste, não era nem a metade dos gastos por aluno da região sudeste, mais rica (Rept, 2009). O FUNDEF, portanto, possibilitou uma inovação, ou seja, a mudança da estrutura de financiamento do ensino, pois conseguiu atrelar uma parte dos recursos constitucionalmente destinados ao ensino fundamental. A alocação interna de recursos é uma alternativa sugerida pelo REPT 2009 e deve partir do poder público que é responsável por promover mudanças no financiamento da educação.

Na análise do documento, no REPT 2009, percebe-se a orientação do modelo de governança como forma autônoma e normativa de obter avanços na educação, principalmente nos países em desenvolvimento. Conforme aponta o relatório os parceiros, ou autoridades subnacionais, não têm a competência necessária para realocar recursos, diz: “[...] as autoridades subnacionais não devem ser capazes de mobilizar recursos orçamentários [...] envolvendo efeitos regressivos e nocivos sobre os pobres” (Rept, 2009, p. 161). Ainda o documento, sugere que algumas reformas políticas e alternativas sistêmicas de governança podem quebrar o ciclo vicioso da desigualdade e aumentar o acesso à educação, melhorar a qualidade, a participação e a responsabilidade no interior do sistema educacional.

A concepção de governança, mencionada também como boa governança em outros momentos do documento, diz respeito à gestão educacional e, sobretudo, às questões políticas que requerem a descentralização e o entrelaçamento do Estado e do setor privado para o financiamento da educação, diz o relatório: “Na área de financiamento, há uma necessidade urgente para alcançar a equidade com o programa de descentralização” (Rept, 2009, p. 162).

O posicionamento do REPT 2009 para as ações públicas que envolvem o conceito de governança parece ser claro; trata-se de política de parcerias, medida necessária para reforçar a responsabilização, o aumento de participação e para corrigir as desigualdades no campo da educação.

PARCERIAS PARA MOBILIZAR RECURSOS E MODELO DE GESTÃO

O REPT 2009 orienta que para o alcance das metas de Dakar, o Estado deve envolver um modelo de governança que estabeleça parcerias internacionais e, em especial, contribuições de doadores multilaterais, instituições financeiras e organizações não governamentais. Logo, essa perspectiva de atuação governamental aproxima-se do conceito de governança, como àquele que diz respeito à perda de autonomia do Estado sobrecarregado e influenciado pela descentralização das ações políticas (Jessop, 1990; Milani, 2022, Rohes, 1996; Boaventura, 2002).

A proliferação de parceiros e agentes na política proposta pela ONU empalidece as funções do Estado e afeta a gestão educacional. No que tange à descentralização “[...] da educação, a descentralização passa então a nortear as reformas propostas para a organização e administração dos sistemas de ensino, seguindo as orientações gerais no quadro de reformas do Estado” (Oliveira, 2005). Logo:

As políticas educacionais contemporâneas no Brasil espelham exatamente a tendência apontada por Draibe (1998), sendo que o Fundef e o Programa Nacional do Bolsa-Escola e, mais recentemente, o Programa Bolsa-Família, parecem constituir os melhores exemplos. Observa-se, assim, que o papel atribuído às políticas sociais nos contextos nacionais latino-americanos tem sido de atenuar ou cobrir o hiato existente entre a estrutura econômica e a população destituída das suas condições materiais básicas, indispensáveis a uma vida minimamente digna. Uma política para os que não conseguem ser cidadãos de fato (Oliveira, 2005, p.35).

O documento de monitoramento do EPT de 2009 sugere alternativas para aprimorar a experiência de governança e/ou governação no sistema educacional brasileiro. Alternativas que exigem rigidez das contas públicas e requerem eficiência de gestão e descentralização das decisões, sendo a realocação de recursos e o financiamento externo as que têm o maior impacto sobre as funções do Estado.

A Unesco envida esforços na obtenção de recursos para a educação, e o REPT 2009 dá sua contribuição ao sugerir os meios pelos quais os governos podem melhorar a captação de financiamento; no entanto, o documento deixa margem para reflexões. Nele, o Estado deve ser atuante e, em última instância, o garantidor do acesso à educação. Já quando o assunto é financiamento externo, a discussão é em torno do conceito de governação o que sugere mudanças significativas à atuação governamental.

Ademais, o REPT 2009 orienta, aos governos-membros, duas fórmulas de obtenção de recursos: i) a primeira diz respeito à governança enquanto um modelo de gestão financeira, ou modelo político, no qual a realocação de recursos para o planejamento governamental proporcionará avanços na equidade, diminuindo a disparidade de investimento por aluno. Nesse modelo, o papel do Estado deve ser o de principal articulador para as ações que envolvam a realocação interna dos recursos, dando maior autonomia política aos atores educacionais locais; ii) a segunda diz respeito ao entrelaçamento entre Estado e parceiros, no qual o modelo de financiamento não é garantido pelo erário público. Este se centra na relação política entre os entes que compreendem o conceito de governação sendo que o Estado não é mais o protagonista ante aos seus parceiros.

Entretanto, o REPT 2009 concebe o segundo modelo de gestão, o de parcerias no finan-

ciamento, como norte de suas orientações e com significativas alterações nas funções estatais. O relatório sugere articulações com instituições financeiras, mais precisamente com o Banco Mundial⁸, pois, segundo o documento, o banco é um parceiro ao qual os governos podem e devem solicitar ajuda financeira.

O Banco Mundial foi escolhido, em parte, por ser uma das maiores fontes de assistência de desenvolvimento à educação, especialmente em países mais pobres, em parte porque ele fornece mais informações do que outros doadores, e em parte porque os termos e condições de suas operações refletem uma visão da comunidade de doadores como um todo. Outros doadores participam de programas e projetos que tem o seu apoio (Rept, 2009, p. 248).

Obviamente, o Banco Mundial não pode ser considerado, grosso modo, como iniciativa privada e sim como instituição financeira que beneficia o desenvolvimento humano, segundo o documento. O relatório de monitoramento de 2009 cita diversas contribuições do Banco Mundial para financiar e desenvolver a educação em diversos países, dando credibilidade à instituição e colocando-a como parceira no desenvolvimento da educação. Além do Banco Mundial, o REPT 2009 aponta outras instituições que contribuem para a educação:

[...] numerosos organismos multilaterais especializados fornecem empré-

8 Fundado em 1944, o Banco mundial é uma instituição financeira que subsidia o desenvolvimento de países em desenvolvimento em um modelo de banco ou fundo de empréstimos. "O Banco Mundial funciona como uma cooperativa composta por 189 países membros. Esses países ou acionistas são representados por um Conselho de Governadores, o órgão máximo responsável pela formulação de políticas na instituição. Os governadores são geralmente Ministros das Finanças ou Desenvolvimento dos países membros e se reúnem uma vez por ano nas Reuniões Anuais das Assembleias de Governadores do Grupo Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional" (Banco Mundial, 2020, tradução nossa).

timos diretos (empréstimos sem favoritismo) para a educação. O Banco Mundial é a principal fonte deste tipo de empréstimo: no período de 1999 a 2006, deu uma média de USD 1,3 bilhão por ano para apoiar o desenvolvimento da educação, especialmente em países de renda média, incluindo US\$ 700 milhões para a educação básica, um valor ligeiramente superior à ajuda atribuída à educação básica [...] Cerca de 60% dos empréstimos foram concedidos a países da América Latina entre 2005 e 2006, sendo os maiores beneficiários Brasil, Colômbia, México e na República Bolivariana da Venezuela (além das Filipinas). Os bancos regionais de desenvolvimento também têm atuado nessa área. Assim, de 1999 a 2006, o Banco Africano de Desenvolvimento repassou US\$ 16 milhões ao ano para empréstimos na educação, o Banco de Desenvolvimento Asiático 83 milhões dólares anualmente e do BID, em média, cerca de US\$ 283 milhões por ano (Rept, 2009, p. 231-232).

Esse modelo de gestão em parceria com o Banco Mundial é destacado no REPT 2009 e diz respeito ao modo como se avaliam, administram e gerem os programas para a educação; trata-se, portanto, de um *modelo gerencial*. Para Bresser Pereira (2002), o modelo gerencial parte do entendimento de que a burocracia precisa ser substituída por uma administração ágil a qual considera a sociedade como cliente. Seibel e Gelinski (2012) consideram que esse padrão de gestão se solidificou, desde os anos 80s, com a crise do modelo taylorista-fordista e do keynesianismo, principalmente na relação entre o gasto público e o PIB.

Esses embates tiveram desdobramentos significativos no início da década de 1990, em

especial, com o Consenso de Washington⁹ que consolidou reformas e influenciou políticas. No modelo gerencialista¹⁰, a redução de gastos e a manutenção do Estado mínimo se tornaram diretrizes de políticas sociais e educacionais, as quais, por sua vez, passaram a ter um caráter específico na contenção de gastos. Portanto, no modelo do tipo gerencial¹¹, o Estado adotou, do mercado capitalista, um modo específico de avaliar e gerir as políticas públicas (Seibel; Gelinski, 2012).

Há, em diversas passagens do REPT 2009, termos e conceitos que dão indicativos de continuidade do modelo de gestão gerencialista iniciado, com maior intensidade, nos anos 80s. Conforme o REPT 2009, parcerias são necessárias para o bom desenvolvimento educacional, sendo, porém, necessário uma análise da situação política dos países receptores para verificar as formas potenciais de atuação das par-

9 O Consenso de Washington foi um conjunto de ações e medidas formuladas por técnicos de instituições financeiras no ano de 1989 e se tornaram procedimentais para o Fundo Monetário Internacional (FMI). Deste modo, o fundo orienta políticas de ajustes macroeconômicos, em especial, aos países em crise que solicitam auxílio financeiro. As medidas resumem-se em dez regras básicas: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) juros de mercado; 5) câmbio de mercado; 6) abertura comercial; 7) investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; 8) privatização das estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); 10) direito à propriedade intelectual.

10 Segundo Seibel e Gelinski (2012), na gestão gerencialista predominam as questões de cunho fiscal aplicadas à análise “micro” e centradas em custos. Portanto, o Estado passa a orientar, a corrigir e complementar o sistema de mercado, pois considera não ser capaz de sozinho desempenhar todas as funções econômicas. Esse modelo está ancorado na tradição neoclássica, herdeira da concepção clássica do Estado de Adam Smith.

11 O Modelo de gestão gerencial não chega a ser uma inovação das políticas de combate à pobreza em parceria com organizações internacionais, visto que a incorporação da gestão, que outrora era aplicada ao mercado e passa a incorporar a agenda pública, é uma constante pós Segunda Guerra Mundial em virtude da influência das instituições de financiamento internacional como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, O Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros (Seibel; Gelinski, 2012; Costa; Castanhar, 2003). Projetos desenvolvidos pela FAO, CEPAL, UNESCO e outras agências das Nações Unidas, em especial, na década de 1980, já introduziam a gestão gerencialista no plano de execução e financiamento de recursos.

cerias, especialmente a dos países com pouca estabilidade econômica e em jovens democracias. Ou seja, as parcerias com financiadores multilaterais instituições financeiras devem dar-se com os países que dispõem de poucos recursos para a educação, entretanto:

A relevância da problemática da estabilidade política na análise do Banco Mundial não surpreende, uma vez que o Banco sempre teve como marca de atuação a defesa de processos de modernização defensiva, formulados para promover o desenvolvimento capitalista e conter a mobilização social e política anti-sistêmica nos países do Terceiro Mundo (Robert Ayres, 1983 *apud* BORGES, 2003, p.132).

As condições estabelecidas pelas instituições financeiras que subsidiam a educação nos países subdesenvolvidos orientam a atuação do Estado em uma contrapartida. No caso do Banco Mundial, leva-se em conta que a instituição deve prestar contas aos seus patrocinadores/doadores e as condições para os empréstimos visam, sobretudo, à saúde financeira do banco. Ademais, a interpretação de como o Estado deverá atuar para quitar o empréstimo pode alterar, e muito, daquela proposta da Unesco de realocação e de um Estado mais atuante. Logo, o Estado na concepção do Banco Mundial, trilha outros caminhos, pois:

[...] o 'Estado ideal' concebido pelo Banco Mundial é um Estado liberal 'neutro', definido puramente em termos procedimentais, na medida em que, ao menos teoricamente, não agrega nenhuma concepção prévia do bem social; ao contrário, o Estado deve funcionar segundo o estabelecimento de regras 'neutras' que permitam a busca legítima de diversas concepções do bem social (Borges, 2003, p. 127).

Para as regras "neutras", entende-se como regras politicamente orientadas e bem definidas quanto a atuação do Estado, ou seja, uma agenda governamental que não coloque em risco a saúde financeira do Estado e, sobretudo, do financiador; seguem regras de mercado. Entretanto, observa-se que esse modelo de parceria ganha força no interior das Nações Unidas à medida que as agências compartilham e orientam o processo de financiamento via Bancos internacionais, tal parceria, altera a atuação dos atores envolvidos na educação.

Contudo, de que modo as teses sobre o enfraquecimento do Estado se entrelaçam com o conceito de governança e ganha força no interior do sistema ONU/Unesco? Trata-se da construção ou imposição de consensos que permeiam as orientações aos estados-membros.

SOBRE O CONSENSO

Segundo Lautier (2010), durante meio século, as políticas sociais na América Latina se caracterizaram por um conflito discursivo incessante, algo que se alterou paulatinamente nos anos 90s e 2000s. A disputa política no campo discursivo deu lugar ao consenso, e as agências que compõem o quadro normativo das Nações Unidas, dentre elas, a UNESCO, estão envoltas a esse processo:

Impossibilitadas de poder desenhar claramente os contornos de uma democracia mundial, as instituições da ONU apresentam uma sucessão das cúpulas produtoras de consenso como um primeiro passo nessa direção. O consenso, assim, seria acompanhado de 'um consenso sobre o consenso' (Lautier, 2010, p. 365).

Lautier (2010) se posiciona contra os defensores do consenso a qualquer custo. O ganho partilhado no modelo de criação de consensos, no entender do autor, é uma inverdade, pois “[...] a generalização da busca do consenso leva à extinção da democracia” (2010, p. 353). As políticas sociais, inclui-se a educação, não só no Brasil como na América Latina, sempre, foram caracterizadas por um debate conflitivo entre as instituições, desde os anos de 1940, e esse embate foi sendo amenizado com a criação de consensos que culminou com o Consenso de Washington no fim da década de 80 (Lautier, 2010).

Logo, as agências que compõem o quadro normativo das Nações Unidas, como a Unesco, auxiliam a criar consensos¹²; por conseguinte, os REPTs podem ser um instrumento que reforça a construção de consensos, em especial, ao sugerir políticas de financiamento com instituições que se afastam do conflito de ideias quanto ao papel do Estado na educação. Observa-se que:

[...] a respeito desses consensos é que só muito raramente eles têm uma origem interna em um país, nacional: eles são diretamente mundiais, proclamados por uma agência da ONU ou uma assembleia de chefes de Estado, e se impõem nos debates políticos nacionais. Recorrer ao consenso (exógeno) torna-se, assim, um instrumento de circunscrição, e até mesmo do fim do debate político (Lautier, 2010, p. 355).

12 Lautier explica que essa criação vem do conceito de *consensus building*: “Vou me ater à aplicação dessa palavra em matéria de políticas de desenvolvimento, especialmente das políticas sociais. O uso repetido do termo foi promovido pelos técnicos do *consensus building* desde o fim dos anos 1980, que apostaram no sentido aparente e imediato do termo (há consenso quando todos estão de acordo) para propor e impor uma visão particular de deliberação e representação políticas. Os promotores do *consensus building* influenciaram fortemente o Banco Mundial, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e projetaram-se sobre numerosos governos” (Lautier, 2010, p. 356).

Ao amenizar o debate político, o consenso sobre o enfraquecimento do Estado elimina as disparidades e as diferenciações, não havendo um contrato e sim a “consagração” de uma assimetria aceita. Desse modo, “[...] os financiadores do desenvolvimento são convidados ao exercício da generosidade, sob a contrapartida de um empenho dos ajudados” (Lautier, 2010, p. 359). Conclui: “[...] por trás de suas pretensões democráticas, o consenso tem, então, uma função hegemônica¹³” (Lautier, 2010, p. 365).

Para Klaus Frey (2012), as abordagens consensualistas implicam em uma “imposição de consensos” na busca de uma agenda hegemônica por parte dos atores mais influentes nos processos decisórios. No caso do REPT 2009, o Banco Mundial se apresenta como um dos grandes parceiros dos projetos de execução da UNESCO, seja como financiador ou administrador dos recursos. Ademais, as abordagens consensualistas buscam “[...] atenuar o conflito pela constituição de agendas e processos políticos paralelos, atendendo diferentes clientelas e interesses em jogo, privilegiando a fragmentação do processo político e, logo, sua despoliticização” (Frey, 2012, p. 90-91).

Destaca-se que o discurso sobre a fragmentação do Estado, através de consensos criados pelas cúpulas das Nações Unidas e norteadora do REPT 2009, limita as características democráticas que o conflito político poderia trazer aos projetos educacionais no país. Além disso:

13 Lautier utiliza-se dos estudos de Jacques Rancière, que diz: “O que o consenso quer dizer, de fato, não é um acordo das pessoas entre si, mas o acordo do sentido com o sentido: um acordo entre um regime sensível de apresentação das coisas e um modo de interpretação de seu sentido. [...] Este consenso diz existir apenas uma realidade, cujos signos devem ser esgotados; um único espaço, mesmo que se tenha que redefinir suas fronteiras; um só tempo, mesmo que se tenha que multiplicar as suas figuras. Por consequência, ele só exige o nosso consentimento” (Rancière, 2005, p. 8-10 *apud* Lautier, 2010, p. 365).



[...] A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL, ATUALMENTE, TEM DADO MAIOR VISIBILIDADE A PROGRAMAS DE INSERÇÃO FOCALIZADA E DEDICADO MENOR ATENÇÃO ÀS QUESTÕES DA UNIVERSALIZAÇÃO. ISTO VEM OCORRENDO GRAÇAS AO MODELO DE REFORMA EDUCACIONAL EM CURSO DESDE O INÍCIO DOS ANOS 1990 [...]

[...] a política educacional no Brasil, atualmente, tem dado maior visibilidade a programas de inserção focalizada e dedicado menor atenção às questões da universalização. Isto vem ocorrendo graças ao modelo de reforma educacional em curso desde o início dos anos 1990 [...] A tentativa por parte do Estado de capitanear o processo de mudanças na educação, que ocorre a partir da primeira metade da década de 1990, foi buscada no discurso da técnica e da agilidade administrativa. Os conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência serão importados das teorias administrativas para as teorias pedagógicas, ao mesmo tempo em que a escola passa a ter maior importância como unidade administrativa. Porém, essa não é uma tendência observada só nas políticas educacionais; ao contrário, passa a ser uma orientação dominante na administração pública brasileira (Oliveira, 2005, p. 36).

Nessa linha de pensamento, Oliveira (2005) considera que o processo de descentralizar as ações contribui para sufofocar a democracia nos países subdesenvolvidos:

A descentralização, como orientação para o planejamento, embora não se configurasse como novidade, pois já estava prevista na reforma do Estado da década de 60, no Decreto n. 200, de 1967, assumiu novo caráter nas reformas dos anos 1990. Ela passa a contemplar os processos de flexibilização e desregulamentação da gestão pública, com a justificativa de busca de melhoria no atendimento ao cidadão/contribuinte, reduzindo as mediações existentes entre o Estado e o cidadão (Oliveira, 2005, p. 37).

É preciso, portanto, expandir o debate acerca dos planos e modos que pretendem-se financiar a educação no país. A agenda de política educacional não pode ser orientada a parcerias que retirem o protagonismo do Estado, desse modo, iniciativas propostas em parceria com o Banco Mundial, como as sugeridas no REPT 2009, afastam-se de uma política de Estado que objetiva a universalização e a conquista de direitos em espaços democráticos no âmbito escolar e fora dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O REPT 2009 orienta ações que dão autonomia ao Estado no que se refere à realocação de recursos, porém, o modelo de financiamento proposto pela Unesco impõe barreiras, especialmente, pelas instituições financeiras envolvidas no processo de financiamento. Essas instituições concedem parceria com instâncias, como ONU, OMC, BID, BIRD, Banco Mundial e outras organizações, entretanto, as condições de empréstimos exigem outra postura do Estado, preferencialmente, que não intervenha na economia em prol do *modelo gerencial* (Galvanin Neto, 2013).

Em oposição ao modelo de Estado sugerido pelo REPT, está o modo não gerencial de gestão, que trata de uma outra percepção sobre os afazeres do Estado. Neste último, a concepção das funções governamentais se refere a um tipo específico de noção de cidadania, sobretudo, a um modelo de incumbência governamental maior, ou seja, o modelo não gerencial faz menção ao devir intervencionista do Estado e definidor das políticas sociais (Seibel; Gelinski, 2012). Portanto, o arquétipo não gerencial representa alternativa ao modelo neoliberal vigente e visa possibilitar a manutenção de condições satisfatórias de vida por meio de um conjunto de políticas públicas - educação, previdência social, mercado de trabalho, saúde e outros.

No documento elaborado pela Unesco, no REPT 2009, tem-se a nítida dimensão da implicação política que os conceitos governança, descentralização, atuação do Estado, dentre outros, representam para as ações voltadas ao sistema educacional, em que pese a afirmação do relatório: “Não existe um modelo único de governança democrática, e muito menos um padrão universal para o desenvolvimento de instituições democráticas” (p. 41), há oscilação constante entre o plano teórico desejado pela Unesco e o plano prático executado pelos governos e agências.

O documento apresenta uma distorção conceitual do que é tido ora como governança, ora como boa governança o que implica modelos educacio-

nais, mobilização de recursos e atuação governamental completamente distintos. Logo, parece haver contradição entre o papel do Estado como provedor obrigatório para desenvolver um sistema de ensino (Rept, 2009) e o ideal de parceria com o Banco Mundial. A recomendação para que os Estados tenham mais autonomia com a realocação interna de recurso, perde o sentido quando é condicionado a empréstimos de instituições financeiras e suas contrapartidas políticas e econômicas. Logo, sugerir parceria entre Brasil e Banco Mundial equivale, em última análise, a aportar um modelo político a seguir:

Uma vez que as ‘soluções’ do Banco para os problemas do Terceiro Mundo são geralmente baseadas na experiência prévia de países industrializados, parece ser o caso de o Banco estar propondo para os tomadores de empréstimo um modelo específico de ‘desenvolvimento político’. Modelo que, em comparação à agitação social e política das jovens democracias da África e da América Latina, esteja circunscrito, talvez, na rotina calma, estável e quase tediosa de muitas democracias do mundo desenvolvido, marcadas por altas taxas de abstenção e apatia eleitoral (Borges, 2003, p. 134).

Com efeito, o anseio por recursos demonstrado pela Unesco, analisados no REPT 2009, preocupa na medida em que sugere práticas, as quais o Estado declina ante as forças de mercado, ou seja, o modelo de parcerias proposto para financiar a educação, certamente, faz-se em detrimento de outros setores importantes da agenda governamental. Logo, a recomendação de empréstimos com doadores multilaterais fragiliza o discurso de realocação de recursos no interior Estado, por conseguinte, fortalece um modelo educacional que pressupõe um papel político ao Estado que não tem apresentado sinais de superação das mazelas educacionais e, sobretudo, do déficit democrático nos processos decisórios no país.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/about/leadership>. Acesso em: 22 out. 2020.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma da nova gestão pública. **Revista do Serviço Público**, v. 53, n. 1, jan./mar. 2002.

CIDAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre; Tomo Editorial/Clacso, 2007.

DRAIBE, S. M. BRASIL 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis. **Caderno de Pesquisa, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas**, Campinas, n. 65, 2005. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/26/CadPesqNepp65>. Acesso em: 9 jul. 2020.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 106-111, 1993. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-4451993000100006>. Acesso em: 9 jul. 2020.

FURTADO, C. **Em busca de um novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREY, K. Abordagens de governança em áreas metropolitanas da América Latina: avanços e entraves. **Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 87-102, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692012000100007&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 10 jul. 2020.

GALVANIN NETO, T. **Os projetos de combate à pobreza em parceria com o PNUD**: inovações, especificidades e a natureza das propostas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000184696>. Acesso em: 9 jul. 2020.

JESSOP, B. **State theory**: putting capitalist states in their place. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1990.

LAUTIER, B. O consenso sobre as políticas sociais na América Latina, negação da democracia? **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 353-368, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000200010>. Acesso em: 9 jul. 2020.

MILANI, C.; SOLINÍS, G. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. p. 266-291. In: MILANI, C.; ARTURI, C.; SOLINÍS, G. **Democracia e governança mundial**: que regulações para o século XXI? Ed. Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002.

OLIVEIRA, D. A. A educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 27-40, 2005.

ONU. **A história da organização**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>. Acesso em: 9 jul. 2020.

RODHES, R. A. W. The new governance, governing without government. **Political Studies**, v. 44, n. 4, p. 652-667, 1996.

SANTOS, B. de S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. de S. **A globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-94. Disponível em: <https://www.eurozine.com/os-processos-da-globalizacao/?pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

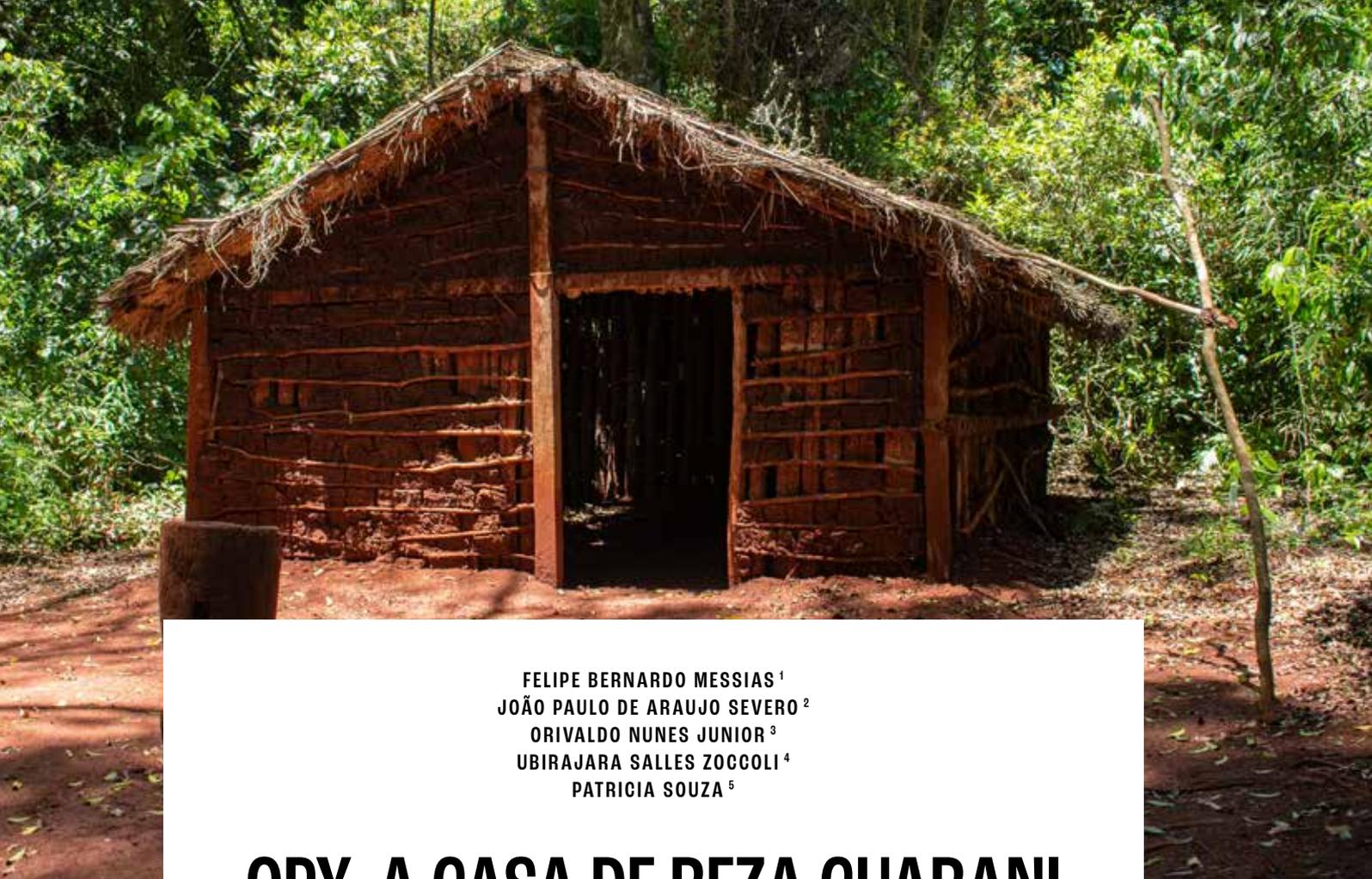
SANTOS JUNIOR, R. B. dos; BONIFACIO, R. Autonomia econômica e política no capitalismo contemporâneo. In: SERAINE, A. B. M. dos S.; JUNIOR, R. B. dos S.; MIYAMOTO, S. **Estado, desenvolvimento e políticas públicas**. 1. ed. Ijuí/Teresina: Unijuí/EDUFPI, 2008. p. 129-152.

SEIBEL, E. J.; GELINSKI, C. R. O. G. Concepção do Estado e escolha da metodologia de avaliação de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, (UFSC) Florianópolis, v. 13, n. 102, p. 119-134, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2012v13n102p119>. Acesso em: 9 jul. 2020.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna - teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1999.

UNESCO. **Superando desigualdades: por que a governança é importante**. Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000189384>. Acesso em: 9 jul. 2020.

UNIC. **ABC das Nações Unidas**. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, versão de maio do ano de 2009. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/abc_nacoes_unidas.pdf. Acesso em: 9 jul. 2020.



FELIPE BERNARDO MESSIAS¹
JOÃO PAULO DE ARAUJO SEVERO²
ORIVALDO NUNES JUNIOR³
UBIRAJARA SALLES ZOCCOLI⁴
PATRICIA SOUZA⁵

OPY, A CASA DE REZA GUARANI MBYA: Materiais e Processo Construtivo

Opy, the house of reza Guarani Mbya: materials and construction process

ARTIGO 3

44-61

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto - 89082262 - Indaial/SC.

² Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto - 89082262 - Indaial/SC.

³ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto - 89082262 - Indaial/SC.

⁴ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto - 89082262 - Indaial/SC.

⁵ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto - 89082262 - Indaial/SC.

RESUMO: Este artigo de Etnologia indígena examina a importância cultural e espiritual da *Opy*, ou Casa de Reza, para os Guarani *Mbya*, do tronco Tupi. Utilizando metodologias descritivas, empíricas e etnográficas, incluindo observação-participante e coleta de depoimentos, o estudo destaca a *Opy* como núcleo espiritual e educacional onde ocorrem rituais conduzidos pelos xamãs. A construção comunitária da *Opy* com materiais naturais fortalece laços sociais e culturais, atuando também como centro de governança e espaço de cura. O artigo enfatiza a necessidade de políticas de preservação que garantam a continuidade cultural dos Guarani *Mbya*.

Palavras-chave: *Opy*. Guarani *Mbya*. Casa de Reza. Rituais Espirituais. Preservação Cultural

ABSTRACT: This article on Indigenous Ethnology examines the cultural and spiritual importance of the *Opy*, or Prayer House, for the Guarani *Mbya*, of the Tupi tribe. Using descriptive, empirical and ethnographic methodologies, including participant observation and the collection of testimonies, the study highlights the *Opy* as a spiritual and educational center where rituals conducted by shamans take place. The community construction of the *Opy* with natural materials strengthens social and cultural ties, also acting as a center of governance and a space for healing. The article emphasizes the need for preservation policies that guarantee the cultural continuity of the Guarani *Mbya*.

Keywords: *Opy*. Guarani *Mbya*. Prayer house. Spiritual rituals. Cultural preservation

INTRODUÇÃO

O povo indígena Guarani *Mbya*, da família linguística Tupi-Guarani e tronco Tupi, é rico em tradições e práticas que refletem uma profunda conexão com o mundo espiritual e natural. A *Opy*, ou Casa de Reza, também chamado pelos *Mbya* Guarani de *Opy'i* (Dooley, 2006), é um dos elementos centrais dessa cultura, desempenhando um papel fundamental na vida espiritual e comunitária dos Guarani *Mbya*. Este artigo busca explorar a importância da *Opy*, seus materiais e processos construtivos, bem como sua função cultural, utilizando uma abordagem metodológica adequada que combina análise descritiva, empírica e etnográfica. Por meio da observação-participante e dos depoimentos dos indígenas, complementados pela pesquisa bibliográfica, este estudo oferece uma visão abrangente sobre a relevância da *Opy* para os Guarani *Mbya*.

A territorialidade dos Guarani *Mbya* não pode ser plenamente compreendida sem reconhecer sua dimensão espiritual. A *Opy* emerge como um pilar fundamental para a manutenção do *Mbya reko* (regras do modo de ser), evidenciando que a preservação dos espaços espirituais é crucial para a continuidade do modo de ser Guarani *Mbya*. Este estudo reforça a necessidade de políticas de preservação que considerem tanto as dimensões geográficas quanto espirituais dos territórios indígenas, destacando a *Opy* como um elemento indispensável para a existência de uma *tekoá* autêntica.

A *Opy* funciona como o núcleo espiritual da comunidade, um espaço onde os indivíduos vivem e aprendem o *Mbya reko*, ou o *Nhandereko*. Esse local é comparado a uma universidade Guarani, onde se transmite conhecimentos e valores culturais essenciais, promovendo uma imersão na espiritualidade inerente ao *Nhandereko* (sistema cultural Guarani *Mbya*). A preservação desse espaço é vital para a continuidade da identidade cultural Guarani, proporcionando um ambiente em que as tradições e a língua guarani são mantidas vivas.

A construção da *Opy* reflete a cosmologia guarani, sendo feita com materiais naturais que simbolizam a harmonia e o respeito pelo meio ambiente. Os materiais utilizados incluem madeira para a estrutura, telhado de taquara ou palha de palmeiras e paredes de treliças de madeira cobertas com barro. O posicionamento da *Opy* é cuidadosamente planejado para estar em alinhamento com os seres cósmicos, como o Sol (*Kuaray*) e a Lua (*Jatichy*) e suas respectivas moradas no céu durante diferentes épocas do ano. Esse alinhamento cosmo referenciado reforça a espiritualidade e a sacralidade da Casa de Reza.

Dentro da *Opy*, ocorrem diversos rituais que são essenciais para a manutenção da harmonia e do equilíbrio espiritual da comunidade. Esses rituais incluem cantos, danças e preces, que são fundamentais para a transmissão da cultura e das tradições guarani. Os *Xamoi*, oficiantes espirituais, conduzem os membros da comunidade por meio de práticas que reforçam a relação dos Guarani com os ciclos naturais e os elementos da terra, promovendo uma consciência ecológica profunda. A participação nesses rituais é crucial para a integração dos indivíduos na comunidade e para marcar as diferentes fases da vida.

Os rituais de passagem, como os batismos, casamentos e cerimônias fúnebres, são realizados na *Opy* e são momentos fundamentais na vida dos Guarani *Mbya*. Esses rituais utilizam elementos naturais, como a água sagrada e a casca de cedro, para simbolizar a renovação espiritual e a ligação com a natureza. Por meio desses rituais, os Guarani reforçam os laços comunitários e a coesão social, promovendo um sentido de pertencimento e continuidade cultural.

A construção da *Opy* é um esforço comunitário conhecido como *Potirõ*, um mutirão que envolve a participação de toda a comunidade. Durante o *Potirõ*, homens, mulheres e crianças trabalham juntos sob a orientação de

especialistas em construção guarani, os *Xamoi*, resultando não só na criação de um espaço sagrado, mas também no fortalecimento dos laços sociais e comunitários. Este processo coletivo é um exemplo da prática guarani de viver em harmonia e cooperação, garantindo a transmissão de habilidades e conhecimentos essenciais para a continuidade cultural.

Além de seu papel espiritual, a *Opy* serve como um centro de governança comunitária. Nela, decisões importantes são discutidas e tomadas, promovendo a coesão social e a unidade entre os membros da aldeia. A *Opy* é um ponto de encontro para a comunidade, cujos laços sociais são fortalecidos e a identidade coletiva é reforçada. Esse aspecto da *Opy* destaca sua importância não apenas como um local de culto, mas também como um espaço vital para a vida comunitária dos Guarani *Mbya*.

A *Opy* também desempenha um papel muito importante na educação e na preservação da língua guarani. Dentro deste espaço, a língua guarani é falada e ensinada, garantindo sua continuidade. As histórias, mitos e canções transmitidos na *Opy* reforçam a identidade cultural e proporcionam um sentido de pertencimento e continuidade para os jovens Guarani. Esse processo de transmissão cultural é vital para a manutenção da herança e das práticas tradicionais da comunidade.

Sua importância transcende o físico, servindo como um elo entre o passado e o presente, entre o humano e o divino e entre a comunidade e a natureza. Este estudo destaca a necessidade de políticas de preservação que considerem a dimensão espiritual dos territórios indígenas, reconhecendo a *Opy* como um componente vital para a continuidade do modo de ser Guarani *Mbya*. Por meio da *Opy*, os Guarani *Mbya* continuam a preservar e celebrar sua rica herança cultural, garantindo que as futuras gerações possam se conectar com suas raízes e sua identidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA A OPY (CASA DE REZA)

A territorialidade dos Guarani *Mbya* não pode ser plenamente compreendida sem reconhecer sua dimensão espiritual. A *Opy* emerge como um pilar fundamental para a manutenção do *Mbya reko*, evidenciando que a preservação dos espaços espirituais é crucial para a continuidade do modo de ser Guarani *Mbya*. Este estudo reforça a necessidade de políticas de preservação que considerem tanto as dimensões geográficas quanto espirituais dos territórios indígenas. A presença da *Opy* é indispensável para a existência de uma *tekoá* autêntica. A *Opy* funciona como o núcleo espiritual da comunidade, um espaço onde os indivíduos vivem e aprendem o *Mbya reko* ou o *Nhandereko* (modo de ser). Esse local é comparado a uma universidade Guarani, onde se transmite conhecimentos e valores culturais essenciais, promovendo uma imersão na espiritualidade inerente ao *nhandereko* (sistema cultural Guarani *Mbya*).

A *Opy* é um elemento central na vida espiritual e comunitária desse povo, nela, realizam-se reuniões, eventos culturais e rituais. A estrutura da *Opy* segue posicionamento conforme os seres cósmicos e suas moradas, como o *Kuaray* (Sol), *Jatthy* (Lua) e seus ciclos no céu durante o *Ará Ymã* (tempo frio/outono-inverno) e o *Ará Pyau* (tempo quente/primavera-verão). A *Opy* é uma edificação que ocupa um destaque importantíssimo para a cultura guarani, é no seu interior que os *Xamoi*, embriagados de espiritualidade (Clastres, 1990) conduzem os membros de sua *Tekoá*.

Os *Xamoi* são os oficiantes imprescindíveis para a condução ritualísticas na Casa de Reza, pois é nela, lugar sagrado, que são praticados os ritos ancestrais do povo Guarani. Encontramos em nossas pesquisas um documento etnográfico cujo autor faz uma breve descrição de um ritual de batismo e, assim, parece-nos ser a referência mais antiga, pelo menos a mais antiga que encontramos:

Ñanderú-poraí, aquele canto sem palavras, estranhamente selvagem, que soa como um aviso, pelo qual o Guaraní procura despertar as forças sobrenaturais que habitam em seu corpo, para, então, torná-las úteis para alguma atividade religiosa ou mágica. *Ñanderú-poraí*, aquele canto sem palavras, estranhamente selvagem, que soa como um aviso, pelo qual o Guaraní procura despertar as forças sobrenaturais que habitam em seu corpo, para então torná-las úteis para alguma atividade religiosa ou mágica (Unckel, 2010, p. 158).

Na Casa de Reza, é o espaço para a realização de cerimônias e rituais espirituais. É onde se realizam as práticas religiosas, incluindo cantos, danças e preces, que são fundamentais para a manutenção da harmonia e do equilíbrio espiritual da comunidade.

É um local sagrado onde os Guaraní se conectam com os deuses, os espíritos dos antepassados e as forças da natureza. Na Casa de Reza, o mundo espiritual e o mundo físico se encontram.

A *Opy* serve como um espaço para a transmissão da cultura e das tradições guarani. Nela, os mais velhos, os *Xamoi* e as *Xaryi*, ensinam aos jovens as histórias, os mitos, as canções e as danças que compõem a rica herança cultural Guaraní. Por meio das atividades na Casa de Reza, a língua guarani é preservada e reforçada, visto que muitas práticas e ensinamentos são transmitidos na língua nativa. No interior da Casa de Reza, fala-se o guarani, língua ancestral, mas, no interior dela, existem algumas falas que só se fala lá dentro, como nos esclarece Darci da Silva (2020, p. 27) (*Karai Nhe'ery*).

Para agradecer a *nhanderu*, os sábios podem utilizar a palavra *aguyjevete* dentro da *Opy'i*. Eu não posso falar *aguyjevete* fora da *Opy'i*. Pode falar *aguyjevete* para os *xamoi kuery* e *xaryi kuery* e quando você busca algum co-

nhecimento dentro da *Opy'i*. Você pede a *Nhanderu* o fortalecimento da vida, a proteção à nossa família e então agradece com *aguyjevete*. Não se pode dizer *ha'vete* para *Nhanderu*, tem que dizer *aguyjevete*.

Existem vários rituais que são realizados dentro da Casa de Reza: "*Opy'i* é o espaço sagrado onde nós praticamos diversos rituais" (Silva, 2020, p. 28). Nomeia esses rituais. "Existem vários rituais *Nhemongarai*. Tem o *ka'a Nhemongarai*, *avaxi'i Nhemongarai* e *yy Nhemongarai*. Todos esses rituais estão ligados ao *Nhemongarai*" (Silva, 2020, p. 29). O ritual do batismo é quando a criança recebe o nome que é dado pelo *Xamoi*, oficiante do ritual, este Ritual é chamado de *Yy karai Nhemongarai*.

O *yy karai* é o ritual específico para batizar, receber o nome e para limpar o corpo. Por isso, o *yy karai* é preparado através de água e casca de cedro. O *yy karai* segue sendo praticado e é forte na atualidade. Essa cerimônia acontece nas aldeias do Sul e Sudeste. Hoje em dia está muito difícil porque é necessário deslocar os pajés entre as aldeias. Antigamente, se faziam as caminhadas, as famílias visitavam a pé as aldeias. Hoje nós temos poucas aldeias que têm cedro nativo. Por causa dos *jurua kuery* que provocam o desmatamento, a destruição e as tomadas de terra. São poucas aldeias que têm *yary*, só as que têm muita mata. Nessas, podemos colher perto das casas. Muitas vezes, temos que ir a outras aldeias buscar *yary* ou entrar em mata que não pertence mais à comunidade, pois foi ocupada pelos *jurua kuery*. Aí corremos esse perigo de entrar em alguma propriedade para colher o cedro (Silva, 2020, p. 29).

Ritual do *Tembequa*, (furação do lábio), o do *Kaa*, (erva mate) o do *Avaxi'i* (milho). Como nos esclarece (Silva, 2020, p. 29):

O *yy karai* acontece no período de *ara pyau*, entre janeiro e fevereiro. Cada ano quando chega esse período acontece o *yy karai*, porque o ciclo do *ara pyau* já termina. Cada *ara pyau* o *Nhanderu* se renova. No *ara yma*, *Nhanderu* envelhece, por isso que não é praticado nenhuma cerimônia de *Nhemongarai* nesse período.

Silva (2020, p. 30) ainda nos ensina quanto aos rituais Guarani:

Essas duas práticas fazem parte de um conjunto do ritual do *Nhemongarai*, para a criança receber o nome. Primeiro é realizado o *tata rendy*, depois recebe a água sagrada para limpar e receber espírito novo. Através da água sagrada ocorre a renovação espiritual, por isso é realizado a cada ano. Cedro é a árvore mais sagrada na nossa cultura. O Altar *Amba'i* que fica na Casa de Reza é sempre feito de pau de cedro. Na cerimônia de batismo *Yy karai* são mais utilizados a casca de cedro com água e folhas de cedro. As folhas de cedro são o remédio mais sagrado que serve para dar banho nas crianças e lavar a cabeça dos adultos. Por isso que na cultura guarani a árvore do cedro é bastante valorizada.

Muitas cerimônias realizadas na Casa de Reza têm o objetivo de cura e bem-estar. Os *Xamoi* utilizam o espaço para realizar tratamentos espirituais e medicinais, empregando conhecimentos tradicionais sobre plantas e técnicas de cura. É um local onde as pessoas buscam orientação e ajuda espiritual para problemas físicos, emocionais e espirituais.

As práticas dentro da *Opy* reforçam a relação dos Guarani com os ciclos naturais e os elementos da terra, promovendo uma consciência ecológica profunda.

A Casa de Reza é o cenário para importantes rituais de passagem, como iniciações, casamentos e cerimônias fúnebres. Esses ritos são essenciais para a integração dos indivíduos na comunidade e para marcar as diferentes fases da vida.

A Casa de Reza é um ponto de encontro para a comunidade. Nela, decisões importantes são discutidas e tomadas, promovendo a coesão social e a unidade entre os membros da aldeia.

As reuniões na *Opy* fortalecem os laços comunitários e a identidade coletiva, sendo um espaço de acolhimento e solidariedade



A CASA DE REZA É UM PONTO DE ENCONTRO PARA A COMUNIDADE. NELA, DECISÕES IMPORTANTES SÃO DISCUTIDAS E TOMADAS, PROMOVENDO A COESÃO SOCIAL E A UNIDADE ENTRE OS MEMBROS DA ALDEIA.

A arquitetura e o posicionamento da Casa de Reza, frequentemente, refletem a cosmovisão guarani e a sua conexão com a natureza. A construção é geralmente simples e feita com materiais naturais, simbolizando a harmonia e o respeito pelo meio ambiente. As práticas dentro da *Opy* reforçam a relação dos Guarani com os ciclos naturais e os elementos da terra, promovendo uma consciência ecológica profunda para importantes rituais de passagem, como iniciações, casamentos e cerimônias fúnebres. Esses ritos são essenciais para a integração dos indivíduos na comunidade e para marcar as diferentes fases da vida.

Sobre essas questões que envolvem o viver em comunidade, viver na aldeia sobre o sagrado e as relações com os povos indígenas e que está intimamente vinculado à participação dos rituais na Casa de Reza, assim, Zoccoli (2007) se expressa contando um pouco de sua experiência com os povos indígenas e as relações que se estabeleceram e foram sendo construídas ao longo de décadas.

Neste último equinócio de primavera, no dia 23 de setembro de 2006, participamos do ritual do *Caa*, que durou dois dias – o primeiro destinado à participação mais expressiva aos homens, que, depois da colheita da erva-mate, pelos homens, e de obedecermos a todos os preceitos ritualísticos guarani, foi encerrado o ritual no dia destinado aos homens. No dia seguinte, as folhas de erva-mate são piladas por todas as mulheres que estavam participando do ritual na *Opy*. Neste dia, depois de ser pilada a erva mate, a ‘Mãe da Aldeia’ começa a fazer uma fala em guarani, pois todos os passos de qualquer ritual são feitos

na língua materna. Senti uma forte emoção, que naquele momento não compreendia, embora não entendesse o Guarani. Olhei em torno e observei que muitas pessoas estavam também emocionadas. Todos os rituais de que participamos até hoje na aldeia guarani se passaram dentro da *Opy*, Casa de Reza, um espaço sagrado do povo. Penso que a *Opy* é o coração da cultura guarani e que enquanto ela existir, a sabedoria tradicional, o universo sagrado guarani permanecerá. Todos os dias, ao cair da tarde, quando o sol já não está no firmamento, é dado início ao rito. Os Guarani vivem intensamente a sua espiritualidade e são tão nobres que acolhem todos aqueles que vão em busca com o coração sincero e despidos de preconceitos. Em contato com esta sabedoria ancestral milenar que se perde na noite dos tempos, penso que alterei significativamente meus valores e minha visão de mundo. Acompanha-me nesta jornada minha família. Percebemos que os Guarani também valorizam o convívio familiar, a amizade. Tudo para os indígenas tem um caráter sagrado: as relações, o convívio com a natureza, o fumar, tomar o mate, a preparação dos alimentos, a fala, o canto, a dança, a música, as conversas em volta da fogueira, os sonhos, as intuições, a colheita de ervas. Uma das coisas que mais me tocaram foi quando o pajé *Marangaju*, numa das suas falas sagradas no interior da *Opy*, nos chamou de filhos – João Paulo, Dario, Erasmo e eu. Esses fatos tão corriqueiros podem parecer desimportantes para alguns, mas denotam o aspecto sagrado das relações que construímos. O sagrado entre os indígenas é apresentado de forma

sutil e refinada, permeando todos os momentos do seu dia a dia (Zoccoli, 2007, p. 44-45).

A *Opy*, portanto, é muito mais do que uma simples construção, ela é o coração espiritual e cultural da comunidade guarani. Sua importância transcende o físico, servindo como um elo entre o passado e o presente, entre o humano e o divino, entre a comunidade e a natureza.

Enfatizamos a importância que tem a Casa de Reza através da fala de três lideranças *Mbya* Guarani, duas mulheres, mãe e filha, Elza Fernandes (*Jaxuca*) e Eliane Gabriel de Castro (*Para Poty*) que participaram da live temática – *A trama da arte e o cotidiano feminino Guarani*, do Projeto Estie (2021).

Leonardo Luiz Euzébio (*Karai Miri*) que participou da Roda de Conversa – *Cosmovisão, cotidiano e cultura guarani*, também do Projeto Estie que foram transmitidas ao vivo pelo YouTube, em 4 de setembro de 2021 e 28 de maio de 2021, respectivamente.

Para nós, Guarani, o centro da cultura guarani vem da Casa de Reza (Fernandes, 2021). A Casa de Reza funciona como uma escola, dela vem o ensinamento para educação de nossos filhos, então, o centro, a origem de tudo para nós, *Mbya* Guarani, está na Casa de Reza (Castro, 2021).

Assim Leonardo Luiz Euzébio (2021, online) (*Karai Miri*) se expressa para nos esclarecer sobre a visão que os *Mbya* Guarani entendem a importância da *Opy* em suas vidas.

[...] na nossa cultura, não existe nada no mundo, não existe nada no planeta, não existe nada na nossa vida a não ser ligada a *Nhanderu* que é nosso Deus. O Nosso Deus, para nós, é um espírito poderoso e invisível é um

espírito que nos criou, fez o mundo, fez tudo. Tudo que existe no planeta, no mundo, no universo, tudo partiu do *Nhanderu*, não existe nada a não ser através de *Nhanderu*. Então, para nós, *Nhanderu* é a essência da nossa vida. É a nossa riqueza é a nossa vida, é nosso Pai Poderoso Celestial. É ele que nos conduz em tudo, na nossa inteligência, na sabedoria, nos conhecimentos, tudo faz parte do *Nhanderu*, então, é por isso que a Casa de Reza, para nós, é essencial é importante. Sem a nossa Casa de Reza a gente não consegue existir, a gente não existe. A Casa de Reza, para nós, é a primeira escola, é o primeiro espaço onde a agente, além de buscar a nossa força, a nossa resistência, o nosso apoio à nossa espiritualidade, é onde se ensina muito, nos ensina a moralidade, é o amor, sentimento, compaixão, é muito mais do que isso e tudo mais está interligado na Casa de Reza e o *Nhanderu* que é nosso Deus. Bom, o nosso orientador, a nossa mão direita e o nosso *Xaramoi*, o nosso pajé. O nosso *Xaramoi* é quem nos conduz e conduz o funcionamento de nossa Casa de Reza. Lá na Casa de Reza, cada um tem o seu papel, o nosso *Xaramoi*, as mulheres, os homens, os rapazes. Só não existe competição lá como existe em muitos outros lugares, não existe competição. Por exemplo, eu não posso competir com outras pessoas que estão lá, vem com cantos bonitos, bem como o jeito de praticar o modo de nossa religião não existe competição. Eu vou ter que ser melhor que ele, eu vou ter que ser, pensar, de estar, lá não tem competição, lá os direitos são iguais, a crença é tudo igual, a espiritualidade é toda a mesma coisa, não existe competição

em nada. Existe um direcionamento de nosso *Xaramoi*, mas não é porque tem que ser assim, que ele é acima de tudo, mas porque é uma pessoa mais velha, que é uma pessoa que tem experiência de vida, que tem uma experiência de espiritualidade, tem uma experiência de conhecimento espiritual, então, é nesse sentido. É assim que funciona nossa Casa de Reza.

Então, a dança, o canto, os jovens, as mulheres, os nossos *Xaramoi*, em alguns momentos os cantos são só das crianças, são só dos jovens e alguns momentos que é tudo junto. O canto e a dança é uma forma de a gente agradecer a Deus por tudo, tudo que existe, pelas nossas crianças, pela nossa terra, pelos nossos animais, pela água, pela chuva, pelo sol, por tudo que é essencial para a nossa vida, então, é o canto, a dança e o que se pratica dentro da Casa de Reza.

Isso é muito importante, na verdade é assim: para nós, Guarani *Mbya*, Deus está presente em todo o momento em todo lugar e independente da religião, independente da raça, da cor, da etnia e, independente do lugar onde estivermos, Deus está em todos os lugares em todos os momentos, 24 horas. Existe um período, por exemplo, para nós, o mês de agosto até o mês de janeiro, fevereiro é o período em que a gente frequenta mais a Casa de Reza. No inverno, a gente deixa um pouco mais, assim, digamos é o período que a gente fica mais em casa, mas não quer dizer que a gente esqueceu de *Nhanderu*, deixou de lado, é um período

do que a gente guarda um pouco mais, mas se for necessário, se tiver alguém doente, se precisar a gente está indo lá na Casa de Reza, não importa se é meia-noite ou se é madrugada ou se é de dia, a gente vai na Casa de Reza.

A OPY (CASA DE REZA) MATERIAIS E PROCESSO CONSTRUTIVO

A arquitetura e o posicionamento da Casa de Reza frequentemente refletem a cosmovisão guarani e a sua conexão com a natureza. A construção é geralmente simples e feita com materiais naturais, simbolizando a harmonia e o respeito pelo meio ambiente.

Conforme Prudente (2017), a casa recebe o olhar de *Nhamandu'* por trás, ao amanhecer (orientação Leste), iluminando a parede dos fundos, e, no final do dia, essa divindade entra na casa pela porta da frente (orientação Oeste). Para eles, são três as orientações solares, nas quais moram outras três divindades, além do sol: (i) *Karai'* a Leste, (ii) *Tupã* a Oeste e (iii) *Jakaira'* no zênite.

Figura 2. Aldeia tradicional Guarani com trajetória solar entre Solstícios e Equinócio / Fonte: Nunes Junior (2022, p. 147).

As Casas de Reza Guarani são construções com estrutura cosmo referenciadas, tendo seus pilares localizados de forma que as faces menores (frontal e traseira) posicionem-se de Leste e Oeste, enquanto as faces maiores (laterais) posicionem-se de Norte e Sul. Isso faz com que a preparação do terreno para construção da Casa de Reza seja de acordo com tais dimensões do formato retangular.

Os materiais utilizados são: madeira para a estrutura, o telhado pode ser de taquara ou palha de palmeiras e as paredes de treliças de madeira

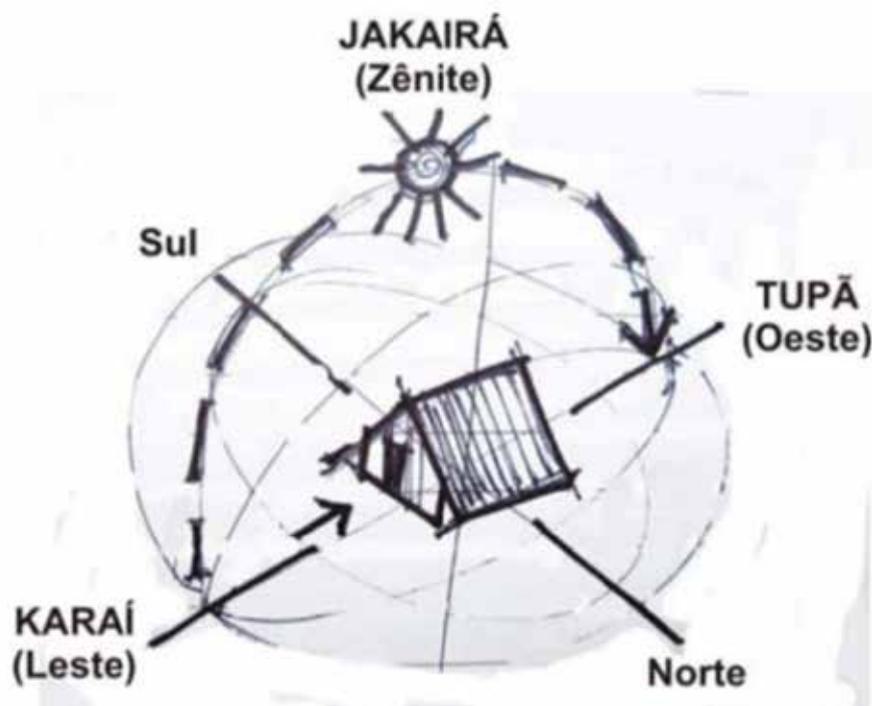
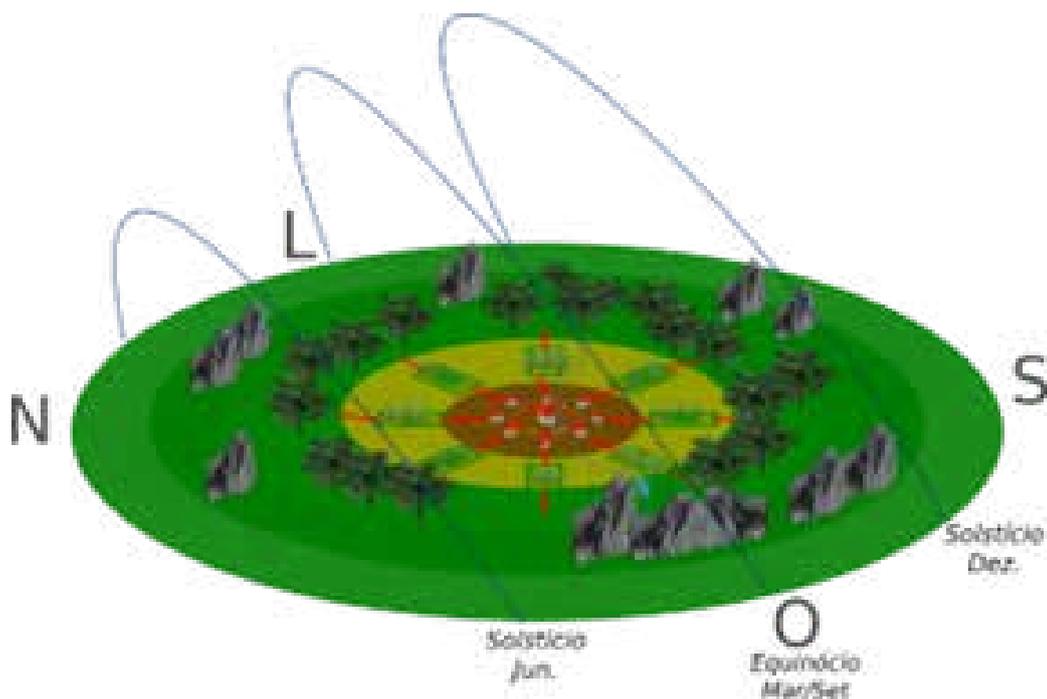


Figura 1. O percurso do sol / Fonte: Prudente (2007, p. 105).



cobertas com barro. A seguir, ilustramos com a lista de materiais (Quadro 1) conforme coletado na literatura e em atividades de campo na terra indígena *Pindoty*, aldeia *Yvapura*, município de Araquari, Santa Catarina, Brasil. Cada parte da Casa de Reza está descrita com legenda, que pode ser encontrada a referência em imagem na sequência (Figura 3).

Legenda	Parte da construção	Nomenclatura	Nome Guarani	Descrição material	Dimensões	Quantidade
E1	Estrutura	Estrutura (lateral)	<i>Ijytá Mirim</i>	Eucalipto (tora)	Ø 15 cm x 3 m	6 peças
E2	Estrutura	Estrutura (central)	<i>Ijytá Ete</i>	Eucalipto (tora)	Ø 15 cm x 5 m	2 peças
T1	Telhado	Tesoura (central)	<i>Hakamby ete ru pigua'</i>	Cambará (tora)	Ø 15 cm x 7 m	1 peças
T2	Telhado	Tesoura (frente/trás)		Cambará (tora)	Ø 10 cm x 7 m	2 peças
T3	Telhado	Pendural		Cambará (tora)	Ø 10 cm x 2 m	1 peça
L1	Telhado	Linha		Cambará (tora)	Ø 15 cm x 5 m	6 peças
L2	Telhado	Linha de cima		Cambará (tora)	Ø 10 cm x 5 m	2 peças
C	Telhado	Caibro	<i>Ijytá</i>	Cambará (tora)	Ø 8 cm x 5 m	32 peças
R	Telhado	Ripa	<i>Inharuka</i>	Taquara mansa	Ø 3-5 cm x 6 m	70 peças
Tq	Telhado	Telhas de taquara	<i>Takuá Ete'i</i>	Taquara mansa	Ø 8 cm x 3,2 m	900 peças
B1	Parede	Treliça vertical (lateral)	<i>Ikorá</i>	Cambará (tora)	Ø 6-8 cm x 2,5 m	300 peças
B2	Parede	Treliça horizontal (lateral)		Cambará (tora)	Ø 4 cm x 5 m	54 peças
B3	Parede	Treliça vertical (frente/trás)	<i>Ikorá</i>	Cambará (tora)	Ø 6-8 cm x 4 m	200 peças
B4	Parede	Treliça horizontal (frente/trás)		Cambará (tora)	Ø 4 cm x 7 m	26 peças
B5	Parede	Treliça transversal (frente/trás)		Cambará (tora)	Ø 4 cm x 3,5 m	28 peças

Legenda	Parte da construção	Nomenclatura	Nome Guarani	Descrição material	Dimensões	Quantidade
G1	Parede	Guia (lateral)		Cambará (tora)	Ø 6-8 cm x 5 m	4 peças
G2	Parede	Guia (frente/trás)		Cambará (tora)	Ø 6-8 cm x 7 m	2 peças
Br	Parede	Pau-a-pique	<i>Oó Korá</i>	Barro		
P1	Porta	Porta – batente lateral		Cambará (tora)	Ø 10 cm x 2,5 m	4 peças
P2	Porta	Porta – batente inferior		Cambará (tora)	Ø 10 cm x 1 m	2 peças
P3	Porta	Porta – batente superior		Cambará (tora)	Ø 10 cm x 1 m	2 peças
P4	Porta	Tábuas para folha		Cambará (tora)	20 cm x 2 m	10 peças
Db	Porta	Dobradiças		Metal	10 cm	4 peças
A	Telhado	Amarração	<i>Ojokuaá</i>			
P1	Pregos	Estrutura			21x42	10 kg
P2	Pregos	Paredes e telhado			17x27	10 kg
Mt	Processo construtivo	Mutirão	<i>Potirõ</i>	Fundação, estrutura, cobertura, vedação lateral e piso	10 a 15 cestas básicas	10 a 15 dias

Quadro 1. Lista de materiais, quantidades e dimensões / Fonte: os autores.

Figura 3. Imagens ilustrativas das partes da Casa de Reza / Fonte: adaptada de Nunes Junior (2022).

São muitas as possibilidades de madeiras para composição das variadas estruturas das Casas de Reza, contudo, há aldeias que não encontram as quantidades necessárias, tendo a necessidade de contar com apoio na aquisição dos materiais. Muitos anciões e anciãs falam que as madeiras devem ser nativas. Assim, apresentamos a seguir uma lista de espécies apropriadas para uso em Casas de Reza.



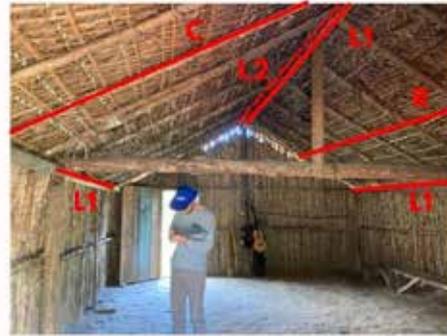
Opy - Casa de Reza
Estrutura



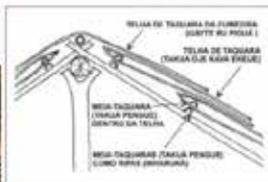
Opy - Casa de Reza
Telhado



Opy - Casa de Reza
Telhado



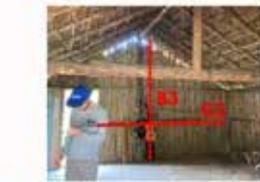
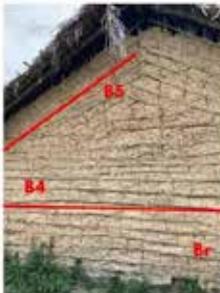
Opy - Casa de Reza
Telhado



Opy - Casa de Reza
Parede (Lateral)



Opy - Casa de Reza
Parede (Frente/Trás)



Opy - Casa de Reza
Porta



Conforme Prudente (2017), o processo construtivo da Casa de Reza Guarani é coletivo, conforme seu modo de ser. O conceito usado pelos Guarani para o trabalho coletivo é *Potirõ*, que foi introduzido na cultura nacional brasileira como “Mutirão”.

O *Potirõ* que reúne as pessoas das famílias que compõem a comunidade, com especialistas em construção guarani que orientarão o processo. Durante o processo, todos contribuem: mulheres, homens, crianças e velhos. As mulheres são responsáveis pela produção alimentar e os homens pela obra. As crianças se envolvem como uma grande brincadeira, pois é assim que vão aprendendo as futuras atividades. Ao mesmo tempo, transmitem um sentimento de diversão que se percebe nos adultos e, inclusive, nas pessoas mais velhas que participam normalmente como orientadores do processo.

As etapas do processo construtivo passam por:

1. Localização e preparação do terreno.
2. Fundação.
3. Estrutura.
4. Telhado e cobertura.
5. Treliças e vedação das paredes.
6. Portas.
7. Piso.

Como ferramental necessário para a construção de Casas de Reza, sugere-se o uso de três martelos, três machadinhos, três facões, um carrinho de mão, cinco enxadas, três cavadeiras, duas pás de cavar, duas pás de juntar, trena e alicate.

Salienta-se que o período do processo construtivo é de 10 a 15 dias sequenciais, paralisando as atividades em dias de chuva. Contudo, indica-se que o *Potirõ* seja apoiado com a doação de cestas básicas para que os trabalhadores possam se alimentar durante o processo e, assim, alimentar as entidades espirituais que apoiam e observam as obras.

METODOLOGIA

Para a construção deste artigo, empregamos uma abordagem metodológica adequada para os fins desta pesquisa, combinando a análise descritiva, empírica e etnográfica. A seguir, detalhamos os métodos específicos utilizados em cada etapa da pesquisa, garantindo uma compreensão abrangente e profunda do objeto de estudo.

A análise descritiva foi utilizada para caracterizar e documentar os aspectos culturais, materiais e os processos construtivos da *Opy* (Casa de Reza) entre os Guarani *Mbya*. Essa metodologia permitiu a descrição detalhada das práticas e dos materiais utilizados, bem como da organização espacial e arquitetônica da *Opy*. Os dados descritivos foram coletados por meio de observação direta e registros escritos e fotográficos, proporcionando uma base sólida para a compreensão das especificidades culturais e materiais deste espaço sagrado.

A abordagem empírica foi fundamental para validar as observações e descrições feitas durante a pesquisa. Utilizamos técnicas de coleta de dados quantitativos e qualitativos, incluindo medições dos materiais e estruturas da *Opy*, bem como a documentação das práticas rituais e culturais associadas. A coleta de dados empíricos envolveu visitas *in loco* a diversas aldeias Guarani *Mbya*, onde foram realizadas medições precisas e detalhadas dos elementos arquitetônicos e dos materiais utilizados na construção da *Opy*.

A pesquisa etnográfica permitiu uma imersão profunda na cultura guarani *Mbya*, possibilitando uma compreensão rica e contextualizada dos significados e usos da *Opy*. Por meio da observação-participante, os pesquisadores puderam vivenciar diretamente as práticas culturais e rituais, interagindo com os membros da comunidade e participando dos eventos e cerimônias. Essa metodologia foi crucial para captar as nuances e os significados profundos atribuídos à *Opy* pelos Guarani *Mbya*.

A observação-participante foi uma técnica central na coleta de dados etnográficos. Os pesquisadores se integraram às comunidades Guara-

ni *Mbya*, participando ativamente das atividades diárias, rituais e cerimônias realizadas na *Opy*. Essa participação direta permitiu uma compreensão mais rica e detalhada das práticas culturais e dos significados atribuídos à *Opy*. As notas de campo e os diários de observação foram utilizados para registrar as experiências e insights obtidos durante a pesquisa.

Os depoimentos dos membros da comunidade Guarani *Mbya* foram fundamentais para complementar e enriquecer os dados coletados por meio da observação-participante. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com líderes espirituais, anciãos e outros membros da comunidade, permitindo a coleta de narrativas pessoais e coletivas sobre a importância da *Opy*. Esses depoimentos forneceram uma perspectiva interna e autêntica, essencial para uma compreensão aprofundada do objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para contextualizar os dados empíricos e etnográficos dentro de um quadro teórico mais amplo. Foram revisadas e analisadas obras acadêmicas e literaturas específicas sobre a cultura guarani *Mbya*, a construção e o uso da *Opy* e os métodos de pesquisa em antropologia e etnografia. Esta revisão bibliográfica permitiu situar a pesquisa dentro do campo acadêmico existente, identificando lacunas e contribuindo para o avanço do conhecimento sobre o tema.

Todos os procedimentos de coleta de dados foram conduzidos em conformidade com os princípios éticos da pesquisa científica. Os pesquisadores obtiveram o consentimento informado dos participantes e garantiram o respeito aos direitos e à dignidade das comunidades indígenas envolvidas. A pesquisa foi conduzida de maneira transparente e respeitosa, assegurando que os interesses e as perspectivas dos Guarani *Mbya* fossem priorizados e valorizados.

Os dados coletados foram analisados utilizando técnicas qualitativas e quantitativas. As notas de campo e os depoimentos foram codificados e

analisados tematicamente, permitindo a identificação de padrões e temas recorrentes. Os dados empíricos foram analisados estatisticamente para validar as observações e descrições feitas. Essa análise integrada garantiu uma interpretação abrangente e rigorosa dos dados, proporcionando uma compreensão profunda e contextualizada do objeto de estudo.

A combinação dessas metodologias permitiu a construção de um estudo detalhado e significativo sobre a *Opy* e sua importância cultural para os Guarani *Mbya*, contribuindo para a preservação e valorização dessa prática cultural essencial.

Parte superior do formulário

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa revelou a importância central da *Opy* na vida espiritual e comunitária dos Guarani *Mbya*, destacando-se como um espaço sagrado de práticas rituais e transmissão cultural. Por meio da metodologia de análise descritiva, empírica e etnográfica, verificou-se que a *Opy* não é apenas um local de culto, mas também um centro educacional e comunitário, fundamental para a preservação da identidade cultural Guarani. Os dados empíricos coletados confirmam a utilização de materiais naturais e técnicas tradicionais na construção da *Opy*, refletindo a profunda conexão dos Guarani com a natureza.

A observação-participante revelou que a *Opy* é o local onde se realizam rituais essenciais, como batismos, casamentos e cerimônias fúnebres. Esses rituais são conduzidos pelos *Xamoi*, líderes espirituais, que utilizam cantos, danças e preces para manter a harmonia espiritual da comunidade. A pesquisa mostrou que esses rituais são essenciais para a integração dos indivíduos na comunidade e para marcar as diferentes fases da vida, reforçando os laços comunitários e a coesão social.

Os depoimentos dos membros da comunidade Guarani *Mbya* ressaltaram a *Opy* como um

espaço de cura e bem-estar, onde são realizados tratamentos espirituais e medicinais. Os *Xamoi* utilizam conhecimentos tradicionais sobre plantas e técnicas de cura, demonstrando a interconexão entre saúde e espiritualidade na cultura guarani. Esses depoimentos, com os dados empíricos, evidenciam a importância da *Opy* como um centro de saúde integral, abrangendo aspectos físicos, emocionais e espirituais.

A pesquisa bibliográfica forneceu o suporte teórico necessário para contextualizar os dados coletados. Obras como as de Clastres (1990) e Unckel (2010) foram fundamentais para entender a significância histórica e cultural da *Opy*. A literatura destacou que a *Opy* funciona como uma “universidade cultural”, em que conhecimentos e valores são transmitidos entre as gerações, reforçando a importância da preservação da língua e das tradições guarani. Esse respaldo teórico ajudou a articular os dados empíricos, mostrando a continuidade e a resistência da cultura guarani por meio da *Opy*.

O trabalho como um todo demonstrou que a *Opy* é o coração espiritual e cultural da comunidade Guarani *Mbya*. Por meio de uma combinação de métodos descritivos, empíricos e etnográficos, foi possível revelar a complexidade e a profundidade deste espaço sagrado. A *Opy* não é apenas um local de culto, mas um centro vital de transmissão cultural, saúde comunitária e coesão social. Esses resultados sublinham a necessidade de políticas de preservação que considerem tanto as dimensões físicas quanto espirituais dos territórios indígenas, garantindo a continuidade do modo de vida Guarani *Mbya*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa de Reza, ou *Opy*, desempenha um papel fundamental na vida dos Guarani *Mbya*, sendo um pilar essencial para a preservação da sua identidade cultural e espiritual. Utilizando a metodologia de

análise descritiva, empírica e etnográfica, por meio da observação-participante e dos depoimentos dos indígenas, complementada pela pesquisa bibliográfica, este texto explora em profundidade a significância da *Opy* para essa comunidade indígena.

A *Opy* é mais do que um espaço físico, é o centro espiritual da comunidade Guarani *Mbya*. Conhecida como a Casa de Reza, a *Opy* é um local sagrado onde os membros da comunidade se reúnem para realizar cerimônias e rituais que são fundamentais para a manutenção do *Mbya reko* ou modo de ser Guarani *Mbya*. Esse espaço espiritual é indispensável para a existência de uma *tekoá* autêntica, funcionando como uma universidade cultural onde conhecimentos e valores são transmitidos entre as gerações.

Os rituais na *Opy* são conduzidos pelos *Xamoi*, líderes espirituais que desempenham um papel crucial na vida religiosa da comunidade. Esses rituais, que incluem batismos, cantos e danças são momentos de intensa espiritualidade onde os Guarani se conectam com *Nhanderu*, seu Deus, e com os espíritos dos antepassados. A *Opy* é, portanto, um espaço onde o mundo espiritual e o mundo físico se encontram, facilitando uma interação profunda entre os membros da comunidade e as forças sobrenaturais.

A preservação da língua e das tradições guarani também está intrinsecamente ligada à *Opy*. Dentro deste espaço, a língua guarani é falada e ensinada, garantindo sua continuidade. As histórias, mitos e canções transmitidos na *Opy* reforçam a identidade cultural e proporcionam um sentido de pertencimento e continuidade para os jovens Guarani. Esse processo de transmissão cultural é vital para a manutenção da herança e das práticas tradicionais da comunidade.

Os rituais de passagem, como os batismos e as cerimônias de iniciação são realizados na *Opy* e são momentos cruciais na vida dos Guarani *Mbya*. Esses rituais marcam as transições importantes na vida dos indivíduos e reforçam os laços comunitários. O ritual de batismo, por exemplo, utiliza água



A OPY SERVE COMO UM PONTO DE ENCONTRO PARA A COMUNIDADE, CUJOS LAÇOS SOCIAIS SÃO FORTALECIDOS E A IDENTIDADE COLETIVA É REFORÇADA.

sagrada e casca de cedro para limpar e renomear as crianças, simbolizando a renovação espiritual e a ligação com a natureza.

A construção da *Opy* é um esforço comunitário que reflete a cosmologia guarani e sua conexão com a natureza. Utilizando materiais naturais, como madeira, palha e barro, a construção da *Opy* simboliza a harmonia com o meio ambiente. O processo de construção é realizado em *mutirão*, ou *Potirõ*, em que todos os membros da comunidade, incluindo homens, mulheres e crianças, participam, reforçando os laços sociais e comunitários.

O posicionamento da *Opy* é cuidadosamente planejado para se alinhar com as divindades guarani e as orientações solares. Esse alinhamento cosmo referenciado reforça a espiritualidade e a sacralidade da Casa de Reza, criando um espaço que está em harmonia com o universo e as crenças guarani. A orientação da *Opy* para o Leste e Oeste, por exemplo, é uma representação simbólica da jornada do sol e das divindades que ele representa.

Dentro da *Opy*, práticas de cura e bem-estar são realizadas pelos *Xamoi*, que utilizam conhecimentos tradicionais sobre plantas e técnicas de cura espiritual. Esse espaço sagrado é onde os membros da comunidade buscam orientação e ajuda para problemas físicos, emocionais e espirituais, destacando a importância da *Opy* como um centro de saúde e bem-estar integral para os Guarani *Mbya*.

Além de seu papel espiritual, a *Opy* também é um espaço de governança comunitária. Nela, decisões importantes são discutidas e tomadas, promovendo a coesão social e a unidade entre os membros da aldeia. A *Opy* serve como um ponto de encontro para a comunidade, cujos laços sociais são fortalecidos e a identidade coletiva é reforçada.

Finalmente, a *Opy* é um símbolo da resistência cultural dos Guarani *Mbya*. Em um mundo em constante mudança, a Casa de Reza permanece como um baluarte da tradição e da espiritualidade guarani. Ela é um testemunho da resiliência dos Guarani *Mbya* e da sua capacidade de manter suas tradições e modo de vida, apesar dos desafios externos. Por meio da *Opy*, os Guarani *Mbya* continuam a preservar e celebrar sua rica herança cultural, garantindo que as futuras gerações possam se conectar com suas raízes e sua identidade.

Em conclusão, a *Opy* é o coração espiritual e cultural dos Guarani *Mbya*. Sua importância transcende o físico, servindo como um elo entre o passado e o presente, entre o humano e o divino, entre a comunidade e a natureza. Este estudo destaca a necessidade de políticas de preservação que considerem a dimensão espiritual dos territórios indígenas, reconhecendo a *Opy* como um componente vital para a continuidade do modo de ser Guarani *Mbya*.

REFERÊNCIAS

CASTRO, E. G. de. A trama da arte e o cotidiano feminino guarani: Projeto Estie. **YouTube**, 4 set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/blMljC8BnBM?si=FdfLTL3O7i3j4t3k>. Acesso em: 5 ago. 2024.

CLASTRES, P. **A fala sagrada**: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani. Campinas: Papirus Editora, 1990.

DOOLEY, R. A. **Léxico guarani, dialeto Mbyá**: com informações úteis para o ensino médio, a aprendizagem e a pesquisa linguística. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 2006. Disponível em: <https://www.sil.org/system/files/reapdata/12/46/76/124676441874852634379984229299158083826/GNDicInt.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2024.

EUZÉBIO, L. L. Cosmovisão, cotidiano e cultura guarani: Projeto Estie. **YouTube**, 28 maio 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/-HqgcUfWVDY?si=cBjzZ-39VJLCpvTx>. Acesso em: 5 ago. 2024.

FERNANDES, E. A Trama da arte e o cotidiano feminino Guarani: Projeto Estie. **YouTube**, 4 set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/blMljC8BnBM?si=FdfLTL3O7i3j4t3k>. Acesso em: 5 ago. 2024.

NUNES JUNIOR, O. **Teoria da multiescalaridade do Torus-Mestre e método para etnoplanejamento ambiental e territorial indígena**. 2022. 220 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://nunonunes.files.wordpress.com/2022/10/teori-multiescalaridadetorusmestre-tese-nunonunes-desc-2022.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2024.

PRUDENTE, L. T. **Arquitetura Mbyá-Guarani na Mata Atlântica do Rio Grande do Sul**: estudo de caso do *Tekoá' Nhiiu Pora'*. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17025/000708603.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SILVA, D. **Nhemongarai**: rituais de batismo *Mbya* Guarani. 2020. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Intercultura Indígena Terminalidade Artes e Linguagens) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204661/TCC%20-%20Darcy%20da%20Silva%20Karai%20Nhe%27ery.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 ago. 2024.

UNCKEL, K. N. Do passado e do presente/Past and presente: Nimongarái – o batismo ritual de Nimuendajú. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, Brasília, v. 2, n. 1, jul. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/16219/14507>. Acesso em: 5 ago. 2024.

ZOCCOLI, U. S. Sobre a experiência do sagrado. In: BRASIL, C. (org.). **A modernização da música primitiva**. Curitiba: Gramofone, 2007.



YAN VICTOR SILVA MACHADO¹

K-Pop no Brasil: desafios para a etnomusicologia em um mundo globalizado

K-pop in Brazil: challenges for ethnomusicology in a globalized world

ARTIGO 4

62-79

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto - 89082262 - Indaial/SC.

Resumo: O objetivo deste trabalho é compreender de que forma as investigações a respeito do k-pop têm sido conduzidas no Brasil, especialmente, no que tange às comunidades de fãs, visando, assim, levantar possibilidades de análise da temática nos âmbitos da etnomusicologia e da Antropologia, em geral. Para isso, utilizaram-se, como fundamentação teórica, os estudos de Nattiez, Coelho e Lacerda (2020), Seeger (2008) e Rice (2013), referentes à música e etnomusicologia, incluindo os de Madureira (2018), Severo (2022) e outros, a respeito do k-pop. Além disso, realizou-se uma pesquisa bibliométrica na base de dados do Google Acadêmico, objetivando uma análise quantitativa das produções brasileiras que têm, como enfoque, a experiência dos fãs brasileiros de k-pop. Como produto dessa análise, foram elaborados um gráfico, apresentando a abrangência temática dos trabalhos selecionados; e uma tabela, com as publicações dispostas por área do conhecimento. A partir dos resultados apresentados, discutiu-se a respeito de limites e possibilidades na condução dos estudos de k-pop no Brasil atualmente.

Palavras-chave: K-pop no Brasil. Etnomusicologia. Fandom.

Abstract: The objective of this work is to understand how investigations into K-pop have been conducted in Brazil, especially with regard to fan communities, thus aiming to raise possibilities for analyzing the topic within the scope of Ethnomusicology and Anthropology in general. For this, the studies of Nattiez (2020), Seeger (2008) and Rice (2013) on music and Ethnomusicology and the studies of Madureira (2018), Severo (2022) and others regarding K-pop. Furthermore, a bibliometric research was carried out in the Google Scholar database, aiming at the quantitative analysis of Brazilian productions that focus on the experience of Brazilian K-pop fans. As a product of this analysis, the following were created: a graph, presenting the thematic scope of the selected works; and a table with publications arranged by area of knowledge. Based on the results presented, limits and possibilities in conducting studies on K-pop in Brazil today were discussed.

Keywords: Kpop in Brasil. Etnomusicology. Fandom.

INTRODUÇÃO

As noções de “música” e “fenômeno musical” abarcam várias dimensões da vida humana, sendo tópico de interesse de muitas áreas, incluindo da Antropologia.

O papel da música, nas sociedades humanas, é variável e complexo, mas a importância que tem não pode ser subestimada, afinal:

[...] não há razão para supor que seu papel evolutivo tenha diminuído. Lembro que a música e a dança permaneceram como fatores-chave na vida humana e, em particular, são meios para as pessoas preencherem os vazios da comunicação e da compreensão entre suas vidas em sociedades – que prescrevem certas ideias, sentimentos e definições de experiência – e suas experiências corporais como seres com sentimentos próprios (Blacking, 2007, p. 216).

Na contemporaneidade, os produtos culturais podem se tornar verdadeiras “vitrines” da globalização, ou seja, por meio deles, é possível observar o quão complexas são as relações culturais, e não é surpreendente que, em muitos casos, a música esteja no centro dessas relações. A respeito da influência da globalização na cultura,

hoje, uma grande parcela dos produtos que consumimos diariamente – como roupas, alimentos, **músicas**, filmes, programas de TV etc. – foram projetados por indivíduos que moram a milhares de quilômetros de nós. Gradualmente, esses produtos começam a fazer parte da nossa identidade cultural (Costa, 2021, p. 160, grifo nosso).

Nesse contexto, o k-pop, gênero musical pop¹ sul-coreano, tem alcançado grandes dimensões enquanto *soft power*² da Coreia do Sul, no Brasil e no mundo (Almeida, 2019). Em 2020, o Brasil foi destacado, pelo Spotify, como um dos cinco maiores consumidores de k-pop na plataforma (Newsroom Spotify, 2020). Outro exemplo da influência da indústria sul-coreana se apresenta no ano seguinte: em 2021, o Brasil esteve na oitava posição entre os países com mais menções e comentários a respeito do tema no Twitter (Koreanin, 2022). Em um panorama internacional, pode-se destacar que, dos dez álbuns de música mais vendidos, mundialmente, em 2022, oito são de k-pop (Queiroga, 2023).

Portanto, considerando a relevância da temática nos cenários nacional e internacional, levantaram-se as seguintes problemáticas: quão abrangentes as produções acadêmicas nacionais são a respeito do k-pop? As experiências dos fãs brasileiros de k-pop têm sido, suficientemente, discutidas? Qual é o papel da etnomusicologia nas discussões que envolvem o k-pop no Brasil? Assim, o objetivo deste trabalho é compreender de que forma as investigações a respeito do k-pop têm sido conduzidas no Brasil, especialmente, no que tange às comunidades de fãs, visando, assim, levantar possibilidades de análise da temática nos âmbitos da etnomusicologia e da Antropologia, em geral. Para isso, utilizam-se, como fundamentação teórica, inicialmente, os estudos de Nattiez, Coelho e Lacerda (2020), Seeger (2008) e Rice (2013), referentes à música e etnomusicologia, incluindo os de Madureira (2018), Severo (2022) e outros, a respeito do k-pop. Após, é realizada uma

1 As definições de “pop” são inúmeras, mas destacamos a observação de Velasco (2010): “quando olhamos de forma mais cuidadosa os usos de pop como sinônimo de popular, percebemos que, de fato, está sendo utilizado como sinônimo de cultura de massa – algo produzido em série e industrialmente para o consumo de uma grande quantidade de pessoas” (p. 117).

2 O *soft power* ou “poder suave” é uma forma de exercer influência através da atração, moldando as preferências das pessoas, diferente do *hard power*, que costuma envolver formas de coerção ou violência direta (Nye Junior, 2005). Exercido de diferentes maneiras por cada país, o *soft power* envolve principalmente os produtos culturais, mas também valores e política (Ballerini, 2017).

pesquisa bibliométrica na base de dados do Google Acadêmico, objetivando a análise quantitativa das produções brasileiras que têm, como enfoque, a experiência dos fãs brasileiros de k-pop.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE A ETNOMUSICOLOGIA

A etnomusicologia é um campo de investigação da Musicologia, da Antropologia e de outras áreas que se interessam pela diversidade dos fenômenos musicais ao redor do mundo.

Há dificuldade de se estabelecer uma definição exata quanto à etnomusicologia, tendo em vista os diferentes métodos e objetos de pesquisa que fizeram, e fazem, parte da história³ dela, além de a própria nomenclatura não ser um consenso⁴.

No âmbito deste trabalho, considera-se a etnomusicologia enquanto “estudo da música em seus contextos social e cultural” (The Society for Ethnomusicology, s. d., on-line, tradução nossa⁵).

Para além de uma simples definição, o trabalho, na etnomusicologia, é complexo, interdisciplinar e abrange as mais diversas culturas, incluindo, também, a música ocidental, então, “mesmo que a etnomusicologia se desvie das grandes comparações para estudar culturas específicas, ela vai adquirindo, aos poucos, o status de uma vasta *musicologia geral*, que leva em consideração todo o conjunto de músicas” (Nattiez; Coelho; Lacerda, 2020, p. 429, grifos do autor). Em *Etnografia da*

Música, Seeger (2008, p. 240) lista alguns questionamentos aplicáveis nesse sentido:

O que acontece quando as pessoas fazem música? Quais são os princípios que organizam as combinações de sons e seu arranjo no tempo?

Por que um indivíduo particular, ou grupo social, executa, ou ouve, os sons no lugar, no tempo e no contexto que eles(as) o fazem?

Qual a relação da música com outros processos nas sociedades, ou grupos? Quais efeitos as performances musicais têm sobre os performers, a audiência e outros grupos envolvidos?

De onde vem a criatividade musical? Qual o papel do indivíduo na tradição, e o da tradição na formação do indivíduo?

Qual a relação da música com outras formas de arte?

O autor citado afirma que esses tipos de questionamentos, aplicados de forma isolada, ou combinada, de acordo com os objetivos de cada pesquisa, são capazes de abranger a maioria dos tipos de música na maioria dos locais, dentro, ou fora, da Europa. Além disso, reforça a importância da interdisciplinaridade no campo de estudos: “cada abordagem pode contribuir para nossa compreensão dos eventos musicais, e cada uma pode contribuir com outra disciplina (Psicologia, Sociologia, Economia, *Antropologia*, Folclore, Musicologia, Ciência Política) através do estudo da atividade musical” (Seeger, 2008, p. 240-241, grifo nosso).

A hibridização e o sincretismo são reconhecidamente partes do cenário musical contemporâneo (Rice, 2013) e, além de não poderem ser ignorados no trabalho etnomusicológico, também tornam as possibilidades de investigação ainda mais vastas. Nesse sentido, a escolha temática deste trabalho não é de todo surpreendente, afinal o K-pop é, em muitos aspectos, a epítome de um mundo globalizado, conforme exposto a seguir.

3 Para uma descrição detalhada a respeito, confira Nattiez (2020).

4 As discussões nesse sentido envolvem a utilização de termos como “Antropologia da Música”, “Etnografia da Música” e até mesmo “Antropologia do Som” em diversas produções ao longo das últimas décadas. Neste trabalho, adota-se o termo “Etnomusicologia”, em conformidade com a sua utilização nacional e internacional na atualidade, aos exemplos da Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET) e da Society for Ethnomusicology (SEM).

5 No original: “Ethnomusicology is the study of music in its social and cultural contexts”.

SOBRE O K-POP

O K-pop (Korean pop) é um gênero musical de origem sul-coreana, caracterizado por diversos tipos de ritmo e sonoridade, abrangendo principalmente pop, rock, EDM⁶, hip-hop e R&B, além de possuir raízes também na música coreana mais tradicional.

O K-pop se encontra dentro de um fenômeno denominado “*Hallyu*” ou “Onda Coreana”. O termo se refere ao grande crescimento e popularização da indústria cultural sul-coreana, inicialmente na Ásia no final da década de 1990 e, posteriormente, globalmente (Jin; Yoon, 2017). A *Hallyu* pode ser dividida em duas fases. A primeira abarca justamente o período de difusão pela Ásia, marcado inicialmente pelo aumento na exportação dos *K-dramas*⁷ no início dos anos 1990, dando base para a ascensão da *Hallyu* no fim do milênio. A segunda fase é iniciada em meados dos anos 2000, consequência dos aprimoramentos nos meios de comunicação e conexão global através do avanço da internet e, mais recentemente, pelos diversos tipos de redes sociais. Nesse contexto, a cultura pop sul-coreana começa a ganhar maior relevância e influência internacionalmente, permitindo que não apenas os dramas se popularizassem ainda mais, como também o K-pop e os *Manhwas*⁸ (Jin, 2023; Madureira, 2018). É importante destacar que o caráter de *soft power* da *Hallyu* faz com que ela seja muito mais que um fenômeno midiático. O investimento no setor cultural deu novas perspectivas à economia sul-coreana e hoje a indústria de conteúdo é a maior exportadora do país, tendo movimentado mais de 12 bilhões de dólares apenas no ano de 2021 (Kim, 2023). Para Nogueira, além de tudo, a *Hallyu* tem ainda outro aspecto a ser analisado:

6 *Eletronic Dance Music*.

7 Produções televisivas sul-coreanas semelhantes às séries de televisão americanas, mas com características próprias, principalmente no que diz respeito à exibição (Rosa, 2019).

8 Histórias em quadrinhos sul-coreanas.

A *Hallyu* é resultado de uma hibridação cultural, uma vez que o conteúdo que ela produz possui aspectos tanto da cultura ocidental quanto da oriental. No entanto, esse conteúdo, que lança tendências e que transita entre diversas mídias, não deixa de ser fruto de uma sociedade específica, que aprendeu a se adaptar ao novo que é externo a ela, mas mantém parte daquilo que lhe confere uma identidade original. Assim, se, por um lado, a Korean Wave surge de um processo de hibridação entre a cultura ocidental e a oriental, existe, por outro lado, a predominância desta última, que acaba por permitir que ela seja, por sua vez, apropriada por outras culturas (Nogueira, 2020, p. 242).

O fenômeno, como exposto, possui grande complexidade. Da mesma forma, o K-pop enquanto grande difusor da *Hallyu* na atualidade é um tema que dá margem a inúmeras possibilidades de discussão. Entretanto, não se pode chegar muito longe sem antes compreender o panorama histórico da música pop sul-coreana.

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO K-POP

Para compreender o surgimento do K-pop, é necessário observar alguns aspectos da história coreana que influenciaram o contexto cultural no século XX. Antes da divisão entre Coreia do Norte (oficialmente República Popular Democrática da Coreia) e Coreia do Sul (oficialmente República da Coreia), a Península Coreana já havia passado por um longo período de ocupação pelo Japão, o que marcou profundamente a cultura popular coreana, considerando todas as sanções e limitações às produções artísticas na época, incluindo a música. Com o fim do domínio japonês em 1945 (vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial), a Península foi dividida e passou a receber influ-



Figura 1. Trio Seo Taiji & Boys
FONTE: Página do grupo no Spotify.

ência da União Soviética, no Norte, e dos Estados Unidos, no Sul, culminando na Guerra da Coreia (1950-1953). Nas décadas seguintes, marcadas pela presença estadunidense, as produções artísticas sul-coreanas seguiram sofrendo supressões considerando o contexto geopolítico internacional e o caráter ditatorial dos governos locais. A situação mudou a partir de 1988, com alterações nas políticas internas e externas do país, que afetaram também o setor cultural, abrindo espaço para maior consumo de produtos estrangeiros e novas influências nas produções locais (Madureira, 2018; Milani, 2022).

A partir do exposto, é possível compreender que historicamente a música sul-coreana se constituiu a partir de diversas influências. A partir da década de 1990, se desenvolve um cenário favorável ao surgimento do K-pop como conhecemos

atualmente⁹. O ponto de virada da época foi o trio musical Seo Taiji & Boys (Figura 1). Constituído por Seo Taiji, Yang Hyun-suk¹⁰ e Lee Juno, o grupo estreou em 1992 com a canção “*Nan Arayo*” (também conhecida como “*I Know*”), com um álbum homônimo, apresentando sons densamente híbridos e experimentais, além de letras que iam muito além da temática romântica, incluindo criticidade e consciência social nas composições (Madureira, 2018; Severo, 2022).

9 Pode-se também considerar como “K-pop” a música produzida até então na Coreia do Sul. Entretanto, geralmente quando se utiliza o termo é feita referência principalmente ao que foi produzido a partir das mudanças ocorridas na indústria musical no fim do século XX e no contexto da *Hallyu*. Logo, é possível afirmar que neste trabalho tratamos da forma contemporânea do K-pop, bastante diferente das anteriores.

10 Posteriormente Yang se tornaria fundador da YG Entertainment, uma das principais agências de entretenimento sul-coreanas, responsável pelo lançamento de grupos como BIGBANG, BLACKPINK e 2NE1.



O FANDOM (FAN KINGDOM, OU “REINO DE FÃS”) DIZ RESPEITO AO CONJUNTO DE FÃS DE DETERMINADO ARTISTA, QUE ACABAM VIABILIZANDO, OU MESMO PROTAGONIZANDO, MUITAS AÇÕES DENTRO DO K-POP.

Com a popularização do trio, novas perspectivas para a indústria musical sul-coreana foram vislumbradas, abrindo espaço para a formação de novos grupos. O primeiro *boygroup*¹¹ a atingir sucesso nacional após Seo Taiji & Boys foi o H.O.T, com *debut*¹² em 1996. Com figurinos combinando e danças sincronizadas, o grupo da SM Entertainment deu início ao modelo sul-coreano de *idol* que perdura até hoje (Shim, 2006; Severo, 2022).

K-POP EM PARTES: O *IDOL*, O FÃ E A INDÚSTRIA

Um dos pontos fundamentais na indústria de K-pop é, justamente, o “sistema de *idols*”. *Idol* pode ser traduzido literalmente como “ídolo” e faz referência ao artista “criado”, a partir de um processo de recrutamento, seleção e treino, para ser “vendido” ao público geralmente jovem. O modelo teve inspiração japonesa, mas foi adaptado às necessidades do contexto sul-coreano no fim do século XX e início do século XXI. O “sistema” funciona de forma um pouco diferente em cada agência, mas tem como características gerais: o treino de habilidades em canto, dança e rap¹³; contratos que abrangem não apenas o agenciamento, mas diversos aspectos da vida profissional e, muitas vezes, pessoal do *idol*; e grande número de profissionais das mais diversas áreas para dar suporte à capacitação de *idols* (Madureira, 2018; Jung, 2018; Severo, 2022).

Por outro lado, a indústria pouco se movimenta sem a atividade dos *fandoms*. O *fandom* (*fan kingdom*, ou “reino de fãs”) diz respeito ao conjunto de fãs de determinado artista, que acabam viabilizando, ou mesmo protagonizando, muitas ações dentro do K-pop. A indústria musical sul-coreana abre espaço para uma noção de “fã” muito além da perspectiva de mundo ocidental, sendo os *fandoms* de K-pop uma entidade muito mais organizada e planejada que as suas contrapartes no cenário es-

11 O termo “*band*” (banda), apesar de muito conhecido, pode sugerir que os integrantes tocam instrumentos em seus shows, o que é bastante incomum no contexto aqui discutido, portanto optou-se por usar o termo “*group*” (grupo).

12 Termo bastante comum no K-pop, diz respeito ao momento de estreia. Então, é possível falar de música/álbum de *debut*, performance de *debut* e até mesmo de *debut solo* (quando um integrante de grupo dá início a carreira solo, permanecendo no grupo ou não).

13 Como mencionado anteriormente, o K-pop é um gênero musical extremamente hibridizado, e tem como uma de suas maiores bases o hip-hop de inspiração estadunidense, o que faz do rap um elemento presente em boa parte das composições.



Figura 2. *Lightstick* do grupo TOMORROW X TOGETHER
 FONTE: Weverse Shop.

tadunidense, por exemplo (Severo, 2022). No que diz respeito aos fãs internacionais, é possível identificá-los como sujeitos da pós-modernidade, com identidades sujeitas a mutabilidade em um mundo de intensa interação, socialização e disseminação de informações através da internet. Nesse sentido, a hibridização tanto identificada no “fazer musical” sul-coreano, atinge outro patamar nos *fandoms*:

Essa identidade pós-moderna muda a forma como o indivíduo consome a cultura, neste caso a sul-coreana, aceitando essa parte da cultura asiática somando à própria cultura nativa. Esse processo cria uma identidade híbrida. E quando o fã assume esse hibridismo cultural, ele se torna mais próximo e cria uma relação de afeto com o que consome, o K-Pop, se tomando um disseminador do gênero, pois este torna-se algo tão natural da sua rotina e modo de vida quanto a própria cultura (Oliveira, 2020, p. 42).

Os *fandoms* de K-pop possuem algumas características específicas de organização e consumo. A formação de um *fandom* é algo não apenas estimulado, como muitas vezes planejado pelas agências sul-coreanas. Muitos *idols*, antes mesmo do *debut*, já possuem um quantitativo de fãs em organização. Em alguns casos, os fãs têm inclusive a oportunidade de sugerir, discutir ou até mesmo votar para decidir qual será o nome do *fandom*, o que potencializa

o sentimento de inclusão em um grupo e o engajamento na experiência de “ser fã” (Oliveira, 2020).

Quanto ao consumo, os *kpopers*¹⁴ costumam ter perfis diferentes de acordo com sua realidade socioeconômica, e até mesmo de acordo com o seu país de origem, já que a localização geográfica também impacta na aquisição de produtos. No geral, uma diversidade de itens e benefícios envolvem a experiência dos *fandoms*. Os álbuns musicais dos artistas de K-pop apresentam um formato diferente do ocidental, com inclusão de ensaios fotográficos maiores, *photocards*¹⁵ e itens que variam de acordo com o conceito¹⁶ de cada produção. Além dos álbuns em si, algo específico da indústria sul-coreana é o *lightstick* (Figura 2), um item que substitui a lanterna dos celulares que é tão comum nos shows ocidentais. Cada artista possui um modelo único de *lightstick* que pode ser adquirido pelo *fandom*. Dessa forma, não faltam exemplos de produtos a serem consumidos (Oliveira, 2020).

14 Termo para se referir aos fãs/consumidores de K-pop no geral, dentro ou fora dos *fandoms*.

15 Pequenas fotos do artista, recentes e geralmente na temática do álbum, que podem ser colecionadas.

16 O “conceito” de um álbum no K-pop diz respeito aos temas que são incorporados pelos artistas, podendo abranger desde aspectos de sonoridade e letras das músicas, até elementos visuais do grupo e seus videoclipes. Alguns exemplos comuns de conceito no K-pop são: fofo, *sexy*, *dark* etc. (Madureira, 2018).

A indústria do K-pop é movimentada por *idols* e fãs, mas a sua organização está longe de ser satisfatória para ambos. Os interesses empresariais se sobressaem, e os artistas frequentemente são submetidos a situações agressivas ao seu bem-estar físico e mental. Além da pressão das agências, existem outras problemáticas já que a sociedade sul-coreana em muitos aspectos se estrutura com ideais meritocráticos e competitivos, além de estimular padrões de beleza fora da realidade da maior parte da população (Silveira, 2019). A busca incessante pelo lucro através da massificação do conteúdo, associada ao estabelecimento de padrões humanamente inalcançáveis, não nos deixa duvidar da caracterização do K-pop enquanto indústria cultural¹⁷, e do *idol* enquanto seu produto. Nesse contexto, Vieira indica que:

[...] é possível analisar a propagação de uma curadoria cultural feita pela própria indústria que cria a cultura. Assim, produzindo uma constante influência autoritária que vende nada menos do que a perfeição. Arelado a isso, o conceito de felicidade se perde na condição de merecer fazer parte da indústria cultural, o que abre espaço para casos severos de ansiedade, que têm parte de suas raízes no extremismo positivo de um segmento que compra e vende a perfeição como algo não apenas desejável, mas necessário (Vieira, 2022, p. 14).

Apesar das características lamentáveis da indústria de K-pop, não podemos ignorar os fatores humanos que a compõem. E é justamente o potencial de mobilização de artistas e fãs que abre horizontes positivos, mesmo em um cenário tão problemático. Por exemplo, após Bang Yong-guk (líder do grupo B.A.P) mencionar em 2016 que

17 Consideramos como indústria cultural: “o conjunto de meios de comunicação [...] que formam um sistema poderoso para gerar lucros e por serem mais acessíveis às massas, exercem um tipo de manipulação e controle social, ou seja, ela não só edifica a mercantilização da cultura, como também é legitimada pela demanda desses produtos” (Costa *et al.*, 2003).

possuía o sonho de construir uma escola para beneficiar uma comunidade no continente africano, fãs se mobilizaram para arrecadar o valor de 25 mil dólares para financiar o projeto através da organização *Pencils of Promise* (Araripe, 2018). A construção foi finalizada em 2018, na comunidade Akosombo Ketem, em Gana (Figura 3).

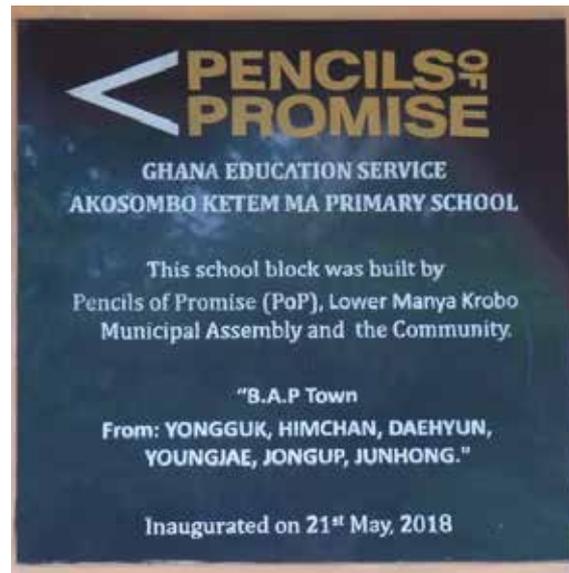


Figura 3. Placa de Inauguração da Escola Primária de Akosombo Ketem
Fonte: *Pencils of Promise*, 2018.

Em um exemplo ainda mais recente, a Canadian Broadcasting Corporation (CBS) noticiou a mobilização da organização Kpop4Planet, que visa chamar atenção para o desperdício na produção de álbuns físicos, já que muitos fãs adquirem quantidades excessivas de álbuns para ajudar os artistas a alcançarem melhores resultados, ou mesmo para ampliar coleções pessoais de *photocards*. O movimento já recolheu milhares de álbuns descartados, além de cobrar políticas mais responsáveis por parte das empresas que os fabricam (Lui, 2023). Além de ações como as citadas, os *fandoms* de K-pop se mobilizam frequentemente, principalmente por meio das redes sociais, para reivindicar melhores condições de trabalho e segurança para os *idols*.

As discussões apresentadas até aqui demonstram, mesmo que de forma superficial, o quanto o estudo do K-pop pode se tornar uma tarefa difícil, considerando os inúmeros aspectos que englobam o gênero, rompendo os limites da análise musical em si e abrangendo muitas outras perspectivas. Não bastando apenas analisar o desenvolvimento do gênero e os mecanismos de funcionamento da indústria, é também preciso ponderar a respeito da influência do K-pop no contexto brasileiro e como a academia tem lidado com ela.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho caracteriza-se como produto de uma pesquisa bibliográfica, ou seja, seu desenvolvimento foi realizado “mediante leitura de produções textuais em livros, artigos ou teses e dissertações que foram elaboradas previamente por outros pesquisadores e que, obviamente, podem fornecer dados” (Frainer, 2020, p. 84). As produções utilizadas na fundamentação teórica foram coletadas e consultadas entre os meses de junho e agosto de 2023.

Após, foi realizada uma pesquisa bibliométrica das produções a respeito dos *fandoms* de K-pop no Brasil. A bibliometria pode ser definida como “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico” (Araújo, 2006, p. 12). A base de dados utilizada para a coleta dos dados de pesquisa foi o Google Acadêmico (Scholar Google), com buscas realizadas em agosto de 2023. Inicialmente, para um levantamento geral das produções a respeito do tema, buscou-se o termo “k-pop”, com filtro para resultados de páginas em Português e sem especificação de período, sendo encontrados 1210 resultados¹⁸. Com a aplicação de um filtro para o período “2017 a 2023”, o número cai para 1040 resultados, o que demonstra que o crescimento da atenção sobre o tema se deu em um cenário bastante recente,

com mais de 85% do total das produções tendo ocorrido nesse período. Considerando essa análise inicial, optou-se por não filtrar as publicações a serem utilizadas por período de publicação, apenas pelo idioma das páginas (Português).

Para atender aos objetivos da pesquisa, foram realizadas diferentes buscas na base de dados. Inicialmente, uma busca geral com os termos “indústria do k-pop” e “Brasil”, apresentou 68 resultados, com 64 deles apresentando publicações que de fato possuem o gênero sul-coreano como tema principal. Ao combinar os termos “k-pop” e “etnomusicologia”, foram obtidos 16 resultados, mas apenas 5 se aprofundaram no k-pop. A busca relacionando os termos “transculturalidade” e “k-pop” obteve apenas 6 resultados. Já a busca por “*fandoms* de k-pop” resultou em 27 respostas (24 tratando especificamente do tema). Por fim, a utilização dos termos “etnografia”, “k-pop” e “Brasil” foi a mais promissora, apresentando 140 resultados¹⁹. Muitas produções citavam a música pop sul-coreana, entretanto, apenas 22 produções de fato tinham o k-pop como tema em destaque. As demais, quando realmente tratavam de assuntos relacionados à Coreia do Sul, o faziam em um contexto amplo, geralmente relacionado com o Japão, ou tratavam da imigração coreana no Brasil.

As produções encontradas foram filtradas mais uma vez, através de uma breve inspeção do conteúdo de cada uma delas. Considerando o objetivo deste trabalho, foram selecionadas aquelas que abordam enfaticamente experiências de fãs brasileiros de K-pop, dos mais diversos tipos. Esse recorte visa compreender especificamente o impacto da indústria musical sul-coreana na população brasileira, considerando que muitos trabalhos acadêmicos sobre K-pop desenvolvidos no Brasil tem enfoque em produtos artísticos como músicas, vídeos e figurinos, ou mesmo no funcio-

18 Algumas produções, apesar do filtro, não estavam disponíveis em Português.

19 Ressalta-se que, em todas as buscas, as palavras foram colocadas entre aspas, para garantir que os resultados apresentassem de fato todos os termos escolhidos, não apenas um deles.

namento da indústria em si. Além disso, realizou-se um cruzamento de informações para eliminar duplicidades nos resultados.

Assim, dos trabalhos coletados inicialmente, 36 seguiram para análise. As produções foram divididas de duas formas diferentes: 1. Por área de conhecimento, visando um panorama geral das produções nacionais, além do lugar que a Antropologia tem ocupado nesse contexto; e 2. Por sua abrangência temática, visando compreender quais são os enfoques de pesquisa mais comuns a respeito dos *fandoms* brasileiros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar as produções selecionadas, nota-se que a maioria diz respeito a trabalhos de conclusão de curso (TCC), com 24 produções se encaixando nessa categoria, o que representa cerca de 66% do total (36). O restante das produções é composto por dissertações (6) e artigos publicados em periódicos (4) ou anais de eventos (2).

As produções analisadas foram organizadas em um quadro, de acordo com áreas de conhecimento, conforme apresentado a seguir.

ÁREAS	PRODUÇÕES
Mídia, Comunicação e Design	<ol style="list-style-type: none"> Além do “Gangnam Style”: Relações globais, autenticidade e fãs de K-pop no Brasil (Madureira, 2018); The Pied Piper of Seul: publicidade digital baseada em tipos de relações parassociais e intenção de compra entre fãs de K-Pop no Brasil (Kreutz, 2021); K-pop em Fortaleza: o consumo e a produção de dança cover por fãs da música pop sul-coreana (Macedo, 2022); Movidos pela experiência: um estudo sobre o consumo de álbuns físicos de K-pop por fãs brasileiros (Remígio, 2021); E precisa falar coreano? Uma análise cultural do K-pop no brasil (Cruz, 2016); A emergência da cena K-cover no Brasil (Urbano; Kautscher, 2018); MULHERES COREANAS NÃO ERRAM, GERAM LUCRO: A representação feminina no K-POP como agente transformador dos padrões identitários e de consumo adolescente no Brasil (Vargas, 2020); Consumo e subculturas juvenis: um estudo sobre as práticas de consumo dos fãs de K-Pop no Brasil (Mesquita Júnior, 2015); Minha primeira coleção: fichários cartonados e acessórios para colecionadores de k-pop (Pinto, 2023); Os fãs de projetos musicais: uma análise do fandom k-pop “orbit” do grupo loona (Barbosa, 2022); K-Pop Cover na Pandemia: Potencialidades e Dificuldades no Uso da Etnografia para o Estudo do Grupo Cover Primadonna (Macedo; Lima, 2021); Relações Públicas e Cultura de Fãs: Estudo do Comportamento dos Fãs Brasileiros de K-pop na Internet (Silva; Bonfim, 2018); Entretenimento, consumo e sociabilidade no K-POP: construções e experiências sociais no fandom Army em Belém do Pará (Pereira, 2022); Fãs de K-Pop e comunicação no espaço digital: um estudo sobre cultura representativa, participativa e criativa (Neri, 2023); Papo army: uma conversa com armys brasileiras (Fleck, 2023); Características fandômicas e o ativismo social: o comportamento do ARMY na campanha ARMY Help The Pantanal (Gonçalves, 2022).

Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia)	<ol style="list-style-type: none"> 1. A onda coreana: um levantamento sobre o k-pop no Brasil e o kpopper brasileiro (Reis, 2018); 2. O K-Pop em Manaus: estudo antropológico sobre comunidades de fãs (Oliveira, 2022); 3. Corpos miméticos: uma interpretação do K-Pop cover em São Paulo (Santos, 2018); 4. Idols em imagens e sons, fãs em re-ação: uma etnografia da prática musical do K-pop em São Paulo (Santos, 2016); 5. A construção da imagem e da identidade entre fãs de cultura pop sul-coreana no Brasil (Mendonça, 2018); 6. Construção de identidade, status e relações de gênero dentro dos Fandoms de KPOP: Uma etnografia em grupos do Facebook (Luz, 2021); 7. O MOVIMENTO KPOP EM IMPERATRIZ E A TENSÃO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: tribos urbanas e comunidade de consumo (Almeida; Almeida, 2023); 8. Circuitos jovens: breves reflexões sobre cultura, juventude e educação através do K-pop (Batista, 2017).
Artes (Artes Visuais e Dança)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Primavera Amarela: uma homenagem por meio da fanart (Adriano, 2018); 2. Corpo-nuance: a espetacularidade do k-pop a partir da trajetória de uma artista-etno-pesquisadora do Grupo Limitless de Belém do Pará (Sousa, 2018); 3. O Aprendizado informal da dança K-Pop: Juventude, transculturalidade e performances de gênero (Andreoli; Fernandes, 2021); 4. K-Pop dance cover: um estudo de participação observante nos eventos K-Buzz Contest (2014) e Jinrou (2018) (Borges, 2021); 5. A cópia que me cria: um processo de aprendizado em dança através do K-Pop (Souza, 2022); 6. Corpo k-cover: estratégias de aprendizagem e espetacularidade coreográfica do Cover de K-pop em Belém do Pará (Souza, 2022).
Administração	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reino encantado de consumidores: o engajamento dos fandoms em comportamentos de patronagem como forma de apoio ao ídolo (Santos, 2019); 2. Comportamento e decisão de compra de consumidores fãs da cultura korean-pop no estado do Rio Grande do Norte (Leite, 2021); 3. Fãs brasileiros de K-Pop: um estudo sobre aculturação de consumo (Palha, 2021).
Psicologia	A experiência de ser K-popper no Brasil - Uma visão fenomenológica sobre os Armys (Mada, 2021).
Turismo	Experiências de fãs de K-pop em shows no Brasil (Anjos, 2020).
Relações Internacionais	Cultura e território: uma análise da cena k-cover na Grande Aracaju (Oliveira, 2022).

Quadro 1. Listagem de Produções Encontradas, de Acordo com a Área de Conhecimento
Fonte: o autor.

O quadro anterior demonstra que grande parte das iniciativas de pesquisa a respeito dos *kpopers* brasileiros parte da área de Mídia, Comunicação e Design, sugerindo interesse recente na temática (todas as publicações foram realizadas de 2015 em diante), principalmente no que diz respeito a aspectos de consumo, como é possível inferir a partir dos títulos das publicações. Não apenas esta área, como também a Administração apresenta ênfase nos estudos do fã enquanto consumidor.

Considerando o objetivo deste trabalho, é preciso chamar atenção também para a área de Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia), que possui a segunda maior quantidade de publicações. É interessante mencionar o uso da etnografia enquanto metodologia de diversos trabalhos, a exemplo de “Construção de identidade, status e relações de gênero dentro dos Fandoms de KPOP: Uma etnografia em grupos do Facebook” de Luz (2021). E mesmo além das Ciências Sociais, encontra-se interesse na utilização da etnografia, como é o caso do artigo “K-Pop Cover na Pandemia: Potencialidades e Dificuldades no Uso da Etnografia para o Estudo do Grupo Cover Primadonna” de Macedo e Lima (2021).

A dissertação “*Idols* em imagens e sons, fãs em re-ação: uma etnografia da prática musical do K-pop em São Paulo” de Thiago Haruo Santos (2016) traz uma observação bastante pertinente a respeito dos *kpopers*: “Apesar de os fãs de K-pop em São Paulo não utilizarem os mesmos critérios, nem as ferramentas conceituais de musicólogos e cientistas sociais, eles também concebem o K-pop como um conjunto de artefatos que guardam relações entre si” (Santos, 2016, p. 30). Nesse sentido, a análise das concepções dos fãs por parte do pesquisador tem absoluta importância, mas o que esperar de trabalhos acadêmicos produzidos pelos próprios?

Um ponto a ser destacado é que na maior parte das produções analisadas, os autores e autoras indicaram ser parte de algum *fandom*

de K-pop, ou mesmo se tornaram fãs do gênero ao longo da pesquisa. Considerando o uso de observação participante, em alguns estudos realizados por “fãs autores”, é possível inferir que existam algumas precauções específicas no trabalho de campo. Destacamos, nesse sentido, a situação exposta por Batista:

Gostaria de ressaltar em especial a apresentação de uma jovem a qual dançava uma música do BTS. Como estou acostumada a ouvir essa mesma música em shows do BTS através do Youtube, me acostumei com seu fanchant e comecei a “cantar” o nome dos membros do BTS no volume baixo “Kim Nam-joon, Kim Seok-jin, Min Yoon-gi, Jung Ho-seok, Park Jimin, Kim Tae-hyun, Jeong Jung-kook, BTS!”, mas uma jovem que estava na minha frente me ouviu e começou a me acompanhar cantando alto quando cantei “Min Yoon-gi”, porém, quando cheguei na parte do “Kim Tae-hyun”, uma grande massa de K-Poppers estava cantando alto e fervorosamente, acabei interferindo na interação naquele momento (Batista, 2017, p. 29).

Nesse caso, percebe-se que a própria autora reconhece a interferência na situação observada. No mesmo trabalho, é também levantada outra questão pertinente. Discute-se a possibilidade de fundamentação no pensamento do sociólogo Michel Maffesoli, a respeito do fenômeno das “tribos urbanas”, para análise dos *fandoms* de K-pop. Questionamentos semelhantes se apresentaram no artigo “O MOVIMENTO KPOP EM IMPERATRIZ E A TENSÃO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: tribos urbanas e comunidade de consumo” (Almeida; Almeida, 2023). Consideramos ser necessário maior aprofundamento no pensamento maffesoliano e na literatura disponível acerca do K-pop, para que futuramente seja possível alcançar algum consenso a respeito.

Para melhor compreensão das discussões presentes nos trabalhos analisados, optou-se por definir quatro categorias de enfoque temático abarcadas pelas produções. Sendo elas: *Dance covers*, performance e corporeidades; Subjetividade e constituição identitária; Comunidades de fãs (tribalização, organização ou fã-ativismo); e Perfil geral e comportamentos de consumo de *kpopers* brasileiros. Além disso, alguns trabalhos, por suas especificidades, constituíram uma categoria “Outros”, a ser melhor detalhada posteriormente. A partir das categorias, foi elaborado um gráfico que apresenta a quantidade de produções a abordar cada uma delas²⁰, exposto a seguir.

Considerando o que foi apresentado inicialmente sobre o predomínio de produções sobre consumo, não causa espanto que a categoria “Perfil geral e comportamentos de consumo de *kpopers* brasileiros” seja abarcada por mais de 60% das produções. Na direção contrária, há muito menos espaço nas produções para aprofundamento a respeito do impacto da experiência com o K-pop na “Subjetividade e constituição identitária” de fãs do gênero. O trabalho “O K-Pop em Manaus: estudo antropológico sobre comunidades de fãs” de Tiago Oliveira (2022), por exemplo, abrange enfaticamente mais de uma das categorias definidas, mas o próprio autor reconhece a possibilidade de “aprofundamento sobre as formas de sociabilidade estabelecidas entre os fãs de K-Pop e a relevância desses processos na configuração das identidades juvenis” (Oliveira, 2022, p. 55).

Número de produções de acordo com enfoques temáticos

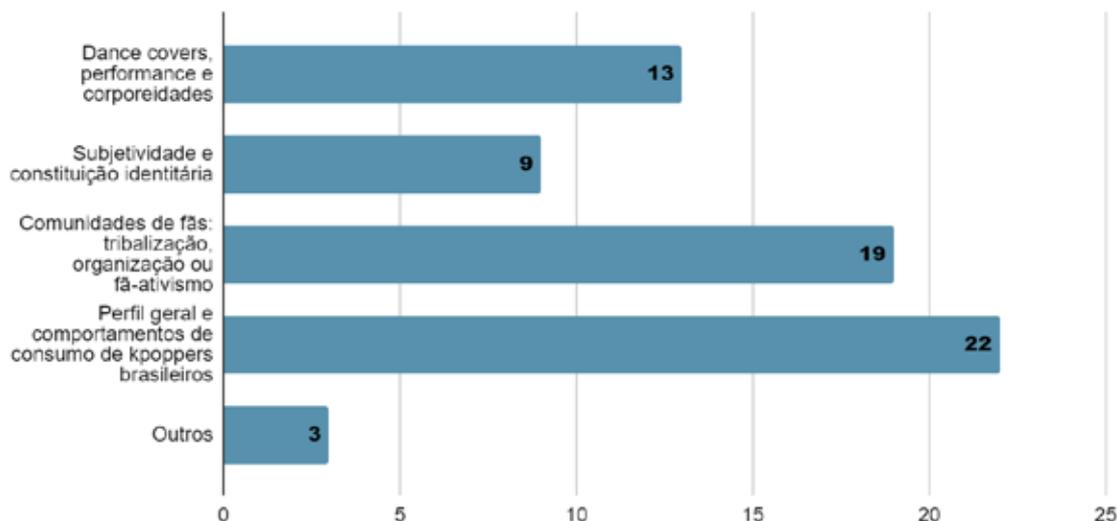


Gráfico 1. **Número de** Produções Encontradas, de Acordo com sua Abrangência Temática
FONTE: o autor.

20 Ressalta-se que uma mesma produção pode abranger mais de uma categoria de enfoque temático.

Na categoria “Outros”, foram incluídos os trabalhos que se caracterizam como produto específico apresentado para conclusão de curso. Adriano (2018) apresentou na produção “Primavera Amarela: uma homenagem por meio da fanart” registros de sua experiência na realização de uma exposição artística inspirada em Kim Jong-hyun, do grupo SHINee. Já o trabalho de Pinto (2023) inclui um projeto gráfico para fichários cartonados e acessórios para colecionadores de produtos de K-pop. Ademais, “Papo army: uma conversa com armys brasileiras” de Fleck (2023) abrange a criação de um podcast para entrevistas com *armys*, fãs do grupo BTS. As três produções têm propostas diferentes das demais analisadas, mas consideramos relevante a sua menção, afinal, elas abrangem a experiência de *kpoppers* brasileiras, partindo das próprias autoras.

Nesse sentido, pode-se retomar a discussão sobre o “fã-autor”. Para isso, recorreremos ao pensamento de Nattiez a respeito do trabalho na Etnomusicologia: “não conseguimos levar a sério os estudos e pesquisas etnomusicológicas se não possuímos uma curiosidade e sensibilidade que excedam o âmbito estritamente musical” (2020, p. 433). Assim, compreendemos que o envolvimento pessoal do pesquisador com o tema pode levantar preocupações, mas também deveria ser visto como um possível trunfo, afinal, são pessoas que não apenas conhecem a experiência dos *fandoms* na teoria, mas a vivem de fato no cotidiano e, portanto, também têm perspectivas e interesses únicos sobre o K-pop. A partir dessas perspectivas, é possível abranger os mais diversos aspectos do tema, não apenas no que diz respeito à Etnomusicologia, mas a qualquer campo da Antropologia que se fizer útil.

Além disso, a presença de fãs na posição de pesquisador na maioria dos trabalhos também pode indicar que as abordagens do K-pop no

cenário acadêmico nacional estão distantes do ideal, levando em conta a relevância do tema na atualidade. Afinal, se o interesse em estudar as experiências dos *kpoppers* brasileiros depende quase exclusivamente de uma particularidade prévia do autor (nesse caso, ser *kpopper*), a abrangência suficiente do tópico em um futuro próximo parece improvável.

CONCLUSÃO

A partir do exposto ao longo do trabalho e dos resultados encontrados, concluímos que, apesar do interesse na indústria do K-pop ter crescido nos últimos anos, ainda há um longo caminho a ser percorrido na construção de uma base teórica de autoria nacional a respeito dos temas a ela relacionados, principalmente no que tange às particularidades dos fãs brasileiros. Nesse cenário, é preciso manter uma visão ampla do assunto estudado, buscando aplicar a variedade de métodos e enfoques que se fizerem necessários. Afinal, se considerarmos a diversidade nas questões que envolvem qualquer análise a respeito do K-pop, não é difícil perceber que pouco se avança com um trabalho de frente única.

Logo, mesmo existindo um espaço de investigação bastante amplo para a Etnomusicologia, a sua atuação de forma isolada não abrange em profundidade todos os aspectos do tema, sendo necessária interlocução com outros campos da Antropologia, principalmente: Antropologia Social; Antropologia Cultural; Antropologia Visual; e Antropologia do Consumo. Por fim, para além dos interesses próprios da área, consideramos essencial a abertura ao diálogo interdisciplinar para o desenvolvimento dos estudos sobre o K-pop no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABOUT Ethnomusicology. **The Society for Ethnomusicology**, s. d. Disponível em: <https://www.ethnomusicology.org/page/AboutEthnomusicol>. Acesso em: 29 jul. 2023.

ADRIANO, N. R. **Primavera Amarela**: homenagem por meio da fanart. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

ALMEIDA, L. L.; ALMEIDA, E. R. M. O movimento kpop em Imperatriz e a tensão entre o local e o global: tribos urbanas e comunidade de consumo. **Revista Idealogando**, v. 4, n. 1, p. 36, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/article/download/243633/43805>. Acesso em: 18 ago. 2023.

ALMEIDA, N. B. de. **O fenômeno hallyu e as práticas interacionais dos fãs brasileiros no contexto do processo do soft power da Coreia do Sul**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2019.

ARARIPE, P. B. 6 boas ações feitas por fandoms do kpop. **Koreain**, 2018. Disponível em: <https://revistakoreain.com.br/2018/06/6-boas-acoes-feitas-por-fandoms-do-kpop/>. Acesso em: 5 ago. 2023.

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BALLERINI, F. Poder Suave: a força mais eficiente do mundo. *In*: BALLERINI, F. **Poder Suave (soft power)**. Summus Editorial, 2017. p. 13-26.

BAP Helping Hands' Impact in Akosombo Ketem, Ghana. **Pencils of Promise**, 2018. Disponível em: <https://pencilsofpromise.org/akosombo-ketem-bap-helping-hands/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BATISTA, M. de S. **Circuitos jovens**: breves reflexões sobre cultura, juventude e educação através do K-Pop. Campo dos Goytacazes: Universidade Federal Fluminense, 2019.

BLACKING, J. Música, cultura e experiência. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 16, n. 16, p. 201-218, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50064>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL é o 8º país que mais falou sobre K-Pop no Twitter em 2021. **Koreain**, 2022. Disponível em: <https://revistakoreain.com.br/2022/01/brasil-e-o-8o-pais-que-mais-falou-sobre-k-pop-no-twitter-em-2021/>. Acesso: 29 jul. 2023.

COSTA, A. C. S. *et al.* Indústria cultural: revisando Adorno e Horkheimer. **Movendo Idéias**, Belém, v. 8, n. 13, p. 13-22, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/467/211.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

COSTA, E. G. da. As consequências da globalização. Uma revisão sociológica do conceito. *Simbiótica*. **Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 152-169, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/35437>. Acesso em: 3 ago. 2023.

FLECK, M. E. N. **Papo army**: uma conversa com armys brasileiras. São Borja: Universidade Federal do Pampa, 2023.

FRAINER, J. **Metodologia Científica**. Indaial: UNIASSELVI, 2020.

FROM BTS to BLACKPINK, the Power of K-Pop Has No Bounds. **Newsroom Spotify**, 2020. Disponível em: <https://www.newsroom.spotify.com/2020-02-24/from-bts-to-blackpink-the-power-of-k-pop-has-no-bounds/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

JIN, D. Y.; YOON, T. The Korean Wave: Retrospect and Prospect. **International Journal of Communication** (online), v. 11, p. 2241-2249, 2017.

JIN, D. Y. The History of the Korean Wave. In: JIN, D. Y. **Understanding the Korean Wave**. Taylor & Francis, 2023. p. 13-28.

JUNG, D. **Análise sociocultural do K-pop**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2018.

KIM, H. Content sector in 2021 breaks export record with USD 12.4B. **Korea.net**, 2023. Disponível em: <https://www.korea.net/NewsFocus/Culture/view?articleId=226990>. Acesso em: 5 ago. 2023.

LUI, S. Why some K-pop fans are calling for more environmentally friendly practices in the industry. **CBC Radio**, 2023. Disponível em: <https://www.cbc.ca/radio/day6/k-pop-environmental-practices-1.6930864>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MACEDO; I. F. P.; LIMA, M. É. de O. **K-Pop cover na pandemia**: potencialidades e dificuldades no uso da etnografia para o estudo do grupo cover Primadonna. São Paulo: Intercom, 2021. p. 1-15.

MADUREIRA, A. V. A. C. **Além do “Gangnam Style”**: relações globais, autenticidade e fãs de K-pop no Brasil. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.

MILANI, C. A. K-pop: os reflexos do hibridismo cultural na identidade e na música popular coreana. **Todas as Artes**, Porto, v. 5, n. 1, p. 133-148, 2022. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/taa/article/view/12473>. Acesso em: 5 ago. 2023.

NATTIEZ, J.; COELHO, L. de L.; LACERDA, M. B. Etnomusicologia. **Revista Música**, São Paulo, v. 20, n. 2. p. 417-434, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistamusica/article/view/176385>. Acesso em: 29 jul. 2023.

NOGUEIRA, N. A. da S. De Webtoons a K-dramas: as adaptações de manhwas e as tendências lançadas pela Korean Wave. **Revista Cajueiro**, v. 3, n. 2, p. 235-265, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Cajueiro/article/view/17550>. Acesso em: 12 ago. 2023.

NYE JUNIOR, J. S. **Soft Power**: the means to success in world politics. United States: PublicAffairs, 2004.

OLIVEIRA, L. J. A. de. **A cultura dos fandoms no universo do K-Pop**: como a prática dos fãs contribuiu no crescimento e espalhamento do gênero a partir de 2015. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

OLIVEIRA, T. S. de. **O K-Pop em Manaus**: estudo antropológico sobre comunidades de fãs. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2022.

PINTO, A. C. S. **Minha primeira coleção**: fichários cartonados e acessórios para colecionadores de k-pop. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

QUEIROGA, L. Oito dos dez álbuns mais vendidos no mundo em 2022 são de K-pop; veja a lista. **O Globo**, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2023/03/oito-dos-dez-albuns-mais-vendidos-no-mundo-em-2022-sao-de-k-pop-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 3 ago. 2023.

RICE, T. Ethnomusicology in the modern world. In: RICE, T. **Ethnomusicology**: a very short introduction. United States: Oxford University Press, 2013. p. 98-112.

ROSA, D. F. C. da. **O que os K-Dramas querem?** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

SANTOS, T. H. **Idols em imagens e sons, fãs em re-ação**: uma etnografia da prática musical do K-pop em São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

SEEGER, A. Etnografia da música. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 237-260, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/47695>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SEO Taiji and Boys. **Spotify**, 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/artist/52Gsa9Zypqztm-2DeNkQfCm>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SEVERO, L. S. de O. **Uma imagem vale mais que mil versos**: o papel do videoclipe na significação da música a partir da análise semiótica de “Noir”. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2022.

SHIM, D. Hybridity and the rise of Korean popular culture in Asia. **Media, culture & society**, v. 28, n. 1, p. 25-44, 2006.

SILVEIRA, C. M. da. **Ditadura da beleza sul-coreana**: a indústria do K-Pop e a sua presença na constituição da identidade dos indivíduos sul-coreanos. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

TXT Official Lightsick. **Weverse Shop**, 2021. Disponível em: https://weverseshop.io/en/shop/US_USD/artists/3/sales/8373. Acesso em: 15 ago. 2023.

VELASCO, T. Pop: em busca de um conceito. **Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática** [online], v. 9, n. 17, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/2376>. Acesso em: 3 ago. 2023.

VIEIRA, L. E. **Analisando o K-pop**: um documentário ensaístico sobre o império fonográfico sul-coreano. Brasília: Universidade de Brasília, 2022.



MARCO AURÉLIO DRUMOND¹
PATRÍCIA MARIA SOUZA²

A Importância da Consulta Livre, Prévia e Informada e dos Protocolos de Consulta Para as Comunidades Indígenas e Tradicionais na Manutenção de Seus Territórios, Cultura Material e Modos de Vida no Brasil

The importance of free, prior, and informed consultation and consultation protocols for indigenous and traditional communities in the maintenance of their territories, material culture, and ways of life in Brazil

ARTIGO 5

80 - 100

1 Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto - 89082262 - Indaial/SC

2 Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto - 89082262 - Indaial/SC

Resumo: Este artigo investiga a implementação e os impactos da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) no Brasil, sublinhando sua importância para a proteção dos direitos das Comunidades Indígenas e Tradicionais. A CLPI, conforme estabelecida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é um processo essencial que assegura a participação efetiva dessas comunidades nas decisões que afetam suas terras, recursos naturais e modos de vida. Examinaremos a abrangência do entendimento atual sobre quem são esses grupos e os mecanismos e órgãos existentes para proteger seus interesses e autonomia diante de projetos que podem causar-lhes impactos. Adotando uma abordagem interdisciplinar, buscamos contribuir, de maneira introdutória, para o debate jurídico, social e ambiental, temas que são de grande relevância para a Antropologia no Brasil, especialmente no contexto das Comunidades Indígenas Tradicionais do Brasil. O estudo oferece uma visão abrangente sobre os Protocolos de Consulta no processo de garantia dos direitos constitucionais adquiridos pelos Povos e Comunidades Tradicionais durante o licenciamento de empreendimentos que afetam seus territórios, cultura e, em última instância, sua sobrevivência.

Palavras-chave: Consulta Livre. Prévia e Informada. CLPI. Comunidades Indígenas. Comunidades Tradicionais. Direitos territoriais. Justiça socioambiental.

Abstract: This article investigates the implementation and impacts of Free, Prior, and Informed Consent (FPIC) in Brazil, highlighting its importance for the protection of the rights of Indigenous and Traditional Communities. FPIC, as established by the International Labour Organization (ILO) Convention 169, is an essential process that ensures the effective participation of these communities in decisions that affect their lands, natural resources, and ways of life. We will examine the current understanding of who these groups are, as well as the existing mechanisms and bodies to protect their interests and autonomy in the face of projects that may impact them. Adopting an interdisciplinary approach, we aim to contribute, in an introductory manner, to the legal, social, and environmental debate, topics that are of great relevance to Anthropology in Brazil, especially in the context of Brazil's Traditional Indigenous Communities. The study offers a comprehensive view of the Consultation Protocols in the process of guaranteeing the constitutional rights acquired by Traditional Peoples and Communities during the licensing of enterprises that affect their territories, culture, and ultimately, their survival.

Keywords: Free, Prior and Informed Consent. FPIC. Indigenous Communities. Traditional Communities. Territorial rights. Socio-environmental justice.

INTRODUÇÃO

As Comunidades Tradicionais representam um mosaico cultural essencial para a diversidade e riqueza de nosso país. Suas práticas, saberes e relações com o território são pilares para a conservação ambiental e a sustentabilidade social. No entanto, o avanço de empreendimentos que não consideram o impacto sobre essas comunidades coloca em risco não apenas seu modo de vida, mas também a própria integridade cultural e ambiental dos locais onde vivem.

Atualmente, para além dos povos indígenas, de acordo com Decreto nº 8.750/2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais são reconhecidos no Brasil, 28 povos e Comunidades Tradicionais, são eles:

[...] andirobeiras, apanhadores de sempre-vivas, caiçaras, catadores de manga-ba, castanheiros, catingueiros, ciganos, cipozeiros, comunidades de fundo e fecho de pasto, extrativistas, faxinalenses, geraizeiros, ilhéus, isqueiros, morroquianos, pantaneiros, pescadores artesanais, piaçaveiros, pomeranos, povos de terreiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros e vereideiros. Levantamento feito para esta matéria, em diferentes fontes, aponta ainda a existência de outros dez povos e comunidades tradicionais no Brasil, que se espalham por todos os biomas e que possuem diferentes histórias e culturas. São eles: os açorianos, as benzedeadas e benzedeiros, os caboclos, os campeiros, os jangadeiros, as marisqueiras, os raizeiros, os sertanejos e os varjeiros (ribeirinhos não amazônicos) (Brasil, 2016, on-line).

O direito dessas Comunidades Tradicionais tem sido um tema cada vez mais discutido e debatido,

contudo, ainda de forma lenta e sem garantias definitivas conquistadas. Essas comunidades, que carregam consigo uma rica história e cultura, muitas vezes encontram-se em situações de risco em função da instalação de empreendimentos diversos em seus territórios.

A forma como grandes obras que se denominam de desenvolvimento ou infraestrutura, têm sido instaladas e operadas em todo o país nas últimas décadas – e por que não dizer, nos últimos séculos – baseia-se em relações de poder extremamente assimétricas, resultando em uma série de vulnerabilidades para esses povos e comunidades. Em primeiro lugar, de ordem territorial, quando a instalação dos grandes empreendimentos incide nos territórios tradicionais, reduzindo e restringindo este elemento essencial para o modo e a qualidade de vida de seus habitantes.

Segundo Diniz *et al.* (2016, p. 73), “a noção de território presente nessas comunidades revela o forte sentimento de pertencimento e identificação com o lugar”. A territorialidade se expressa por meio da cosmografia de determinado grupo social que engloba “os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (Little, 2002, p. 3).

Em segundo lugar, de ordem ambiental, observam-se impactos sistêmicos como poluição e barramento de rios, extinção ou redução crítica de espécies de fauna e flora, desmatamento, além de escassez e disputa em torno de recursos naturais necessários para a reprodução física e cultural de povos indígenas, Comunidades Tradicionais e quilombolas (ISA, 2018).

Por fim, de ordem social, dadas as relevantes transformações econômicas e demográficas regionais trazidas pela instalação e operação dos grandes empreendimentos. Mesmo os potenciais benefícios desses projetos, ao serem concebidos apenas sob uma ótica urbana e de cultura alheia à de povos indígenas, Comunidades Tradicionais e quilombolas, acabam gerando conflitos internos e externos

e processos de degradação dos laços comunitários. Os segmentos mais atingidos por esses impactos são crianças, mulheres e idosos (FGV, 2016).

Dessa forma, a preservação dos territórios e modos de vida das Comunidades Tradicionais é crucial para a manutenção da diversidade cultural e ambiental do Brasil. A implementação de políticas de consulta livre, prévia e informada, conforme a Convenção 169 da OIT, é um passo fundamental para garantir que os interesses e direitos dessas comunidades sejam respeitados. O reconhecimento e a proteção efetiva desses territórios não só promovem a justiça social, mas também fortalecem a sustentabilidade e a resiliência dos ecossistemas. Portanto, é imperativo que o governo e a sociedade civil atuem conjuntamente para assegurar que os projetos de desenvolvimento sejam conduzidos de maneira inclusiva e responsável, respeitando as tradições, culturas e os direitos fundamentais das Comunidades Tradicionais e indígenas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, povos e Comunidades Tradicionais podem ser definidos como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

Entre esses povos e comunidades, encontram-se alguns aspectos específicos que determinam os

seus modos próprios de ser e de viver. São eles: Territórios Tradicionais; Produção, Organização social.

Os territórios tradicionais de povos e comunidades, vão além de terras ou bens econômicos, possuindo dimensões simbólicas e históricas. Esses territórios são conhecidos profundamente pelos grupos que os ocupam e muitas vezes ultrapassam divisões político-administrativas. No entanto, ao longo da história, esses povos enfrentaram exclusão e dificuldade de acesso e manutenção de suas terras, sendo usurpadas por outras pessoas ou empresas. Atualmente, a expropriação de terras e direitos atinge interesses do agronegócio, exploração mineral, construção de obras e empreendimento.

A produção desses povos está associada a relações de parentesco e solidariedade, sendo destinada tanto para o mercado quanto para o consumo interno do grupo. Essa produção possui ritmo e lógica próprios, baseados nos princípios de autonomia e liberdade. Os povos e Comunidades Tradicionais possuem expressões culturais próprias e conhecimentos herdados de seus ancestrais, além de práticas produtivas associadas ao calendário religioso. Sua organização social se baseia em famílias extensas e ampliadas, onde várias famílias residem na mesma casa, e a família é central na organização da comunidade. As comunidades também se relacionam com outros grupos na região e pode haver divisões ou tensões internas ou com outros grupos.

Para se alcançar o licenciamento ambiental dessas obras, seus projetos têm (ou deveriam ter) que serem submetidos a um processo complexo e rigoroso, e que se faz essencial para garantir que o desenvolvimento econômico não ocorra em detrimento da preservação cultural e da sustentabilidade socioambiental. Este processo envolve uma série de estudos e procedimentos que devem ser seguidos para avaliar e mitigar os impactos potenciais dessas obras. Todo esse processo tem como base legal as exigências estabelecidas por uma série de decretos, leis e convenções internacionais além de algumas, asseguradas pela Constituição Federal de 1988.

Compõem tais estudos:

- I. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que devem incluir: Inventário Cultural, onde são identificados e catalogados os bens culturais tangíveis e intangíveis nas áreas afetadas pelo empreendimento, como sítios arqueológicos, lugares históricos, práticas culturais e tradições orais (CONAMA, 1986); Caracterização das Comunidades Tradicionais, com descrição detalhada das Comunidades Tradicionais afetadas, incluindo sua organização social, modos de vida, práticas econômicas e uso do território (Brasil, 1988) e Avaliação de Impactos, contendo análise dos impactos diretos e indiretos da obra sobre os bens culturais e as Comunidades Tradicionais, considerando aspectos ambientais, socioeconômicos e culturais (Brasil, 1981).
 - II. Estudos Antropológicos e Socioculturais. Cruciais para entender profundamente a relação das Comunidades Tradicionais com seu território e sua cultura. Estes estudos devem conter: Mapeamento Social e Cultural das atividades e práticas culturais, econômicas e sociais das comunidades (FUNAI, 2020); Consultas e Participação, com envolvimento das comunidades em consultas participativas para garantir que suas vozes e preocupações sejam consideradas na avaliação dos impactos e na tomada de decisões (OIT, 1989; Análise de Vulnerabilidades, identificando as vulnerabilidades específicas das comunidades tradicionais e como os projetos podem exacerbar essas condições (ISA, 2018).
 - III. Estudos Arqueológicos, com objetivo de garantir a preservação do patrimônio arqueológico. Devem incluir: Prospecção Arqueológica, para identificar e registrar sítios arqueológicos na área do empreendimento (Brasil, 1988). Escavações Preventivas: para resgatar materiais arqueológicos que possam ser impactados pelas obras (Bensuan, 2006); Relatórios de Arqueologia com detalhamento sobre os achados e recomendações para a preservação ou mitigação dos impactos (FUNAI, 2020).
 - IV. Estudos de Impacto sobre a Saúde (EIS) necessários em alguns empreendimentos, e essenciais para avaliar os efeitos das obras sobre a saúde das comunidades tradicionais, considerando: Avaliação de Riscos à Saúde, análise dos riscos ambientais e ocupacionais que possam afetar a saúde física e mental das comunidades (Milanez; Figueiredo, 2005); Planos de Mitigação e Contingência: Desenvolvimento de planos para mitigar os riscos identificados e garantir a saúde e o bem-estar das comunidades (Brasil, 2000).
 - V. Planos de Gestão e Mitigação com base nos estudos realizados e que incluam: Medidas de Mitigação, ou seja, ações específicas para minimizar os impactos negativos sobre os bens culturais e as comunidades tradicionais (CONAMA, 1986); Medidas Compensatórias, isto é, propostas de compensação cultural e ambiental para as comunidades afetadas (ISA, 2018); além de Monitoramento e Avaliação, visão a Implementação de programas de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das medidas de mitigação e fazer ajustes conforme necessário (FUNAI, 2020).
 - VI. Cumprimento da Legislação e Normas, seguindo rigorosamente a legislação e as normas pertinentes, incluindo: Constituição Federal de 1988, além de artigos relacionados aos direitos culturais e territoriais das comunidades tradicionais (Brasil, 1988). Convenção nº 169 da OIT: Requisitos para a consulta livre, prévia e informada das comunidades tradicionais (OIT, 1989).; Legislação Ambiental, composta de Leis e regulamentos ambientais específicos do Brasil, como a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000) (Brasil, 1981, 2000).
- A realização da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) é de suma importância no processo de

licenciamento de obras que afetam comunidades tradicionais, por diversas razões. Primeiramente, a CLPI é um direito assegurado pela Convenção nº 169 da OIT, e garante que as comunidades tradicionais sejam ouvidas e tenham seus direitos respeitados antes de qualquer decisão que possa afetar seus territórios e modos de vida (Neiva, 2019). Além disso, a inclusão da CLPI no processo de licenciamento confere maior legitimidade às decisões tomadas, pois considera a voz e as preocupações das comunidades diretamente impactadas (Gaio *et al.*, 2023).

A realização efetiva da CLPI pode prevenir conflitos sociais e legais, na medida em que assegura que os interesses das Comunidades Tradicionais sejam considerados e que haja um esforço para alcançar um consenso. (Neiva, 2019). Além disso, a CLPI contribui para a proteção ambiental, pois permite que as comunidades tradicionais, que frequentemente possuem um conhecimento profundo do ecossistema local, participem na avaliação dos impactos ambientais das obras. Dessa forma, a consulta livre, prévia e informada objetiva alcançar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação cultural e ambiental, alinhando-se com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) emerge como um mecanismo fundamental para assegurar que essas comunidades sejam ouvidas e que suas preocupações sejam integralmente consideradas antes de qualquer decisão que possa afetá-las. Este artigo visa explorar a importância da CLPI como um direito humano que ressoa não apenas no âmbito jurídico, mas também no coração da democracia participativa e no respeito à pluralidade que define nossa sociedade.

Adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, com entrada em vigor internacional em 5 de setembro de 1991, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e passa a vigorar a partir de 25 de julho de 2003 quando o país envia o instrumento de ratificação ao Diretor Executivo da

OIT. Em forma de legislação, a OIT foi promulgada pelo Brasil em 19 de abril de 2004, através do Decreto nº 5.051/2004. Atualmente a convenção está em vigência no Brasil pelo Decreto no 10.088 de 05 de novembro de 2009. O Poder Judiciário vem confirmando a aplicação da referida Convenção na proteção jurídica das comunidades Indígenas e Tribais, incluídas nesse contexto a comunidade quilombola e os povos tradicionais.

No seu artigo 6º, a OIT 169 determina:

Artigo 6º

1. Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

b) criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem;

c) estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas em conformidade com o previsto na presente Convenção deverão ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado (OIT, 169, on-line).

Diante desse cenário, o presente artigo analisa o direito das comunidades tradicionais à CLPI (Consulta, Livre, Prévia e Informada) quando seu território e modo de vida estão em risco devido à instalação de empreendimentos. Será abordada a importância desse processo de consulta para a garantia dos direitos dessas comunidades, bem como os desafios enfrentados na sua efetivação. Pretende-se, assim, contribuir para a discussão e fortalecimento dos direitos das comunidades tradicionais

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada para a elaboração deste artigo foi o método dedutivo e descritivo, permitindo ao investigador chegar a conclusões formais a partir de uma cadeia de raciocínio e interpretação das fontes estudadas. Em termos de procedimentos, a técnica utilizada foi a confrontação de diversas fontes, compondo um conjunto de dados coletados por meio de análise doutrinária, pesquisa bibliográfica e documental. Esta abordagem baseou-se em informações e conteúdos provenientes de livros, leis, códigos, artigos, revistas jurídicas, sites, textos e pesquisas relacionadas ao tema, além de outros estudos que fornecem informações válidas e relevantes para alcançar os objetivos da pesquisa.

Destacam-se como fontes nesse artigo: Convenções Internacionais, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em destaque seu artigo 6º, que estabelece o direito das comunidades indígenas e tribais à consulta prévia. Este documento é crucial para entender o contexto internacional e as obrigações do Brasil em relação à CLPI.

Legislação Nacional: os avanços na Constituição Federal de 1988 foram importantes para reconhecer e garantir os direitos desses grupos historicamente marginalizados e discriminados. Dessa forma, a Constituição reconhece a diversidade

cultural do país e estabelece medidas de proteção e preservação dos modos de vida, tradições e terras dos povos indígenas, das Comunidades Tradicionais, dentre elas, as comunidades quilombolas. No caso dos povos indígenas, a constituição assegura o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Além disso, reconhece o direito originário desses povos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, garantindo a demarcação e a proteção dessas áreas. Quanto às comunidades remanescentes de quilombos, a constituição introduziu o direito das comunidades à regularização fundiária, estabelecendo medidas para garantir o acesso e a posse da terra por essas comunidades.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), estabelecida em 2007 através do Decreto nº 6.040, é uma iniciativa do Governo Federal para fomentar o desenvolvimento sustentável das populações indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas na Amazônia. Esta política tem como objetivo principal garantir o reconhecimento, fortalecimento e proteção dos direitos territoriais, sociais, econômicos, ambientais e culturais desses povos, valorizando e respeitando sua identidade, formas de organização e instituições.

Além disso, são analisadas outras leis nacionais que tratam da proteção dos direitos das comunidades tradicionais, A Portaria Interministerial no. 60 / 2015 foi criada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em conjunto com os Ministérios da Justiça, da Saúde e da Cultura com o objetivo de incorporar o tema “povos e populações tradicionais” no processo de licenciamento ambiental. Essa portaria estabelece a participação da Funai nos assuntos relacionados aos Povos Indígenas e da Fundação Cultural Palmares nos processos referentes às comunidades quilombolas. Para garantir uma melhor orientação na implementação dessa portaria, a Funai publicou a Instrução Normativa nº 02/2015 e a Fundação Cultural Palmares publicou a Instrução Normativa nº 01/2015.

Os Protocolos de Consulta, estabelecidos por diferentes comunidades indígenas e tradicionais, são examinados para entender como estas comunidades estruturam seus próprios processos de consulta, garantindo que suas especificidades culturais e sociais sejam respeitadas. Ademais, a pesquisa qualitativa foi escolhida para abordar o problema, uma vez que os dados serão interpretados em vez de medidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de justiça socioambiental amplia a compreensão de justiça social ao incorporar a dimensão ambiental. A CLPI é uma ferramenta essencial para promover a justiça socioambiental, garantindo que os impactos ambientais e sociais das atividades econômicas e dos projetos de desenvolvimento sejam distribuídos de maneira equitativa e que os direitos e o bem-estar das comunidades vulneráveis sejam protegidos. Segundo Acsehrad (2010), a justiça ambiental se preocupa com a distribuição justa dos benefícios e ônus das atividades humanas sobre o meio ambiente, e a CLPI é uma prática que concretiza essa distribuição justa.

Como cita Souza (2018, p. 335), ao escrever sobre os pescadores artesanais e a luta dessa comunidade para efetivar o direito a consulta prevista na OIT 169, “a consulta às comunidades deve ser de boa-fé e de maneira apropriada à realidade local”. Nesse sentido, o mesmo autor nos ajuda a compreender o que se entende como consulta de boa-fé e que viabiliza a participação livre, prévia e informada das comunidades de interesse dos projetos. Segundo Souza (2018),

A participação efetiva somente se concretiza quando a consulta é plenamente informada. A comunidade precisa estar plenamente ciente do que será consultada, de qual a finalidade e dos desdobramentos de tal consulta. A divulgação do início do procedimento deverá ser realizada por meio de linguagem didáti-

ca e apropriada para que atinja o maior número de pessoas. A comunidade também deve ser certificada de todos os desdobramentos advindo da expedição de documento final a ser confeccionado, não podendo ser omitidas informações sobre os impactos (positivos e negativos) que o documento terá sobre seus direitos e suas vidas [...]

[...] A consulta à comunidade também deve ser **prévia**, ou seja. Deve ser realizada antes que o documento seja elaborado. Precisa-se assegurar o **tempo necessário** para que a comunidade se posicione sobre todos os aspectos de suas vidas que venham a ser impactados pelo documento final, bem como para assimilar as mudanças [...]

[...] A consulta somente é **livre** quando o consentimento da comunidade é isento de pressão, manipulação ou coerção externa. A comunidade deve ter espaço para livremente expressas e debater os aspectos do documento, sem a sombra de virem a sofrer represálias por expor e defender suas posições. Também só é livre a consulta em que os prazos para a participação e elaboração de estudos não sejam pré-determinados e unilateralmente impostos, devendo-se respeitar o modo de vida da comunidade e seu tempo para absorver as informações e posicionar-se (Souza, 2018, p. 336-337).

Dessa forma, a Consulta Prévia, Livre e Informada (CLPI ou CPLI) se consolida apenas quando estabelece um vínculo entre as partes envolvidas, garantindo que os direitos da comunidade consultada sejam efetivamente reconhecidos e incorporados pelo órgão estatal no documento administrativo ou legal que será emitido ao órgão licenciador do empreendimento. Essas premissas podem ser observadas nos protocolos de consulta já elaborados por diversas comunidades como direito fundamental para se garantir o processo de consulta.

Para assegurar que todos os direitos das comunidades sejam respeitados, os Protocolos de Consultas se tornaram o documento legal adequado para que as comunidades tradicionais possam determinar a forma de como querem ser consultadas. Nos protocolos de consulta as comunidades estabelecem seus critérios para o realizar seu processo de CLPI e as informações que o empreendedor deve fornecer à comunidade para que possam evoluir nas etapas de consulta e partir dele, acessar a comunidade.

Protocolos de Consulta de diversos Povos e Comunidades Tradicionais já foram elaborados. O Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado, acolhido no Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, disponibiliza o banco de Protocolos Autônomos atualizado com os documentos que foram divulgados pelos povos que os elaboraram¹.

Sobre os protocolos de consulta – PPC, também conhecidos como “protocolos comunitários de consulta e consentimento, são instrumentos adequados para participação em processos decisórios, respeitando a forma em que as comunidades deliberam interna *corporis*.” (Stanich, 2023, p. 79). Estes garantem os direitos dos povos indígenas e tradicionais a decidirem sobre as questões impostas a eles, de acordo com suas próprias dinâmicas sociais, não sendo-lhe imposto outro sistema de participação diferente de seus costumes.

Como conceitua Silva (2018 *apud* Stanich, 2023):

Os protocolos próprios contêm regras mínimas e fundamentais que os povos e comunidades estabelecem e exteriorizam para a sociedade envolvente e para o Estado, apontando como se respeitar o direito próprio, suas jurisdições próprias e formas de deliberação e de organização social em um processo de consulta prévia. Os protocolos autônomos, em geral, objetivam demonstrar como um processo de consulta deve ser realizado de forma legítima e apropriada, respeitando as particularidades culturais e as instituições representativas de cada povo ou comunidade. Trata-se, portanto, de um exercício de autodeterminação dos povos que deve ser observado e respeitado pelo Estado (Silva, 2018, p. 74-75).

Como referência uma série de protocolos de consulta de diversas comunidades tradicionais, em regra geral, os protocolos apresenta as seguintes informações listadas e ilustradas nas Figuras a seguir. Inicialmente, as comunidades se apresentam falando de sua trajetória, sua história e os motivos pelos quais elaboraram o protocolo.

1 Ver protocolos em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/>.



Figura 1. Capa do Protocolo de Consulta do Território Tradicional Geraizeiro e Vacariano do Vale das Cancelas

Fonte: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-do-territorio-tradicional-geraizeiro-e-vacariano-do-vale-das-cancelas-2024/>. Acesso em: 5 maio 2024.

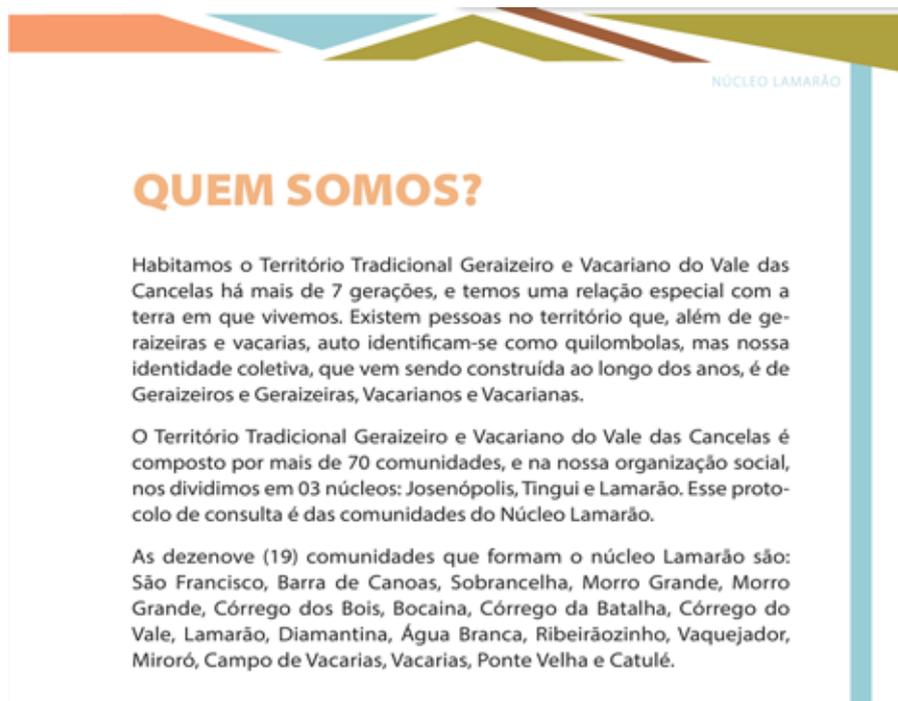


Figura 2. Conteúdo do Protocolo de Consulta do Território Tradicional Geraizeiro e Vacariano do Vale das Cancelas

Fonte: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-do-territorio-tradicional-geraizeiro-e-vacariano-do-vale-das-cancelas-2024/>. Acesso em: 5 maio 2024.

No decorrer do documento, são respondidos alguns questionamentos como: Quem Participa do Processo de Consulta? Quais são os membros da comunidade que participarão do processo? Como será garantida a participação de todos os segmentos da comunidade (mulheres, jovens, idosos etc.)? Quem serão os representantes oficiais da comunidade no processo de consulta?



Figura 3. Capa Protocolo de Consulta - Povos Ciganos Etnia Calon

Fonte: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-povos-ciganos-etnia-calon/>. Acesso em: 5 maio 2024.

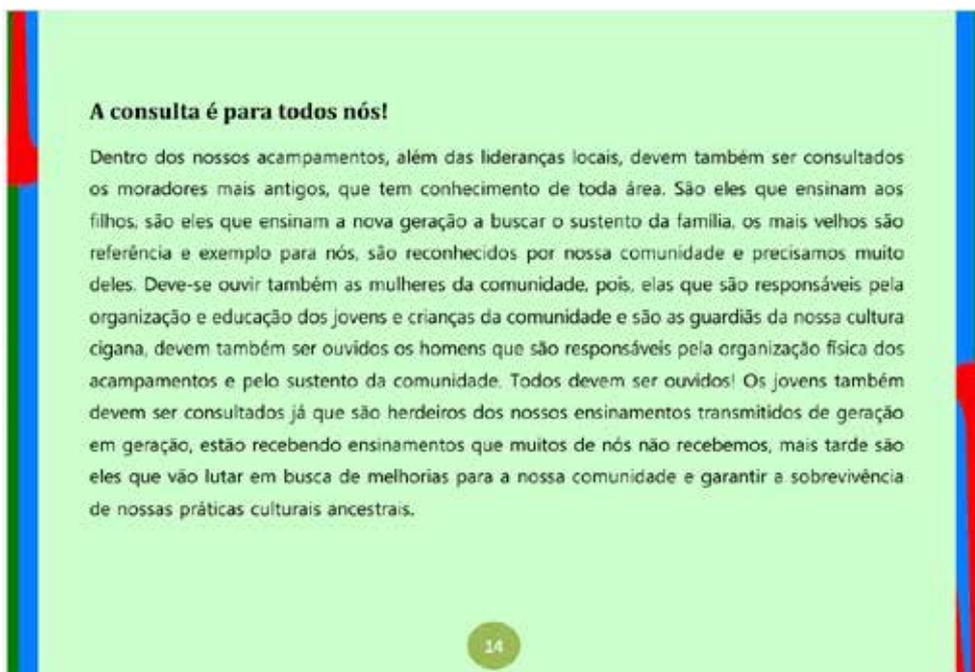


Figura 4. Conteúdo do Protocolo de Consulta - Povos Ciganos Etnia Calon

Fonte: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-povos-ciganos-etnia-calon/>. Acesso em: 5 maio 2024.

Alguns protocolos ampliam o leque de discussão e questionam o empreendedor a responder outras questões como: Qual é o Objetivo da Consulta? Qual é a natureza do projeto ou decisão que está sendo proposta? Quais são os possíveis impactos do projeto ou decisão sobre a comunidade? Qual é o objetivo específico da consulta (obter consentimento, negociar mitigação de impactos etc.)? Quando e Onde a Consulta Será Realizada? Qual é o cronograma para o processo de consulta? Onde as reuniões e discussões serão realizadas (locais acessíveis e culturalmente apropriados)? Como será garantido que a comunidade tenha tempo suficiente para deliberar internamente?

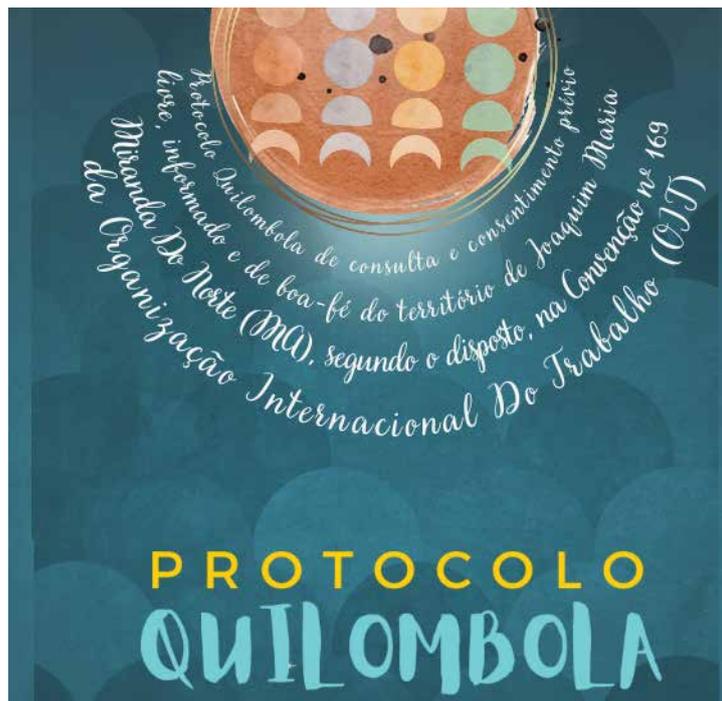


Figura 5. Capa Protocolo de consulta do Território de Joaquim Maria Miranda do Norte
 Fonte: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-quilombola-de-consulta-e-consentimento-previo-libre-e-informado-de-boafé-do-territorio-de-joaquim-maria-miranda-do-norte-2023/>. Acesso em: 5 maio 2024.

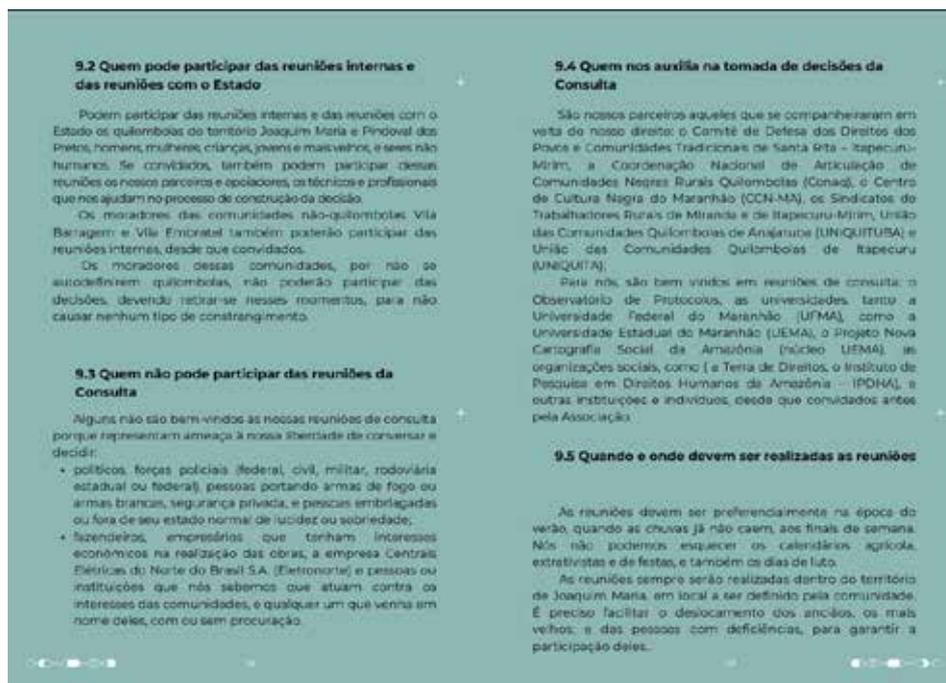


Figura 6. Páginas 32 e 33 do Protocolo de consulta do Território de Joaquim Maria Miranda do Norte
 Fonte: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-quilombola-de-consulta-e-consentimento-previo-libre-e-informado-de-boafé-do-territorio-de-joaquim-maria-miranda-do-norte-2023/>. Acesso em: 5 maio 2024.

Como a Consulta Será Conduzida? Quais métodos e técnicas serão utilizados para conduzir a consulta (reuniões presenciais, entrevistas, workshops etc.)? Como será garantida a transparência e a comunicação efetiva durante todo o processo? Quais serão os procedimentos para documentar e registrar todas as etapas e decisões tomadas durante a consulta?



Figura 7. Capa do Protocolo de Consulta do Povo Mbya Guarany
 Fonte: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-previa-do-povo-mbya-guarani-do-estado-do-rio-grande-do-sul-2022/>. Acesso em: 5 maio 2024.

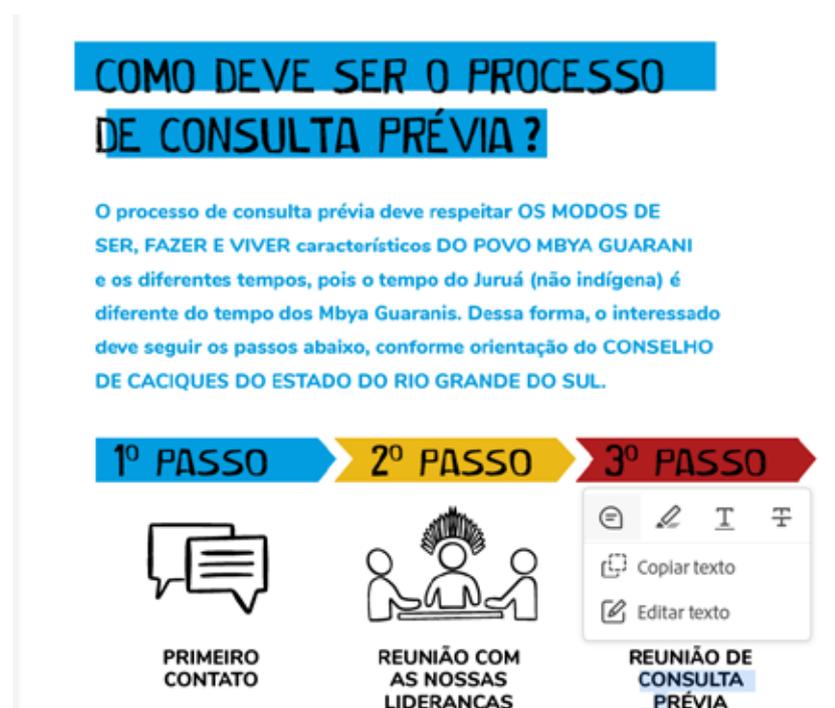


Figura 8. Conteúdo do Protocolo de Consulta do Povo Mbya Guarany
 Fonte: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-previa-do-povo-mbya-guarani-do-estado-do-rio-grande-do-sul-2022/>. Acesso em: 5 maio 2024.

Quais são as Salvaguardas para Proteger os Direitos da Comunidade? Quais são as medidas para proteger os direitos culturais, sociais e ambientais da comunidade? Como será garantido que as informações fornecidas durante o processo de consulta sejam compreendidas e internalizadas pela comunidade? Quais são os mecanismos para garantir que a comunidade possa dizer “não” ao projeto, se assim decidir?

Quais são os Acordos e Compromissos Resultantes da Consulta? Quais são os resultados esperados da consulta (acordos, compromissos, compensações etc.)? Como serão formalizados os acordos e compromissos (documentação, assinaturas etc.)? Quais são os mecanismos de monitoramento e avaliação para garantir o cumprimento dos acordos? Ainda, Como Será Feito o Monitoramento e a Avaliação do Processo? Quais serão os indicadores e critérios para avaliar a eficácia e a transparência do processo de consulta? Como a comunidade será envolvida no monitoramento contínuo do projeto ou decisão? Quais são os mecanismos para revisar e ajustar o protocolo de consulta, se necessário?



Figura 9. Capa do Protocolo de Consulta das Comunidade Veredeiras do Norte de Minas Gerais

Fonte: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-e-consentimento-previo-livre-e-informado-e-de-boafefe-das-comunidades-veredeiras-do-norte-de-minas-gerais-2023/>. Acesso em: 5 maio 2024.

6.6 ONDE E QUANDO ACONTECEM AS REUNIÕES DO PROCESSO DE CONSULTA E A CONSULTA PROPRIAMENTE DITA?

As etapas das reuniões do processo de consulta deverão acontecer na comunidade, a ser indicada pelo conjunto de famílias envolvidas ou pelas comunidades nos seus respectivos Núcleos, preferencialmente, pela semana (de segunda a sexta-feira), no período da manhã; devendo ser respeitado o tempo do calendário das práticas socioambientais. Para que o direito de consulta prévia seja válido, o nosso tempo, o tempo de nossas práticas, deve ser respeitado.

A escolha da data e local da consulta propriamente dita deverá ser definida em reunião da ACEVER após consulta às comunidades partes deste Protocolo.

“

O 'João do Campo', que avisa os animais para eles fugirem dos caçadores, não precisa ser consultado.

6.7 ACERCA DAS GRAVAÇÕES (ÁUDIO E VISUAL) E FOTOS NAS ETAPAS DA CONSULTA

Os moradores das comunidades partes deste Protocolo escolhidos pela ACEVER deverão gravar (áudio e vídeo) as etapas da consulta. Em cada atividade, um ou mais moradores, previamente definidos pelas próprias comunidades, ficarão responsáveis pela gravação.

As pessoas de fora das comunidades não poderão gravar. No entanto, poderão fazê-lo de forma excepcional, desde que solicitado previamente e autorizado pela ACEVER. Os usos desse material poderão ser feitos, sem fins políticos partidários, mediante autorização da ACEVER.

Figura 10. Conteúdo do Protocolo de Consulta das Comunidade Veredeiras do Norte de Minas Gerais

Fonte: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-e-consentimento-previo-livre-e-informado-e-de-boafefe-das-comunidades-veredeiras-do-norte-de-minas-gerais-2023/>. Acesso em: 5 maio 2024.

Segundo Walkíria Picoli, Procurador da República,

Os Protocolos Comunitários têm o poder de mudar estruturas. O Protocolo é como uma regra básica, e os planos de consulta desenvolvidos a partir daí são a concretização destes Protocolos. É aqui que há um espaço privilegiado para a construção de políticas públicas. E nós precisamos ter como referência que a auto atribuição é o pilar desta discussão. São os povos e comunidades que dizem quem são. E cada um determina seu próprio Protocolo de Consulta (ISA, 2024)².

Para Rafaela Santos, advogada popular da equipe de articulação e assessoria às comunidades negras quando do evento “Convenção 169 da OIT na jurisprudência brasileira: perspectivas e desafios”, “os Protocolos de Consulta são os regulamentos das próprias comunidades, a partir de como elas se mobilizam, se organizam e se movimentam. Mas o governo vai atropelando os passos” (ISA, 2024, on-line)³.

Na opinião de Adriana Souza Lima, Educadora Popular, Monitora Ambiental e Promotora Legal Popular, “O Protocolo de Consulta não deve ser enxergado como um mero rito. O objetivo é ter consentimento. Nosso desafio é fazer o sistema de Justiça entender que este é um direito aderente.” (ISA, 2024, on-line)⁴.

O não cumprimento da OIT 169 e a CLPI no decorrer dos processos de construção ou licenciamento de obras que envolvem o Povos e Comunidades Tradicionais tem sido objeto de reação da justiça brasileira, sobretudo do Ministério Público no sentido de fazer valer os direitos dessas comunidades a participarem de

2 TRF3 - Debate aplicação da Consulta Prévia, Livre e Informada pela Justiça brasileira | Instituto Socioambiental.

3 Idem;

4 Idem;

decisões do projeto que podem vir a impactá-los às vezes de forma irreversível. Nesse sentido, serve como exemplo a decisão do Ministério Público Federal que, como cita o site da Comissão Pró Índio de São Paulo,

Em 15 de junho, o Ministério Público Federal ingressou na Justiça para anular a licença ambiental (Licença Prévia nº 636/2020) concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. A licença atesta a viabilidade ambiental de implantação de linha de transmissão que percorrerá quatro municípios nos estados do Pará e Amazonas e impactará comunidades quilombolas e ribeirinhas (CPISP, 2024, on-line)⁵.

De acordo com o MPF, a licença prévia foi emitida “em clara **violação** (grifo meu) das normas constitucionais e infraconstitucionais que tratam de empreendimentos deste porte, sobretudo pelo flagrante **desrespeito à Convenção 169/OIT**, cujo status em nosso ordenamento é dotado de suprallegalidade”. A ação requer também que o Ibama se abstenha de emitir novas licenças até a realização das oitavas às comunidades quilombolas e ribeirinhas, a seguir:

Requerem, liminarmente, que seja suspenso o processo de licenciamento ambiental do Terminal Portuário

5 Comissão Pró Índio de São Paulo. A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) atua junto com indígenas e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia e o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas. Foi fundada em 1978 por antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes para defender os direitos dos povos indígenas em um contexto de ditadura militar. A partir de 1989, passou a atuar também em parceria com as comunidades quilombolas apoiando a promoção de seus direitos recém reconhecidos na Constituição de 1988. Em 40 anos de existência, diferentes gerações de associadas e associados se empenharam para assegurar a missão institucional de nossa organização. Disponível em: <https://cpisp.org.br/>.

da Embraps e qualquer ato visando o empreendimento, até o julgamento desta demanda. Com pleitos finais, requerem a condenação das rés não procederem à implementação do empreendimento até que realizada a referida consulta, e ainda a retificação do EIA/RIMA, para que contemple a presença de comunidades tradicionais (quilombolas e ribeirinhas) no seu entorno. Em síntese, sustentam que o procedimento de implantação do terminal portuário se encontra viciado porque o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental não previram corretamente a presença de comunidades tradicionais e quilombolas na área de influência do empreendimento e não foi providenciada a consulta prévia, livre e informada a estes grupos populacionais (Convenção OIT n. 169) (Sentença, Proc. 0000377-75.2016.4.01.3902)⁶.

Embora de forma lenta, a justiça brasileira tem tomado medidas contra empreendimentos que desrespeitam as premissas estabelecidas pela Convenção 169 da OIT em relação aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essas ações, apesar de ainda insuficientes, exercem pressão sobre grandes empresas e, muitas vezes, sobre o próprio Estado (um dos maiores realizadores de obras), para que respeitem os direitos dessas comunidades.

A seguir, alguns casos exemplares:

- I. Belo Monte: A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Pará foi alvo de várias ações judiciais. Em 2012, a Justiça Federal ordenou a suspensão do licenciamento ambiental da usina,

argumentando que as comunidades indígenas afetadas não foram devidamente consultadas, em violação à Convenção 169 da OIT. O caso subiu até o Supremo Tribunal Federal (STF), que acabou liberando a obra, mas gerou intensos debates sobre a necessidade de consultas prévias (MPF, 2012).

- II. Complexo Hidrelétrico do Tapajós: Em 2016, a Justiça Federal suspendeu o licenciamento ambiental da usina São Luiz do Tapajós, considerando que as comunidades indígenas Munduruku não foram consultadas conforme determina a Convenção 169 da OIT. O licenciamento foi suspenso devido à ausência de consulta livre, prévia e informada, destacando a falha do governo e das empresas envolvidas (Greenpeace, 2016).
- III. Porto Sul: No estado da Bahia, o projeto do Porto Sul foi contestado judicialmente por não ter realizado consulta adequada com as comunidades tradicionais e indígenas da região. Em 2012, a Justiça Federal determinou a suspensão das audiências públicas relacionadas ao projeto até que fossem realizadas consultas prévias conforme a Convenção 169 da OIT. O caso exemplifica a resistência judicial contra projetos de infraestrutura que negligenciam os direitos de consulta (CIMI, 2012).
- IV. Mineração em Terras Indígenas: Em várias regiões da Amazônia, projetos de mineração têm sido questionados judicialmente por falta de consultas prévias. Em 2019, a Justiça Federal determinou a suspensão de atividades de mineração em terras indígenas na região do Tapajós, destacando a ausência de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas afetados, conforme exigido pela Convenção 169 da OIT (ISA, 2019).

6 Disponível em: Sentença_caso_porto_Embraps_Santarem_proc_0000377-75.2016.4.01.3902. PDF (www.mpf.mp.br). www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/sentenca_caso_porto_embraps_santarem_proc_0000377-75-2016-4-01-3902.pdf. Acesso em: 10 de maio 2024.



OS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS DAS COMUNIDADES LOCAIS SÃO FREQUENTEMENTE DESRESPEITADOS, O QUE CONTRIBUI PARA A AMPLIAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS, MUITAS VEZES CULMINANDO EM SITUAÇÕES IRREVERSÍVEIS.

- V. Mineração em Santarém: A 2ª Vara Federal de Santarém, no Pará, condenou a mineradora norte-americana Alcoa a não ingressar na área do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) do Lago Grande sem que antes tenha sido realizada a Consulta Livre, Prévia e Informada às comunidades, nos moldes da Convenção 169 da OIT, e concedida licença ou autorização minerária pelo órgão competente (Greenpeace, 2019).

Esses exemplos refletem a contínua luta das comunidades indígenas e tradicionais para garantir que seus direitos sejam respeitados e que a Convenção 169 da OIT seja efetivamente implementada. As ações judiciais ressaltam a importância da CLPI como instrumento fundamental para a proteção dos direitos territoriais e culturais dessas comunidades.

Considerando a notória carência ou inabilidade do Estado em lidar com as questões ambientais no país, a introdução de grandes empreendimentos de rodovias, linhas de transmissão, hidroelétricas, dentre outros, tem costumeiramente gerado um considerável passivo social e ambiental. Os direitos humanos fundamentais das comunidades locais são frequentemente desrespeitados, o que contribui para a ampliação dos danos ambientais, muitas vezes culminando em situações irreversíveis.

Portanto, a importância da CLPI e dos Protocolos de Consulta vai além da mera observância de normas e direitos. Esses instrumentos promovem um diálogo intercultural que enriquece a compreensão mútua entre as comunidades tradicionais e a sociedade em geral.

Ao valorizar o conhecimento tradicional e as práticas sustentáveis dessas comunidades, o Brasil não só preserva sua herança cultural, mas também adota abordagens mais inclusivas e eficazes para o desenvolvimento sustentável. A inclusão ativa das comunidades nos processos decisórios fortalece a governança ambiental e social, assegurando que as soluções implementadas sejam mais justas, equitativas e adaptadas às realidades locais. Em última análise, o respeito e a promoção da CLPI e dos Protocolos de Consulta são passos essenciais para a construção de um país que reconhece e valoriza sua diversidade, promovendo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo.

CONCLUSÃO

A Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) e os Protocolos de Consulta são instrumentos cruciais para a manutenção dos territórios, da cultura material e dos modos de vida das comunidades indígenas e tradicionais no Brasil. A implementação efetiva desses mecanismos não apenas atende aos requisitos legais internacionais, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas também reforça os direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988.

Através da CLPI, as comunidades têm a oportunidade de influenciar diretamente decisões que afetam suas vidas e territórios. Esse processo fortalece a autodeterminação e a soberania dessas comunidades, permitindo-lhes preservar e promover suas tradições culturais e sociais. Além disso, os Protocolos de Consulta, desenvolvidos de acordo com as especificidades de cada comunidade, asseguram que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas em processos de licenciamento ambiental e de desenvolvimento de grandes empreendimentos.

No contexto brasileiro, onde as pressões do agronegócio, da mineração e de grandes obras de infraestrutura frequentemente ameaçam os territórios tradicionais, a CLPI e os Protocolos de Consulta emergem como barreiras legais e éticas contra a expropriação e a violação de direitos. Eles representam um avanço significativo na promoção da justiça social e ambiental, além de serem ferramentas essenciais para a sustentabilidade e a diversidade cultural do país.

Portanto, é fundamental que o Estado brasileiro, as empresas e a sociedade civil atuem de maneira conjunta e comprometida para garantir a plena implementação e respeito a esses instrumentos. Apenas através do fortalecimento da CLPI e dos Protocolos de Consulta será possível assegurar um futuro em que as comunidades indígenas e tradicionais possam viver com dignidade, segurança e liberdade em seus territórios ancestrais. A proteção desses direitos é, em última análise, a proteção da rica diversidade cultural e natural do Brasil, patrimônio inestimável para toda a humanidade.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023**. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ASSA, L. Povos tradicionais e os biomas brasileiros: Eles estão em muitos lugares e fazem muito mais do que se reconhece. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 75, n. 4, p. 1-6, dez., 2023. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252023000400013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios e diretrizes para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Brasília, DF: CONAMA, 1986. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Brasília, DF: Presidência da República, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Justiça Federal determina suspensão das audiências públicas do Porto Sul**. 2012. Disponível em: <https://cimi.org.br/2013/04/34586>. Acesso em: 5 maio 2024.

DINIZ, G. L. *et al.* Mapeamento dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica. Um breve relato sobre incursões no semiárido mineiro. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 69-88, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18965>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FERREIRA, G. **Redação científica**: como entender e escrever com facilidade. São Paulo: Atlas, 2011.

FGV EAESP - GVces - Relatórios Técnicos. **Direitos humanos**: povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas. Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces), 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/18603>. Acesso em: 5 maio 2024. (on-line)

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Manual de Licenciamento Ambiental**. Brasília, DF:

FUNAI, 2020. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/manuais>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNDAÇÃO PALMARES. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 15 out. 2023.

GAIO, A.; ROSNER, R. F.; FERREIRA, V. M. O licenciamento ambiental como instrumento da política climática. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 1, p. 594-620, jan. 2023.

GREENPEACE. **Decisão da Justiça reforça o cumprimento da Consulta Livre, Prévia e Informada, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para empreendimentos previstos em comunidades Tradicionais**. 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/sem-consulta-livre-previa-e-informada-nao-vale/>. Acesso em: 4 maio 2024.

GREENPEACE. **Justiça Federal suspende licenciamento ambiental da usina São Luiz do Tapajós**. 2016. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/justica-federal-suspende-licenciamento-ambiental-da-usina-sao-luiz-do-tapajos/>. Acesso em: 4 maio 2024.

ISA - Instituto Socioambiental. **Direitos indígenas e licenciamento ambiental: Um guia para a aplicação da Convenção 169 da OIT**. São Paulo: ISA, 2018. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ISA - Instituto Socioambiental. **Justiça Federal suspende atividades de mineração em terras indígenas no Tapajós**. 2019. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acesso em: 4 maio 2024.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *In*: SIMPÓSIO NATUREZA E SOCIEDADE: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS PARA A ANTROPOLOGIA, Reunião Brasileira de Antropologia, de 19 a 23 jun., Gramado, 2002. [...] **Anais**. Gramado, RS, 2002.

LUNELLI, I. C.; SILVA, L. A. L. DA. Estado de Coisas Inconstitucional no Brasil: a captura pelas empresas do dever estatal de consultar os povos e comunidades tradicionais diante dos procedimentos de licenciamento ambiental. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 1, p. 536-566, jan. 2023.

MILANEZ, F.; FIGUEIREDO, V. **Povos indígenas no Brasil: 2001/2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.

MPF - Ministério Público Federal. **Justiça suspende licenciamento da usina de Belo Monte por falta de consulta a indígenas**. 2012. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/>. Acesso em: 5 maio 2024.

MPF - Ministério Público Federal. **Sentença caso porto Embraps Santarem proc_0000377-75.2016.4.01.3902**. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/sentenca_caso_porto_embraps_santarem_proc_0000377-75-2016-4-01-3902.pdf. Acesso em: 5 maio 2024.

MÜLLER, A. J. (org.). *et al.* **Metodologia científica**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

NEIVA, T. B.; NUMATA, F. O processo de licenciamento ambiental no Brasil: Importância, entraves e exemplos de boas práticas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 9, ed. 10, ano 4, p. 121-134, out. 2019.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 2007. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/declaration-on-the-rights-of-indigenous-peoples.html>. Acesso em: 17 jun. 2024.

OEA - Organização dos Estados Americanos. **Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas**, 2016. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/indigenas/docs/pdf/declaracion.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

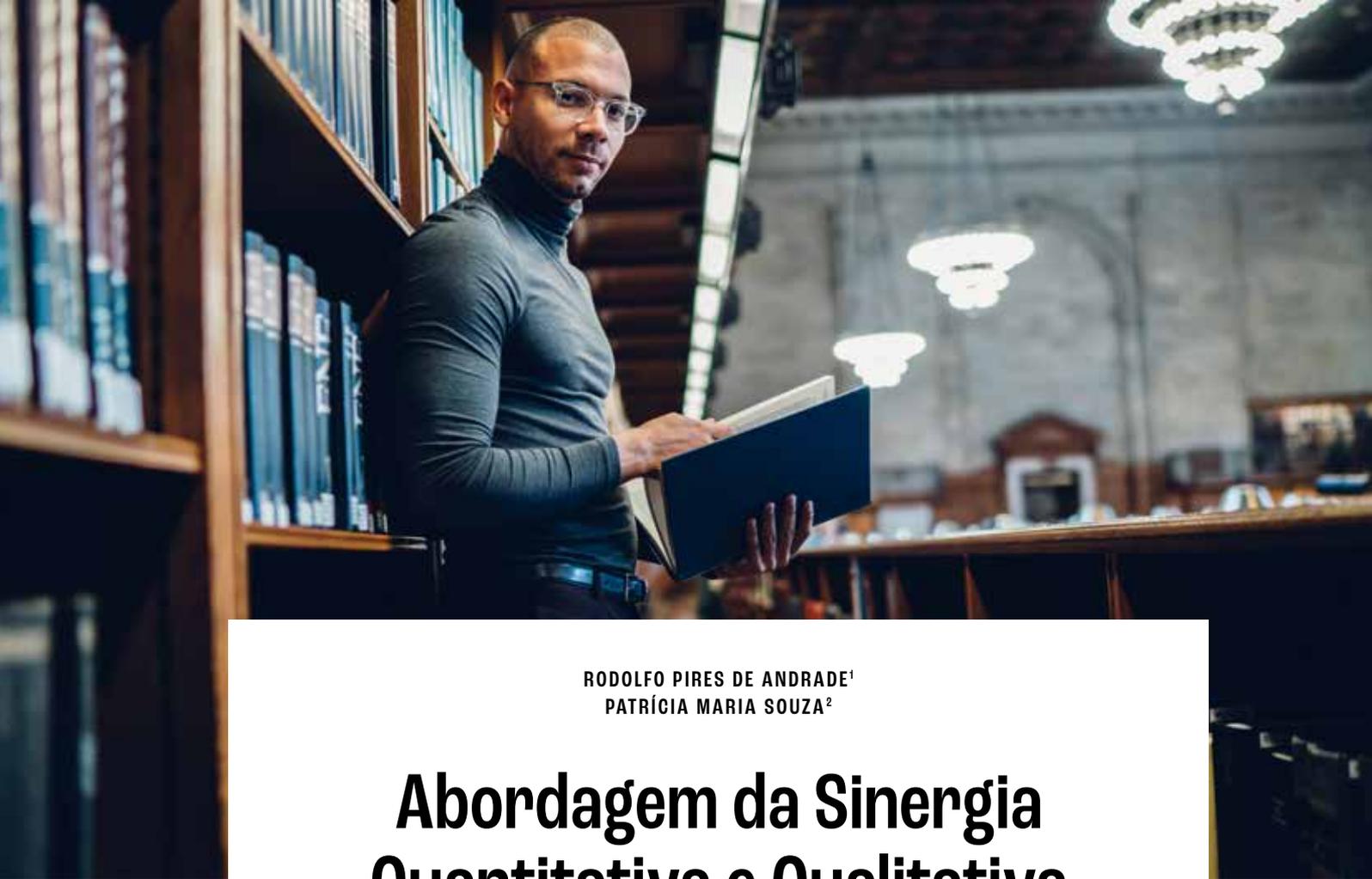
OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes**. 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/indigenous-tribal/lang--es/index.htm>. Acesso em: 17 jun. 2024.

PEROVANO, D. G. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SCABIN, F. *et al.* Parâmetros para a consulta e para o respeito dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais atingidas por empreendimentos de infraestrutura. **FGV Direito SP - CeDHE - Relatórios Técnicos**. 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/29649>. Acesso em: 12 mai. 2024.

SOUZA, R. M. **Pescadores artesanais e o mito da participação social**. Joinville: Clube dos Autores, 2018.

STANICH, N. P. **Consulta prévia, livre e informada aos povos originários e tradicionais no processo legislativo brasileiro**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Brasília, DF, 2023.



RODOLFO PIRES DE ANDRADE¹
PATRÍCIA MARIA SOUZA²

Abordagem da Sinergia Quantitativa e Qualitativa na Metodologia Científica Antropológica

*Approach of quantitative and qualitative synergy in antropologic scientific
methodology*

ARTIGO 6

101-121

1 Discente do curso de Antropologia pela UNIASSELVI, Belo Horizonte, Minas Gerais.

2 Tutor(a) de curso a distância do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Curso de Antropologia.

Resumo: O presente artigo se preocupa em dar visão panorâmica e abreviada sobre os recursos da metodologia científica sob os indícios básicos nos contornos dialógicos dos métodos quantitativos e qualitativos na parte correspondente da Antropologia no ramo das Ciências Sociais. Dessa forma é revisitada de forma lufa crítica a proficuidade do método científico sob o prisma do rizoma; objeto da sinergia dos vestígios quantitativos e qualitativos; não obstante um apressado trajeto sob o esconso da abordagem da metodologia científica e a identidade do método focado no fenômeno da apreciação do objeto. É sabido que o método científico é um processo sistemático que leva a novos conhecimentos baseados na observação, experimentação, análise e crítica. Este conhecimento é reconhecido e garantido até que novos conhecimentos ou experiências o complementem ou refutem. Dependendo da disciplina, os pesquisadores trabalham de maneiras ligeiramente diferentes, e logo então, mais de uma maneira. O método científico aplica às chamadas “ciências” inevitavelmente às etapas do método; outrossim, sejam elas quais forem, no método, - ou sejam métodos - , são usadas etapas na análise e coleta de dados, com os quais informações resumidas (fatos e características) são obtidas a partir de elementos existentes sobre determinado objeto quando processado e documentado pelos métodos quantitativos e qualitativos, e sob esse esconso enverga-se os resultados que garantem o método e a própria ciência como válidos e sua proficuidade enquanto disciplina acadêmica e descoberta; portanto, a ideia de sinergia e relação dialógica como estratégia de pesquisa antropológica mais plausível e confiável.

Palavras-chave: Ciência. Método. Quantitativo. Qualitativo. Procedimento.

Abstract: This paper is concerned with giving a panoramic and abbreviated view of the resources of scientific methodology under the basic clues in the dialogical contours of quantitative and qualitative methods in the corresponding part of Anthropology in the branch of Social Sciences. In this way, the usefulness of the scientific method is revisited in a critical way from the perspective of the rhizome; object of the synergy of quantitative and qualitative traces; despite a hurried journey under the cover of the approach of scientific methodology and the identity of the method focused on the phenomenon of object appreciation. It is known that the scientific method is a systematic process that leads to new knowledge based on observation, experimentation, analysis and criticism. This knowledge is recognized and guaranteed until new knowledge or experiences complement or refute it. Depending on the discipline, researchers work in slightly different ways, and then more than one way. The scientific method applies the so-called “sciences” inevitably to the steps of the method; Furthermore, whatever they are, in the method, - or are methods -, steps are used in the analysis and collection of data, with which summarized information (facts and characteristics) are obtained from existing elements about a given object when processed and documented through quantitative and qualitative methods, and under this umbrella the results that guarantee the method and the science itself as valid and its proficiency as an academic discipline and discovery are considered; therefore the idea of synergy and dialogical relationship as a more plausible and reliable anthropological research strategy.

Keywords: Science. Method. Quantitative. Qualitative. Procedure.

INTRODUÇÃO: RELAÇÃO DIALÓGICA DE DOIS MÉTODOS

O método científico nas Ciências Sociais denota o conjunto de procedimentos que devem dirigir o processo de produção do conhecimento, seja observação, experimento, raciocínio ou cálculo teórico vocacionado.

O termo “método” captura a ideia implícita de sua singularidade no método quantitativo como qualitativo, que, além disso, às vezes é associado ao único método hipotético-dedutivo mesmo que referente a fenômenos divergentes.

No entanto, em Deleuze e Guattari (1996), o “pensar” do estudo das práticas de pesquisa revela uma variedade tão ampla de abordagens e disciplinas científicas sob a unidade do método que se torna muito mais problemática.

O termo para a singularização de métodos científicos baseados em iguais termos depreciativos como “cientificismo” também são usados para neutralizar uma regra oficial que obrigue todas as ciências que usam uma metodologia específica.

No entanto, a ideia predominantemente representada alhures é que a atividade científica não pode ser realizada apenas nas ciências naturais exclusivamente por meio de pesquisa empírica, e que o trabalho crítico ou dedutivo, *a priori*, que pode ser “falsificado”, talvez tenha cientificamente um menor valor.

Os representantes de um ideal de método científico têm o caráter de postular a validade dos métodos como a explicação científica causal, porém, sem perder o rumo *in casu* antropológico a exemplo do consumo os indícios civilizacionais que o acompanham.

A quantificação e o tratamento matemático dos dados, a verificação, a “falsificação”, entre outros procedimentos para todas as disciplinas científicas através do “rizoma” em Deleuze e Guattari; “a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 10)

trazem sobre a claridade solar a relação dialógica entre os métodos, senão sua sinergia para o fim antropológico.

A disputa sobre métodos irrompeu entre representantes do monismo metodológico e opositores da adoção desse método, confrontando o monismo com a dualidade de métodos que afirmava seus próprios métodos de lógica científica.

O postulado da ciência livre de valores se tornou objeto da disputa do juízo de valor, contudo, a metodologia científica nas ciências sociais sempre mantiveram o interregno do que era ou não ciência nos campos do conhecimento.

O que busca então clarificar é a convergência, mais do que a existência dos dois métodos, não como estágios, níveis ou camadas, mas de métodos conectados e independentes que além de se comunicar por serem mais que coisas diferentes ou semelhantes, tão pouco complementares são muito mais que isso: são essenciais para atingir o objeto, e de certo, desvendar do que se trata antes de qualquer suposta problematização.

Dentre essa complexidade do “social” no prisma em torno do método; contudo pode-se ver mais adiante a sinergia entre eles, dos quais o quantitativo e o qualitativo não são menos nem mais entre si, mas defendidos como intrinsecamente sinérgicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DEBRUÇADA SOB A IMBRICAÇÃO DOS MÉTODOS CIENTÍFICOS APRESENTADO À ANTROPOLOGIA SOB ESCONSO DO RIZOMA EXEMPLIFICADO NO CONSUMO

Quando Gilles Deleuze assumiu a cátedra em 1969, na qual a “interdisciplinaridade” era primordial logo que a discussão com o estruturalismo (pode-se fazer o chamamento em Barthes, Lacan e Althusser), então segue uma virada para o pós-estruturalismo cuja colaboração com Lyotard e

Châtelet fora significativa para isso. Destarte suas principais obras incluem entre outras coisas, obras filosóficas sobre Masoch, - Nietzsche e Bergson assim como Proust, Kafka e Sacher não ficam de fora- na forma da interdisciplinaridade.

Conforme a “transversalidade”, eleita com maior clareza a ótica antropológica para exemplo crítico em termos de “aprofundamento”, tem-se “do consumo e do poder”. Adiante vimos uma sociedade cujo consumo, e a “forma” do consumo solidifica as impressões do que alcança uma das “faces do poder”; nesse mesmo sentido, determinado tipo de “poder” expande ou contrai o consumo; a grosso modo vimos o poder financeiro, o poder do status através do prestígio, o poder cultural agregado no que é permitido ou não consumir e como deve ser consumido.

O consumo nessa ótica então seria o “ato” de consumir, o significado do consumo, quem consome e como consome. Não especificamente em torno do objeto de forma holística, portanto mais cética, visto que os vestígios civilizacionais a exemplo, tendo o foco o método, tem o condão de descortinar quais são esses símbolos, fenômenos e significados e as manifestações do consumo por indícios interconectados por métodos que se comunicam em termo de coisas e suas multiplicidades no campo transversal.

Diante a visitação dos “platôs” é claramente desconcertantemente a quantidade de conceitos novos empurrando a natureza das coisas à “teoria das multiplicidades” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 89), o meta-conceito “rizomático” numa ideia de multiplicidade fruteado da pretensão de rever noções clássicas através do pensamento da atividade de reconhecer de forma intensiva como capítulo predecessor da de algo extenso da compreensão do problema.

A transversalidade converge para o exemplo do consumo, exemplo de coisas que podem ser quantificadas e qualificadas, seja pela discricção da quantidade do que se consome, por quem, quando, e como se consome. O impacto em diferentes cul-

turas não seria então o suficiente por si só, mas a criação do manipanso do produto e a ritualização do consumo e seus agentes que concernem também pela explicação daquela quantificação:

A antropologia do consumo nos permite compreender não apenas os atos de compras, mas toda a sociabilidade contemporânea, a motivação do ser humano no trabalho, os significados que ele cria para sua vida, a forma como proceder no caos urbano, o modo como busca inserção social, reconhecimento, prestígio e até mesmo como ele se manifesta politicamente, como se porta como cidadão, por exemplo, quando se nega a usar peles de animais em extinção, apesar do suposto status que isso lhe confere, ou quando usa uma roupa de hippie ou de punk para expressar seu descontentamento com o status quo, ou ainda quando usa uma roupa clássica e tradicional para indicar, ao contrário, que está comprometido com a ordem e as regras da sociedade (Migueles, 2007, p. 12).

Reconhecido que independente do que as coisas são, as coisa são diferentes, logo heterogêneas, vistas que os tipos e as generalizações se complicam ao passo que não podem definir as multiplicidades rizomáticas que mais se amoldam das suas diferenças antes de se anular completamente, conforme a teoria (Deleuze; Guattari, 1995, p. 172) a “indiscernibilidade” de heterogêneos pelas diferenças antes do que a conciliação de contrários, “a síntese disjuntiva faz da disjunção pela natureza da mesma da relação”.

Logo que a esfera do consumo se confunde com a do poder, o simbólico imiscui as posições que os indivíduos podem ou não fazer, portanto, o que podem ou não consumir. Assim, quer chegar que poder, em especial o financeiro e conseqüentemente o político ou vice-versa expõe limites de determinados gru-

pos e sujeitos, portanto, sua etnografia fica em evidência.

Justamente pela relação dessa paralaxe de “implicação recíproca assimétrica” entre ligação – ideia forte e patente de conexão, ligando dois extremos embora não haja solução dual –, portanto comunicação e contágio comunicam os objetos, em outras palavras, a coisa não seria única, pura, como algo criado por si senão “não nascida”:

Mas o livro como realidade espiritual, a *Árvore* ou *Raiz* como imagem, não para de desenvolver a lei do Uno que devém dois, depois dois que devém quatro ... A lógica binária é a realidade espiritual de *árvore-raiz*. Até uma disciplina “avançada” como a Linguística retém como imagem de base esta *árvore - raiz*, que liga à reflexão clássica (assim Chomsky e a *árvore sintagmática*, começando num ponto S para proceder por dicotomia). Isto quer dizer que este pensamento nunca compreendeu a multiplicidade: ele necessita de uma forte unidade principal, unidade que é suposta para chegar a duas, segundo um método espiritual (Deleuze; Guattari, 2011a, p. 18).

Estende-se nesse panóptico que quando colimado, desnuda e não elide do objeto, trazendo-lhe clareza em que “diferentes estatutos de estado de coisas” são simbióticas em paralaxe, conectadas e autopoieticas que se espadem. Sendo então germanadas porém complexas para serem tão duais, não existindo a coisa apenas, mas apenas “coisas”, ausente a ideia de “cousa ou outra” e sim “cousa e outra”; não se limitando ao significado de apenas um símbolo ou uma manifestação, embora em Deleuze e Guattari “[...] modos de agenciamento e tipos de poder sociais particulares” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 14).

Nesse diapasão não existe escolha senão a vereda de consignar consumo com esferas de poder como exemplo ainda mais caro aos sujeitos que não

se encontram a redor desse núcleo duro, visto que, o primeiro indício amatalota o segundo, e o segundo se transfere ao primeiro pelo que “pode” e esse faculdade é prontamente aliada ao consumo.

Não obstante vimos essa coincidência em Bachelard nas duas citações diretas curtas, em três linhas o seguir que, para Bachelard (1978), “a noção de obstáculo epistemológico pode ser estudada no desenvolvimento histórico do pensamento científico sendo àqueles cuja investigação a psicologia do erro e a subjetividade contaminada com a ignorância pela irreflexão”. Isso consiste então no esforço de “mudar de cultura experimental; visto em derrubar os obstáculos já amontoados pela vida cotidiana, de propiciar rupturas com o senso comum visto que o desenvolvimento histórico do pensamento científico cabe a investigação” (Bachelard, 1978, p. 168), conforme o autor descortina conforme a citação direta longa a seguir:

Muitas vezes me tenho impressionado com o fato de os professores de ciências, mais ainda, se possível, do que os outros, não compreenderem que não se compreenda. Muito poucos são aqueles que investigaram a psicologia do erro, da ignorância e da irreflexão [...] consiste no esforço de mudar de cultura experimental, de derrubar os obstáculos já amontoados pela vida cotidiana, de propiciar rupturas com o senso comum, com um saber que se institui da opinião e com a tradição empiricista das impressões primeiras. Assim, o epistemólogo tem de tomar os factos como ideias, inserindo-os num sistema de pensamento (Bachelard, 1978, p. 168).

Sobre essa interdisciplinaridade que convém à obra “*Mil Platôs*” (Deleuze; Guattari, 1996), os termos adicionados no presente esforço envidado traz consigo a multiplicidade, linhas, camadas, estrutura, desterritorialização, cartografia em especial [pináculo estrutural de todo o esforço] o “rizoma”:



PRECISAMENTE ESTE CRESCIMENTO DAS DIMENSÕES NUMA MULTIPLICIDADE QUE MUDA NECESSARIAMENTE DE NATUREZA À MEDIDA QUE ELA AUMENTA SUAS CONEXÕES. NÃO EXISTEM PONTOS OU POSIÇÕES NUM RIZOMA COMO SE ENCONTRA NUMA ESTRUTURA, NUMA ÁRVORE, NUMA RAIZ. EXISTEM SOMENTE LINHAS

[...] precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas (Deleuze; Guattari, 1996, p. 17).

Em contraste com a estrutura hierárquica na forma de uma árvore, que até então tinha sido o princípio ordenador do mundo e da ciência, Deleuze e Guattari (1996) criam este último termo para representar um sistema tipo rede em que cada linha está conectada a todas as outras linhas num sistema; sendo ele mesmo no momento em que está constituída ou já dissolvida consegue se comunicar entre os demais.

Visto da crítica da ciência, a questão não é escapar de um subjetividade sobre o poder com uma crítica marxista, tão pouco aplicá-la, mas sim de romper com o senso comum através da sinergia de métodos que vislumbrem o por exemplo “quanto e o que é”, portanto quantitativo e qualitativo, a relação mais clara no exemplo do “tipo de poder e o que esse poder faz” e “como e quanto” faculta o consumo.

Outrossim, “vimos a descrever a imagem a seguir, apresentando e relacionando com o tema”; trazendo Gilles Louis René Deleuze (1925-1995) a esquerda e Pierre-Félix Guattari (1930-1992) a direita; foto tirada na década de 70 num momento de relaxamento de ambos durante a formulação da teoria da “esquizoanálise”; baseada à teoria do “rizoma”, cuja riqueza do conhecimento “ramificado” é esforço desse trabalho, sob égide da conexão do transdisciplinar, multidisciplinar e interdisciplinar.

Por isso a ideia de rizoma apresenta-se como uma das chaves para descoberta da cultura continua do consumo, sendo também ação de incluir o quantitativo e o qualitativo a vida cotidiana em questão das quais ambivalências estão contidas na condição humana de pessoas, não pelo objeto apenas, mas dependentes do conhecimento transmitido através de símbolos, portanto pelo ato (fenômeno civilizacional) de consumir.

A relevância da abordagem da teoria cultural pela sinergia dos métodos qualitativos e quantitativos é particularmente demonstrada através da contemplação rizomática pela gama de campos empíricos com os quais ela lidaria. A antropologia do consumo expressara, grosso modo, criticamente o conceito de cultura influenciada pela ideia de que as estruturas sociais não são algo dado sem exigir esforços constantes das pessoas para confirmá-los ou renová-los.

Os próprios símbolos e normatizações são responsáveis com o que lidam, portanto, ser visto como parte da sua imagem de cultura: sem ela o compromisso de cada indivíduo não faria haver sociedade, símbolos e elementos civilizacionais.



Figura 1. Gilles Louis René Deleuze (1925-1995) à esquerda, e Pierre-Félix Guattari (1930-1992) à direita; foto tirada na década de 70 durante a formulação da “esquizoanálise”

Fonte: <https://www.societyandspace.org/articles/schizoanalytic-cartographies-by-felix-guattari/>. / Acesso em: 1 set. 2022.

Todos esses termos supra têm em comum o fato de serem “um significante” e “um subjetivo” descortinado pelo método. O rizoma, grosso modo, é como um sistema aberto que pode ser interrompido em qualquer ponto e continuar por conta própria ou em outras linhas. Logo, em tese os métodos quantitativos e qualitativos estariam ligados se interpretando de forma coerente, senão simbióticos num momento adequado da pesquisa de objetos complexos numa sociedade complexa num tempo complexo com um miríade de papéis entre os indivíduos:

Hoje, mais do que nunca, estamos assistindo à aceleração do processo de emancipação dos indivíduos de todas as categorias destas solidariedades particularistas e difusa. Isso deve ser visto como uma diferenciação adicional no conjunto de papéis nos quais o indivíduo está envolvido (Parsons, 1968, p. 454).

Portanto, a constante reestruturação e mudança que produz o inconsciente em vez de reproduzi-lo; – visto que ele conecta variedades (os platôs) entre si –, para que uma rede descentralizada de, (“grosso modo”), “raízes” (rizomas) surja e possa se espalhar, todavia o platô por sua vez não é nem começo nem fim; assim essa categorização em termos “quantitativos” e “qualitativos” poderiam se explicar em determinada pesquisa - sem abrir mão dos métodos -, de forma dual e irredutível pela sinergia da interdisciplinaridade que não se furta da transdisciplinaridade e interdisciplinaridade.

Destarte a transdisciplinaridade e interdisciplinaridade da economia e da política pelo olhar antropológico causa uma sensação indiscernível entre as ciências, portanto o método procurar abstrair todas elas sem degredir, mas estabelecer o limite entre clivagem e obliterador, interregnos e dissidência averiguados por métodos qualitativos e quantitativos.

Visto que uma pergunta é constitutiva para o trabalho científico senão toda qualidade de trabalho científico depende da questão; de certa forma o eixo de um trabalho científico carrega toda ela e tudo gira em torno; logo os questionamentos sobre questões do aperfeiçoamento do método justificam a questão sobre o esforço de se debruçar sobre os hipotéticos desdobramentos entre a complexidade do qualitativo e o quantitativo.

Logo o fundamento de uma teoria que pode ser aprofundar por tantas relações de interconexões, sucessivamente relacionando coisas e mais coisas que podem ser apreciadas em paralaxe, visto que o objeto antropológico em sua primazia, “o ser humano” apresenta um universo em constate transformação que parece dissolver o tempo e o espaço no mesmo tempo em que a fagulha da criação e as trevas da extinção fazem-se imiscuir como se uma coisa só fossem num constate “devir”.

BREVE APROFUNDAMENTO NO PANORAMA REFLEXIVO DO RIZOMA NA RELAÇÃO DIALÓGICA DOS MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

A reflexão debruçada sobre a crítica e não se enjaula apenas no material bibliográfico, contudo, os métodos não são engessados, mas dialogam entre si mesmo cristalizados e paulatinamente, sejam eles do “criticismo” ou “fenomenológicos”. Muito embora a metodologia e o material, assim como os métodos serão abordados pelos objetivos propostos, vem a descortinar a breve e apertada visão panorâmica sob o prisma explicativo: a sinergia entre o métodos quantitativo e qualitativo sob o panóptico da metodologia científica.

As “conexões” podem ser aplicadas aos métodos quantitativos e qualitativos que levam ao fato de que pontos individuais nos rizomas estão conectados uns aos outros (Deleuze; Guattari, 1992), o que por sua vez, significa que uma ampla variedade de situações pode ser conectada entre si (“heterogeneidade”). Estruturas fixas ou pelo menos mais

fixas em uma ordem de conhecimento “rizomática” também são possíveis, mas não exclusivamente com apenas um método em tela.

As conexões aplicadas aos métodos quantitativos e qualitativos são contra as análises abstratas, exigindo que jamais seria admissível analisar um sistema interligado de categorias diferentes e semelhantes que não tem nenhuma relação demonstrável com a vida social. Nesse esconso o esforço envidado nos termos em tela é relacionado às consequências cotidianas recorrendo ao sistemas de símbolos. Até onde vão os pensamentos e ações do dia a dia e as ações não conseguem se desprender aos símbolos e padrões de significado concatenados pela funcionamento de suas ações.

A metodologia *a priori* é o caminho ou a técnica a ser executada. Pode-se ter nesse item a descrição da área de estudos, o processo de obtenção dos dados, a tipologia da pesquisa, quais ferramentas estatísticas serão utilizadas para tratamento da informação, softwares utilizados para geração de mapas e obtenção de resultados e assim por diante.

Logo que os platôs possam ser interconectados, eles não são organizados de tal forma que, como no modelo de árvore, um elemento seja declarado o “tronco” do qual todos os outros dependem; assim os métodos quantitativos e qualitativos não são dependentes porém dialógicos e fazem sinergia dependendo da perspectiva de visualização do centro de um “rizoma” está em lugares diferentes e, ao contrário do modelo de ordem da rede, pode não estar apenas em um só método em presente comentário (Deleuze; Guattari, 1996).

Portanto não é como se vê, uma resposta meramente filosófica a um objeto que deveria ser apreciado de forma antropológica; portanto: o rizoma como conceito do “pós-estruturalismo” descreve uma rede não linear frente a instabilidade do objeto antropológico sempre em movimento, sempre acompanhando um “devir”. Esse conceito é amatlotado na obra dos teóricos franceses eleitos, sendo Deleuze e Guattari. Para fins de maior clareza, do que se envida esforço em esclarecer, utiliza-se o termo através da obra “Mil Platôs” para se referir a

redes que estabelecem “conexões entre cadeias semióticas num constate devir”.

Logo que organizações de poder e circunstâncias relativas às ações humanas podem se manifestar sem ordem ou coerência aparente. Portanto um rizoma é puramente uma rede de multiplicidades que não são arborescentes (semelhantes a uma árvore ou hierárquicas, por exemplo, a ideia de cadeia de produção e distribuição) semelhantes às redes. Busca-se referir-se como se fosse uma extensão do conceito de “imagem de pensamento”.

O Rizoma, portanto, para maior sorver dos métodos em comento seria então o valor de conexões aparentemente caóticas que só pode ser entendido e descrito quando livre de estruturas definidas, enjauladas, positivas, por conseguinte muitas perspectivas e muitas abordagens podem ser livremente vinculadas sem determinada convenção (seque também presas a um pirronismo); alargando seu caráter multidisciplinar e não se reduzir a coisas quimerizadas, hierofantes, ou levianas e superficiais.

Como em tela supra, muitas vezes opta-se pela replicação dum determinado experimento, já realizado por outro pesquisador; dessa forma, a referência ao autor é fundamental. Não que algum criticismo se escuse de métodos quantitativos, ou que, algum empirismo escape de qualquer ideia sobre o fato, mas da comunicação entre os métodos é mister, sendo as amarras desnecessárias como prejudiciais sobre qualquer impressão sobre o objeto ainda não conhecido.

Destarte, aplicar interpretações simbolistas de forma provocativa às condições sociais e, para encorajar a crítica social faz mister o descobrimento do objeto antes de problematizá-lo, as conexões entre elementos e métodos se movem em cadeia em torno do núcleo duro, fazendo uma troca entre “o que é, o que vem a ser, ser e também é” ao mesmo tempo do desenvolvimento de aspectos críticos que não se furtam jamais dos fenomenológicos.

A perspectiva de si mesmo é entendida como uma conquista genuinamente antropológica e isso particularmente na área do consumo para uma nova abordagem antropológica do método.

Com base na seleção do método de pesquisa, muitas vezes ainda não fica claro se a pesquisa é qualitativa ou quantitativa. Sempre depende do interesse específico de cada pesquisa e pesquisador e se procede qualitativamente ou quantitativamente.

A pesquisa qualitativa com perguntas abertas que a contraparte responde subjetivamente ou uma entrevista que também possa fazer parte da pesquisa quantitativa como é a entrevista estruturada com opções de resposta pré-definidas que podem ser avaliadas estatisticamente e, portanto, quantitativamente, contudo a informação deve ser interpretada além dos números em dada pesquisa, e com números em algumas delas.

Um método de pesquisa é considerado propriamente “uma vereda” que nessa mesma senda trilha um caminho que em comento pode ser “quantitativo” que certamente pode conter elementos qualitativos, como por exemplo, se forem feitas perguntas abertas sobre temas subjetivos.

Logo que a pesquisa qualitativa consista em examinar casos individuais em detalhes e avaliá-los interpretativamente, a pesquisa quantitativa por outro lado visa coletar o maior número possível de resultados para avaliá-los estatisticamente. Os métodos de pesquisa quantitativa geralmente usam perguntas fechadas e de múltipla escolha ao invés de perguntas abertas.

A distinção entre estudos qualitativos e quantitativos não é tão clara como muitas vezes se supõe. Uma distinção entre procedimentos padronizados e reconstrutivos ou entre testes de hipóteses e investigações formadoras de teorias provavelmente faria mais sentido quando interpretadas e reconstruídas.

Em geral, os procedimentos quantitativos – ou seja, todos os métodos que têm a ver com as quantidades mínimas necessárias, medição, contagem e cálculo – também se baseiam em princípios qualitativos e vice-versa. Se há trabalho quantitativo, o uso de muitos pressupostos ou pressupostos teóricos que (principalmente) não são mais questionados, mas “apenas” usados.

O que um valor médio ou uma correlação diz, por exemplo, deve ter sido determinado teoricamente de antemão. Os métodos qualitativos, por outro lado, nunca funcionam sem empirismo (mesmo a teoria científica pura na forma do signifiante, ou seja, na forma da linguagem, não funciona realmente sem empirismo), sem a interpretação e comparação de materiais encontrados.

Portanto “arvorados” na metáfora do rizoma modelos pós-modernos ou pós-estruturais de organização sistemática do conhecimento, a descrição do mundo que sucede estruturas hierárquicas projectas representadas por uma metáfora de árvore. O conceito filosófico da teoria rizomática atraiu grande interesse na teoria da ciência, filosofia, filosofia da mídia e estudos culturais que não se furtam da metodologia científica.

Outrossim, a diferença básica do método quantitativo faz parte da coleta e análise de dados sobre hipóteses do fenômeno; no qualitativo a coleta e análise de dados busca a compreensão de determinado objeto num cenário que não pode ser testado, contudo não se anulam.

Um crasso exemplo seria o de um pesquisador de mercado de jogos eletrônicos que procura estabelecer os jogos mais envolventes examinando as vendas, as compras, o pós-venda, o preço, a concorrência, produtos similares, participação de prêmios e eventos como o tempo de uso do produto e o feedback pelos seus clientes. Portanto cabe citar que estatística faz parte da área de estudo de pesquisa operacional que oferece ferramentas para identificar problemas através de seus sintomas e procurar solucioná-los para tomar a decisão correta (Andrade, 2009).

A partir da sinergia entre os métodos o pesquisador pode entrevistar seus clientes mais leais – preço, praça, promoção e as características do produto – conforme determinado pelo total de compras, sequências e continuações mais longas, expansões, etc.

Segundo Vieira (2013, p. 1), a estatística é a ciência que fornece os princípios e a metodologia para coleta, organização, apresentação, resumo, análise e interpretação de dados. Seguindo este raciocínio é recorrente que tal conhecimento torna-se parte fundamental de diversas áreas, principalmente da área de pesquisas científicas

O simbólico na mentalidade “pop” quando abordado de forma quantitativa neste exemplo dado não apenas preza por uma certa duração ou locais, também pelas compras consistentes para saber como e por que eles têm sido seu público avançando na forma de mercado pela combinação de métodos de pesquisa com finalidade de formação de um núcleo duro.

A definição do método está para paralaxe do objeto assim como o panóptico do fenômeno; isso quer dizer que, dependendo de como algo é abordado a sua dimensão e importância reflexiva também se altera, visto uma miríade de objetos e em seu proporcional número o aluminamento neles contidos ainda não descoberto.

Outrossim quer dizer que, com o exemplo abaixo a seguir mostra o quanto o consumo influencia no consumo e o consumo incide na cultura. A cultura de determinado grupo consumidor tem seu significado arraigado no ato de consumir e no poder de compra. Demais elementos que acastelam mais características só podem ser desnudadas através da sinergia dos métodos, logo que os objetos são dinâmicos de difícil discernimento. O símbolo tem um cosmologia própria e essa cosmologia acompanha outros universos, o significado e o signifiante endossam que fenômenos quantificáveis podem ser ainda interpretados e que são parte, e não um fenômeno apenas.

Segue como exemplo abaixo uma tabela (gráfico coluna empilhada; temperatura); outro segundo em dispersão como um terceiro em barras; todos a título de exemplo sobre o método quantitativo vis o qualitativo quando o esconso antropológico é sobre o modelo de consumo:

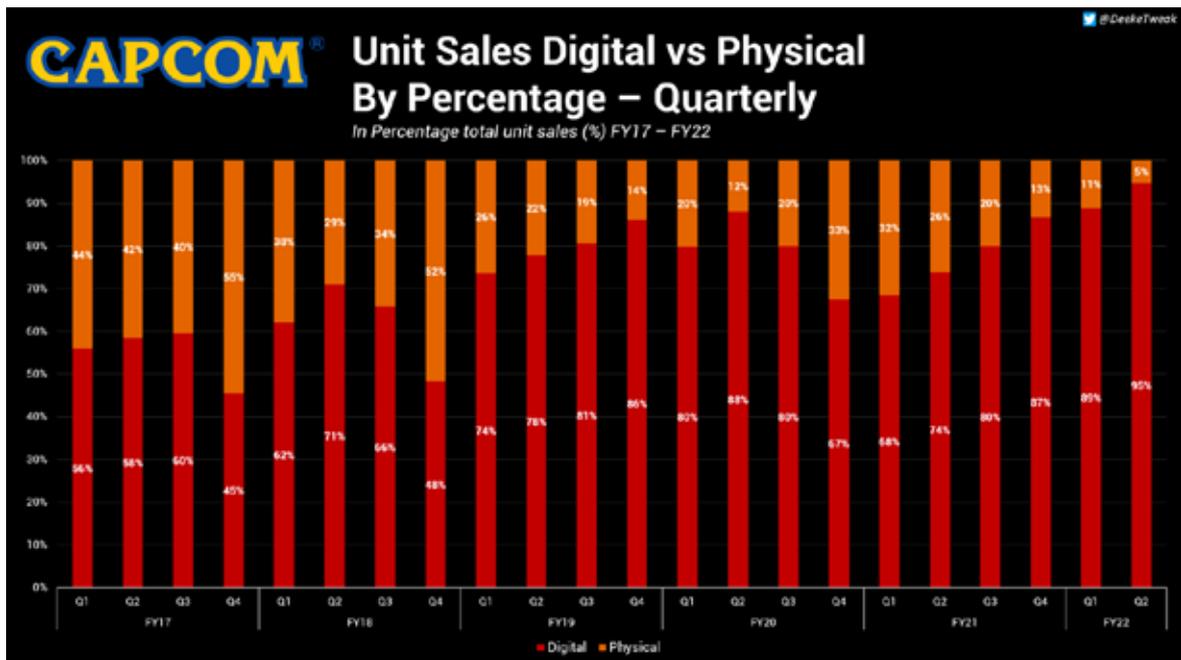


Gráfico 1. Gráfico de colunas empilhadas sobre comparativo de mercado de mídias físicas versus as mídias digitais do jogo Resident Evil
 Fonte: <https://www.tweaktown.com/news/89287/capcom-reveals-new-game-sales-figures-for-resident-evil-monster-hunter-and-more/index.html>. Acesso em: 1 maio 2023.

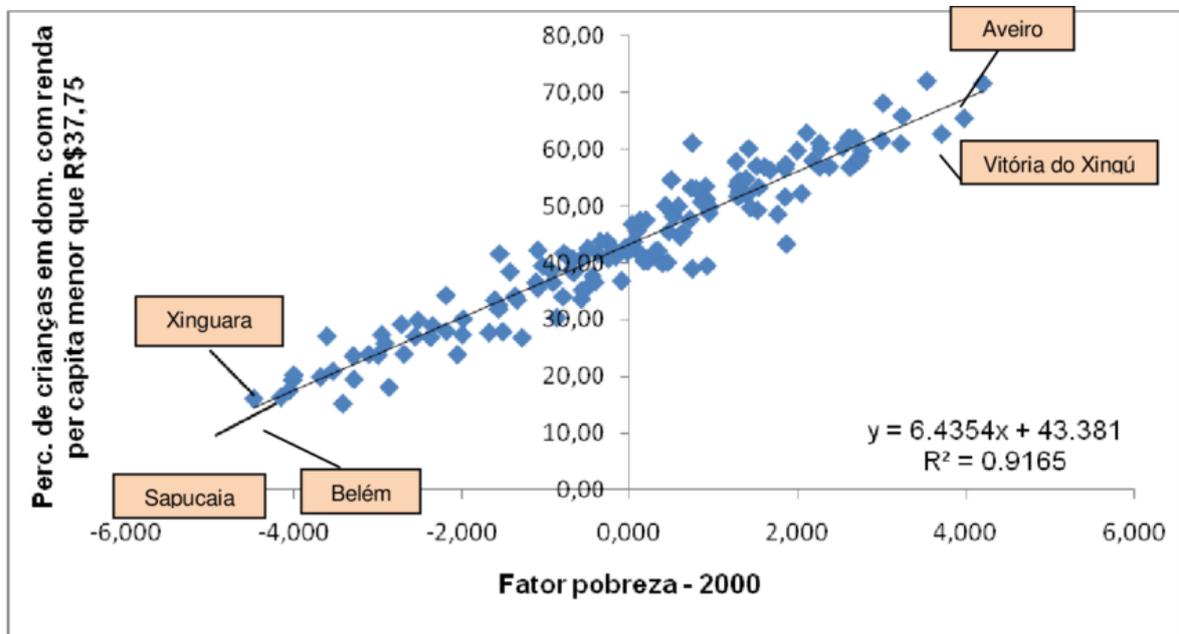


Gráfico 2. Gráfico da relação entre o fator pobreza (F1) e o percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 37,75 (R2) - Municípios do Pará -2000
 Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-5-Grafico-da-relacao-entre-o-fator-pobreza-F1-e-o-percentual-de-criancas-em_fig2_335456157 Acesso em: 19 nov. 2023.

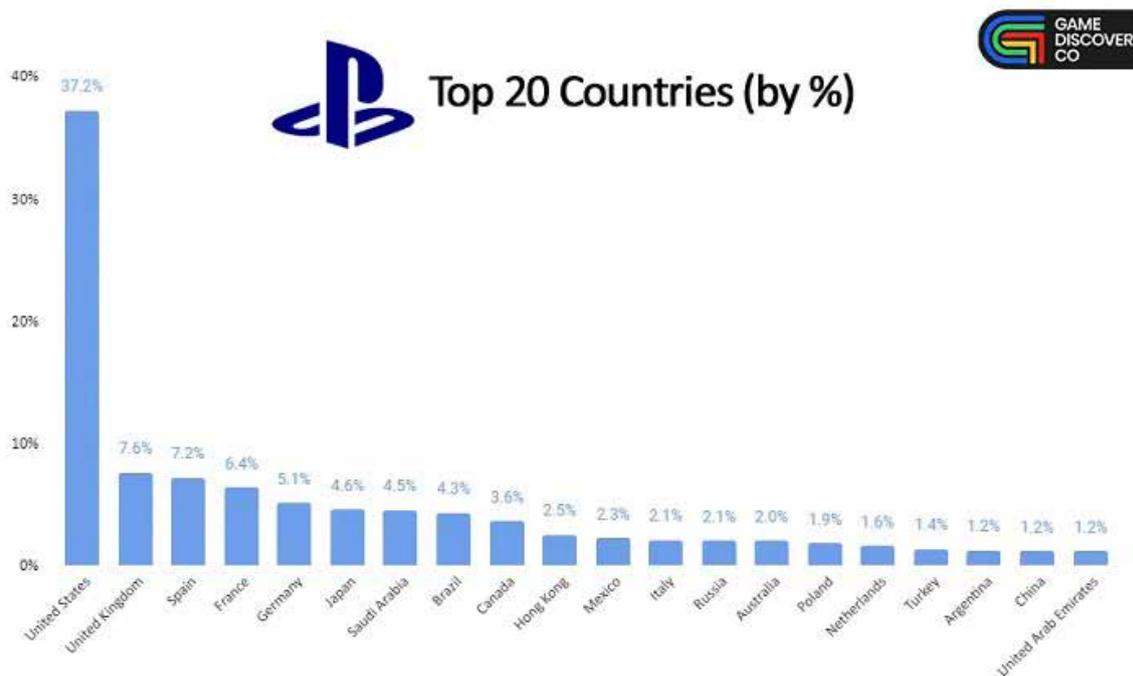


Gráfico 3. Relação comparada em gráfico barras de países que mais consomem entretenimento eletrônico Sony Playstation no mundo divulgado em 26/04/2023
 Fonte: <https://www.hardware.com.br/noticias/2023-04/brasil-se-destaca-como-3a-maior-base-de-jogadores-do-xbox-no-mundo.html>. Acesso em: 19 nov. 2023.

Acima, a relação entre métodos se encontra novamente, como exemplo mais claro do na relação de consumo e poder aquisitivo demonstrado por vias quantitativas. Nesses termos o poder aquisitivo e a cultura estão em intensidade patentes por motivos que mal caberiam em um só volume de livro, porém a paralaxe do quanto que se consome para quem e o que, e até mesmo como se consumo ficam transfiguram-se em informação.

A relação de consumo no primeiro gráfico toma partida do consumo maior de mídia digitais de jogos, visto que são mais baratas e acessíveis em hardwares de menor custo, logo, em casos que se gasta menos.

Outro termo são que, no segundo gráfico, existem mais crianças em situação de pobreza que, apenas não podem consumir os jogos, e na situação de “gastar menos” podem apenas adquirir em formatos digitais.

A questão sob determinada ótica dos fatos não pairam sobre o envolvimento matemático tão apenas, tão pouco pelo discernimento, sim

do conhecimento de elementos desentranhados para entender que ambas as realidades sob a esguelha do consumo estão conectadas; registradas pelo método e interpretadas por outro, a situação de quanto menor poder aquisitivo, maior pobreza, menos se consome. O que dá ânimo ao fenômeno do consumo não são suas causas apenas, mas o elemento em si tem maior visibilidade, visto que menos se tem algo físico, tátil, com uma obra de arte numa prateleira luxuosa, farta, uma discoteca de “blue-rays”, sendo que menos importa ao adquirente é a diversão do jogo, é mais ainda seu registro físico pela sua condição, seu poder de ter maior que sua implicação virtual de uso, seu status de ter um bem real e não virtual, que pode ser apreciado pelo tato, criando assim um grupo de indivíduos que tem suas práticas com significados próprios imbuídos para tanto: transversalidade civilizacional da produção, das condições de adquirir, do consumo e o fetiche da mercadoria quando a cultura se conecta ao mercado e se transforma em determinado símbolo para um grupo.

A produção de um bem é a condição do consumo de uma cultura produzida, não só isso, mas de um bem que exprime comportamentos e pensamentos que não apenas viabilizam uma relação social entre coisas e humanos, mas da formação de um ritual, regras, portanto significação, significado e significante de símbolos que transmitem pensamentos que se materializam em ações; a cultura mentalizada que se materializa, o materializado que se mentaliza, percebida pelo método, uma cultura que se transforma em mercadoria: “A cultura é uma mercadoria paradoxal. Ela está tão completamente submetida à lei da troca que não é mais trocada. Ela se confunde tão cegamente com o uso que não se pode mais usá-la” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 151).

O que quer se “aprofundar” sem exaurir o conteúdo e que, esse interacionismo simbólico é senão a catequese entre o sujeito e a mercadoria formando diversas conexões, o fenômeno pode se apresentar de diferentes formas e desdobrar, contudo não pode se diluir na antropologia visto que os métodos quantitativos e qualitativos terão a tarefa de enquadramento do fenômeno até poder extrair dele suas características próprias e suas partes (criadas ou transformadas) pelo jogo de conexões intermináveis dentro de um sistema.

BREVE APROFUNDAMENTO DA SINERGIA DOS MÉTODOS CIENTÍFICOS DIALÓGICOS

Na ideia de platô, quando abstraída a relação dialógica, cuja complementação dos métodos é a essencial sinergia e multidisciplinaridade; logo “um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (Deleuze; Guattari, 1992, p. 16); é mister que a multiplicidade de métodos coadunam para completude dos objetivos:

As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. Inexistência, pois, de unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito. Inexistência de unidade ainda que fosse para abortar no objeto e para “voltar” no sujeito. Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade). Os fios da marionete, considerados como rizoma ou multiplicidade, não remetem à vontade suposta una de um artista ou de um operador, mas à multiplicidade das fibras nervosas que formam por sua vez uma outra marionete seguindo outras dimensões conectadas às primeiras. “Os fios ou as hastes que movem as marionetes — chamemo-los a trama. Poder-se-ia objetar que sua multiplicidade reside na pessoa do ator que a projeta no texto. Seja, mas suas fibras nervosas formam por sua vez uma trama. E eles mergulham através de uma massa cinza, a grade, até o indiferenciado (Deleuze; Guattari, 1992, p. 118).

Cada ponto de um rizoma pode e deve estar conectado a todos os outros pontos. Com ambos os métodos não seria diferente, o alcance dos métodos tanto quantitativo como qualitativo se complementam, visto que tem alcances distintos e não objetivos diversos, contudo, convergentes não importando a seara e explicativos entre si. Essas medidas são relacionadas entre si ou com outras variáveis, e os resultados são então generalizados para a população no repente de determinada pesquisa e que novamente torna-se outro rizoma, logo que uma hipótese previamente estabelecida também é verificada confrontada, seja através de dados quantitativos ou qualitativos.

Com métodos quantitativos, o ganho de informação consiste na redução de dados e para todos os valores médios considerados dentro de con-

dições de estudo, seja exatamente a que sejam definidos e criados nessas condições, visto que respondem na mesma ordem e escala de avaliação, etc. Portanto um dos métodos respondentes comparáveis entre si torna-se qualitativamente mais flexível e quanto mais presente a disposição de dados, mas quantificáveis.

Elementos que estão ligados entre si podem ser, por exemplo, “elos políticos, econômicos e biológicos, a bem da verdade seriam elos científicos”, “partes semióticas da cadeia, organizações de poder, eventos na arte, ciência e lutas sociais”. Por conseguinte a pesquisa consiste em descobrir informações e até por completo dado comportamento na forma de modelos, relacionamentos e características muitas vezes numéricas com a precisão e o futuro previsível criando consigo uma série histórica.

Em geral, uma pesquisa ou observação de uma amostra tão grande e representativa quanto possível é feita usando métodos como escritas, reflexão, explicação e com entrevistas ou pesquisas meio como características numéricas de uma ou mais características específicas; portanto a crítica do método não se confunde na absoluta certeza de que haja algo único, porém dialógico.

Os elementos do rizoma podem ser ligados entre si de acordo com os mais diversos tipos de codificação. O rizoma não é organizado hierarquicamente e centralmente como uma estrutura de árvore, mas tem uma forma anti-hierárquica e descentralizada. Logo que possa trazer um escarafunchar bibliográfico, não se ausenta uma apreciação reflexiva, ou até mesmo explicativa inaugurando quiçá algo semiexploratório, mas não apenas a multidisciplinaridade em seu mais gracioso interregno, mas sim a confluência de métodos que pode trazer à luz o que foi demandado.

Essencial no rizoma não são os pontos, mas as linhas que os conectam. “Os múltiplos definem-se pelo exterior: pela linha abstrata, pela linha de fuga ou desterritorialização, ao longo da qual se modificam à medida que se conectam com os ou-

tros. O plano de consistência é o exterior de todas as multiplicidades”, as linhas de fuga são, portanto, um momento essencial de um rizoma, sendo aquelas partes do rizoma que querem romper as linhas segmentares.

Então os métodos quantitativos incluem medições, contagem, análise de dados estatísticos, pesquisas, testes e observações estruturadas e os métodos de pesquisa qualitativa são caracterizados pelo fato de lidarem com o como e o “porquê” de uma situação ou desenvolvimento; todavia quanto mais perspectivas estão presentes, mais significativa será a imagem que emerge.

Por esta razão, faz sentido combinar diferentes fontes de dados e métodos de pesquisa; quantitativos e qualitativos ainda mais no universo multidisciplinar e interdisciplinar, ainda quanto à metodologia científica.

Quer dizer de outra maneira apelando (“aprofundando” como insistentemente solicitado) para Giddens no que possa se “aprofundar” de modo coeso e coerente. Quanto ao esclarecimento no prisma de Giddens, de forma panorâmica e menos que na sinergia do método pode se encontrar sistemas abstratos mesmo quando não temos um tipo ideal com conexão das diferenças do criticismo e fenomenologia através conjunto de sistemas peritos e de fichas simbólicas (Giddens, 1991, p. 84) todavia deve-se aos “mecanismos de desencaixe” e de conexão em um sistema, de “coisa e outra” visto que movem as relações sociais das imediações do contexto” (Giddens, 1991, p. 36).

Os sistemas peritos em Giddens dizem respeito a sinergia do método quando comparados entre a antropologia e o consumo na forma de indício civilizacional, logo podem ser possibilitados através de “sistemas que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (Giddens, 1991, p. 35) e por conseguinte as fichas simbólicas como “meios para entender o **intercâmbio** que podem ser circulados sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam

com eles em qualquer conjuntura em particular” (Giddens, 1991, p. 36, grifo nosso).

É nessa dinâmica que se exemplifica o retro mencionado pela sinergia do método justificado pelo rizoma até se identificar o campo antropológico: o que importa nesse contexto sedimentar são as fichas simbólicas. Essas fichas simbólicas não menos importantes que os sistemas peritos são então o “intercâmbio” que podem ser circulados sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura em particular” (Giddens, 1991, p. 35), logo que o “desencaixe” consiste no “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação por meio de extensões indefinidas de tempo-espaço”.

É importante frisar que a situação em comento significa a tentativa de aprofundar sobre esse deslocamento para o que importa a conexão das coisas e o método sinérgico a exemplo da antropologia do consumo, sendo nada mais que o fenômeno do consumo não per si, mas que define as relações sociais das multiplicidades complexas num jogo observável inserido num sistema com elementos de manifestações quantificáveis carentes ainda de qualificação sob o título de “civilizacionais” que podem ser interpretados através da ótica de sinergia dos métodos aplicados à antropologia.

Outrossim, o “reencaixe”: “meio de fixar confiança na confiabilidade” menos importante mas complementar à “reflexividade social quando diz respeito a uma sociedade em que as condições em cada vez mais sob o resultado das ações dos próprios sujeitos, e, inversamente, ações que se avizinham e das quais todos nós mesmos criamos” (Giddens, 1991, p. 20) significa dizer no contexto da sinergia apresentada a antropologia que em termos de “relação de reflexividade” da teoria dos conjuntos, que não escapa da relação do que significa os elementos do conjunto, sendo verdadeira quando relaciona um elemento consigo empregando-o em

analogia à ação transitiva de reflexão do sujeito (Giddens, 1991, p. 90).

Aprofundando ainda mais de forma lufa, significa então aplicado ao contexto que, através de Giddens e sua própria relação com o ideário de rizoma basta conseguir que reconheça a existência dum fenômeno antropológico, em tela como exemplo, o consumo, e que ele advém das ações do conjunto e converge para ela, sendo irradiado e irradiando entre grupos e se subdividindo-se, movendo-se em paralaxe e se conectando através de um devir ainda por descobrir.

Por sua vez, essas conexões em virtude da sua transversalidade seria ainda carente de significado, ainda o significante não foi analisado pelo crivo do método científico, método esse que não se furta de concatenar elementos sistematicamente organizados de forma que, através do método de observação comungue não de uma especificidade ou generalidade, mas que sejam descortinadas e apreciadas suas propriedades e conexões, identificando o que vem a ser e não resolvendo aquilo que nem se sabe do que se trata; pra isso a antropologia reconheceria por essa vereda o consumo como um objeto de estudo patente e pungente que carece de um prisma que é construído através da análise e reconhecimento dos elementos de conexões que iluminariam a questão antropológica.

BREVE APROFUNDAMENTO CRÍTICO NO TEMA SOB O VIÉS ANTROPOLÓGICO DA TRANSVERSALIDADE ENTRE O CONSUMO E UM TIPO DE PODER

A ideia doravante toma forma de ensaio, um apontamento que pretende contribuir sob o tema antropológico através do compromisso do esforço envidado de “aprofundar” ao tema através do que fora sorvido.

A impressão do consumo liga-se à impressão da modernidade, modernidade essa que parece

que sempre existiu quando presente na mentalidade capitalista. A troca, o estoque e o consumo acompanham o ser humano, sua história econômica é inquestionável. Se essa não fosse possível os recursos que mantem os humanos vivos e organizados numa estrutura civilizacional jamais seriam possíveis.

A situação não se trata de uma benesse dada, muito além, é uma construção substituindo a natureza das coisas, a ação antrópica transformando a ação natural através da cultural, a humanidade invadindo o campo natural e substituindo o orgânico pelo fisiológico sendo substituído pelo ideológico, o cultural, o construído.

Fora da questão do método seria de extrema dificuldade descobrir qualquer coisas dessas. O testemunho não substitui a reflexão sobre o que faz e o que pensa o humano. A visão muitas vezes a interpretação do imagético pode ser menor que o método e do posto, o real e por muito não alcançar aquilo porque existe uma limitação de realmente “ver” aquilo que está.

O sinal civilizacional portanto, desde o primeiro gesto, da forma de sinalização, do que se pensa ou não, do que se abstém ou que voluntariamente e copiosamente faz não apenas pode possuir diversos significados, mas resultados, dentre eles as relações entre os sujeitos, sendo papel da sociologia, da organização política e administrativa civilizacional do que trata o politólogo, como sobre a apreciação dos recursos escassos e sua racionalização tarefa do economista, em consequência dessas atividades civilizacionais a antropologia como estudo do homem nesse universo civilizacional, o que ele materializa como cultura e o que mentaliza como resultado no mundo e na sua própria realidade.

A cultura como maior vestígio antropológico é a materialização do que os humanos percebem casa elemento que o cerca, o significado de cada significante, mais que sua utilidade, mas do que pensam dele, e de forma breve e assertiva o consumo e a mercadoria.

O que se apreciou logo foi não a condição de produção e um teia universal complexa e infinita de irradiação da coisa produzida e consumida, mas como o método pode extrair elementos antropológico do consumo. Mormente não da coisa como manipanso, ou o fetiche do consumo, mas brevemente do que consome e o significado do consumo.

O consumo então se apresenta como um ritual não pela tão somente necessidade de consumir como um alimento, também não se manifesta só o desejo de ter, o que aparece é o consumo em si: *a priori* a prática de adquirir um objeto imbuído de significado, fazendo que esse símbolo mude a interpretação da pessoa que a consome.

A configuração do consumo, nessa senda é então de significar o sujeito que consome através da cultura consumida, o objeto transforma o sujeito pelo significado que tem, logo por exemplo mais claro, uma pessoa que consome algo de baixo valor ou que transmite um status inferior, como por exemplo um sábado num “piscinão” de acesso democratizado e amplamente facilitado, através da ótica de determinada cultura seria significada como de camada com menos importante.

O importante não é o fetiche da mercadoria, pouco importaria o que seja aquela mercadoria, mas sim o consumo sendo mais importante, logo o que se dá em troca, seja quantidade adquirida ou quantidade paga por aquilo, como se consome, sua circunstância e onde que agregariam a ela o significado antropológico da coisa com o papel de reflexividade antropológica. Exemplo seria o turismo espacial, expedições submarinas a título recreativo, os locais paradisíacos onde se come e se dorme, ou até mesmo como se utiliza o bem adquirido, o que para muitos não faria sentido nenhum como degustar um filé de uma animal raro, tratado de maneira exótica e preparado com outro por exemplo.

Se embargo a crítica à antropologia do consumo não escapa do poder. Abreviada a forma de li-

dar com o poder em comento seria então de maior protuberância quando transferido para o consumo, por conseguinte seria uma espécie de demonstração vulgar de poder.

O consumo seria então possível pelo significado do ato, possibilitado pelo poder, não pelo desejo ou pela necessidade, mas se faz até mesmo inconscientemente, desde que se “possa”, se tenha poder pra tanto: se faz por que se pode, e porque se pode o sujeito toma outra característica social a partir do poder, que pode e que faz, antecedendo a ação o poder e não a vontade, não a necessidade, não o desejo, mas o poder que possibilita ação e reconfigura as relações sociais e o significados dos elementos envolvidos.

MATERIAIS E MÉTODOS, TIPO DE PESQUISA E TÉCNICA UTILIZADA SOB ESCONSO ANTROPOLÓGICO

Destarte, à vereda da pesquisa exploratória, cujo método eleito é pesquisa bibliográfica que, melhor senda a análise de conteúdo e estudo de caso materializa-se percorrido de quem lá viu em prática para formar a teoria antropológica em tal sinergia.

Os materiais, senão a pesquisa documental e a revisão bibliográfica apresenta em si translucida através do procedimento da técnica e do método; a exemplo de Deleuze e Guattari (Deleuze; Guattari, 1995, p. 298) sobre mitos em Lévi-Strauss, não apenas dos “devires”, também a profundidade da análise. Portanto esse “devir” não consiste em meras imitações e tão pouco correspondência de relações, ao contrário, o conceito de “devir” – aderindo ao princípio da primazia da relação – postulando de forma exploratória “o devir não produz nada além de si mesmo. [...] O que é real é o próprio devir, o bloco do devir, não os termos supostamente fixos pelos quais passa aquilo que se torna”.¹

Logo, a diligência preliminar com o fito de esclarecer a natureza e o problema em torno do objeto. Visto que se quer chegar no método qualitativo a exemplo a primeira acepção



À VEREDA DA PESQUISA EXPLORATÓRIA, CUJO MÉTODO ELEITO É PESQUISA BIBLIOGRÁFICA QUE, MELHOR SENDA A ANÁLISE DE CONTEÚDO E ESTUDO DE CASO MATERIALIZA-SE PERCORRIDO DE QUEM LÁ VIU EM PRÁTICA PARA FORMAR A TEORIA ANTROPOLÓGICA EM TAL SINERGIA.

1 Deleuze e Félix Guattari, Mil Platôs (1995, p. 291) [Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, 238]. Quer dizer que não é uma cópia do pensamento costurado em argumentos, é a revisão inversa do criticismo: coleta preliminar cuidadosa de informações e análise dos fatos delimitando àquilo que se manifesta.

dos mitos quando derivam de como a sociedade exprime seus valores e sentimentos, por óbvio não é um arquétipo pronto e posto, já que a segunda concepção de que os mitos são as tentativas de explicação de fenômenos ancestrais de difícil ou impossível revelação enquanto objeto posto

Portanto através da técnica do método é possível investigar indícios de elementos antropológicos quando conectados em sacramentos, territorialidade, ritos e elementos que podem ser quantificáveis como a habitualidade e a população envolvida.

Conclui-se que de nada pretensiosas, não há a redução de um reflexo social, já que de nada importa a estrutura dos mitos tomados como exemplo, e sim sua transformação, suas conexões, sua essência e significado e seu comportamento nesses devires imbricados nos sistemas exatamente igual e independente do tempo, território e cultura manifestada, sendo a expressão que se universaliza e transcende outras esferas do que ela mesma sem perder o que é, porém, relacionado com o todo

O dever de um sistema temporário que combina a língua e o sentimento coletivo dando forma a organização civilizacional que não tem outra forma de se manifestar do que como fenômeno marchetado de significados que podem ser interpretados pelos métodos em sinergia, dentre ele o curioso fenômeno do consumo.

A exploração, a revisão bibliográfica e a análise do conteúdo nas Ciências Sociais em termos de imbricação (sinergia entre qualitativo e quantitativo) é um empreendimento proposital, amplo, sistemático, projetado e pré-arranjado para não só maximizar o objeto, compartilhando com a multidisciplinaridade “pré-multifacetada” como ferramenta transdisciplinar fragmentada em cada parte desse fragmento solicita características na descoberta do todo senão dos elementos afins.

O fenômeno a partir disso não é cosmológico e ao mesmo tempo não é específico de um área, faz parte e então manifesta novas generalizações que levam à compreensão e descrição da solução

de determinado problema apresentado àquela circunstância antropológica sensível e documentada carente de classificação nesse ínterim num outro contexto de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A ANTROPOLOGIA DE DOIS MÉTODOS

O primeiro momento não contempla a maturidade de um resultado como resolução de um problema até mesmo pela natureza da pesquisa; tão pouco a discussão fruteou um corolário satisfatório sobre alguma pergunta devido complexidade do projeto de ter a oportunidade de ser formulada. Portanto apresenta-se na forma de brevíário, mesmo assim, busca-se aprofundar como o solicitado.

O que pode extrair nesse primeiro momento é a apresentação de dois métodos, sendo a sinergia entre o método quantitativo e qualitativo. Fruto desse método, em tese, seria a comunicação através da sinergia, portanto a possibilidade de analisar um fenômeno com maior acuidade, de tal maneira que ele venha a ser analisado de forma multilateral, arvorado em diferentes formas de análise, diferentes direções de sentido e comunicação do objeto seriam percebidas e mais bem aproveitada no amago de sua interpretação.

A antropologia de dois métodos, melhor apresentada como método antropológico que se ajusta ao elemento e por isso mutante ao longo da investigação buscou exemplificar sua primeira linha de ação ao consumo: itens e ações que podem ser quantificáveis pelo miríade de elementos envolvidos ao primeiro momento como quantidade, valor monetário, intensidade, frequência e valor agregado e público. No entanto esse esforço é projetado para racionalização do consumo por via qualitativa do que significa sob àquele prisma civilizacional o que é consumir e não porque consumir.

A discussão repousa sobre como procurar e achar o que se procura e o resultado é a conclusão que deve-se percorrer muito mais para o amadurecimento da ideia que vá além da sinergia, mas

sim como possa prova-la de forma concreta, para tanto eleita a matéria antropológica quiçá num futuro próximo como esforço não apenas acadêmico, mas além, de forma profissional, de forma arborescente, inteiramente orientado para uma experimentação em contato com o real tomando o máximo de proveito dessa sinergia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças entre a pesquisa qualitativa e quantitativa quanto método científico residem principalmente no tipo de pesquisa de dados e em como eles são pesquisados, ou seja, uma pesquisa qualitativa usa métodos de pesquisa quantitativa e, portanto, é baseada em um objeto de diferente e se baseia em uma compreensão diferente da ciência, contudo, imbricadas.

No entanto, uma pesquisa quantitativa e qualitativa nem sempre podem ser separadas e muitas vezes não se contradizem. Pode, por exemplo, por meio de dados, serem avaliados como dados e também podem mostrar serem avaliados numericamente, por exemplo, contando como os mesmos resultados.

Nesse interim do pesquisador há ainda implementação do método de pesquisa qualitativo de um estudo, ou se os objetivos da pesquisa e seu resultado sobressair um no caminho do outro.

O método quantitativo que é superficial, ou seja, que pesquisa sem profundidade tem sua justificativa fundamental para a aplicação da sinergia, contudo sem ser uma mera coleta de dados. É importante ter no próprio ganho o método correto, se necessário, outro método como um ganho adicional não diminui, mas é dialógico e sinérgico, tudo e sem embargo garante áreas de penetração específicas que podem se completar e se explicar através dessa imbricação; portanto dados transacionais tratados por métodos diferentes.

Embora ambos os métodos, há muito tratados como opostos e acredita-se que os métodos podem

ser complementares. Uma mistura de métodos, portanto, não é incomum visto que os dados qualitativos podem, por exemplo, ser posteriormente quantificáveis e atribuídas categorias pré-formuladas de dados quantitativos podem ser qualificadas e classificadas, categorizadas e as informações sistematicamente organizadas são conceituadas.

Além disso, ambos os métodos podem ser usados no âmbito de uma questão de triangulação, o objeto de pesquisa é uma análise sob diferentes pontos de clareza, a fim de obter resultados, abrangentes e validos na triangulação, um aumento do conhecimento deve ser possível em princípio, ou seja, por exemplo, que o conhecimento pode ser adquirido em diferentes níveis que vão além do que seria possível com uma abordagem apenas.

Os objetivos da pesquisa, a complementação dos métodos de pesquisa fornece resultados mais abrangentes, portanto a ideia de sinergia e relação dialógica é uma estratégia de pesquisa mais plausível e confiável sob a metodologia científica.

O seguinte, e “aprofundando mais” como o solicitado, considera-se ainda que, o método então seria uma forma de orientar a transversalidade, e a transversalidade nesse projeto como comunicação entre elementos que podem se extrair e se comunicar entre as ciências, ampliado horizontes e ponto de vista entre objeto e realidade, logo perquirir com objetivo, mover-se de forma livre e orientado por essa mesma liberdade a amalgama entre elementos intersubjetivos e interdisciplinares apreciar melhor cada esconso do fenômeno arraigado.

O conceito não traz diferença para a fortuna do método, significa dizer que elementos distintos poderiam ser analisados por métodos distintos, e que o fruto dessa análise de qualquer forma seria aproveitado já que existe e é possível.

A virtude retro é que a sinergia passaria a ser o território do conhecimento que a a partir de um tronco terminado em “frutos” pela conexão de ele-

mentos e a nutrição de sua apreciação pelos diversos pontos de vista abrangidos pelo método.

O conceito sugere uma progressiva obtenção não apenas de pontos de vista diferentes mas linear progresso em direção à verdade. Por mais que pareça um paradoxo onde o maior ponto antípoda desse oximoro seja a partir da liberdade convergir para uma visão única e irrefutável por mais irrealista e embrutecedor, aquém do que o método pode apreciar é contando com o método no universo antropológico que se pretende extrair o máximo que se pode para conhecer.

É contrastado então esse pensamento “rizomático” com a largura e abrangência dos métodos abertos, que não tem estrutura central e estão em constante mudança acompanhando um devir que se comunicam dois fatores aqui antes vistos: conexão e intergeracionalidade pela heterogamia através da ideia de conexão e multiplicidade pela ruptura de métodos únicos quando vertidos à decalquemanía da ação busca capturar na prática, em contato com o real.

A insistência no contraste de que em princípios totalizantes, binários e duais territorializam o progresso unidirecional é o ponto onde a sinergia e a ligação entre elementos traduz mais do que uma ferramenta, mas uma crítica nela mesma. Contudo o que impõe a concepção multilateral e horizontal sendo portanto não hierárquica cuja qualquer coisa pode estar ligada a qualquer outra coisa, sendo “uma coisa e outra” sem qualquer limite de especificidade é a parte chave do rizoma, e para tanto, mais tátil o exemplo do consumo e os modelos formulados por Giddens a serviço da sinergia dos dois métodos.

Os rizomas no papel de ligações heterogêneas entre coisas angariam frutos desses intercâmbios entre elementos que por transferência horizontal possibilitam uma apreciação assaz da antropologia, nesse momento a apreciação do vestígio civilizacional não como a arqueologia faz ao resgatar um artefato, mas ao reconstituir e interpretar o material por vias etnológicas, “ressuscitando do que não morreu” o significado da manifestação do fenômeno através das diversas possibilidades de interpretação dos símbolos. Se a Sociologia é a pedagogia e psicologia das instituições a antropologia faz mister com seu papel semiótico às instituições sociais na forma de dissidência entre elementos vítimas de lacunas fatais, esses que não teriam outra forma de serem colmatados a não ser pela antropologia.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ANDRADE, E. L. **Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisões**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978b.
- BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- DELEUZE, G. **A Imagem-Tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 3.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **História do Pensamento Antropológico**. Lisboa: ed. 70, 1981.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Antropologia Social**. Lisboa: ed. 70, 1972.
- FRAZER, J. **O Ramo de Ouro**. São Paulo: ed. Cia das Letras, 1978.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- KAPLAN, D.; MANNERS, R. **Teoria da Cultura**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1981.
- KUPER, A. **Antropólogos e Antropologia**. Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, 1978.
- LARAIA, R. **Cultura: um Conceito Antropológico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LYOTARD, J.-F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MAUSS, M. Ofício do Etnógrafo, Método Sociológico. In: OLIVEIRA, C. de R. **MAUSS**. São Paulo: Ática, 1979. p. 53-59.
- MAUSS, M. Uma Categoria do Espírito Humano: a noção de pessoa, a noção do “eu”. In: OLIVEIRA, C. de R. **MAUSS**. São Paulo: Ática, 1979. p. 53-59.
- MIGUELES, C. **Antropologia do consumo: casos brasileiros**. FGV, 2007.
- MILLER, D. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- PARSONS, T. **Sociological Theory and Modern Society**. New York: [S.n.], 1967.
- PAZ, O. **Signos em Rotação**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- VIEIRA, S. **Estatística básica**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.



CILMARA CORRÊA DE LIMA FANTE¹
SANDRO LUIZ BAZZANELLA²
JAIRO MARCHESAN³

O Dispositivo Algorítmico como Forma de Governamentalidade da Vida⁴

The algorithmic device as a form of life's governance

ARTIGO 7

122-133

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado (UNC). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNC. Orcid <https://orcid.org/0000-0003-2389-9912>. E-mail: cilmarafante@unc.br

² Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UNC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9430-8684>. E-mail: sandro@unc.br

³ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UNC). <https://orcid.org/0000-0001-9346-0185>. E-mail: jairo@unc.br

⁴ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no XI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – Desenvolvimento Regional em Tempos de Emergência Climática: desafios e oportunidades, evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul, realizado no período de 13, 14 e 15 de setembro de 2023. ISSN 2447-4622. Esta versão foi revista e aprofundada em significativos aspectos com o intuito de avançar na discussão em torno das imposições de modos de subjetivação e governamentalidade sobre a vida de indivíduos e populações impostas pelos dispositivos algorítmicos.

Resumo: Este artigo discute a utilização do dispositivo algorítmico como forma de governamentalidade da vida humana a partir das contribuições do filósofo Giorgio Agamben (1942-) em articulação com o conceito de governamentalidade de Michael Foucault (1926-1984). A governamentalidade proposta por Michael Foucault (1926-1984) utiliza-se de formas de racionalidade política, jurídica e econômica, bem como de dispositivos para o governo da vida humana, em especial, aqui, o dispositivo algorítmico objetivando capturar e moldar a conduta e a vontade dos indivíduos. Agamben (1942-) desenvolve sua reflexão sobre as estruturas econômicas, políticas e jurídicas que regulam a vida humana por meio do poder soberano, agindo ininterruptamente no estado de exceção, especialmente no que se refere aos dispositivos algorítmicos, tornando a vida humana objeto descartável, matável. Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento da governamentalidade podem ser utilizadas como instrumentos de controle social, uma vez que permitem a suspensão de direitos em nome do progresso tecnológico.

Palavras-chave: Dispositivo. Governamentalidade. Estado de exceção. Profanação.

Abstract: This article discusses the use of the algorithmic device as a form of governmentality of human life based on the contributions of philosophers Giorgio Agamben (1942-) in conjunction with Michael Foucault (1926-1984) concept of governmentality. The governmentality proposed by Michael Foucault (1926-1984) uses forms of political, legal and economic rationality, as well as devices for governing human life, especially here the algorithmic device aiming to capture and shape the conduct and will of individuals. Agamben (1942-) develops his reflection on the economic, political and legal structures that regulate human life through sovereign power acting uninterruptedly in the state of exception, especially with regard to algorithmic devices, making human life a disposable, killable object. In this sense, governmentability development policies can be used as instruments of social control, as they allow the suspension of rights in the name of technological progress.

Keywords: Device. Governmentality. State of exception. Desecration.

INTRODUÇÃO

Os dispositivos algorítmicos têm se desenvolvido rapidamente nos últimos anos, o que gerou um intenso debate sobre seus impactos na sociedade. Nesse contexto, a forma da governamentalidade utilizada por tais dispositivos afeta diretamente os direitos humanos e como o poder manifesta-se nas estruturas econômicas, políticas e jurídicas que regulam a vida humana.

A governamentalidade proposta por Michael Foucault (1926-1984) utiliza-se de formas de racionalidade política, econômica e jurídica, bem como de dispositivos para o governo da vida humana, em especial, aqui, o dispositivo algorítmico no controle articulado com as relações de poder, agindo sobre processos de subjetivação de indivíduos e populações.

O filósofo e jurista italiano Giorgio Agamben (1942-) propõe uma compreensão crítica da relação entre poder soberano e os dispositivos jurídicos à sua disposição. Tal condição permite demonstrar que o poder soberano age sobre a vida de indivíduos e populações que pertencem na condição de recursos, em permanente estado de exceção, atuando freneticamente no contexto do dispositivo de controle algorítmico.

Nessa perspectiva, Agamben (1942-) desenvolveu, ao longo de sua obra, a concepção dos dispositivos jurídicos, em especial os direitos humanos, afirmando que eles são insuficientes para enfrentar os desafios da contemporaneidade.

Nesse sentido, Agamben (1942-) propõe uma análise dos dispositivos jurídicos e de poder que operam nessa relação, buscando compreender como o poder é articulado no interior das estruturas políticas, econômicas e jurídicas, incidindo paradoxalmente nos direitos humanos, afirmando que a relação de inclusão e exclusão da vida na ordem político-jurídica do estado é uma prerrogativa do exercício da soberania, anunciando o vínculo biopolítico que se constitui no perma-

nentemente estado de exceção em que nos encontramos inseridos.

Ao longo de sua obra, Agamben (1942-) sugere a desativação dos dispositivos do estado de exceção, do *lócus* da anomia e do paradigma do campo de concentração derivado dos dispositivos jurídicos de exclusão da vida. Trata-se, para o filósofo, de pensar uma política que vem, um direito que vem, livres da violência da máquina política, jurídica e econômica de produção de vida nua, de vida excluída de direitos e exposta à morte na qual estamos inseridos na contemporaneidade.

Este artigo é resultante de pesquisa bibliográfica a partir de reflexões em torno dos conceitos de dispositivo e governamentalidade presentes em textos do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) e, sobretudo, com investigação nas principais contribuições do filósofo e jurista italiano Giorgio Agamben (1942-) em relação ao seu projeto *homo sacer*, especificamente no que tange às chaves teóricas de poder soberano, estado de exceção, vida nua, direitos humanos, profanação, na qual promove um diagnóstico crítico à exceção da política e do direito contemporâneo na captura da vida nua através dos dispositivos biopolíticos.

A GOVERNAMENTALIDADE DO DISPOSITIVO ALGORÍTMICO

Agamben (1942-) dedicou um breve escrito sobre o “que é um dispositivo” a partir de contribuições do filósofo francês Michael Foucault (1926-1984), entre outros pensadores, no qual estabeleceu a relação entre dispositivo e governamentalidade. Os dispositivos foucaultianos caracterizam-se por serem um conjunto heterogêneo estabelecidos por meio de regras, leis, instituições, normas morais, administrativas, racionalmente estabelecidas em um discurso para justificar ou ocultar a relação entre elementos homogêneos, como estratégia de controle com

funções determinadas nos jogos do poder ou nas relações de saber”¹ (Foucault, 2004).

Para Foucault (2008), portanto, os dispositivos se inserem em sua analítica de poder, deslocando-se do regime da soberania dos territórios sobre os quais o soberano exercia seu poder para a condução de regimes dominados pelas tecnologias de governo sobre a população como forma de governamentalidade², mediante a administração dos recursos humanos e materiais à sua disposição.

Assim, a governamentalidade se estabelece com o exercício e a manutenção de um tipo de poder que se exerce sobre a vida (biopoder), como arte de governo no ato de criar sujeitos governáveis por meio de regimes de práticas de normalização (dispositivos) no controle das condutas humanas, objetivando capturar e moldar a conduta dos indivíduos.

Nesse contexto, a utilização de dispositivos algorítmicos, como forma de governamentalidade, incide na análise da racionalização do poder e nos modos de circulação de saberes, de condutas e práticas que se impõem como efeitos desse poder sobre os sujeitos e suas condutas. Assim, os dispositivos atuam como operadores do poder na constituição de um tipo específico de racionalidade política, jurídica e econômica no interior de

tecnologias específicas para o governo, com os modos de subjetivação individual e social.

Sob tais pressupostos, estabelece-se o ponto de convergência com a filosofia de Agamben (1942-), que, a partir das chaves de leituras foucaultianas de “dispositivos” e “governamentalidade”, mas, sobretudo, constituindo sua própria interpretação e conceituação dos referidos conceitos, passa a analisar a ligação entre “dispositivo” e “biopolítica”, ampliando-os para compreender os mecanismos da política contemporânea.

Assim, na filosofia agambeniana, a analítica dos dispositivos assumiu um contexto mais amplo:

Proponho-lhes nada menos que uma geral e maciça divisão do existente em dois grandes grupos ou classes: de um lado, os seres viventes (ou as substâncias), e, do outro, os dispositivos em que estão incessantemente capturados. Isto é, de um lado, para retomar a terminologia dos teólogos, a ontologia das criaturas e, do outro, a *oikonomia* dos dispositivos que procuram governá-las e guiá-las para o bem (Agamben, 2009, p. 40).

A genealogia e a arqueologia agambenianas buscam demonstrar a centralidade da *oikonomia* (governo e gestão do mundo) e a crescente produção e disseminação de dispositivos na atualidade (a internet, os telefones celulares, a televisão, as câmeras de monitoramento urbano etc.), que, como uma máquina, não cessa sua produção de sujeitos espectrais no infindo processo de subjetivação e dessubjetivação.

Desse modo, o indivíduo pode ser induzido a assumir uma visão de mundo, bem como a ter uma percepção de sua condição individual e social, dependendo do dispositivo que o captura e conduz o processo de subjetivação. Tal condição constitui-se por intermédio da captura do usuário de telefones celulares, das mensagens das redes sociais, do texto do escritor, da aula do professor, dos afazeres da dona de casa ou do governante, entre outras situações em que indivíduos e populações se en-

1 “Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 2004, p. 2.039).

2 “O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder, que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes” (Foucault, 2008, p. 143-144).

contram cada vez mais conectados pelos equipamentos ou dispositivos que controlam os “gestos”, os “rostos”, as autopercepções, os estilos de vida, as preferências, os gostos, as atitudes, as escolhas, em uma completa sujeição e passivização.

Para Agamben (2015), pode-se constatar um cenário catastrófico nos tempos atuais³. Há um movimento circular de máscaras que coincidem com a linguagem que se movimenta no vazio, que se expressa em Debord⁴, como “sociedade do espetáculo”, que caracteriza a atual fase do capitalismo atravessada por poderosos dispositivos de dessubjetivação, sobretudo assentada no consumo. Nessa perspectiva argumentativa, é possível constatar, mais uma vez, o distanciamento de Agamben (1942-) no que se refere ao conceito de dispositivo da definição de Foucault (1926-1984) nos anos 1980⁵.

Não seria provavelmente errado definir a fase extrema do desenvolvimento capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos. Certamente, desde que apareceu o homo sapiens havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo. De que modo, então, podemos fazer frente a esta situação, qual a estratégia que devemos seguir no nosso cotidiano corpo a corpo com os dispositivos? Não se trata simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usá-los de modo correto (Agamben, 2009, p. 42).

3 Agamben faz essa referência cronológica por volta de 2006 em quando escreveu o livro *Che cos'è il contemporaneo*, Roma: Nottetempo, 2006.

4 Cf. Agamben (2015, p.): “Em novembro de 1967, quando Guy Debord publicou *A sociedade do espetáculo*, a transformação da política e de toda a vida social numa fantasmagoria espetacular ainda não havia atingido a figura extrema que hoje se tornou a implacável lucidez de seu diagnóstico”.

5 “Na perspectiva de Agamben, o dispositivo é uma máquina de dessubjetivação radical, considerando um complemento de estrutura de soberania que funciona como uma máquina biopolítica absoluta” (Chignola, 2012, p. 15).

A proliferação de dispositivos de controle, em especial o dispositivo algorítmico, a partir da máquina soberana que opera ininterruptamente, incluindo e excluindo vidas, produzindo subjetivação e morte, intensificando produção e consumo, na promessa de tornar a vida humana feliz, atua apreendendo vidas, estratificando o ser humano em números, referências e dados estatísticos, no controle permanente da forma de vida humana, apropriando-se da própria vontade humana⁶ (Agamben, 2009).

A exclusão do sujeito é intensificada pela objetividade mecânica ou pela seletividade dos conjuntos de dados, pelo realismo algorítmico, pela não coincidência que cada sujeito é para si mesmo, pelo silenciamento de enunciados heterocrônicos, contrafactual e antifactual de motivos e intenções pelos quais os seres humanos se expressam (Rouvroy; Almeida; Alves, 2021).

A partir de uma perspectiva agambeniana, pode-se afirmar que os dispositivos atravessam e conformam as formas de vida;

Uma vida, que não pode ser separada de sua forma, é uma vida para a qual, no seu modo de viver, está em jogo o próprio viver e, no seu viver, está em jogo antes de tudo o seu modo de viver. O que significa essa expressão? Define uma vida – a vida humana – em que os modos singulares, atos e processo do viver nunca são simplesmente fatos, mas sempre e primeiramente possibilidade de vida, sempre e primeiramente potência (Agamben, 2015, p. 14).

6 “Daqui, sobretudo, a singular inquietude do poder exatamente no momento em que se encontra diante do corpo social mais dócil e frágil jamais constituído na história da humanidade. É por paradoxo apenas aparente que o inócuo cidadão das democracias pós-industriais (*o bloom*, como eficazmente se sugeriu chamá-lo), que executa pontualmente tudo o que lhe é dito e deixa que os seus gestos quotidianos, como sua saúde, os seus divertimentos, como suas ocupações, a sua alimentação e como seus desejos sejam comandados e controlados por dispositivos até nos mínimos detalhes, é considerado pelo poder – talvez exatamente por isso – como um terrorista virtual” (Agamben, 2009, p. 49).

Se, por um lado, considerar-se que os dispositivos algorítmicos trazem benefícios à sociedade, como segurança, proteção, sustentabilidade, por outro, percebe-se que trazem consigo processos de subjetivação que incidem na forma de vida, subtraindo e estratificando dados dos indivíduos, ou, ainda, considera-se o fato de que os dispositivos algorítmicos conduzem as escolhas e incidem sobre a forma de viver, ou seja, de uma forma de uso da vida que decida em âmbito individual, passa-se a formas de vida orientadas por padrões de consumo, conferindo ao mundo, aos bens humanos e naturais, valor de troca, de mercadoria, induzindo a condutas impulsivas de consumo, com vidas desprovidas da devida reflexão e posicionamento diante das questões urgentes da contemporaneidade. Tal fato reflete-se na quantidade e velocidade das informações disponibilizadas cotidianamente aos indivíduos e que inviabilizam o pensamento e a reflexão na era digital das informações líquidas e voláteis e como consequência tem-se a supressão da criticidade analítica e reflexiva do indivíduo diante dos fatos e dos acontecimentos do mundo.

Ainda, nessa perspectiva, Agamben (2015, p. 14) define a forma do viver humano que se contrapõe ao controle algorítmico:

Comportamento e formas do viver humano nunca são prescritos por uma vocação biológica específica nem atribuídos por uma necessidade qualquer, mas, por mais ordinários, repetidos e socialmente obrigatórios, conservam sempre o caráter de uma possibilidade, isto é, colocam sempre em jogo o próprio viver. Por isso – isto é, enquanto é um ser em cujo viver está sempre em jogo a felicidade, cuja vida é irremediável e dolorosamente destinada à felicidade. Isso constitui imediatamente a forma-de-vida como vida política. (“*Civitasem... communitatem esse*

institutam propter vivere et bene vivere hominum in ea” [A cidade se constitui em comunidade para que os homens vivam nela juntos e bem]. Marsílio de Pádua, *Defensor pacis*, V, II)⁷.

Nesse aspecto, Agamben (2015) nos adverte sob a possibilidade de uma vida orientada pela ideia de felicidade e coesa numa forma de vida só é pensável a partir da emancipação dessa cidade, do êxodo irrevogável de toda soberania.

PODER SOBERANO E ESTADO DE EXCEÇÃO

Agamben (2004) sustenta que a exceção é o dispositivo e a forma de relação entre o direito e a vida, e o faz a partir da definição de Carl Schmitt (2006) (conceito-limite) sobre o estado de exceção que se apresenta entre a política e o direito. Nessas condições, a figura do poder soberano mostra-se como aquele que decide politicamente acerca do estado de exceção, na aplicação ou não da lei. Assim, o paradigma da exceção revela-se com estrutura do poder soberano a partir do qual a vida é incluída e excluída da esfera política dos direitos humanos e sociais, revelando o estado limite do ordenamento e da soberania da lei. Para Agamben (2007a, p. 68), “a soberania é a lei além da lei, ou seja, a indiscernibilidade entre lei e vida: o próprio estado de exceção”.

7 Marsílio de Pádua (1275-1342), filósofo, pensador político, médico e teólogo italiano (N.T.)

Para o filósofo italiano, o estado de exceção está em uma zona de indistinção⁸, por meio da qual o soberano produz, captura e abandona a vida, a condição de vida nua⁹, anunciando a lacuna de direitos, quando atos do soberano adquirem força e em que a norma em vigor passa a não ter aplicação, como no caso dos direitos fundamentais, revelando a condição dos estados contemporâneos em seus pretensos fundamentos democráticos.

Agamben (2004) argumenta que o estado de exceção não é uma situação temporária, mas, sim, uma forma permanente de governo que se manifesta na suspensão dos direitos humanos. Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento da governamentalidade podem ser utilizadas como instrumentos de controle social, uma vez que permitem a suspensão de direitos em nome do progresso tecnológico.

8 “Se a exceção é a estrutura da soberania, a soberania não é, então, nem um conceito exclusivamente político, tampouco uma categoria exclusivamente jurídica [...]: ela é a estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui em si através da própria suspensão. Retomando uma sugestão de Jean Luc Nancy, chamemos bando [...] a esta potência [...] da lei de manter-se na própria privação, de aplicar-se desaplicando-se. A relação de exceção é uma relação de bando. Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem” (Agamben, 2007a, p. 35).

9 Agamben caracteriza a vida nua como a vida artificial produzida através do isolamento da zoé em relação às formas de vida do bíos – como foi o caso do muçulmano nos campos de concentração. Em complemento, o filósofo apresenta a relação de exceção como a estrutura topológica que define o movimento de captura da vida natural nos mecanismos do poder soberano. Dessa forma, Agamben contrapõe vida natural à vida nua para estabelecer o ponto de intersecção em que biopolítica e soberania coincidem sem resíduos: “O rendimento fundamental do poder soberano é a produção da vida nua como elemento político original e como limiar de articulação entre natureza e cultura, zoé e bíos” (Agamben, 2007a, p. 16).

A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que corresponda a esse fato’. Esse diagnóstico de Benjamim, que já tem mais de 50 anos, não perdeu nada da sua atualidade. E isso não tanto ou não apenas porque o poder não tem, hoje, outra forma de legitimação que não seja a emergência, e por todos os lugares e continuamente faz apelo a ela e, ao mesmo tempo, trabalha secretamente para produzi-la (como não pensar que um sistema que pode agora funcionar apenas na base de uma emergência não esteja do mesmo modo interessado em mantê-la a qualquer preço?), mas, também e, sobretudo, porque, nesse ínterim, a vida nua, que era fundamento oculto da soberania, tornou-se por toda parte a forma de vida dominante. A vida, no estado de exceção, tornando normal, é a vida nua que separa em todos os âmbitos as formas de vida de sua coesão em uma forma de vida. À cisão marxiana entre o homem e o cidadão sucede, assim, aquela entre a vida nua, portadora última e opaca da soberania, e as múltiplas formas de vida abstratamente recodificadas em pessoas jurídico-sociais (o eleitor, o trabalhador dependente, o jornalista, o estudante, mas também o soropositivo, o travesti, a estrela pornô, o idoso, o progenitor, a mulher), que repousam todas nela (Agamben, 2015, p. 16).

Ainda, nesse contexto, a partir de Agamben (1942-) é fundamental refletir as noções de exceção e soberania, procurando compreender como esses conceitos articulam-se para justificar a suspensão dos direitos humanos e o exercício do poder no contexto do desenvolvimento do dispositivo de controle algorítmico.

Ao suspender as normas constitucionais, em especial os direitos fundamentais, por meio do estado de exceção, têm-se o aniquilamento de determinados indivíduos ou grupos sociais

a partir dos cálculos políticos, jurídicos e econômicos do poder soberano na manutenção de seus interesses. Desta feita, não há óbice em concluir que são justamente as normas constitucionais que conferem proteção ao indivíduo – como os direitos individuais –, que o estado de exceção visa suspender em razão de seus interesses estratégicos.

É justamente esta condição de ausência de proteção normativa que leva Agamben (1942-) a concluir que, no contexto de exercício da soberania, indivíduos e populações podem ser transformados em vida nua e, como tal, matáveis. Para Agamben (1942-), ao ver-se desprotegido das normas constitucionais – sobretudo os direitos fundamentais –, o indivíduo possui, tão somente, o aspecto fisiológico de sua vida, na medida em que não há mais qualquer outro valor, ou condição, que lhe assista ante o poder soberano. Nesse sentido, Giorgio Agamben (2007a, p. 149) assinala que:

Se ao soberano, na medida em que decide sobre o estado de exceção, compete em qualquer tempo o poder de decidir qual vida possa ser morta sem que se cometa homicídio, na idade da biopolítica este poder tende a emancipar-se do estado de exceção, transformando-se em poder de decidir sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante. Não só, como sugere Schmitt, quando a vida se torna o valor político supremo coloca-se aí também o problema de seu desvalor; na verdade, tudo se desenrola como se nesta decisão estivesse em jogo a consistência última do poder soberano.

Ainda, nessa direção, mas salvaguardadas as diferenças conceituais e interpretativas, Hannah Arendt (2012) atenta para a condição dos prisioneiros dos campos de concentração, como dotados, unicamente, da vida em seu sen-

tido meramente fisiológico, não mais jurídico, caracterizando a emergência de estados totalitários no interior dos regimes democráticos.

Assim, a exceção funciona como máquina política, jurídica e econômica paradoxal, que captura a vida humana e, ao mesmo tempo, a abandona à condição de mero ser vivente, tornando-se objeto de controle do poder soberano sob prerrogativas biopolíticas.

É a partir da articulação destes dois modelos – do institucional-jurídico e do político – que esta “terra de ninguém, entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida” (Agamben, 2007a, p. 12) ganha contornos na teoria da exceção como paradigma de governo da modernidade.

A vida nua suspensa em relação à violência soberana não pode promover por si só uma rota de saída para além da violência e captura biopolíticas, qualquer tentativa de fundar uma política sobre a vida nua repetirá indefinidamente as contradições das regulações das democracias modernas.

O estado de exceção próprio do estado de direito e do estado democrático desvela a existência da vontade soberana inerente às estruturas democráticas de prontidão à espera para serem invocadas com instrumento jurídico legítimo e implica no fato de que toda vez que a ordem social estiver ameaçada por qualquer indivíduo ou grupo social, suspende-se os direitos destes, tornando a vida humana pura vida natural (*bíos*), o que equivale à vida nua, ou seja, ao *homo sacer*.

A forma da vida nua, da mera vida biológica, constitui, literalmente, as formas de vida reais sob os imperativos da sobrevivência, permanecendo imaculada como a obscura ameaça que pode se revelar na violência, na estranheza, na doença e no acidente. A sobrevivência é a condição das formas de vida que habitam o campo de concentração que se apresenta como paradigma das sociedades contemporâneas. O campo é administrado pelo

poder soberano que captura a vida humana e sua condição meramente biológica por meio das máscaras do poder nos meandros dos dispositivos que governam a vida sob seus imperativos políticos, jurídicos e econômicos.

DESATIVAÇÃO DOS DISPOSITIVOS: CONTRADISPOSITIVO

Como paradigma de governo, o estado de exceção, criado pelo Estado de Direito Democrático, elucida a existência da vontade soberana que, por intermédio de dispositivos (redes) de controle do humano, produz a vida nua estabelecendo relação de poder e obediência.

O que, porém, há em comum entre os milhares de dispositivos com os quais interagimos hoje? Para Agamben (1942-), há algo que os une, em especial o funcionamento de práticas de dessubjetivação que, ao capturar a vida humana em sua dimensão biológica, como recurso à disposição do poder soberano, produz a nudez humana à sua mera gestão administrativa, conformando o campo de concentração como o paradigma, o modelo por excelência das sociedades nas quais nos encontramos inseridos na contemporaneidade.

Com base em tais pressupostos, o que está em jogo neste ponto é a possibilidade de interromper ou paralisar o aparato da máquina governamental jurídica, política e econômica, que constitui o estado de exceção. Nesse sentido, questiona-se: é possível interromper ou paralisar os dispositivos de controle e gestão das formas de subjetivação de indivíduos e populações presentes e atuantes atualmente? É viável paralisá-los na medida em que sem eles (dispositivos) não estaríamos em condição de pensar os problemas estabelecidos por eles? É admissível uma forma de vida livre dos dispositivos? É possível pensar formas de desativação de controle da vida nua atrelada ao bando soberano que go-

verna e orienta a vida pelo ideal de felicidade, atuando sobre o pensar, o sentir, a vontade humana? É capaz de haver uma forma de vida que não nos mantenha absorvidos no dispositivo?

No prefácio da sua obra intitulada *Profanações*, publicada em 2004, Selvino J. Assmann utiliza a definição do próprio Agamben (1942-) para apresentar a importância e o significado da ação de profanar,

O que está realmente em questão é, na verdade, a possibilidade de uma ação humana que se situe fora de toda relação com o direito, ação que não ponha, que não execute ou que não transgrida simplesmente o direito. Trata-se do que os franciscanos tinham em mente quando, em sua luta contra a hierarquia eclesial, reivindicavam a possibilidade de um uso de coisas que nunca advém do direito, que nunca advém da propriedade. E talvez “política” seja o nome desta dimensão que se abre a partir de tal perspectiva, o nome do livre uso do mundo. Mas tal uso não é algo como uma condição natural originária que se trata de restaurar. Ela está perto de algo novo, algo que é resultado de um corpo-a-corpo com os dispositivos do poder que procuram subjetivar, no direito, as ações humanas. Por isso tenho trabalhado recentemente sobre o conceito de “profanação”, que, no direito romano, indicava o ato por meio do qual o que havia sido separado da esfera da religião e do sagrado voltava a ser restituído ao livre uso do homem (Assmann, 2007, p. 11)¹⁰.

Ao contrário, contudo, a potência do dispositivo em capturar e subjetivar está diretamente relacionada ao desejo humano de felicidade. A este fato, acrescenta-se a dificuldade de encontrar estratégias de paralisá-los, ou seja, se os dispositivos nos separam ou separam nosso

10 Entrevista concedida à Folha de S. Paulo (Safatle, 2025).

desejo, liberar o que foi separado das formas de subjetivação e restituí-lo ao uso comum é a sugestão de Agamben (1942-). Nesse processo, “não se trata nem de suprimir os dispositivos nem de imaginar-se ingenuamente um bom uso, mas de profaná-los” (Castro, 2019, p. 164).

Agamben (2015, p. 18) faz-nos pensar sobre essa possibilidade da potência do pensamento:

Uma vida política orientada pela ideia de felicidade e coesa numa forma de vida só é pensável a partir da emancipação dessa cisão, do êxodo irrevogável de toda soberania. A pergunta sobre a possibilidade de forma: é possível, hoje, existe hoje algo como uma forma de vida, ou seja, uma vida para a qual, no seu viver, esteja em jogo o próprio viver, uma vida da potência? Chamamos de pensamento o nexos que constitui as formas de vida em um contexto inseparável, em forma de vida. Com isso, não entendemos a atividade individual de um órgão ou de uma faculdade psíquica, mas uma experiência, um *experimetum*, que tem por objeto potencial da vida e da inteligência humana.

Como dito alhures, Agamben (2007b) recorre ao conceito de profanação que significa, no direito romano arcaico, o ato de restituir ao uso livre e comum dos homens um objeto que havia sido separado da esfera do uso comum pela sua sacralização, como forma de reivindicar a possibilidade de um novo uso de coisas capturadas na esfera do soberano, ou seja, “profanar significa abrir a possibilidade de uma forma especial de negligência que ignora a separação, ou melhor, faz dela um novo uso particular” (Agamben, 2007b, p. 66).

Assim, o que nos resta a fazer? Em primeiro lugar, abandonar soluções que nos foram apresentadas, como a visão otimista da história humana de que tudo poder ser resolvido por meio

da norma jurídica e no estado de direito democrático. Agamben (1942-), ao contrário, propõe-nos a aposta no “ser que vem”, “o ser humano que vem”, “a política que vem”, “a ética que vem”, “a comunidade que vem”, o prenúncio de formas de vida em que a forma expresse a vida e a vida se expresse em sua forma e que, sob tais prerrogativas, contraponha-se ao desespero vivido nos dias de hoje, quando há dificuldades de estabelecer compromissos ou respeito pelo ser humano, pela política, pela ética, pela comunidade, pelo planeta.

O que está em jogo é o contradispositivo da profanação neutralizando o que retirado do uso comum, sacralizado, nesse caso, a vida humana em suas formas espontâneas de relacionamento consigo mesma, com outras formas de vida, com o mundo, ou seja, urge profanar, desativar o exercício do poder, ou dos dispositivos do poder, devolvendo a potência do pensamento ou, ainda, a possibilidade de forma de vida socialmente emancipatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo colocou em debate a questão da utilização do dispositivo algorítmico como forma de governamentalidade da vida humana a partir das contribuições do filósofo e jurista italiano Giorgio Agamben (1942-), articulado a partir de certas contribuições analíticas e conceituais advindas do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984).

No primeiro momento, procuramos discorrer sobre a governamentalidade proposta por Michael Foucault (1926-1984), que se utiliza de formas de racionalidade política, jurídica e econômica, bem como de dispositivos para o governo da vida humana.

A partir das filosofias política e jurídica de Agamben (1942-), analisou-se as estruturas econômicas, políticas e jurídicas que regulam a vida humana por intermédio do poder soberano, agindo ininterruptamente no estado de exceção, em especial no que se refere aos dispositivos algorítmicos.

Sob tais pressupostos, na problematização que se fez neste artigo, circundam os dispositivos que capturam a vida por meio da subjetivação, influenciando nas políticas de governamentalidade como instrumentos de controle social, uma vez que permitem a suspensão de direitos em nome do progresso tecnológico. A governamentalidade, como forma da exceção, funciona como máquina política, jurídica e econômica paradoxal, que captura a vida humana e, ao mesmo tempo, a abandona à condição de mero ser vivente, tornando-se objeto de controle do poder soberano sob prerrogativas biopolíticas.

Com base em tais perspectivas de análise, colocou-se em jogo a paralisação da máquina governamental jurídica, política e econômica, que constitui o estado de exceção. Assim, ficamos diante do seguinte problema: É possível uma forma de vida que não nos mantenha absorvidos nos dispositivos?

Agamben (1942-) propõe-nos a paralisação mediante a profanação, ou seja, liberar o que foi separado das formas de subjetivação e restituí-lo ao uso comum. O percurso teórico de Agamben (1942-) sugere a desativação dos dispositivos do estado de exceção, do paradigma do campo, do lócus da anomia.

Trata-se, para o filósofo, de pensar contradispositivos que poderiam conduzir a uma política que vem, a um direito que vem, a uma economia que vem, promovendo o avesso da vida nua, a potência da vida e a vida humana como potência de ser ou não ser.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007a.

AGAMBEN, G. Meios sem fim: notas sobre a política. Tradução de Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

AGAMBEN, G. **Profanações**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007b.

AGAMBEN, G. Violenza e speranza nell'ultimo spettacolo. In: AGAMBEN, G. *et al.* **I Situazionisti**. Tradução de Vinícius N. Honesko. Roma: Manifestolibri, 1991. Disponível em: <https://flanagens.blogspot.com/2023/09/violencia-e-esperanca-no-ultimo.html>. Acesso em: 6 ago. 2024.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASSMANN, S. J. Apresentação. In: AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

CASTRO, E. **Introdução a Giorgio Agamben**: uma arqueologia da potência. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CHIGNOLA, S. Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze. **Caderno IHU ideias** (Instituto Humanitas Unisinos), São Leopoldo, v. 12, n. 214, 2012. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/214cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2024.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROUVROY, A.; ALMEIDA, M. C. P. de; ALVES, M. A. S. Entrevista com Antoinette Rouvroy: governamentalidade algorítmica e a morte da política. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 15-28, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/36223>. Acesso em: 6 ago. 2024.

SAFATLE, V. A política da profanação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 set. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1809200505.htm>. Acesso em: 6 ago. 2024.

SCHIMITT, C. **Teologia política**. Tradução de Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.



EMANOELE DA SILVA GUERREIRO¹
GLECE SCHNEIDER PIETROSKI²
PATRÍCIA MARIA SOUZA³

Vivência do Povo Xokleng com o Fechamento das Comportas da Barragem Norte

*The experience of the Xokleng people with the closing of the gates of
Barragem Norte*

ARTIGO 8

134-144

1 Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto - 89082262 - Indaial/SC.
2 Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto - 89082262 - Indaial/SC.
3 Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Beco Doutor Pedrinho, 79 - Bairro: Rio Morto - 89082262 - Indaial/SC.

Resumo: Analisando o cenário atual onde se encontram nossos parentes Laklanõ Xokleng, da Terra Indígena de Ibirama, na região do Alto Vale do Itajaí no Estado de Santa Catarina, localizada na pequena cidade de José Boiteux, quase escondida do mundo, esquecida por todos, não podemos fingir que nada acontecia, pois o fato estava reverberando. Após as chuvas deste ano no mês de outubro de 2023, várias aldeias foram inundadas pelas águas represadas de uma barragem mal planejada, e executada sem nem um estudo prévio da construção, nas terras da reserva indígena, onde autoridades do Estado e da cidade não respeitaram os Caciques e a Comunidade, muito menos os direitos deste Povo e mesmo dentro da TI usaram da truculência para coagir novamente um povo que tanto foi perseguido e executado no século passado. Buscamos através deste artigo ampliar a visibilidade, para que, a situação não volte a se repetir, pois, esta etnia de origem indígena, é como a história viva entre nós, que anda e respira e é transmitida através do tempo e das gerações.

Palavras-chave: Xokleng. Barragem Norte. Negligência. Santa Catarina. Reserva indígena.

Abstract: Analyzing the current situation of our Laklanõ Xokleng relatives from the Ibirama Indigenous Land, located in the Alto Vale do Itajaí region in the state of Santa Catarina, specifically in the small, almost hidden town of José Boiteux, forgotten by the world, we cannot pretend that nothing was happening, as the situation was already reverberating. After the rains in October 2023, several villages were flooded by the waters of a poorly planned dam, executed without any prior study on the indigenous reservation land. The state and city authorities did not respect the Chiefs or the Community, nor the rights of these people, and even within the Indigenous Land, they used force to once again coerce a people who were heavily persecuted and massacred in the past century. Through this article, we seek to increase visibility so that this situation does not repeat itself, as this indigenous ethnicity represents living history among us, walking, breathing, and being passed down through time and generations.

Keywords: Xokleng. Barragem Norte. Negligence. Santa Catarina. Indigenous reservation.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, vamos contar uma breve história sobre a Barragem Norte, construída na cidade de José Boiteux no estado de Santa Catarina, para represar em épocas de cheias as águas dos rios Dollmann e rio Hercílio (também conhecido como Itajaí do Norte).

A construção se deu início no ano de 1976 e inaugurada em 1992, esta barragem em questão é a maior em contenção de águas. Ela está dentro do território Indígena, e segundo as pesquisas, seu projeto inicial não levou em consideração a legislação ambiental, nem teve a necessidade de um relatório de impacto ambiental, muito menos se fez com uma licença de operação.

Em pesquisas realizadas, é possível concordar que a construção da Barragem seja um equívoco (Santos, 1997). Atualmente, existem cerca de 5.000 habitantes no município de José Boiteux, sendo que, desse número, aproximadamente 3.500 pessoas são indígenas, que pertencem às 10 aldeias que residem próximas à barragem. Entre as aldeias, encontramos as seguintes etnias: Xokleng, Kaingang, e o Mbya-Guarani.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A passagem do fenômeno El Niño durante a primavera de 2023, agravou-se a situação das chuvas, provocando enchentes de volume histórico na região do Alto Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. Ali, a atenção estava voltada às três barragens de contenção de cheias. São elas, a Barragem Oeste, localizada na cidade de Taió, a Barragem Sul, localizada na cidade de Ituporanga e a Barragem Norte, localizada na cidade de José Boiteux, todas construídas para represar as águas e impedir prejuízos aos habitantes das cidades do Médio Vale do Itajaí, mais abaixo, principalmente Blumenau, que tem aproximadamente 400 mil habitantes e tem um histórico de problemas com

enchentes, algo que as três represas ajudaram a amenizar ao longo dos anos. Junte-se a passagem do El-Niño o problema da ebulição global, que representa o agravamento de eventos climáticos extremos, ocasionado pelo aquecimento do planeta, o que tem provocado aumento de secas, enchentes e outras tragédias naturais.

Evidenciando a Barragem Norte, a maior do estado e construída nas Terras Indígenas, é preciso lembrar que sua construção, iniciada em 1972, não teve o devido respaldo em estudo de impacto socioambiental (Athayde; Martins, 2017). Além disso, é preciso lembrar também que essa represa se encontra sem manutenção desde o ano de 2014. O laudo da Defesa Civil apontou anomalias em sua estrutura em decorrência das fortes chuvas de outubro de 2023. Na ocasião, um possível acordo entre o governo do estado e lideranças indígenas para o fechamento das comportas da barragem foi aceito pela comunidade indígena, mesmo com o conhecimento de que algumas aldeias ficariam submergidas e outras isoladas.

Foram então disponibilizados três barcos, cestas básicas; água nas aldeias; ônibus para traslado; atendimento 24h para a saúde e desobstrução das estradas, que haviam sido obstruídas por lideranças e parte da comunidade indígena. Há de se destacar que após o cumprimento do acordo, se poderia, então, efetuar o fechamento das comportas. Horas mais tarde, com mandado judicial, agentes da Polícia Militar de Santa Catarina foram mobilizados para fechar as comportas. Houve um conflito com a comunidade indígena, muitos dos quais foram atingidos e encaminhados para atendimento médico. A decorrência do conflito se sucedeu pela falta de cumprimento do acordo por parte do governo de Santa Catarina. O governo alegou que o fechamento de todas as comportas era necessário para evitar o agravamento das cheias e os indígenas protestaram porque o fechamento estava provocando o alagamento nas comunidades.



Figura 1. Dia do Conflito
Fonte: G1

As comunidades indígenas protestaram contra a insensibilidade das autoridades e dos órgãos competentes, colocando as comunidades locais na “invisibilidade”, sem a garantia de seus direitos legais, de condições de dignidade para a sobrevivência do Povo Laklanõ Xokleng, que são ameríndios e povos originários desta terra chamada Brasil. A atuação da força governamental foi mencionada da seguinte forma, por João Victor Bueno Corso:

A definição de tal objetivo [...] com o intuito de demonstrar que os governos enquanto formuladores de políticas públicas tem disponível o aparato estatal para que seus interesses sejam concretizados, independente dos obstáculos e resistências (Corso, 2022, p. 122).

Restabelecer o diálogo, para a promoção do Povo Laklanõ Xokleng, era absolutamente necessário, a fim de garantir o bem-estar e o controle da situação em situações extremas.

É necessário lembrar que o Povo Laklanõ Xokleng teve dois terços de sua população exterminada no século passado, um brutal processo de “colonização” no Sul do Brasil que quase os dizimou por completo. Alguns subgrupos dos Xokleng realmente desapareceram do território catarinense, enquanto os sobreviventes foram confinados em áreas determinadas governamentalmente desde 1914 (Lima, 2022).

Foi a escassez de caça que garantiu a relação “amistosa” entre os brancos e os nativos. Assim, na época o contrato “pacificador” do governo. O mediador responsável foi o sobrinho neto do Duque de Caxias, Eduardo de Lima e Silva Horhann, responsável pelo contato pacífico com os índios Xokleng do Alto Vale do Itajaí, realizado em 22 de setembro de 1914. Como resultado do contato, foi criado o Posto Plate, oficializado como Posto Indígena Duque de Caxias, que viria a se tornar a área indígena Laklanõ. O fato é considerado o primeiro caso de criação de uma reserva para índios em conflito com a população branca no Brasil.

Liderado por Silva Hoerhann, o Posto atraía os indígenas pela oferta de alimentação. Com isso o povo Laklanõ Xokleng foi se tornando sedentário e isolado, com a observação de que eles tinham facilidades de ser contaminados por doenças. Essa foi uma realidade que acometeu os originários desta terra, garantido a continuidade da expansão e do progresso no vale do Rio Itajaí, enquanto os Xokleng continuam lutando para sobreviver, mesmo após a extinção quase que total dos recursos naturais de sua terra, situação dramaticamente agravada com a construção da Barragem Norte, em 1972.

Mesmo considerando as legislações em matéria de reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados, também podemos identificar a distância que há para salvaguardar esses territórios, suas práticas e seus modos de viver no contexto contemporâneo em que há uma diversidade de ataques aos povos e ao seu território: os conflitos envolvendo a disputa de terras insiste em não reconhecer essas identidades e marcam essa relação entre o rural e o urbano naquilo que se faz mais notável aos nossos olhos: os conflitos, as invasões e as violências que incidem sobre essa parcela da sociedade brasileira em todas as regiões do país onde quer que elas se encontrem (Lima, 2022, p. 145).

A cultura Laklanõ Xokleng vem sofrendo mudanças culturais devido à necessidade de adaptação e contato com as cidades urbanizadas. Esse processo foi modificando alguns hábitos, embora alguns traços como o não acúmulo material e a valorização do coletivo acima do individual, resistem bravamente na cultura dos Xokleng contemporâneos. Apesar de afetados pela colonização europeia, não se deixaram abater pela trágica história de seus ancestrais e ainda têm esperança no futuro das próximas gerações (Santos, 2012).

A Barragem Norte é um exemplo disso. Foi uma construção para favorecer as cidades que são atingidas pelas enchentes, principalmente a cidade de Blumenau, desenvolvidas pelos imigrantes que chegavam para colonizar e ali se estabelecer, formando hoje uma conturbação de cerca de 700 mil habitantes, intitulada de o Médio Vale do Itajaí. “O estabelecimento de critérios que assegurassem aos índios os espaços territoriais que necessitavam para sobreviver não interessava, evidentemente, aos governos e aos mandatários dos negócios da colonização” (Santos, 1997, p. 23).

Como já afirmamos, durante aproximados 16 (dezesesseis) anos de construção da referida barragem, não foram levados em conta os impactos socioambientais, nem os episódios catastróficos que os povos originários da região teriam que enfrentar em épocas de cheias, em específico as cheias de outubro de 2023, que pela primeira vez na história em sua capacidade ao máximo, fez verter água pelo canal do vertedouro, que ainda não está finalizado.

Como lembra Santos, “tudo que deixavam foram rastros. A natureza, intacta, regozijava-se com os hóspedes. Não teriam, natureza e indígenas, a mesma sorte, tempos depois. Estes, dizimados; aquela, marcada por sulcos grotescos em suas veias” (Santos, 2012, p. 6).

A construção da Barragem Norte precarizou o ecossistema local atingindo todos os integrantes que eram agraciados pela riqueza exercida do rio como fonte de alimento, com a retenção da água a extinção de algumas espécies de peixes que eram nativas do rio. Houve contaminação da água, tornando-se imprópria para consumo e imprópria para a higiene, pois, se encontra em lamaçal e se agrava a cada enchente.

Autora do livro *Antropologia Rural e Urbana*, Andressa Lima (2022) faz refletir a importância da cultura Indígena que preserva e o protege o meio ambiente e a ligação da terra como prioridade, respeitando e consumindo somente o necessário. Essa é a diferença dos povos indígenas em rela-

ção à cultura colonizadora (europeia) dos homens Brancos, que exploraram e continuam a explorar, extraindo minerais para mercadoria e benfeitoria de riquezas materiais, distanciando-se do respeito e da preservação da Natureza.

Em consequência de estarmos cientes dessa realidade vivenciada da comunidade Laklanõ Xokleng, partimos juntas ao encontro da Pastoral da Criança para estarmos presentes e realizar o estudo de campo para contribuir com a perspectiva de um melhor entendimento sobre a realidade do povo Xokleng, que requer maior conhecimento por parte da sociedade.

Os pesquisadores Ahtayde e Martins (2017) fazem observar que “Ao referir-se aos impactos da obra sobre os povos indígenas que viviam no espaço inundável do futuro lago durante os períodos chuvosos, os prejuízos materiais e imateriais para os povos locais são muitos” (Athayde; Martins, 2017, p. 117).

Ao chegar na cidade de José Boiteux-SC, território rural, de pouca movimentação como das cidades urbanizadas e repleto de plantações, é notável a presença de campos de fumo. Uma realidade alheia à cultura original. Já na reserva Indígena na aldeia Plipatol, na ocupação onde se encontra o maior número de integrantes da etnia, crianças, jovens, adultos e anciões, das aldeias atingidas pelas cheias que fica próximo a barragem, está localizada uma igreja (fechada) e um galpão que é usado como abrigo e espaço de interação. As mulheres se reúnem para cozinhar, as crianças brincam com as garrafas pets, os olhares é de desconfiança, outros abrigos são construídos, feitos de lonas e madeira, todos colaboram, para que todos se abriguem. É um grande ato de resistência e sobrevivência do episódio mencionado. Antônia a vice cacique, relembra do dia da truculência policial, diz com vigor da luta e a resistência do seu povo, “Nós Somos Donos Dessa Terra”.

Em conversa com a professora Keli, ela relata que a escola das crianças é precária e não existe biblioteca, a escola anterior foi atingida por desmo-

ronamento de terra, e tudo se perdeu. A escola atual foi cedida e desde então, não existe manutenção.

O indígena Lazaro Cundagn KÃ-MRÊM da etnia Xokleng ex-cacique da aldeia Palmeira, nos acompanhou e demonstrou a preocupação com o tratamento conferido ao Povo Laklanõ Xokleng. Seguimos pela estrada com alguns pontos com deslizamento e obstrução nas estradas, para chegar na aldeia Palmeira. Tivemos que percorrer aproximadamente 25 km, a estrada de acesso estava submersa, em decorrência do fechamento das comportas da Barragem. O indígena Lazaro relata que uma ponte era para ser construída, para fazer a ligação com o outro lado, para as aldeias isoladas terem acesso a outra margem e também ao município. A ponte tem sido prometida para a Comunidade Indígena, por sucessivos governos. Desde 2015, as aldeias Palmeira, Figueira, Coqueiro, Toldo e Sede estão isoladas e com difícil acesso, passando por necessidades para a chegada de alimentação, água potável e remédio. Lazaro relata que as quatro aldeias estão condenadas pela Defesa Civil. Ele ressalta a importância da comunidade ser lembrada somente em tempos de cheias, e diz ter amor e zelar pelas vidas da população localizada depois da Barragem. Apela ao governo do estado (responsável pela manutenção da Barragem) para sua manutenção, afirmando que “não podemos ficar na promessa, a aldeia Palmeira se encontrava 5 dias sem energia, a demarcação das terras é urgente para o salvaguardo da etnia Xokleng”. Como lembra Corso,

Perspectivas futuras dos Xokleng, a partir da ideia de resistência e sobrevivência desse povo, são apresentadas as formas encontradas pelos indígenas para que a luta estivesse presente após a finalização da barragem e como eles tem atuado nas últimas décadas para reconectar os indivíduos afastados pelo processo de desterritorialização e recuperar os costumes milenares (Corso, 2022, p. 122).

A cultura do Povo Laklanõ Xokleng foi usurpada com a chegada dos colonizadores e da fundação da colônia Blumenau, além de todas as atrocidades pela construção da Barragem Norte, na época da Ditadura militar (1964-84), legitimando o processo de quase extermínio. Não menos importante é mencionar o falecimento do ancião João Patte, vítima de ataque cardíaco, da ação truculenta da polícia militar no dia 08 de outubro de 2023 para o fechamento das comportas da Barragem Norte, na comunidade indígena.

MATERIAIS E MÉTODOS

A realização do estudo teve início no final do mês de agosto de 2023 com a decisão de empreender a pesquisa, como um estudo de caso do povo Laklanõ Xokleng, devido à luta e mobilização pela não implantação do Marco Temporal (Marco ZERO) e contra a inviabilização dos povos tradicionais no Brasil e principalmente na região de Ibirama-SC, onde o povo Laklanõ Xokleng está localizado.

Os estudos iniciaram através de livros e artigos para conhecer a realidade e a cultura do povo Laklanõ Xokleng. Inquestionavelmente a investi-

gação e aprofundamento foi realizada pelo interesse nas consequências da construção da Barragem Norte e dos descasos causados a população da cidade de José Boiteux -SC e principalmente ao Povo Laklanõ Xokleng, redirecionando para uma adaptação de comportamentos e afastamento cultural.

Tivemos por mediação a Pastoral da Criança, atuante nas aldeias, para realizar o estudo de campo. A observação se faz presente, os olhares para com pessoas desconhecidas revelou desconfianças e medo por parte das pessoas das comunidades. Após apresentação de quem nos erámos e o motivo da nossa presença e a autorização do Cacique geral Setembrino, a relação com aquelas pessoas foi tornada mais cordial, possibilitando estabelecer uma relação de alteridade. Isso permitiu a realização das entrevistas e permitiu vivenciarmos por um dia a elaboração do estudo. Na figura a seguir observamos os números de indígenas desabrigados em uma das Aldeia:

Os resultados representam o total de 147 pessoas desabrigadas, fragmentados em 15 anciões, representando 10%, 57 crianças com idades entre de 0 (zero) a 12 (doze) anos, representando 39% e jovens e adultos somados 75, representando 51%.



Figura 2. Dados dos indígenas desabrigados
Fonte: as autoras.



Figura 3. Abrigo aldeia Palmeira
Fonte: as autoras.

Na foto, podemos observar a Aldeia Palmeira no TI (Terra Indígena) na cidade de José Boiteux-SC abrigados na Igreja Evangélica, 147 pessoas compartilhavam o mesmo local, entre elas crianças, adolescentes, adultos e anciões. Essa foto foi autorizada pela comunidade para demonstrar a realidade vivenciada, foto registrada pelas mãos de Glece S. Pietroski, no dia 16 de outubro de 2023 na realização de estudo junto ao povo Laklanõ Xokleng.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pretendemos que este artigo tenha utilidade pública, respaldado que está nos conhecimentos preliminares obtidos para o ativismo e para a luta em defesa das comunidades tradicionais, especificado pela TI (Terra Indígena) do Povo Laklanõ Xokleng da cidade de José Boiteux-SC. Vivenciar a alteridade que ali estabelecemos nos conduz a

fortalecer juntos nosso conhecimento da realidade dessas comunidades e sensibilizar a sociedade sobre seus problemas e promover a aproximação humana e consciente entre nossos parentes indígenas e a sociedade urbana.

A falta de amparo e de direitos que ali constatamos no remete às origens do processo de colonização no Brasil, e diria até mesmo ao fenômeno infeliz da caça dos Bugreiros, onde indígenas recuaram até a cidade de José Boiteux, para sobreviver ao Genocídio.

No século XIX, com a colonização europeia no sul do país, os indígenas, apelidados pejorativamente de “bugres” (pagãos), sofreram um intenso processo de extermínio. Os bugreiros, como ficaram conhecidos os indivíduos especializados em atacar e dizimar aldeias inteiras, eram contratados pelos governos imperiais das províncias do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Por vezes, somente meninas indígenas eram “poupadas” e escravizadas (Brasil, 2020).

Com o avanço da colonização e construção de algumas cidades, especificamente a cidade de Blumenau, só faltou cortar suas orelhas e levarem até a Capital Florianópolis, como relata Ireno Pinheiro (1972) bugreiro que cortava as orelhas dos indígenas para o governo. Em troca, os denominados bugreiros recebiam uma quantia em dinheiro. Também é preciso mencionar a truculência policial, na ação de outubro de 2023 para o fechamento das comportas da Barragem Norte. Foi uma ação que para nós e muitos observadores da situação e defensores dos direitos humanos e em favor das minorias, foi equivocada. Colocou em risco milhares de habitantes, sendo a barragem “uma bomba relógio” sem manutenção por aproximadamente 10 anos e apresentando anomalias, o que revela o laudo técnico da Defesa Civil de SC (Conselho Indigenista, 2023).

Nesse sentido, ex-diretor do Centro de Operações do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu (CEOPS), professor aposentado Ademar Cordero (2023) deixa evidente em seu posicionamento e conhecimento de que o fechamento tardio inibiu apenas meio metro a enchente na cidade de Blumenau, ou seja, o nível do rio teria o aumento em mais meio metro, se as comportas estivessem abertas (Gonçalves, 2023).

CONCLUSÃO

A Barragem Norte de José Boiteux-SC, desde a sua construção, na década de setenta, tem estimulado um perigoso processo de etnocídio. As 10 aldeias indígenas que vivem no município, estão assim divididas, mas antes eram apenas uma grande comunidade. O Rio Hercílio, cujas águas desembocam na Barragem, sempre foi uma fonte de pesca, de irrigação da agricultura. Às suas margens, indígenas e imigrantes, como seus descendentes, sempre trocaram ali-

mentos locais. Ali se banhava, ali havia rituais, uma verdadeira interação com a aldeia e a preservação e proteção com a mãe natureza.

Fazemos lembrar do relato emocionado do ex-cacique Lazaro Cundagn KÃ-MRÊM, da Aldeia Palmeira, relatando que o território está condenado e não existe fonte de comida, caça ou pesca e muito menos a água cristalina do rio. O que resta, agora, é a demarcação das terras, para se deslocar em segurança para outro local, para a salvaguarda de seus parentes e a etnia do Povo Laklanõ Xokleng, únicos no mundo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Censo do ano de 2022, há o registro de 1434 indígenas na TI (Território Indígena), somente na cidade de José Boiteux-SC.

As cheias que ali se repetem, de modo cada vez mais dramático, são a consequência da construção da Barragem Norte, que ano após ano leva o Povo Laklanõ Xokleng, entre outras etnias a sofrimentos que poderiam ter sido evitados. E esse ano de 2023, com o fechamento das comportas, consequentemente ocasionou incalculáveis prejuízos, como demonstra Kienen (2023), casas foram condenadas, estradas submersas, crianças sem frequentar a escola, sem atendimento médico, sem acesso ao centro da cidade, e os abrigos são vulneráveis. Famílias e comunidade estão com medo; crianças agora têm dificuldade de dormir a noite, pois presenciaram a ação exagerada e amedrontadora da polícia militar de Santa Catarina. Por fim, este é um recorte histórico das inúmeras negligências que já aconteceram aos povos originários desde a colonização europeia. É um microrrelato dos problemas enfrentados pelas comunidades indígenas, que precisam ser conhecidos amplamente pela sociedade, para que a reflexão crítica leve a posicionamentos em nome do bom senso, da harmonia e da preservação da diversidade cultural e do respeito aos povos originários.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, M. F. B.; MARTINS, P. Barragem Norte e suas influências socioespaciais no município de José Boiteux – SC: um olhar sobre as comunidades atingidas. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 110-125, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/21775230.2017v-32n64p110/34959>. Acesso em: 29 out. 2023.

BORGES, C. MPF vai apurar ação da PM em terra indígena que deixou feridos em conflito sobre barragem em SC. **G1 SC**, 9 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/10/09/mpf-vai-apurar-acao-da-pm-em-terra-indigena-que-deixou-feridos-em-conflito-sobre-barragem-de-sc.ghtml>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados/Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. **Quem são os Xokleng, os indígenas que podem mudar a trajetória jurídica das demarcações**. 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/quem-sao-os-xokleng-os-indigenas-que-podem-mudar-a-trajetoria-juridica-das-demarcacoes>. Acesso em: 15 out. 2023.

CIPRI, V. **Impactos da colonização e da Barragem Norte sobre a espiritualidade do povo Laklãnô/Xokleng**: memórias do ritual do Pétogdé. 2020. Monografia (Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204698/TCC_Voia%20Cipri.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 out. 2023.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Laudo vencido expõe graves problemas de segurança da Barragem Norte, em José Boiteux (SC). **CIMI**, 11 out. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/10/laudo-graves-problemas-seguranca-barragem-norte-jose-boiteux/>. Acesso em: 21 out. 2023.

CORSO, J. V. B. **As faces do desenvolvimentismo brasileiro: a construção da Barragem Norte no Vale do Itajaí e os impactos socioambientais para a população indígena Xokleng Laklãnô**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/237381/MONOGRAFIA%20JO%20c3%83O%20VITOR%20CORSO%20%20VERS%20c3%83O%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 out. 2023.

FRAINER, J. **Metodologia científica**. 2. ed. Indaial: UNIASSELVI, 2020.

GONÇALVES, A. Ex-diretor do CEOPS diz que fechamento das comportas da Barragem Norte não foi “sensato”. **Informe Blumenau**, 17 out. 2023. Disponível em: <https://www.informeblumenau.com/tv-informe-ex-diretor-do-ceops-diz-que-fechamento-das-comportas-da-barragem-norte-nao-foi-sensato/>. Acesso em: 17 out. 2023.

KIENEN, A. Semanas após conflito na barragem, comunidade indígena de José Boiteux segue sem lar e com médica voluntária. **O Município Blumenau**, 31 out. 2023. Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/semanas-apos-conflito-na-barragem-comunidade-indigena-de-jose-boiteux-segue-sem-lar-ou-atendimento-medico/>. Acesso em: 31 out. 2023.

LIMA, A. L. M. **Antropologia rural e urbana**. Indaial: UNIASSELVI, 2022.

MALTA, M. M. **Etnocídio para além das perdas culturais**: pessoas, corporalidades e a multiplicação dos maus-encontros. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOSB9DEW2/1/dissertacao_marcio_versao_colegiado.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

PODER 360. Indígenas e policiais entram em confronto sobre barragem em SC. **Poder 360**, 9 out. 2023. Disponível em: [https://www.poder360.com.br/brasil/indigenas-e-policiais-entram-em-confronto-sobre-barragem-em-sc/#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20dos%20Povos%20Ind%C3%ADgenas,de%20Jos%C3%A9%20Boiteaux%20\(SC\)](https://www.poder360.com.br/brasil/indigenas-e-policiais-entram-em-confronto-sobre-barragem-em-sc/#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20dos%20Povos%20Ind%C3%ADgenas,de%20Jos%C3%A9%20Boiteaux%20(SC).). Acesso em: 10 out. 2023.

SANTOS, C. F. **Xokleng**: lendas, segredos, mistérios. Urubici: [s.n.], 2012.

SANTOS, S. C. **Os índios Xokleng**: memória visual. Florianópolis: UFSC, 1997.



REINALDO KNOREK¹
CARLOS ALBERTO GONZAGA²

Desenvolvimento Comunitário: O Processo de Nucleação das Escolas Rurais

Community Development: the process of nucleation of country schools

ARTIGO 9

145-159

1 Professor Sênior no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro em Irati/PR). E-mail – reinaldok1966@gmail.com;

2 Professor coordenador no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC), E-mail – gonzaga@unicentro.br

Resumo - Este artigo tem o escopo sobre o desenvolvimento comunitário e as implicações registrados na memória das pessoas *ex-post-facto* sobre o processo de nucleação das escolas rurais em Santa Catarina: nomeadamente no município de Canoinhas (SC). O estudo de viés metodológico com natureza aplicada, procedimento por levantamento de dados, abordagem qualitativa, e fundamentado pelo método episódico, por meio de narrativas dos atores envolvidos no processo de nucleação de escolas da zona rurais. Logo, o estudo permitiu abordar o mundo empírico estruturado, por meio de entrevistas e narrativas das memórias dos atores envolvidos com suas experiências, fatos e fatores sobre a realidade dos acontecimentos comunitários sobre a nucleação das escolas locais. Decerto, os registros são memórias das pessoas que trazem no saudosismo do tempo em que suas atividades aconteciam em torno da escola rural e, sobremaneira, representam o sentido de compreender a vida comunitária rural após o processo de nucleação.

Palavras-chave: Desenvolvimento Comunitário. Memória. Narrativa. Nucleação Escolas Rurais.

Abstract – This article focuses on community development and the implications recorded in people’s memories *ex-post-facto* about the process of establishing countryfied schools in Santa Catarina: namely in the municipality of Canoinhas (SC). The study has a methodological bias with an applied nature, data collection procedure, qualitative approach, and is based on the episodic method, through narratives of the actors involved in the process of nucleating schools in countryside schools. Therefore, the study allowed us to approach the structured empirical world, through interviews and narratives of the memories of the actors involved with their experiences, facts and factors about the reality of community events regarding the nucleation of local schools.. Certainly, the records are memories of people who bring back nostalgia for the time when their activities took place around the rural school and, above all, represent the meaning of understanding countryfied community life after the nucleation process.

Keywords: Community Development. Memory. Narrative. Countryfied Schools Nucleation.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: COMUNIDADE É PROCESSO DE NUCLEAÇÃO

Um dos desafios que a ciência do desenvolvimento comunitário traz na formulação conceitual de intersecção, entre conteúdos elaborados e práticas baseadas em disciplinas interdisciplinares, fundamentalmente, necessitam de no mínimo duas ou mais disciplinas para na sua essência compreender a realidade e contexto social. Sobretudo, com escopo aberto, visão ampla dentro do assunto e temática, muitas reflexões sobre a interdisciplinaridade, como as de Hilton Japiassu (1978), por exemplo, no livro “Interdisciplinaridade e patologia do saber”, donde, pode-se dizer que diante de um empreendimento interdisciplinar, todas as vezes em que conseguir incorporar resultados de várias especialidades, por meio de empréstimo de outras disciplinas, e instrumentos com técnicas metodológicos, os resultados podem ser maiores e melhores analisados. Para fazer o uso dos planos conceituais e das análises que se encontram, nos diversos ramos do saber, sobremaneira, precisa-se integrar, convergir, comparar e, depois de julgados, chegar na compreensão do assunto e tema estudado.

Aliás, para o entendimento interdisciplinar, fundamentalmente, uma comunidade para ser sustentável voltada à sobrevivência da humanidade, ela precisa estar em conformidade com o desenvolvimento de base comunitária. Logo, as comunidades, como organização, precisam gerar essa condição. Por exemplo, na explicação do relato de uma estudante, que ao perguntar para a antropóloga Margaret Mead como se fundamentaram as comunidades e considerando o primeiro sinal de civilização, por meio da cultura, como as comunidades durante séculos se organizaram, a estudante esperava que a antropóloga falasse de anzóis, bacias de barro ou pedras para amolar,

mas não. Porém, Mead disse que o primeiro sinal de civilização, numa cultura antiga, foi a prova de uma pessoa com um fêmur quebrado e curado. Mead explicou que no resto do reino animal, se você quebrar a perna, você morre. Você não pode fugir do perigo, ir para o rio beber água ou caçar para se alimentar. Você se torna carne fresca para predadores. Nenhum animal sobrevive a uma perna quebrada o tempo suficiente para que o osso cure. Um fêmur quebrado que se curou é a prova de que alguém tirou o tempo para ficar com o que caiu, curou a lesão, colocou a pessoa em segurança e cuidou dele até que ele se recuperasse. “Ajudar alguém a passar pela dificuldade é o ponto de partida da civilização”, explicou Mead. Decerto, desenvolvimento comunitário perpassa por essa ajuda em comum para quem precisa, em certo momento, sobreviver de forma sustentável.

Carmo (1999, p. 65) ao definir alguns conceitos-base, sobre a temática do que é desenvolvimento comunitário, ele articula que: o desenvolvimento deve integrar quatro pontos ou conceitos de referência: Desenvolvimento, Comunidade, Organização comunitária, Serviço social de comunidades. Segundo o autor, o ponto de partida é o conceito de problema social. A situação que afeta um número significativo de pessoas e, é julgado por estas ou por um número significativo de outras, como uma fonte de dificuldades ou infelicidades e considerada susceptível de melhoria na comunidade local. E, acrescenta dizendo que se considerarmos como fazendo parte de um conjunto de crianças que morreram à nascença num dado território e, se esse número for significativo, traduzido numa elevada taxa de mortalidade infantil, então contém o primeiro elemento da definição de um problema social. O outro elemento na definição – comunidade –, refere-se a um julgamento de que aquela situação como uma fonte de dificuldade ou de infelicidade é susceptível de melhoria. Para que uma dada situação seja considerada problema social, é necessário, pois, a existência de consciência de que a situação traz dificuldades ou infelicida-

des, sendo perceptíveis as melhoras da situação na comunidade em análise: como foi a pandemia do COVID -19, que pode ser melhorada a situação com a vacinação em massa da população. Assim, a comunidade está relacionada ao conceito de desenvolvimento, pois encontra diversos significados, principalmente no contexto que está inserida. Para Carmo:

Assim, é frequente ouvirmos ou lermos o termo aplicado para designar pequenos agregados rurais (aldeias, freguesias) ou urbanos (quarteirões, bairros), mas também a grupos profissionais (ex.: comunidade médica, comunidade científica), a organização (comunidade escolar), ou a sistemas mais complexos como países (comunidade nacional) regiões (comunidade europeia) ou mesmo o mundo visto como um todo (comunidade internacional e mundial). (Carmo, 1999, p. 72-73).

De tal modo, comunidade em razão dos aspectos geográficos, econômicos, sociais, ambientais e culturais: configuram o formato integrado com forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos e membros formadores desses espaços ocupados: nomeados de comunidade ou o que é comum a todos os membros desse local supostamente definido. Sobretudo, Carmo (1999, p 77) define que o termo desenvolvimento comunitário tem sido utilizado com diversos sentidos de acordo com o contexto histórico e social em que se inscreve. Comunidade ou o estado do que se é comum, uma identidade ou um direito comum, que faz parte do corpo social. Pode ser de qualquer grupo social, cujos membros habitam num mesmo território, numa região, num espaço e que estão irmanados pela mesma herança cultural e histórica.

Para Silveira, Sergio; Savazoni, Rodrigo (2018) ao citar o ser comum, pode ser verificado segundo Garrett Hardin (1915 - 2003) o conceito de “*Commons*” ou comum, nas questões ambientais, como

por exemplo, o breve ensaio do ecologista que teve a façanha de ser uma das mais citadas obras nas ciências e humanidades no século XX. O cenário descrito parece ser que a exploração de recursos comuns pela ganância individual segue um caminho sem volta. Porém, há alternativas. A premissa é simples, Hardin argumenta que quando os recursos, naturais ou do trabalho, são compartilhados, a tendência lógica seria o abuso por parte dos interesses individuais. “Tragédia” no título refere-se a um destino inevitável, o “comuns”, a propriedade comunal típica na Idade Média, quando cada vila tinha seu bosque do qual dele os aldeões podiam caçar, coletar frutas e lenha, deixar os animais pastarem. O camponês que coloca uma vaca a mais para pastar tem uma vantagem imediata em relação a outros aldeões, mas também terá um prejuízo, pois no final, se todos compartilharem dessa lógica, o pasto comunal vai ser destruído. Evidente que o comum depende do contexto, história, época e narrativa dos atores envolvidos e da comunidade organizada, contudo, nem tudo pode ser comum, comunitário.

Já, para entendermos, no contexto sobre o desenvolvimento comunitário, conectado à problemática educacional delimitada ao problema sobre a nucleação da escola rural no Brasil, foi constituído a Resolução N° 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece as diretrizes complementares e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao atendimento da “Educação Básica do Campo”. No seu Artigo 1°, define que a Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais, em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (Brasil, 2008). Nesse sentido, verifica-se a relevância da construção dessa

política pública comum, em garantir o acesso das populações do campo a todas as etapas da Educação Básica, integrando os Cursos Técnicos. Apesar de responsabilidade de todos os Entes Federados no sentido de trabalhar para articular e propor ações de desenvolvimento, em particular, essa resolução determina maior responsabilidade ao poder municipal, por considerar, segundo Brasil (2008), “sua condição de estarem mais próximas dos locais em que residem as populações rurais”.

Deste modo, percebem-se as peculiaridades das legislações sobre Educação do Campo, no sentido de propor alternativas que possibilitem adaptar-se à realidade encontrada entre as áreas rurais brasileiras. Conquanto, Pastorio (2015, p. 56) também faz alocação da educação do campo e cita o INEP/MEC (Brasil, 2006, p. 116), definindo ou conceituando o que é a nucleação: “[...] um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais.”

Oliveira (2018, p. 46) completa, citando Hevia Rivas, que discursa sobre a nuclearização, de modo geral, pois é entendida como nuclearização ou nuclearização: “se baseia em um agrupamento, por meio de uma rede de serviços, inter-relacionados entre si, das unidades escolares de uma área geográfica determinada”, área essa definida por fatores demográficos, topográficos, de comunicações e de homogeneidade socioeconômica. Segundo o autor, o núcleo educativo se constituiu de uma unidade com funções técnico-docentes, administrativas e de promoção comunitária. No núcleo educativo se desenvolvem programas de escolarização e de não escolarização e ações de extensão educativa com apoio da promoção comunitária e o fomento da participação da população. (Hevia Rivas, 1991, p. 40).

Acompanhando esta lógica, Carmo (2010, p. 161) destaca que “a nucleação consiste em construir uma escola de grande porte em um determinado espaço geográfico, de forma que fique

centralizada e as demais do entorno seriam deslocadas para esta”. Vale salientar que, essas escolas foram chamadas de Escolas Nucleadas, ou Escolas Polo, ou ainda Escolas Consolidadas. De forma geral, denominações criadas para identificar escolas que reúnem ou agrupam várias escolas isoladas em uma única localidade.

Segundo Gnigler (2000, p. 7) ao mencionar as ideias sobre a política pública de nucleação, ao citar (*apud* Oliveira, 2018, p. 15) que define:

Objetivação na redução de gastos com a implementação da municipalização do ensino básico, optaram pelo fechamento de diversas escolas multisseriadas e, através do processo chamado de nucleação, reuniram os estudantes das unidades desativadas em centros urbanos maiores.

A história do processo de nucleação nas escolas rurais no Brasil evidenciou acontecimentos desencadeadores sob a construção de políticas públicas educacionais, de tal modo, quando teve seu início, a partir da década de 1970, perpassando, assim, por procedimentos nas décadas de 1980 - 1990 e, seguindo, neste novo milênio, em algumas comunidades sem soluções definitivas, ocasionando o fechamento de milhares de escolas no país. Outrossim, para compreender o processo de nucleação das escolas rurais, seguindo o percurso histórico dos acontecimentos, foi preciso saber como e de que forma foram construídas as leis, políticas públicas educacionais, ações, responsabilidades, discussões, reuniões, destinos e escopos que implicaram, sobremaneira, em transformações na vida das pessoas em comunidades rurais, com a extinção da escola local.

Observa-se que os dados que apontam o fechamento das escolas rurais, donde envolvem as políticas públicas educacionais por meio do processo de nucleação das escolas rurais, estão em ritmo acelerado, conforme o Quadro 1:

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS PÚBLICAS RURAIS	MATRÍCULAS ESCOLAS PÚBLICAS RURAIS
2003	103.328	7.965.131
2007	88.386	6.997.319
2012	74.112	6.078.829
2013	70.816	5.970.541

Quadro 1. Censo Educação Básica em Escolas Rurais no Brasil – (2003- 2013).

Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-rurais>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Nesta causa, sobre o fechamento das escolas rurais, um parecer da relatora do projeto de lei, na Comissão de Educação, a senadora Ana Rita afirmou que “– pais e alunos não podem ficar desprotegidos dos humores de gestores públicos que podem simplesmente optar pela descontinuidade da oferta do ensino”. Além de transtornos, diz a senadora, essa população passa a precisar de serviços de transporte escolar para ter assegurado seu direito de estudar. Ao receber, em Brasília, um manifesto de estudantes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) solicitando educação, transporte escolar e alimentação saudável, em 12 de fevereiro de 2014, o ministro da Educação, Henrique Paim, falou às crianças sobre a proposta do governo federal que tramita no Congresso. “– Queremos colocar como condição

para fechar uma escola consulta à comunidade”, explicou. “–A comunidade precisa ser ouvida, é preciso ouvir os conselhos estaduais e municipais de educação”, completou o ministro.

Consoantes ainda ao processo de nucleação, outros dados preocupantes, segundo censo Escolar, apontam mais mudanças na educação do campo, pois em 11 anos (2010-2021) a redução de escolas públicas rurais (municipal, federal, estadual) que eram de 78.776 escolas diminuíram para 52.913, ou seja, uma redução de 25.863 escolas no país, são 32,83% para menos de escolas que não mais existem em comunidades rurais.

Quanto às matrículas realizadas na educação básica, observa-se a redução, conforme os dados apresentados no Quadro 2:

Dados matrículas	Números matrículas Educação Básica 2010	Números matrículas Educação Básica 2018	Números matrículas Educação Básica 2021
Número de escolas rurais	78.776	56.954	52.913
Matrículas em creches	122.867	225.420	273.419
Matrículas em pré-escolas	717.615	677.124	655.740
Matrículas anos iniciais	3.148.563	2.271.786	2.037.573
Matrículas anos finais	1.571.188	1.394.971	1.397.499
Matrículas ensino médio	302.000	351.721	402.280
Matrículas EJA	509.864	424.767	483.633
Matrículas educação especial	1.630	120.105	133.344

Quadro 2. Dados Censo da Educação Básica Rural no Brasil – (2010- 2021).

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018. Disponível em: QEdu.org.br. Acesso em: 10 jun. 2024.

Esses dados supra expostos leva-se a importância em destacar que as matrículas na educação no campo, por conseguinte, observadas por meio dos dados do censo Escolar (2010/2021), são as matrículas em creches, com aumento de 122,53 % no atendimento, e as matrículas de educação especial, com aumento de 8.080%, demonstrando grandes investimentos na educação especial.

Já nas matrículas em anos iniciais, ocorreu um decréscimo de 35,28%, ou seja, são 1.110.990 estudante a menos no meio rural em escolas públicas. Muitos questionamentos podem ser gerados a partir desses dados do Censo Escolar. Um deles poderia ser: até que ponto, tantas escolas sendo fechadas se as políticas públicas voltadas ao ensino do campo, estão de fato contribuindo para melhorar da qualidade de vida das pessoas e, assim garantir a permanência delas nas comunidades rurais locais? Fica a indagação na memória da comunidade local.

Na medida em que o papel da escola na comunidade rural é de adicionar qualidade de vida, visando a socialização do estudante na comunidade local, para ser um cidadão, consciente e transformador do seu lugar, de suas relações, melhorando, sobretudo, a situação econômica, cultural e ambiental de um lugar em comum, certamente, deve-se tomar como base da construção comunitária as memórias que se fundamentaram e não foram registradas, mas ficam na comunidade local enquanto existir as pessoas que lá vivem e buscam de forma sustentável permanecer em comum: em comunidade.

PROCESSO DE NUCLEAÇÃO E O DESTINO DAS ESCOLAS RURAIS

O processo sobre a nucleação das escolas rurais, levou muitas comunidades a perderem suas escolas locais e outra a receberem os estudantes de outras localidades.

Neste contexto da nucleação das escolas rurais, o estudo adveio a partir da localização de cinco escolas sedes, conhecidas como escolas nucleadas. Ao redor das escolas nucleadas, 23 escolas foram extintas das comunidades locais. São dados informados pela secretaria da educação do município de Canoinhas (SC). Essas escolas nucleadas englobam, contudo, as comunidades sedes e os torno das que foram excluídas, transformadas, ocupadas e ou fechadas em localidades de comunidades rural. Rememorando que, a comunidade é o sujeito real e o motor da história de vida das pessoas, da casa, da localidade, da escola, do caminho, enfim, de tudo que o envolva e pode ser registrado como história comunitária. É na comunidade que estamos em segurança, em comum, como homens livres na formação comunitária, donde a individualidade e a coletividade se misturam e se realizam plenamente, entre seus membros que nela convivem e constroem, como dito, sua caminhada e sua própria história. Uma comunidade sem uma escola deixa de registrar sua história de vida comunitária.

Observa-se, na Figura 1, a identificação de cinco escolas sedes que na atualidade recebem os estudantes das escolas que foram fechadas com o processo de nucleação. Destacam-se na foto 1 EBM Maria Izabel De Lima Cubas – Na Comunidade De Rio De Areia; foto 2, EBM Benedito Therezio De Carvalho Na Comunidade De Felipe Schimdt; foto 3, a E B M Achilles Pazda Rio Do Pinho; a foto 4 - GEM Reinaldo Kruger – Na Comunidade Do Alto Frigorífico; e a foto 5, a EBM Guilhermina Veiga Ferreira na comunidade de Arroios.

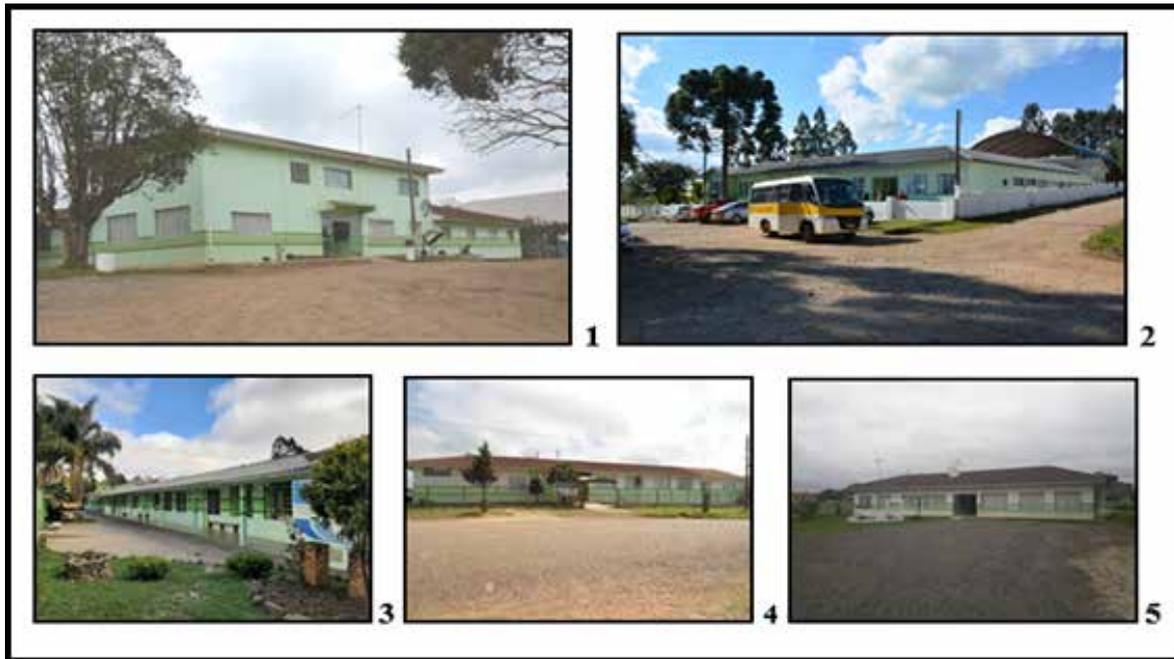


Figura 1. Fotos das escolas sedes-centrais nucleadas em Canoinhas
Fonte: Reinaldo Knorek, 2022.

Certamente, associadas - com os conhecimentos empíricos e científicos sustentáveis -, advindos de pessoas que naquele local escolheram para viver, registrar a experiência, o aprendizado, as descobertas, as pesquisas, entre outros, são maneiras de concretizar e fundamentar as modificações ocorridas no local adjuntas ao desenvolvimento da comunidade. Em outras palavras, as memórias registradas para manter as atividades produtivas locais, em busca de um desenvolvimento comunitário, de forma sustentável, de uma vida cotidiana local, de escolhas e permanências, no âmago da existência comunitária. Essas memórias fazem desse homem do campo, na sua comunidade, o ser responsável pela coexistência e sustentabilidade também na vida do homem da cidade.

Na Figura 2, são expostas fotos de quatro escolas que foram excluídas por meio do processo de nucleação. Estão abandonadas, invadidas, destruídas em comunidades menores que não mais possuem a escolinha como preferência para as atividades locais.

Assim, na foto 1, a Escola rural de Entre Rios que está abandonada; na foto 2, a escola da localidade da Sereia que foi invadida e a comunidade expulsou os invasores; na foto 3, a escola da localidade do Palmital em total abandono; e, na foto 4, a escola da Localidade de Santa Hyde transformada numa capelinha Católica. As narrativas das pessoas desses lugares, que veremos a seguir, trazem o saudosismo e a falta de continuidade da comunidade em ser sustentável.



Figura 2. Fotos das escolas nucleadas e abandonadas em Canoinhas
Fonte: Reinaldo Knorek, 2022.

Essas fotos demonstram a realidade do abandono das escolas, símbolos de vida sendo eliminadas em comunidades rurais. Contudo, o desenvolvimento comunitário sustentável se fundamenta em três principais pilares – o social, econômico e ambiental –, na busca de coexistir e interagir entre si, de forma harmoniosa, essas comunidades com técnicas ou tecnologias voltadas em garantir o funcionamento da comunidade local. Logo, as escolas nucleadas recebem aporte financeiro para garantir educação, alimentação e transporte aos estudantes que ali todos os dias se deslocam de outras comunidades para realizarem seus estudos.

Sempre naquele instante, de ser uma pessoa em comum, faz-se, certamente, laços de ligações e comprometimentos na busca de seus objetivos em conquistar uma vida feliz, de justiça social e de sobrevivência. Na vida em comunidade, é fundamental para a sobrevivência, crescimento e desenvolvimento de estruturas sustentáveis. Porquanto, sem dúvidas, a partir da formação, com uma pedagogia estruturada, idealizada para o convívio em comunidade, uma vida sociocultural, ambiental e econômica equilibrada, do ser como “um todo”, pode-se chegar, enfim, no crescer do comunitário sustentável.

NARRATIVAS E MEMÓRIAS *EX-POST-FACTO* DA NUCLEAÇÃO EM ESCOLAS RURAIS

Dentre tantos termos sobre memórias, decorre do latim “*memoria*” de forma interdisciplinar como a habilidade ou faculdade de reter e lembrar informações do passado. Essas memórias possuem a relação de tempo (longo prazo, curto prazo, imediata). Por ser usado em tantas disciplinas e ciências, como informática (memória computadores o campo da computação como armazenamento); na ciência da psicologia nas lembranças boas e ou ruins como as memórias sensoriais como: a gustativa, visual, auditiva, de toque entre outras, a memória é um elemento fundamental na vida das pessoas em diferentes aspectos, por exemplo, a identidade das experiências vividas, o processo de socialização por reconhecer o que ocorre em nosso redor, de aprendizagem como ferramenta. Assim, a memória do lugar, da comunidade em que vive, são memórias que trazem acontecimentos sobre o desenvolvimento comunitário. As memórias dos lugares e narrativas das pessoas que vivem nas comunidades, como as que possuem no

seu local as escolas rurais e as que não mais existem seu ponto de referência.

A partir das ideias do processo de centralização ou de nucleação dessas escolas rurais, por meio dessa política pública que se fundamentam com o objetivo de suas ações balizadas em diminuir custos, melhorar a qualidade do ensino, melhorar com ganhos pedagógicos a educação, também a logística de encurtar distâncias dos lugares aproximados teve a sua definição para a nucleação. Entre outros argumentos para se fundamentar esse processo que findou, sobretudo, muitas escolas para a diminuição de investimentos e manutenção, tanto de material como humana. Por isso, muitas escolas foram extintas e outras centralizadas, chamadas de escolas polos. Assim, as escolas sedes receberam estudantes de outras localidades próximas, alguns chegam ao raio de 30 quilômetros, entre a sede da escola nucleada e em seu torno, na área rural de Canoinhas (SC).

A seguir, apresentam-se as entrevistas episódicas, em detalhes dessas memórias, na fala dos entrevistados, sobre a vivência e inquietação das pessoas nas localidades, sem as escolas rurais-locais. As memórias registradas, devido ao processo de nucleação donde foram extintas, marcaram grandes nostalgias e sentimentos de perdas sem a escola local. Esse processo registrado na memória viva das pessoas que apresentam um saudosismo sem ter a escola local.

As narrativas representam a fala das pessoas envolvidas que o sentimento de pertencer ou não mais a uma comunidade local é marcante na própria história de vida. Uma das entrevistadas da localidade de Barra Mansa comentou que “estão cuspiendo em cima e no prato, pois, agora não serve mais, e até chamaram o conselho tutelar, que veio na escola abandonada, para obrigar a abrir, mas nada foi feito” e, completou a agricultora: “- Dá um dó de ver, ninguém daqui é a favor de mudar pois gostam da escola antiga, do que viveram na escola, ninguém aceita a ideia. Era muito bem cuidado, grama podada, cheia de flores, era só refor-

mar, e agora nesse abandono, tudo é muito triste, para todos nós da comunidade da Barra Mansa”. Explicando ainda que, ninguém sabe se fizeram uma ata das reuniões, simplesmente decidiram e mudaram. Fizeram a nova escola do jeito que queriam, distante três quilômetros, dali, e completou dizendo que, somente sabia que vai funcionar até fim deste ano de 2022, no novo prédio.

Outra narrativa foi em defesa das mudanças na comunidade, pois diz o que estão acontecendo, basta olhar a nova creche, ficou bem melhor, e o pessoal nem percebe a falta das crianças por perto, porque elas estudam na no Rio de Areia, durante o dia, e os pais trabalham na roça quando os filhos estudam. Afirma que melhorou muito com a nucleação da escola para a comunidade de Barra Mansa e para nós aqui também, pois eles têm a escola nova e nós a nova creche.

Um professor diretor da escola nucleada de Felipe Schmidt foi questionado sobre a participação das pessoas de outras comunidades, o diretor disse que: “- *As pessoas, das outras 7 comunidades, vêm nas reuniões, participam, ajudam nas atividades da escola, e os pais podem usar o transporte escolar para virem e participarem em dias de reuniões, isso é muito bom de ver como eles gostam de vir aqui em Felipe e ajudar a melhorar a escola*”. “- *E, a propósito dos prédios de outras escolas, foram na maioria desmanchados, eram de madeiras, foram destruídos por vandalismo, ocupadas e das 7 escolas, hoje, têm duas que funcionam como posto de saúde, a de Paciência dos Neves e Valinhos, o que sobrou está tendo uso*”, destacou o diretor. Por fim, o que você como diretor, ex-aluno, professor percebe o desenvolvimento da comunidade onde a escola está inserida? Você percebe as benfeitorias, mas a escola melhorou, afinal, o que na comunidade de Felipe Schmidt? Percebe-se que aqui está bem integrada, professores, filhos, pais, colaboradores que já foram alunos da escola rural, hoje municipal, existe uma história para contar, uma relação de comunidade com a escola, a igreja, as famílias, enfim o que destacaria: “- *Começo a destacar o prédio, que antes da nucleação*

e após, foi feito muitas melhorias e novos prédios. Na escola, havia 4 salas de aula, hoje temos 12 salas, uma biblioteca, salão nobre, secretaria, refeitório, cozinha, ginásio de esportes coberto, foi construído um planetário muito visitado por outras comunidades, tudo feito nestes 21 anos da nucleação. Destaco que foi com muito apoio dos pais, da APP, da prefeitura que ao decidir por nós, ajudou muito, construiu mais salas, enfim ajuda aconteceu o desenvolvimento que está aí, para ser comprovado o sucesso da nucleação”.

Quando questionada, a professora Darci, aposentada da localidade de Paciência dos Neves, sobre o processo de nucleação da escola, não soube contar muito bem como foi feito tudo. Disse que a comunidade aceitou o que foi proposto pelo pessoal da prefeitura. E acrescentou: “- Tenho muitas fotos da escola, da horta, da sopa para o recreio era eu quem fazia, a comunhão e a catequese era eu também quem dava, na verdade a escola era todas as series juntas. Era o professor quem dava conta de tudo, o senhor imagina que até os cursos do MOBREAL, a educação para adultos analfabetos, também funcionava na escola, de manhã e de noite aqui nos Neves, foi eu quem era a professora”. Narrou ainda, Dona Darci, ao pediu para a bisneta trazer um álbum de fotografias, são muitas fotos, em preto e branco, mais antigas da fachada da escola, da horta, dos alunos, várias coisas eram feitas na escola. Disse que tinha um barracão, ao lado da escola, para fazer lanches e merendas e as atividades fora da sala com os alunos, além das festas e encontros. Relatou, “O senhor veja bem, são observáveis nas fotos antigas as atividades que eu fazia, nessa foto eu estou fazendo a horta com os alunos entres outras atividades, e resgatar essas coisas é bom demais, me dá uma saudade daquele tempo”, disse a professora.

Com saudosismo acrescentou a professora Darci: “- Tenho muitas saudades desses meus alunos, lembro às vezes quando uns passam aqui na frente da minha casa, e o tempo que passou rápido e eles hoje já cresceram. São já pais de filhos, famílias feitas, isso é bom saber que eu ajudei, por meio da escola aqui dos Neves, e sem ela nada teria acontecido na história do nosso lugar”.

Indagada se percebe algo no desenvolvimento comunitário, sem a escola no local, como professora que viveu a escola por tantos anos, ela respondeu: “- Percebo a falta de lazer, recreação, futebol no campo, pouca gente andando por perto, lembro das festas juninas, dia dos pais, enfim, tudo acabou. Na escola, eles fizeram uma academia ao ar livre, mas ninguém usa, e aqui, nós da comunidade dos Neves, sem escola faz muita falta, agora, meu amigo, já é tarde para mudar tudo isso. Certamente, a prefeitura deu um jeito de levar, os alunos, nossas vidas para Felipe, e a escola serve para a terceira idade e para catequese. Sentimos a falta das crianças, mas sei que lá em Felipe tem comida, café quando chegam, e até o almoçam antes de vir para casa. Também me falaram que os jovens vão à noite estudar lá, assim que funciona agora. Tenho saudades da escola daqui do nosso lugar, mas, agora já me acostumei, antes eu via aquela turma de crianças passando pelas estradas, davam tchau.... tchau e, hoje não tem mais nada disso, acabou, é o destino das pessoas na vida de uma comunidade rural”. Dona Darci relatou que nos dias de hoje é difícil ser professor, pois não tem aluno bom, são mal-educados, alunos vão para o bar beber, deu acidentes por aqui com jovens e até mortes, não aproveitam as oportunidades na escola nucleada. A professora aposentada comentou: “- Faltam crianças por aqui, das tantas saudades deles sim, mas no meu tempo os alunos obedeciam, hoje tem até drogas na escola rural tem. É triste de ver os maiores desobedecem, como disse eu trabalhei aqui e no Campo das Moças, Erval Bonito também, Estação Paciência e agora tudo para a Escola de Felipe, a escola do Campo das Moças não existe mais, somente daqui a escola dos Neves, e a do Erval Bonito foi invadida, tem gente morando lá, não sei como. Veja, naquele tempo era turma multisseriada e tinha 30 alunos nas 4 series, era muito sacrifício para dar aula, e hoje tem professor para cada matéria, bem melhor”.

Na comunidade de Campo das Moças, um morador narrou que existia na escola foi levado daqui pela prefeitura. Disse que participaram de reuniões da nucleação e, a escola do Campo das

Moças que era municipal foi fechada, e hoje não existe mais nada por lá, foi tudo destruída. Destacou: “- A nucleação foi muito melhor, pois tem o ônibus que vem, pegar aqui os alunos, leva e traz no fim da tarde”. Dona Roseli ainda disse: “- Foi bom que mudou, mas que também, lamento, pois é ruim não tem mais as crianças, durante o dia, por aqui no Erval Bonito. Tudo é silêncio, pois eles vão muito longe, como disse mais de 18 km daqui e ficam quase que o dia todo por lá. As crianças não estando durante o dia em casa nem perto daqui e a gente fica pensando nelas estudando longe, bem diferente do meu tempo que era todos aqui na escolinha, bem pertinho da família”. Seu Antônio, ainda completou: “- Os netos estudam em Felipe, é bom, pois hoje eles dão roupas, comida, caderno, ônibus, e no nosso tempo não tinha nada disso, eu ia a pé para escola e era longe. Só temos a preocupação se ficarem doente, se machucarem a gente nem sabe, mas só quando voltarem para casa, é ruim, pois ficam fora dia todo, mas a gente entende que é para o bem deles. Sei que é ruim porque é longe, saem as 11h30min. e volta, só às 18 horas, quase que dia todo fora”.

Já na comunidade de Fartura de Baixo, segundo a professora Maria Lúcia, a comunidade era maior e a escola estava em melhores condições. No momento desse processo, tinha a empresa Fuck, que levava trabalhadores daqui para a cidade, por isso, foi decidido pela comunidade da Fartura de Baixo, pois os pais deixavam as crianças na escola para estudar e eles irem trabalhar na cidade. Comentou a professora aposentada Maria Lúcia “- A comunidade participou bastante até sair a nucleação. A reação das pessoas com a nucleação foi boa com o pessoal da antiga escola de São Roque e da Fartura de Baixo”. “Porém, as pessoas da escola, Joaquim Pereira, resistiram bastante, mas, no fim aceitaram, pois viram que era uma coisa boa para a comunidade em geral”. Completa a professora, naquela época professora da escola Joaquim Pereira: “- Trabalhava sozinha e com a nucleação, foi trabalhar conosco lá embaixo. Pouco de resistência foi devido muitas famílias pensarem

que a escola era deles, tanto que, para ao doarem o terreno, se sentiam donos ainda dá escola. Mas, hoje está ocupada pelo pessoal em torno da escola. Mas, depois tudo mudou, as escolas naquela época nem diretor existia, cada professor fazia o que queria. Era muitas faltas, abuso nos horários, e hoje, como maiores regras, caminha melhor e centralizar tudo como controle faz funcionar melhor. Hoje aqui na nossa comunidade a escola não faz falta, pois tudo funciona na igreja, avisos reuniões e, eu como professora, digo que foi bom para todos.”

Quanto as atas das reuniões, disse que eram assinadas por todos, tem guardado nas escolas da fartura de baixo. Diretor Anderson, professora Janete, todos sabem das documentações que estão no acervo da escola, e hoje a comunidade aceitou bem a nucleação. Pois foi boa, pela distância, tudo perto. Algumas comunidades que são distantes, como a de Felipe Schmidt, lá foram 8 escolas para a nucleação, e eles sofrem por ser longe da sede, um raio de 20 quilômetros, é difícil.

A escola de Valinhos, foi transformada num posto de saúde, que pouco funcionou e agora fizeram uma capela mortuária. Tiram uma parede de dentro das salas e agora, precisa de reforma, mas funciona a capela de velar os mortos. “- É uma pena ver toda essa história, mas é assim mesmo as coisas vão mudando e nós ficamos sem a escola por aqui. Somente saudades da escola, nada mais existe. Era referência a escola local, todos conheciam a localidade pela escola e pelo antigo armazém da fazenda, mas hoje é a igreja católica a maior referência”, destacou seu Amilton, agricultor da localidade.

Articulou ainda Emile Joanina, agricultora da comunidade da Sereia: “- A comunidade ficou menor. Hoje, nem sabemos mais quem estuda junto com nossos filhos, lá no Pinho vem de todas as partes. Antes aqui a gente sabia bem quem era, não sabemos a idade das crianças, quem são os pais, avós, perdeu-se muito com isso. Ganhamos no transporte e no estudo, mas perdemos na comunidade os conhecidos. Hoje só o pessoal que sobrou na igreja, que conhecemos”.

Na comunidade de Santa Hyde, o agricultor Ezau disse que o nosso prefeito aceitou, mas um vereador não queria, e aí falamos com o Padre Sita, ele falou na prefeitura e autorizaram a fazer da escola a nossa a igreja, nossa capela. *“- Mas a escola não existe mais e somente lembranças nos restou da escolinha e a nossa capelinha que ali permanece. Sabemos que a mãe batalhou muito para dar certo, para que funcionasse até hoje, nossa igreja da Santa Hyde. Tudo isso faz parte de nossa comunidade, com muita luta e dedicação, principalmente, da mãe. Entre tantos fatos e histórias registradas na comunidade de Santa Hyde, a escola foi determinante para a vida de muitas pessoas que ali foram alfabetizadas, doutrinadas e até formaram famílias por conviverem e estarem próximos como estudantes na escolinha”*, completou seu Ezau da comunidade de Santa Hyde. Ele completou: *“- A comunidade ficou fraca sem a escola e ninguém se visita mais. Aconteceu o êxodo rural, pois tem menos gente por aqui, foram todos embora daqui, é muito sofrido ainda para as crianças irem na escola longe daqui, irem no Rio do Pinho, são mais de 20 quilômetros daqui. Parou tudo, festas horta, só o pomar ficou, é triste demais ver isso acabado. Até as estradas abandonaram, está ruim demais”*.

Na comunidade da cachoeira, um agricultor, sobre o prédio da escola que pertence ao Estado: *“- Está tudo na justiça, na nossa causa trabalhista, nossa contra a prefeitura, mas está na verdade tudo abandonado. Está tudo errado. O que fazer do prédio, eu iria se mudar para o prédio, mas é preciso reformar, está cheio de morcegos, abandonada por completo, perigo de cair e machucar alguém.”* Argumentou ainda sobre as políticas públicas do campo que desapareceram, que os políticos se aproveitam dessa situação. O que era esse lugar sem a escola, hoje é uma calamidade, as crianças são obrigadas a andarem 4 quilômetros só para pegar o ônibus, para irem no colégio do Pinho estudar. Fica difícil quando chove, não é fácil andar nessas estradas de lavoura. Acabou a liberdade e confiança na comunidade. Tinha

o parquinho de crianças por aqui, hoje só se têm curucacas, os passarinhos e sem crianças, é triste. O que fazer hoje, é uma pergunta que fica no ar. Não sei o que dizer dessa situação que deixaram em total abandono.

Uma grande questão ficou no ar, sobre o fechamento das escolas rurais, levantou dona Cristiane da comunidade da cachoeira: *“- Foi ruim sim, além de abandonada a escola, que está se deteriorando, ninguém vai arrumar mais, não dá para entender os administradores do município, fecharam e gastam muito, para construir outras escolas longe dessa, o que será que ganham com isso. Certamente fica uma pergunta - porque fecharem uma escola da comunidade e com isso acabar com tudo em entorno dela, está aí, para ver, o resultado negativo sem a escola no lugar”*. Relatou ainda que na época muitos não aceitaram, pois foram divididos os alunos em três escolas, como falou, dispersou os companheiros, os amiguinhos, e isso é ruim para eles, mesmo que conheçam outros amigos por lá, os de perto não se conhecem mais são como estranhos uns dos outros. Dividiram a turma, os amigos, foi ruim para os alunos e para os pais, para a comunidade, tudo dividiu na comunidade.

Sobre a nucleação informou que hoje, a escola está sendo questionada, pela prefeitura, sobre fecharem e mudar tudo para o Rio do Pinho, mas os pais estão batalhando para que isso não aconteça. *“- Nós não temos diretora na escola, eu sou somente responsável tanto pela secretaria, professor em sala de aula, pois tenho concurso de 40 horas e até o ponto devemos bater todos os dias. Eu vim da escola de Anta Gorda, lá foram contra, tinham mais de alunos, mas tiveram que ceder e foram para o Rio do Pinho. Aliás, a briga foi que na Anta Gorda seria melhor centralizada a escola nucleada, mas resolveram ser tudo no Pinho. No mês de setembro, houve mais uma tentativa de fecharem a escola, e os pais vieram todos para evitar o fechamento, que será uma batalha muito grande. Será uma imensa perda para a comunidade”*.



ESSA FALTA ESTÁ NA CERTEZA DE QUE NÃO MAIS ACONTECERAM REUNIÕES NA ESCOLA, FESTAS DIA DOS PAIS E JUNINAS, ENCONTROS DE ORAÇÃO E AS PESSOAS NÃO MAIS SE VISITAM OU SE CONHECEM POR FALTA DESSE LUGAR, DESSA REFERÊNCIA QUE FOI A ESCOLA RURAL LOCAL.

Certamente, as narrativas episódicas marcam o saudosismo com a falta que faz uma escola na comunidade local. Essa falta está na certeza de que não mais aconteceram reuniões na escola, festas dia dos pais e juninas, encontros de oração e as pessoas não mais se visitam ou se conhecem por falta desse lugar, dessa referência que foi a escola rural local.

CONCLUSÃO

Muitas considerações, apreciações, contribuições e fundamentações sobre narrativas e memórias de atores pertencentes a comunidades rurais e que perderam suas escolas locais para a vivência comunitária. Em suma, poder-se-ia, a partir das comunidades rurais, localizadas no município de Canoinhas (SC) investigadas, afirmar que foi notoriamente constatado, as conjecturas e transformações sobre a nova realidade social, cultura e ambiental, *ex-post-facto*, ao processo de nucleação das escolas locais. Outrossim, pode-se caminhar por estes ambientes explorados, com diferentes espaços e entender que, os pensamentos se repetem em outras comunidades, principalmente, com argumentos indutivos, pelo qual as experiências sobre os fatos registrados aqui nesses locais, em conclusões gerais, ocorrem os mesmos episódios que narram a falta da escola local.

Os resultados alcançados, com as ciências multidisciplinares e interdisciplinares, registradas por meio de narrativas e memórias, trazem contribuições e avanços, cada dia com novos entendimentos sobre a ciência do desenvolvimento comunitário. Outrossim, a pesquisa proporcionou uma forma de averiguação, sobre entendimentos e significados que envolvem o desenvolvimento e crescimento comunitário, focalizando-se em comunidades que advieram neste processo de nucleação das escolas rurais. Igualmente, apontam-se um novo tempo, uma nova organização para estas comunidades que suas sedes não mais possuem ou não mais se organizam em torno de suas escolas rurais para a convivência social. Claramente, o saudosismo, a indignação, o apelo e os resultados recitados nas memória dos atores envolvidos apontam que, por mais simples que seja a escola local, tem sua importância na vida cotidiana de que ali viver e se sente pertencente ao meio que escolheu para fundamentar sua família, trabalho e esperança de uma vida sustentável no mundo rural.

REFERÊNCIAS

CARMO, H. **Desenvolvimento Comunitário**. Lisboa, Universidade Aberta 1999.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

OLIVEIRA, K. L. A. de. **Política de Nucleação de Escolas do Meio Rural**: Repercussões em Comunidades do Oeste Catarinense. Programa de Pós-graduação em Educação, UNOESC, Joaçaba, 2018.

PASTORIO, E. **Nucleação Das Escolas Do Campo**: O Caso Do Município De São Gabriel/Rs. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Geografia, 2015

SILVEIRA, S.; SAVAZONI, R. O conceito do comum: apontamentos introdutórios. The concept of the commons: introductory notes. **Liinc Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 5-18, maio 2018. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i1.4150>. Acesso em: 07 ago. 2024.

